

A Defesa Nacional

9



EDITORIAL

"No dia 20 de setembro de 1913, numa das salas do Club Militar, na Capital Federal, presentes os abaixo assinados, realizou-se a primeira reunião dos interessados na publicação de uma revista que refletisse as idéias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho.

Aberta a sessão, às 4 horas da tarde, tomou a palavra o 1.^º Tenente Leitão de Carvalho, que expôs o fim da reunião e os trabalhos realizados até àquela data por ele, orador, pelo Capitão Mário Clementino de Carvalho e pelos 1.^º Tenentes Bertholdo Klinger e Souza Reis. Cogitando-se dos meios e fins da revista, de ante-mão denominada — "A Defesa Nacional", — ficou resolvido que, salvos os casos expressos da responsabilidade que cada qual assume pelas idéias e juízos que publica, houvesse sempre a mais perfeita solidariedade, em todos os sentidos, especialmente quanto ao onus pecuniário a que por ventura venha a dar lugar à manutenção da revista. E como nem todos os associados estivessem presentes, ficou também resolvido que esta Ata fosse lida e assinada por todos.

Por proposta do 1.^º Tenente Taborda, foram aclamados para dirigir a revista, os Tenentes Klinger, Leitão de Carvalho e Souza Reis, ficando o primeiro como chefe da redação; tratando-se da escolha de um secretário, foi ainda por proposta do Tenente Taborda, aclamado o 2.^º Tenente Cidade. No que diz respeito à impressão da revista,

nada ficou resolvido, deixando-se, no entanto, os diretores encarregados de contratá-la com quem mais vantagens oferecer.

E como o fim principal d'este livro de atas seja facilitar, futuramente o estudo das condições em que surgiu e viveu esta revista, reclamada pelo momento histórico e pelas condições atuais do Exército, que vamos combater como atrasadas e perigosas, cumpre-nos declarar que coube aqui tóda a iniciativa ao 1.^º Tenente Leitão de Carvalho, tendo como auxiliares imediatos o Capitão Mário Clementino, os 1.^º Tenentes Klinger e Souza Reis. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão e marcada outra, para o dia que fosse escolhido pela Diretoria. F. de Paula Cidade, secretário. Confere: Bertholdo Klinger; 1.^º Ten. Estevão Leitão de Carvalho; 1.^º Ten. Joaquim de Souza Reis Netto; Brasílio Taborda; E. de Lima e Silva; Parga Rodrigues. Cientes: Mario Clementino; Capitão Jorge Pinheiro; José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti; Euclides de Oliveira Figueiredo; Amaro de Azambuja Villanova."

Decorridos trinta e três anos, que tantos completa "A Defesa Nacional" no mês corrente, nenhum marco de referência nos pareceu mais adequado ao exame retrospectivo de suas atividades jornalísticas, do que a transcrição da ata que deu corpo e vida aos ideais elevados de seus dignos fundadores. Rememorando o ato, queremos também render uma justa homenagem aos camaradas que, seduzidos pela magnitude dos problemas militares daquela época, até então acumulados e sem uma solução adequada e eficaz, tiveram a patriótica iniciativa de fundar uma Revista que fosse, a um tempo, a tribuna liberal aberta ao debate amplo e construtivo dos assuntos vitais para a segurança nacional, e o marco inicial de uma era de verdadeiro renascimento militar.

Não lhes foi fácil, nem isenta de custosos sacrifícios e até de constrangimentos disciplinares, a luta que iniciaram em prol do Exército, com aquela ardorosa ousadia que a mocidade e a fé num elevado ideal sóem inspirar. Mas a boa mente não caiu na aridez do deserto, e hoje, a Velha Guarda pode orgulhar-se de ver que seu brado de alerta não morreu sem eco, que não lhe faltaram continuadores na peleja porfiada das idéias sãs, e que os progressos realizados pelo nosso Exército deixam já bastante longe aquelas falhas, insuficiências e incompreensões que tanto torturavam os espíritos esclarecidos há trinta e três anos passados.

Para definir-lhes a natureza e a extensão, basta recordar, como um exemplo dentre muitos, que, já no limiar da Grande Guerra de 1914-1918, "A Defesa Nacional", iniciava, em seu segundo número, uma campanha decisiva em prol da organização do Exército em divisões. E nesse mesmo número, o Snr. General Caetano de Faria, em artigo intitulado :Atualidade Militar", concluía: — "Das considerações que acabo de fazer, resulta que julgo necessário ao nosso Exército o seguinte: executar-se a lei do serviço obrigatório, providencian-do-se sobre a organização e instrução das reservas; remodelar-se o Exército, grupando-se as unidades desde o tempo de paz, em brigadas e divisões, e prevendo para a mobilização a constituição de corpos de exército; localizar-se os corpos nos Estados de acordo com a população de modo a facilitar a encorpulação dos conscritos, exceptuando-se, porém, dessa disposição, os Estados de fronteira facilmente acessível; manter-se as unidades com efetivos suficientes, extinguindo as menores que o batalhão, e que não forem indispensáveis, por não terem destino especial; organizar-se as Divisões uma a uma, dotando-as de todo o material necessário para a sua mobilização; manter-se sempre completos e em perfeito estado os "stocks" de guer-

ra; descentralizar-se os serviços administrativos, executando o regime das massas, e tornando o fardamento propriedade do Estado e não do soldado; executar-se o regulamento de remonta, criando os depósitos; manter-se na tropa, desde o tempo de paz, a organização dos serviços auxiliares, a fim de que seja bem conhecido o seu funcionamento. A nossa história militar ensina que ésses serviços têm sido sempre deficientes entre nós, causando os mais amargos sacrifícios e comprometendo mais de uma vez as operações; não empregar contingentes do Exército em serviços permanentes, que pre-judiquem sua instrução tática e técnica; organizar-se e instruir-se os batalhões de Engenharia para os seus fins em campanha, dotando-os do material próprio, e grupando em batalhões as companhias de estrada de ferro, cujo serviço não é divisionário; fazer o Governo Federal um acordo com os dos Estados a fim de poder contar, para a mobilização com as forças estadoais. O Brasil tem uma população calculada em vinte e quatro milhões; se a ela pedirmos, no momento da guerra, o insignificante sacrifício de 1%, obteremos um exército de 240.000 homens, suficiente para qualquer emergência; é indispensável, porém, ter o núcleo para garantir a coesão necessária à manobra e só os exércitos que manobram podem pretender a vitória".

Como se vê, avançámos muito na senda do progresso; mas o mundo avançou ainda mais... e Frederico o Grande dizia: "nada está feito, enquanto ainda existe alguma coisa por fazer".

Não menos expressivo e elevado é o editorial de lançamento de "A Defesa Nacional", que lhe norteia os rumos. Não podemos furtar-nos ao prazer de transcrever-lhe alguns trechos:

"A Defesa Nacional", que inicia com este número a sua carreira na literatura militar do país,

tem seu programa contido na fórmula que lhe serve de epígrafe... De resto, os interesses militares se acham hoje em dia, e em todos os países do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionais, que trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é, senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo... Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negócios internos do país, o Exército precisa, entretanto, estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha, — e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam". . .

... Atentemos, particularmente, nessas sábias palavras:

Um bom Exército é uma escola de disciplina hierárquica, que prepara para a disciplina social; e é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrifício e de patriotismo. Um exército bem organizado é uma das criações mais perfeitas do espírito humano, porque nele se exige, e se obtém, o abandono dos mesquinhos interesses individuais, em nome dos grandes interesses coletivos; nele se exige, e se obtém, que a entidade homem, de ordinário tão pessoal e tão egoista, se transforme na abstração dever; nele se exige, e se obtém, o sacrifício do primeiro e do maior de todos os bens, que é a vida, em nome do princípio superior de pátria. Compreende-se facilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca e põe em relevo, e fortalece aquilo que há de nobre e de heróico, e de sublime no barro comum — tem que exercer forçosamente uma influência salutar sobre o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades... Num país como o Brasil ela (essa influência) será, com mais forte razão, um fator poderoso de formação e de transformação de uma sociedade retardada e informe".

Admiráveis conceitos, tão expressivos pela justezza e patriotismo que encerram, quanto pela preciencia do que sucedeu nesses 33 anos que nos separam da data em que foram lançados nas colunas desta Revista.

Os fundadores de "A Defesa Nacional", e os seus primeiros colaboradores, testemunharam através todos êsses anos, nas diversas oportunidades de sua vida pública, que o movera, realmente, a chama de um Ideal. Bateram-se pela renovação de nossa Instituição Armada, dedicaram o melhor de sua vida e de suas energias a essa tarefa grandiosa, persistiram na senda magnifica de civismo e valor por que optaram na mocidade.

Hoje, quando mal saímos de uma tremenda conflagração verdadeiramente mundial — senão no sentido puramente geográfico da extensão dos teatros de operações, pelo menos nas sérias consequências politicas, sociais e económicas que afetaram a existência humana em todo o orbe, — muito há que meditar sobre o que disseram nossos predecessores nesta Revista, naquele ano histórico de 1913 — véspera da 1.^a Grande Guerra.

"A Defesa Nacional", podemos afirmar sem jactância, manteve-se sempre digna e merecedora do desvanecedor conceito de que desfruta no seio do Exército, tanto pelo seu passado quanto pelo presente. Surgida numa época em que imperava exclusivista e absorvente a "arte das evoluções em ordem unida", quando os "exames de batalhão" se executavam no pátio interno do Quartel General", muito teve que lutar, com tenacidade e impavidez, nos seus primeiros tempos, contra a rotina, a inércia e o comodismo, a vanguarda combativa dos "jovens turcos" de então. Era natural e frequente, portanto, o exercicio da critica construtiva, impessoal, objetiva, imparcial. E a ela não faltaram o apoio e o concurso dos "veteranos", dos che-

fes de espírito amadurecido e conceituados no seio de sua classe.

Para falar apenas do passado, podem citar-se dentre outros colaboradores assíduos de suas colunas, os Generais Caetano de Faria, Tasso Fragoso, Tito Escobar, Felinto Alcino, Bonifácio da Costa, Malan d'Angrogne, Florindo Ramos e na ala mais moça, Leitão de Carvalho, cognominado por seus pares, numa das atas de reunião do "núcleo mantenedor" — o pai da Revista; Klinger, Souza Reis, Lima e Silva, Castro e Silva, Pompeu Cavalcanti, Castro Ayres, Parga Rodrigues, Maciel da Costa, Brasílio Taborda, Valentim Benício, Aquino Corrêa, Euclides Figueiredo, Pantaleão Pessoa, Correia Lima, Mário Travassos, João Pereira, Paula Cidade, Pamphiro, Luiz Procópio, e tantos e tantos outros, animados todos das mais fundadas esperanças por um Exército melhor.

Eis um exemplo que não pode morrer. Nossa Revista deve ser o espelho da mentalidade da atual geração de oficiais, o mostruário da capacidade intelectual técnico-profissional de todos, do general ao tenente. Sua qualidade essencial lhe advém da cooperação de todas as inteligências no debate e na divulgação dos complexos e variados problemas atinentes à nossa preparação material, intelectual e moral para a guerra e à segurança nacional.

Quem folhear qualquer dos trinta e três volumes das edições anuais de "A Defesa Nacional" há de verificar que nenhum problema ou assunto de interesse essencialmente militar foi esquecido no debate salutar das idéias e dos ideais, desde as mais elevadas questões orgânicas do Exército até às que versam minúcias de instrução da tropa.

Esta corrente não pode extinguir-se nem enfraquecer, seus mananciais devem ser inexgotáveis porque, se o Exército promana da Nação, suas energias são perenes como o Brasil.

Avante, pois, Camaradas!

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIII

Brasil — Rio de Janeiro, Outubro de 1946

N. 389

SUMÁRIO :

	Pags.
Editorial	761
Mentalidade de Especialização e Manutenção — Ten.Cel. A. J. Senna Campos	769
Seleção e Classificação de Candidatos a Oficial — Ten.-Cel. Adalardo Fialho	774
O Regimento de Infantaria no Combate — Ten.-Cel. J. B. de Mattos	783
O Contra-ataque — Maj. Geraldo de Menezes Côrtes	809
Ligação e Transmissões — Maj. Eduardo Domingues de Oliveira	812
A Companhia de Comando (do R. I. Motorizado) — Maj. Moziul Moreira Lima	817
Os Cursos de Comando e de Estado-Maior do Exército Americano — Maj. José H. Garcia	827
Como vejo a marcha para o combate da Divisão Blindada — Maj. C. Moniz de Aragão	831
Considerações em torno de exercícios de combinação das armas na Amazônia — 1.º Ten. Jarbas G. Passarinho	833
A Topografia e a 2.ª Guerra Mundial — Maj. José Campos de Aragão	847
Construção de linhas de cabo leve — Cap. Luiz Gonzaga de Meio	853
A Ciência e a Guerra — Cel. J. B. Magalhães	873
Gomes Carneiro, um soldado nato — Cel. Renato B. Nunes	889
Assimilação do imigrante — D. Ignez Barreto Correia de Araújo	908
Nossa força para destruir a guerra — Gen. H. H. Arnold	915
A Região Norte — Cap. Amaury Benevenuto de Lima	927
A Amazônia Colombiana — Ten.-Cel. Frederico Rondon	964
Um pouco de bom humor	968
Boletim	971
Dicionário Militar Brasileiro — Cap. Otávio Alves Velho	974
Despedida do Exército ao Comandante da Fôrça Expedicionária Brasileira na 2.ª Guerra Mundial	989
Livros novos	991
Revistas em Revista	994
Índice de trabalhos publicados pela Revista por colaboradores (De 1940 a 1945)	999
Noticiário & Legislação	1005

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

"O inimigo vencido, desarmado e pacífico deve ser sagrado para um Exército composto de homens de honra e de coração." — Gen. Osório.

“Ninguem ignora que a subordinação num exército não pôde existir senão em corpos criados, organizados, reunidos em serviço, com seus oficiais.

Não pôde haver a desejada disciplina, si os soldados não fôrman todos os dias, para a instrução.

Criei um corpo e a minha tropa e os meus oficiais tinham apenas uma hora para comer, a do almoço e outra para o jantar, à tarde; o resto do tempo era ocupado em exercícios e instrução, até a noite.” — Gen. Osório.

Mentalidade de Especialização e Manutenção

T. Cel. A. J. SENNA CAMPOS

É comum chamar-se *desmazelado*, ou *desageitado*, todo aquele que se preocupa pouco consigo mesmo e com os objetos que lhe pertencem ou não sabe fazer nenhum dos serviços comuns da vida caseira. O cuidado pessoal nem sempre está nas cogitações de cada um, tanto que, o desalinho dos cabelos e das vestes, das unhas e das peças de uso, criam, para o indivíduo, um conceito por vêzes, pouco airoso, assim como as suas falhas habilidades muito o comprometem.

Pôde, tal indivíduo, constituir uma exceção entre os demais membros da família, embora todos criados sob o mesmo teto e dentro dos mesmos princípios de bons hábitos e normas rígidas. Dir-se-á que é feitio de cada um, é a ligação atávica com algum ramo afastado da árvore genealógica.

Mas, o que não resta dúvida, é a existência de um elo social distoante, na cadeia formada por indivíduos de um mesmo nível educacional.

Há necessidade de uma readaptação, de um reajusteamento concordante para a homogeneização do conjunto.

Conformar-se com o fato consumado é erro condenável e contra o comodismo deverá haver o protesto da coletividade.

O desalinho espiritual também é um fator de desequilíbrio social, com prejuizos marcantes para a tendência vocacional de cada um e a desorientação das elites intelectuais.

É comum ver-se, entre os povos de formação mais remota, as preferências justas e constantes dos membros de certas famílias, por uma atividade que lhes parece razoável e lucrativa, tradição que constitue motivo de orgulho e de admiração. Assim vemos famílias de usineiros, banqueiros, industriais, cientistas, militares, ferroviários, etc. lutando, através dos tempos, nesse ou naquele ramo preferencial. Em países jovens, onde a tradição profissional não arregimenta ainda membros sociais em condições de criar aquela tradição e aquele conceito de ufanía, e onde a formação profissional varia, não com a vocação que possa ser avaliada durante essa formação, mas com a tendência especulativa do momento, para essa ou aquela atividade, mais lucrativa no terreno económico, nesses países, as aventuras se sucedem, muitas vezes desastrosamente, com prejuizo flagrante para as atividades nacionais.

A nossa formação histórica teve início com a corrida económica às especiarias, daí passamos ao comércio de pau-brasil, bem mais tarde vimos a obstinação pelos metais preciosos, correu-se ao café, à borracha e ao algodão, etc.

Nas preferências profissionais muitas vezes assistimos a uma tendência rumo à engenharia, à medicina, à química, à metalurgia, à administração, às casernas militares, etc.

Dentro do próprio Exército, de acordo com a sua organização, as preferências buscam as armas, a técnica ou os cursos especializados. Hoje é a Artilharia, amanhã é a Engenharia ou a Infantaria a arma preferida. Agora é a Motomecanização, amanhã o futuro está na técnica e com isso

a corrida aos interesses pessoais, nem sempre dando resultados compensadores ao Exército. Há como que um espírito de aventura e uma idéia especulativa.

Em um meio afeto a essas variantes de tendência individual quasi sempre e de tendência coletiva, incidentalmente, não é fácil uma modificação radical, mas talvez seja possível uma adaptação aceitável mediante um trabalho educacional metódico e sistemático.

É preciso colaborar-se com os educadores de primeira instância, aqueles que diariamente assistem à formação do caráter da juventude — e que são os pais. Estes, nem sempre, dentro de seus múltiplos afazeres, dispõem do tempo indispensável a uma educação sistemática dos seus filhos, e mesmo, dentro de suas condições de preparo, são ignorantes, das normas e dos preceitos necessários à vida associativa atual.

Dirão alguns que isto é um problema do Governo, mas, sob o ponto de vista militar, na quadra que atravessam os Exércitos modernos, a massa humana, para que seja bem aproveitada e apresente um rendimento compatível com as necessidades do momento, deve ter um padrão educacional médio e um número bem regular de atividades especializadas.

Cabe, às classes armadas e em particular ao Exército, levantar a questão educacional especializada e a formação metódica racional e equilibrada da mocidade brasileira.

É preciso criar-se e fazer-se sedimentar, nos espíritos e nos hábitos, a noção dos cuidados indispensáveis à vida individual e associativa: o interesse pelas causas que são próprias a cada um e à coletividade; e a orientação das tendências profissionais e o combate à especulação, quer no terreno espiritual quer nos afazeres sociais e económicos.

Cada homem e cada mulher, além das suas obrigações normais, deve estar em condições de fazer alguma causa, em proveito da coletividade.

Hoje as vitórias e as derrotas não pertencem únicamente às forças que se batem nos campos da luta; é antes obra da coletividade nacional e fruto de um esforço comum daqueles que se dispõem à sobrevivência.

Infelizmente a paz ainda é uma utopia e sobrevive, por tempo mais ou menos longo, à sombra da força e dos recursos potenciais das nações.

Para já é preciso que ativemos e organizemos as nossas possibilidades, visando resultados imediatos e iniciemos agora a preparação do futuro, se quizermos nos valer da experiência presente.

Nações de alto padrão educacional, como os Estados Unidos, a Inglaterra etc, pagaram pesados tributos econômicos e de vidas pela sua imprevidência e descuido em tocar a sua existência sem ponderar os interesses alheios.

Arrastados à luta mundial, perderam muito até conhecêrem a experiência e combaterem o erro e o descaso.

Se levarmos em conta, sómente a parte material das Fôrças Americanas, em operações no Continente Africano, veremos o desgaste assustador de suas unidades motomecanizadas pela incuria dos seus homens, pelo descuido dos seus Chefes diretos, pela ausência de uma mentalidade que levasse o motorista ou o simples soldado ao cuidado com a sua arma ou a sua viatura, esquecidos todos que do material dependiam as suas vidas e a vitória de sua causa.

As suas oficinas de base, em Oran, tiveram o encargo de transformar as suas Divisões, desfalcadas de material, em unidade capazes de levar a efecto as operações bem sucedidas na península italiana.

Tivemos ocasião de presenciar o trabalho das unidades de Manutenção, cujo centro principal era Oran, desmontando e reparando mil motores diários, empregando quatro mil técnicos nesse trabalho; armamento de toda espécie, aparelhos óticos, enfim uma quantidade enorme de material atingido pelo descaso dos homens, ali sofreu os reparos indispensáveis à continuação da campanha.

E não ficaram aí as medidas enérgicas para contornar o mal; os chefes responsáveis, como comandantes de corpos e de Grandes Unidades, foram destituídos de seus comandos pela grave ocorrência.

Daí a exigência que também nos atingiu na Itália, quanto aos cuidados com o material; as inspeções frequentes, as medidas preventivas, etc., tudo era fruto de uma dura experiência, nos campos de batalha.

Na parte que nos cabe, como responsáveis pela segurança nacional, poderemos agir dentro de nossas possibilidades.

1.^º — criando centros de instrução especializada em vários pontos do país, levando a eles a mocidade selecionada que acorre a Tiros de Guerra e Escolas de Instrução. Ocupemos o seu tempo em instruí-la numa utilidade que seja necessária ao Exército e que possa valer-lhe na vida corrente. O "Certificado de Especialidade" será muito mais lucrativo que o simples "Certificado de reservista";

2.^º — organizando uma propaganda bem orientada, no seio da classe estudantil, entre os jovens de todas as camadas, por toda parte enfim, salientando a necessidade de se aprender uma especialidade útil à coletividade, além da aprendizagem comum e pondo ao alcance de cada um os meios para tal preparação.

Teremos a certeza de que, orientando a juventude no sentido de tornar-se útil a si mesma e ao país, despertaremos vocações, ampararemos os desorganizados, tanto material como espiritualmente, ao mesmo tempo que prepararemos os pais de amanhã, para a melhor educação a dispensar aos seus filhos, tendo em vista que a família apresenta o "1.^º Escalão de preparação especializada e de manutenção social."

Temos assistido ao desenvolvimento e aos resultados da formação de uma "Mentalidade de Aviação" pela qual a mocidade, heroicamente tem pago pesado tributo; esforçemo-nos para a formação da "Mentalidade de Especialização e Manutenção", muito menos arriscada e menos onerosa.

Seleção e Classificação de Candidatos a Oficial

(Continuação)

Ten. Cel. ADALARDO FIALHO

APENDICE A

Sugestões para entrevistar

1. — Generalidades

a. *Educação*. — As qualificações educacionais do candidato podem ser verificadas, comumente, antes da entrevista. Isto deve ser feito a fim de que a entrevista possa ser destinada primariamente para sondar as qualidades de chefe do candidato.

b. *Experiência*. — O período de serviço de muitos candidatos é muito curto para fornecer suficientes informações sobre qualidades de chefe.

Muitos dos itens relacionados abaixo auxiliará o entrevistante em determinar a espécie e quantidade de experiência de chefe do candidato, anteriormente ao seu engajamento. Esta informação, com a devida permissão à idade e oportunidades do candidato, dá ao entrevistante uma boa base para julgar como ele responderá à instrução de chefe no futuro.

c. *Métodos de interrogar*. — Os antecedentes dos homens são tão variados, que nenhum repositório de perguntas pode ser feito para se aplicar a todos os candidatos e não há nenhum meio para apresentar as informações obtidas.

Deve-se usar senso comum e bom julgamento. Façai perguntas irregularmente. Já que é exigido, perguntaí "Porque?", "Quando foi isso?". Não deve ser necessário fazer isto muitas vezes. Sempre que o candidato começar a preparar as suas exposições à base de seus próprios registros, deixai-o fazer assim.

Uma vez que o candidato começou a falar sobre uma parte significativa da história de sua vida, a sua própria história dá mais informações precisas do que uma interrogação cerrada.

— *Perguntas sugeridas.*

a. *Antecedentes.* — Perguntando ao candidato a respeito dos itens seguintes, julgai as suas oportunidades para o desenvolvimento das suas qualidades de chefe durante os seus primeiros anos: É interessante tomar notas, de modo que, ao fim da entrevista, possais facilmente recordar os pontos abordados.

- (1) — Estado e cidade natal do candidato.
- (2) — Ocupações e interesses especiais dos pais.
- (3) — Responsabilidades cedo assumidas pelo candidato, em relações de família.
- (4) — Ocasiões nas quais esteve à testa de atividades de grupo normais, fora de casa.

b. — *Iniciativa e Qualidades de Chefe.*

Perguntando o seguinte, julgai até quanto tirou él vantage de suas oportunidades para chefe, até mais ou menos a idade de 22.

- (1) — Principais interesses desenvolvidos durante os seus anos de estudos secundários (idade 14-18).
- (2) — Atividades em Grupos, clubes e organizações, durante os seus anos de estudos secundários.
- (3) — Principais interesses durante os seus anos de escola, ou se não na escola, durante os anos entre 18 e 22.
- (4) — Se houve obstáculos à sua educação, durante os anos de escola, o que fez a respeito desses obstáculos.
- (5) — Se alterações maiores, nas vizinhanças deste período ou outros desenvolvimentos ocorreram, foram-no por razões substanciais e para melhor?
- (6) — Atividades específicas (não sólamente como membro) em grupos, clubes ou organizações, durante estes anos.
- (7) — Chefias exercidas em organizações, durante estes anos. O que fez o candidato para se fazer eleger e o que fez depois de sua eleição?

Descontar chefias que exerceu como resultado de qualquer sistema de rotação.

- (8) — Atividades esportivas, especialmente como de preparador, promotor e de julgador.
- (9) — Responsabilidades em trabalhos de verão exercidos durante os anos de escola.

(10) — Promoções, elevações e experiência de supervisão, se houver alguma, obtida antes da idade de 22.

c. *Casos especiais.* — Para rapazes de escola abaixo de 23 anos de idade, os itens abaixo, normalmente, não se aplicam (com tais candidatos, tempos extra devem ser gastos com itens como os do subparágrafo 2 b, acima).

Com os candidatos mais velhos, respostas a êsses itens podem ser usadas para julgar qualidades de chefe, contanto que o entrevistante dê a devida permissão aos fatores da idade.

Deve ser lembrado que um homem de 28 anos, por exemplo, teve 6 anos mais para acumular experiência de chefe do que um recém saído da escola.

O homem de 28 anos deve, por isso, ser julgado por um padrão mais alto do que um de 22.

Exceto sob circunstâncias incomuns, o fracasso de um homem de 28 para acusar algum desenvolvimento de qualidades de chefe, desde que deixou a escola, deve ser tomado como um sinal negativo.

Enquanto que esta secção é destinada principalmente para uso com candidatos mais velhos, as perguntas 4 e 5 podem sé-lo com os candidatos mais jovens que não estiveram na escola e que estavam trabalhando todo o tempo antes de seu engajamento.

- (1) — O que fez o candidato cada ano, desde a sua idade de 22 anos?
- (2) — Se mudou a sua ocupação ou os seus empregos durante este período, houve razões substanciais para tais mudanças?
- (3) — Tentou obter instrução posteriormente, seja em ligação com o seu trabalho ou fora dele?
- (4) — Que trabalhos fez, abrangendo a instrução ou a supervisão de outros?
- (5) — Que promoções ou aumentos de salário obteve?
- (6) — Em que atividades de grupo participou durante este período?
- (7) — Obteve prêmios, manteve uma chefia responsável ou, de outra sorte, fez contribuições em ligação com estas atividades?

APÊNDICE B

A Ficha "C"

1. *Objetivo e importância.* — O objetivo de cada Ficha "C" é dar, à congregação da Escola, um quadro verbal preciso e conciso de um candidato, tal como é conhecido pelos oficiais instrutores de sua Companhia.

Conclui com uma análise e recomendação finais e o cuidado com que é preparado deve ser proporcional com a sua importância para o candidato em questão.

Deve-se dar consideração a todos os possíveis fatores e o mais completo uso deve ser feito de todos os relatórios, notas, registros e outros dados escritos, revelando a qualidade do trabalho do candidato na Escola.

Lembrai-vos que cada Ficha reflete a habilidade do oficial que o preparou.

Um exemplo de uma Ficha "C" é dado aqui.

2. — *Instruções para a preparação.*

a. *Generalidades.* — Deve-se evitar a rotina de "cliché". Frases descriptivas devem ser empregadas livremente.

Usai um estilo de narrativa concisa, conservando itens dentro de cada parágrafo, em ordem cronológica.

Normalmente os espaços dados no formulário serão suficientes.

Quando não, folhas apensas poderão ser usadas.

b. *Título e parágrafo 1.* — Assegurai-vos de que todos os espaços em branco foram preenchidos e datai a Ficha com o dia da reunião da congregação da Escola.

c. *Parágrafo 2.*

(1) *Sub-parágrafo a.* — O objetivo aqui é exprimir, tão completamente quanto possível, em algumas breves frases, precisamente o que constituiu o ambiente do candidato durante os seus primeiros anos de formação.

Mostrai quando e onde o candidato e seus pais nasceram, o tamanho de sua família e o seu padrão de vida e se foi criado numa comunidade urbana ou rural.

Mostrai quando ele deixou a família e os seus estados marital e social. Inclui também qualquer acontecimento incomum em sua vida civil que pareça exercer influência sobre o seu caráter e desempenho demonstrados na Escola.

(2) *Sub-parágrafo b.* — Traçai, com datas anuais, o registro completo escolar, incluindo atividades extracurriculares. Assegurai a indicação de quaisquer brechas na cadeia e, quando indicado, a razão de sua graduação antecipada. Mostrai a natureza exata de qualquer educação mais alta, assim como qualquer conhecimento acadêmico adquirido através de canais outros que não os normais.

(3) *Su-parágrafo c.* — Traçai a história, por datas e incluindo a natureza do trabalho, salários, promoções, etc., do emprego do candidato, para sustentar-se financeiramente na vida civil.

Lembrai-vos que o objetivo aqui é relacionar a junta com quaisquer fatos influindo sobre as suas qualidades de chefe, reveladas por tais experiências civis. Inclui, onde apropriado para tal fim, as suas viagens, passatempos e quaisquer fatos incomuns não abrangidos em outra parte da Ficha e ocorridos durante este período abrangido.

(4) *Sub-parágrafo d.* — Traçai, com datas mensais, sempre que possível, a experiência militar do candidato, mostrando a data em que entrou para o serviço, a extensão de sua instrução básica (relatório negativo se indicado), guarnição e trabalho especial em cada designação e promoções.

d. *Parágrafo 3* — Comentários favoráveis e desfavoráveis feitos pelo mesmo homem devem ser separados, contanto que isto não destrua o verdadeiro sentido do comentário.

Nunca citai sómente uma parte de um comentário, exceto onde o comentário foi dividido; então garante a inclusão de ambas as partes sob títulos adequados.

Os comentários devem ser corrigidos quanto à ortografia e redação, porém deveis ter cuidado em assegurar que tais correções não mudem o sentido original.

Os comentários pelo mesmo homem devem ser separados por vírgulas; os por diferentes homens, por ponto e vírgulas (Vede parágrafo e (1) abaixo, para o método a ser usado na escolha de comentários a serem usados nesta parte da Ficha).

e. *Parágrafo 4.*

(1) *Classificação dos camaradas.* — Immediatamente antes da preparação da *classificação dos camaradas*, da oitava semana, cada Cmt. de Pelotão entregará ao seu Cmt. de Cia. uma lista dos dez homens em cada secção do aquartelamento ocupado pelo seu Pelotão e que ele sente serem os mais indicados para classificarem seus companheiros candidatos. É conveniente indicar um undécimo homem, para eventualmente servir como alternante.

As folhas de classificação dos homens assim escolhidos são as únicas que se devem usar na computação da classificação dos camaradas, exceto que a folha do alternado pode ser usada onde interessar, quanto aos homens escolhidos, de modo que cada homem, na tal secção, terá sido classificado por exatamente dez de seus companheiros.

A média de tais classificações fixará a posição de classificação de cada homem classificado, e depois do homem ser assim classificado na secção, o algarismo obtido será expresso no Quadro como "21/26" para um homem taxado o 21.^º entre 26 de sua secção.

(2) *A classificação do Cmt. de Pelotão.* — Esta deve ser dada como uma classificação numérica final de todos os homens do Pelotão e é expressa, como no caso das classificações da secção, "41/52" para um homem classificado o 41.^º entre 52 homens do Pelotão.

(3) *Classificação da Companhia.* — Logo após à terminação da 10.^a semana, os oficiais da Companhia, trabalhando juntos, devem preparar uma classificação numérica final de todos os candidatos na Companhia. Sugere-se que todos os candidatos sejam, primeiro, colocados nos terços superior, médio e inferior da Companhia e que cada um desses grupos seja subdividido até que uma classificação individual final seja acordada em relação a cada homem.

Igual cuidado deve ser exercido em relação à classificação de cada indivíduo candidato, de modo que, quando completada, a lista da Companhia exibirá um quadro positivo do mérito relativo quanto às qualidades de chefe tomadas como um todo. Chegando a tal classificação, a da secção, de cada candidato, deve ser cuidadosamente considerada como indicativa, porém não controlante.

Referência constante deve ser feita ao texto principal deste Guia.

A Classificação da Companhia assim obtida deve ser expressa do mesmo modo que as da secção e do Cmt. do Pelotão na Ficha.

(4) *Resultado do E.C.G.E.* — Inseri o resultado ou resultados do Exame de Classificação Geral do Exército.

(5) *Fracassos acadêmicos.* — Inseri sómente o número de exames com grau nos quais o candidato fracassou.

(6) *Transgressões.* — Indicai aqui tanto o número como o tipo de transgressões, tal como "5 n.^º 3", ou "2 n.^º 2, ou ambos. (*)

(7) *Qualificação como atirador.* — Esta informação não é mais exigida, porém é desejável onde é evidente que o candidato é insatisfatório, isto é, impreciso ou tímido. Si possível, deve ser exposto mais em termos de qualificação ou fracasso do que por resultados numéricos.

(*) — Transgressões menores dos candidatos a oficial são registradas como foram contraídas e são classificadas como transgressão de classe 1, 2 ou 3, dependendo da seriedade da transgressão.

(8) *Instrução de comando* — Nos espaços disponíveis, mostre primeiro o número chave do período, como indicado pelo horário da instrução e em seguida o desempenho em termos de classificações de relatório de eficiência do Exército (estas podem ser abreviadas).

(9) *Coordenação física*. — Façai uma exposição concisa relativamente à habilidade física, resistência, coordenação e agilidade, como foi exibido no curso de obstáculos, na instrução física, exercícios de baioneta, manejamento de armas e em trabalho de campo.

f. *Qualidades de Chefe demonstradas*. — Evidentemente esta é a secção mais importante da Ficha.

Aqui, o Cmt. do Pelotão, com o auxílio dos outros oficiais da Companhia, estabelecerá a sua análise raciocinada final do candidato.

Antes de ser escrita, seria interessante rever as sugestões aos Cmts. de Pelotões, como foram estabelecidas no texto principal deste guia. Deve ser sumário do registro do candidato na Escola, exposto em estilo de narrativa concisa e mostrando que qualidades de chefe possui e as que carece.

Opiniões assim expressas, particularmente as desfavoráveis, devem ser apoiadas por incidentes específicos.

A melhor prática é primeiro expôr uma conclusão e então demonstrar a sua verdade por um incidente citado, após outra conclusão e assim por diante.

Sempre que possível, naturalmente, diversas conclusões podem ser expostas juntas e apoiadas pelo mesmo incidente.

Tais incidentes não precisam ser numerosos, porém devem ser típicos e não somente casos isolados.

Usai isto para salientar pontos importantes; não para repetir detalhes adequadamente abrangidos em outras partes da ficha.

O sumário deve abranger os seguintes pontos: Primeiro, a capacidade potencial para chefe do candidato e segundo a sua habilidade para aprender e melhorar, como demonstrada por sua atuação na Escola de Infantaria.

Ficha "C"

Classe n.^o de candidatos a oficial

(*) Pelotão Companhia Regimento de Instrução de Estudantes

(*) — Instruções: — preparei em duplicata, o original para a congregação da Escola, uma duplicata para o arquivo da companhia.

Comando da Escola de Infantaria

194.

Fort Benning, Georgia

Assunto: Análise e recomendação de candidato a oficial
 Para: Congregação da Escola

I.

(Último nome) (1.º nome) (M.I?) (A.S.N?) (Componente) (Idade)

(Unidade onde serviu) (Arma e posto)
 e guarnição

2. Antecedência: (a) Família: (incluindo logar de nascimento dos pais e do candidato).

(b) Educação: (incluindo atividades extracurriculares).

(c) Experiência civil: (posições exercidas — período — salários — promoções — etc.).

(d) Experiência militar: (Unidade — serviços — promoções, — etc.).

3. Extratos de comentários de colegas:

(a) Favorável:

(b) Desfavorável:

4. Dados relativos a:

Classificação dos camaradas	Qualificação como atirador:	Instrução como monitor:
" do Cmt. do Pelotão	Fuzil M1	Período ... Desempenho ...
" da Companhia	Metr. pesada	" ... "
Exames de classificação gerais do Exército	" leve	" ... "
Fracassos acadêmicos	Fuzil automático	" ... "
Transgressões	Browning	" ... "
	Morteiro 37 m/m	" ... "

Coordenação física: (pista de obstáculos, instrução física, baioneta, etc.).

5. Qualidades reveladas de chefe observadas pelos oficiais da Companhia (em apropriadas palavras, citando incidentes)

(a) Favorável

(b) Desfavorável

6. Baseado na observação e uma análise do acima escrito:

(a) Não recomendo este candidato para um comissionamento no Exército dos Estados Unidos como "Combat Leader".

(b) Recomendo-o (ou não) para um comissionamento como oficial de Serviço no

(Ramo de Serviço)

Comandante da Companhia

Posto

Solução da Congregação

1. Recomenda-se que o acima nomeado Candidato a oficial *não seja recomendado* para um comissionamento no Exército dos Estados Unidos pelas razões indicadas abaixo:

- (a) Fracasso em trabalhos acadêmicos
- (b) Fracasso em demonstrar os atributos exigidos para comissionamento.

(c)

Secretário

Posto

***A Companhia A. G. A.
do Brasil de Gás Acumulado, comprimenta a A Defesa
Nacional, pelo seu 33.º aniversário, desejando-lhe prosperidade.***

O Regimento de Infantaria no Combate

(Continuação)

Ten. Cel. J. B. DE MATTOS

Transportes por estradas de rodagem —Deslocamentos motorizados

Essa espécie de transporte foi muito empregada durante a última guerra e no que se refere à Infantaria, os RI possuem, além de elementos totalmente motorizados, possibilidades de transportar-se únicamente por esse modo, desde que seja reforçado em meios auto ou o faça parceladamente, isto é, por escalões.

— Considerações Táticas

A realização dos deslocamentos motorizados sofre, também, a influência da situação tática. As possibilidades do inimigo exercem influência sobre: o dispositivo da coluna a ser adotado, a escolha dos itinerários e as medidas de segurança.

A ameaça aérea pesará sobre o rendimento do deslocamento. Assim, a capacidade das estradas será explorada, ao máximo, quando aquela ameaça for desprezível. Caso o inimigo possua superioridade aérea, o deslocamento deverá ser executado à noite. No caso de equilíbrio, o movimento poderá ser diurno, evitando-se, contudo, a formação cerrada.

— *Técnica da marcha*

A técnica dos deslocamentos motorizados compreende :

- o dispositivo de marcha;
- a regulação do movimento;
- as formações.

a) *Dispositivo de marcha.*

Coluna, nos deslocamentos motorizados, é o conjunto que segue a mesma estrada, tendo um mesmo Cmt.

A "seção de marcha", unidade elementar da coluna, é o elemento que pode fazer alto, ou romper a marcha, a um sinal ou ordem de seu Cmt.. Pode ser constituída por um determinado número de veículos, convindo, porém, compreender uma sub-unidade e algumas vezes mesmo um Btl. Sua organização visa essencialmente a regulação do movimento.

Um grupamento de marcha é formado por 2 ou mais seções submetidas às mesmas ordens. Sua organização visa simplificar a distribuição destas ordens.

Os Cmts. de coluna, grupamento e seção são os principais elementos de controle da coluna.

A fim de facilitar o escoamento, nos pontos dos itinerários, os grupamentos e seções se deslocam distanciados pelos intervalos de tempo determinados.

b) — *Regulação do movimento*

A coluna é formada pela passagem sucessiva das seções, pelo PI, a horas determinadas.

Para regular a passagem da coluna em pontos críticos do itinerário (váus, pontes estreitas, cruzamentos, trechos de circulação única) o Cmt. da coluna, Div., ou escalão superior, faz instalar "postos de fiscalização da circulação", que controlam o horário e a regularidade do movimento.

Quando necessário são utilizadas os guias e os balizadores, para evitar o transvio das secções.

Um "posto regulador de desembarque" (P R D) é colocado na entrada do local de destino da coluna para orientar as sub-unidades para suas respectivas áreas de estacionamento.

c) — *Formações*

A capacidade da estrada, a situação do inimigo, as possibilidades dos veículos transportadores, as restrições impostas ao movimento, pelos escalões superiores, e, às vezes, à própria habilidade dos motoristas, influem na formação da coluna, na distância entre seus elementos e na velocidade da marcha.

As formações são :

- coluna cerrada
- coluna aberta
- por infiltração

- 1 — *Coluna cerrada*: Aproveita toda a capacidade da estrada, mas é muito exposta à observação e ao fogo do inimigo. A distância entre os veículos é reduzida ao mínimo compatível com a segurança. Esta distância em metros (medida de motor a motor) é dada pelo duplo da velocidade horária quilométrica. A densidade do tráfego é função desta velocidade.
- 2 — *Coluna aberta*: Não aproveita bem a capacidade das estradas, mas é, relativamente, mais segura. A distância entre os veículos é função da densidade de tráfego, a qual varia de 6 a 15 viaturas, por km, conforme o prescrito. A densidade nesse caso não é mais função da velocidade.
- 3 — *Por infiltração*: Nesta formação os veículos partem irregularmente, por forma a se ter uma densidade de 0,6 a 5 viaturas por Km.

— VELOCIDADE DE MARCHA

- de dia: coluna cerrada — 32 Kms
- " aberta — 40 Kms
- por " infiltração — 40 Kms
- de noite: faróis acessos — como de dia
- faróis apagados — 16 Kms.

— ALTOS

Nas marchas longas, dependendo da situação, é normal intercalar altos periódicos, para manutenção dos veículos e repouso do pessoal.

Após a primeira hora de marcha faz-se um alto de 15 minutos, o qual é repetido depois de cada 2 ou 3 horas de marcha. Estes altos devem ser feitos, de preferência, em locais que permitam as ajustagens nas viaturas e tenham água.

Durante os altos, as viaturas deixam livre, tanto quanto possível, o leito da estrada. Caso não o possa fazer, colocam-se guardas á testa e na cauda da coluna. A tropa desembarca e permanece fóra da estrada.

Quando há grandes altos, o local destes deve permitir aos veículos abandonarem a estrada. Aproveitam-se estes altos para a transmissão de ordens às unidades (estafetas).

— SEGURANÇA

A segurança nos deslocamentos motorizados deve ser estabelecida para proteger a tropa, tanto quanto possível, não só das ações aéreas, como também das terrestres.

— Segurança anti-aérea :

Compreende medidas passivas e ativas.

São medidas passivas — o aumento das distâncias, o disfarce, a dissimulação dos embarques e desembarques, a es-

colha de locais cobertos para reunião ou estacionamento, a execução do movimento à noite, etc..

A defesa ativa baseia-se no emprégo das armas anti-aéreas. As Mtrs cal. 50, montadas em alguns veículos são guarnecididas, ficando prontas para atirar. Escalonam-se Mtrs cal. 30 ao longo da coluna. Atiradores de F M seguem como vigias anti-aéreos e atiram contra aviões em vôo baixo.

Os veículos, em caso de ataque aéreo, não se detêm, prosseguem na marcha, procurando furtar-se aos aviões.

O comando estabelece, quando possível, postos de defesa fixa, nos pontos críticos do itinerário, a cargo da AA Ae.

— Segurança terrestre

As colunas protegem-se contra as surpresas terrestres por meio dos destacamentos de segurança. A defesa contra blindado é feita com o estabelecimento de barragens, ao longo da estrada, a cargo das unidades especializadas.

— TRANSMISSÕES

As transmissões funcionam, durante as marchas motorizadas, não sómente dentro de cada coluna, mas, também, em ligação com as outras colunas e os comandos superiores. O rádio é de uso corrente, salvo caso de restrição determinada. Estafetas, em motocicletas ou viaturas de $\frac{1}{4}$ T., também são empregadas. Em alguns casos, empregam-se aviões de ligação.

— MEDIDAS PREPARATÓRIAS

Após ser informado sobre o deslocamento motorizado, o Cmt do R I prevê:

- o recebimento e a distribuição das viaturas de reforço;
- a organização dos agrupamentos de marcha, distribuindo o pessoal e material pelas viaturas recebidas;
- o emprégo do transporte orgânico;

Em vista da constante aplicação dessa espécie de deslocamento, vamos apreciá-la num caso concreto onde serão expostos:

- os processos que regulam os deslocamentos motorizados do R I;
 - a atividade do EM. do RI na solução destes problemas;
 - a redação de ordens de deslocamentos;
 - o emprêgo dos gráficos:
 - 1.^o) na confecção das ordens de movimento;
 - 2.^o) na fiscalização de sua execução;
 - 3.^o) na apreciação de incidentes, durante a execução.
-

CASO CONCRETO

1) *Situação geral*

Fôrças Vermelhas do Sul, em contato com Azues do N., após alguns mês es de operações, mantêm sólidamente a linha balisada pelo Rio Mogy-Guassú.

Tendo em vista o desencadearamento ulterior de uma ofensiva, o Comando Vermelho reune meios em torno das regiões de Araras — Rio Claro — Est. M.^o Pelado — Os Bicudos — 3.^a DC:

2) *Situação Particular*

As oito horas do dia D, o Cmt. da 14.^a DI recebe ordens para deslocar sua Grande Unidade para a região a W. de Pirassununga, entre esta cidade (exclusive), a Represa de Luz Elétrica, e Cachoeirinha, de acordo com o extrato da ordem de movimento abaixo. A 14.^a DI completou seus

desembarques na noite de D-1/D, e acha-se estacionada na fórmula constante da carta anexa.

IV EX. Vermelho EM. — 3. ^a Secção N. ^o	G. G. em , às 06.00 de D.
--	---

Ordem Particular de Operações n.^o 4
(A 14.^a DI)

I — *Informações sobre o inimigo*

- a) —
- b) — A aviação de reconhecimento Azul tem se mostrado muito ativa desde D-4, principalmente nos eixos:
Descalvado — Anápolis — Est. M.^o Pelado — Pirassununga — Est. M.^o Grande — Rio Claro.
- c) — *Conclusão* — Não parece ter identificado a nossa concentração de meios. Acha-se vigilante e em condições de perturba-la.

II — *Objetivo e condições gerais do Destacamento*

Ao alvorecer de D+1, a 14.^a DI deverá estar estacionada na Região: Pirassununga (excl.). Represa de Luz Elétrica — Cachoeirinha, onde passará às ordens do 6.^o C. Ex. em condições de, a partir das noites D+2, D+3 e D+3/D=4, entrar em linha mediante ordens do Corpo.

III — *Execução do Deslocamento*

- 1) — Nenhum movimento de unidade poderá ser executado entre 05.30 e 18.30.
- 2) — A DI regulará seus movimentos por fórmula a : só utilizar as penetrantes P 21 e P23, e os trechos entre as mesmas.
- 3) — Reabastecimentos:
- 4) — Evacuações:

IV — Segurança aérea

A defesa AA em Anápolis, Est. Corumbatohy, Est. Cuscuzeiro, Est. Oliveira, e na zona prescrita para o estacionamento da DI no fim do movimento, ficará a cargo do Exército.

V — Ligações e Transmissões

QG. do 6.^º C. Ex: em os Landgraff.

QG da DI: deverá funcionar a partir de 06.00 de D+1, em Cachoeirinha.

Confere A

Chefe EM.

Gen. X

Cmt. do IV Ex. Vermelho

Destinários

3) — Informações complementares

- 1) — Tempo bom e seco. Anoitece às 18.00 — amanhece às 05.00. As noites são claras.
- 2) — As unidades estão com os efetivos completos em pessoal e material. A 14.^a DI, é uma GU já experimentada.
- 3) — As estradas P 21 e P 23 estão bem conservadas, permitem dupla circulação, e têm-na controlada pelo Ex.
- 4) — Existem os trechos de vias férreas, estações, e rodovias constantes da carta, e construídas pela Engenharia do IV Ex. Todas essas informações foram tiradas da Carta de Comunicações no EM, dessa Grande Unidade.

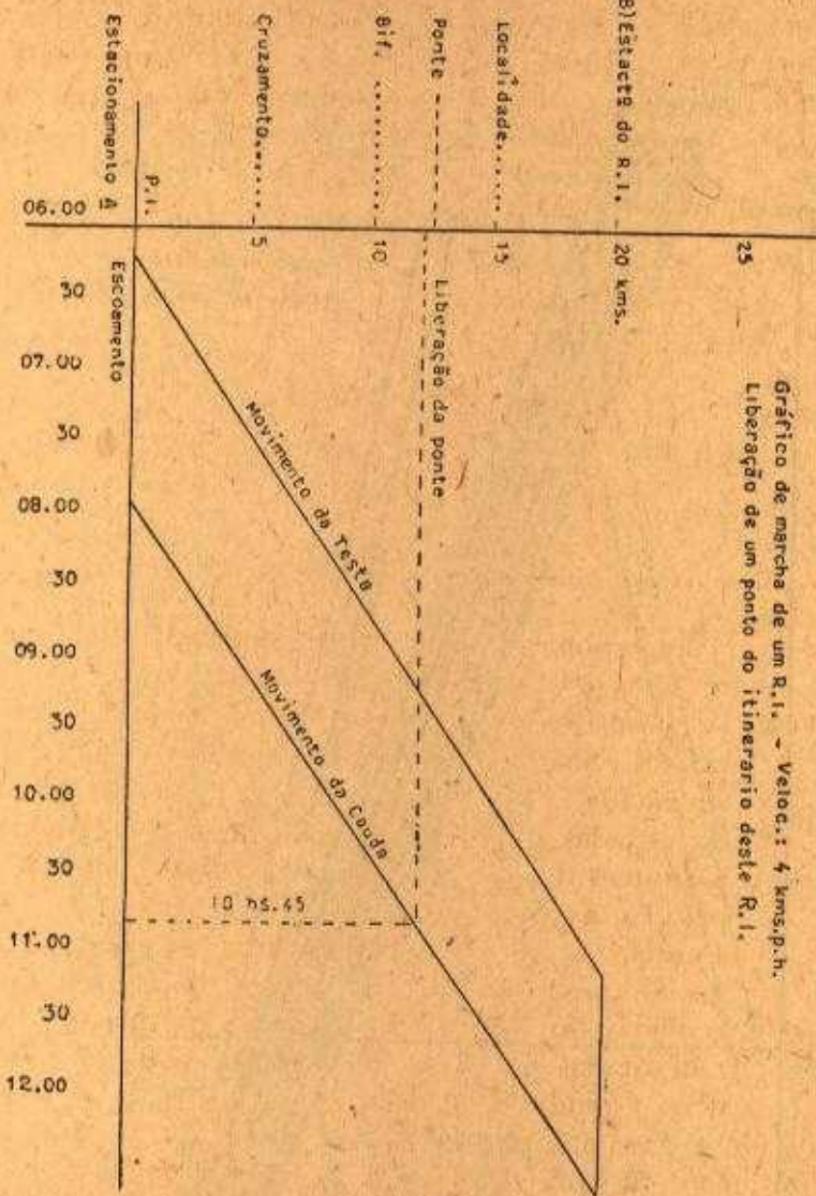
Ação do Cmt da 14.^a DI,

A atividade do Cmt da 14.^a DI., com relação ao deslocamento previsto na ordem do IV Ex. Vermelho, acima exposta, fez-se sentir pelos documentos que se seguem :

Gráfico de marcha de um R.I. - Veloc.: 4 kms.p.h.
Liberação de um ponto do itinerário deste R.I.

25

(B) Estatística do R.I. - 20 kms.



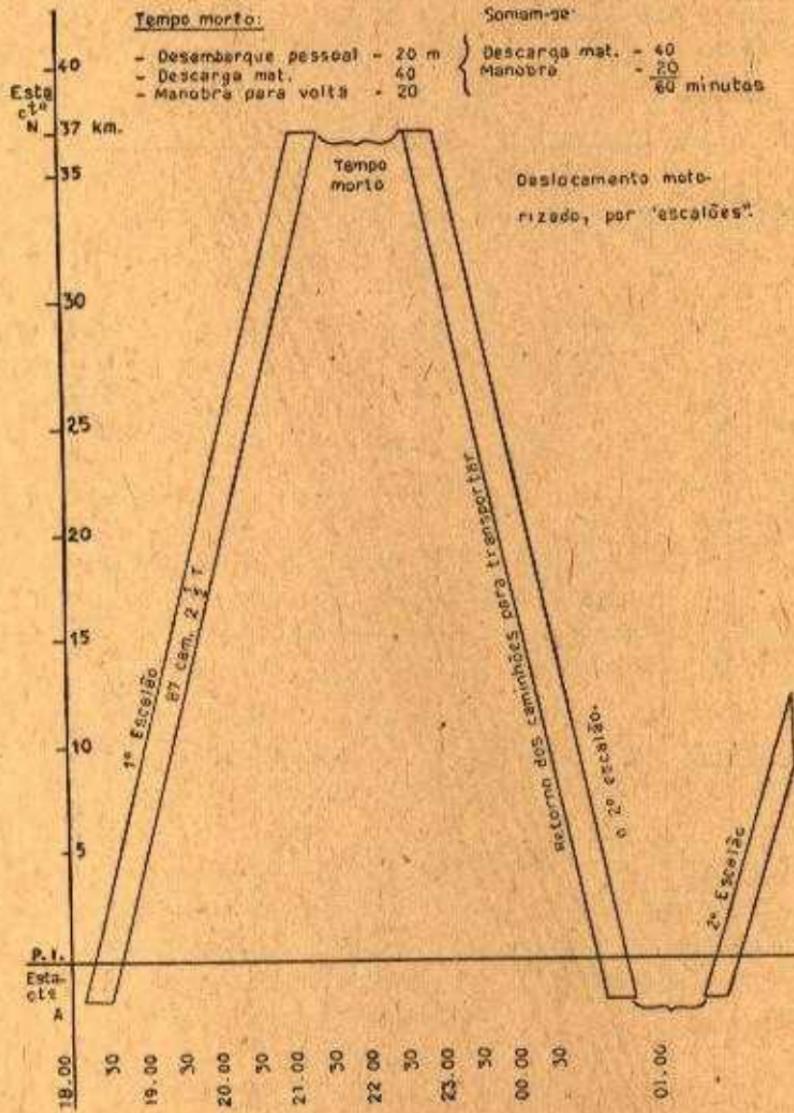
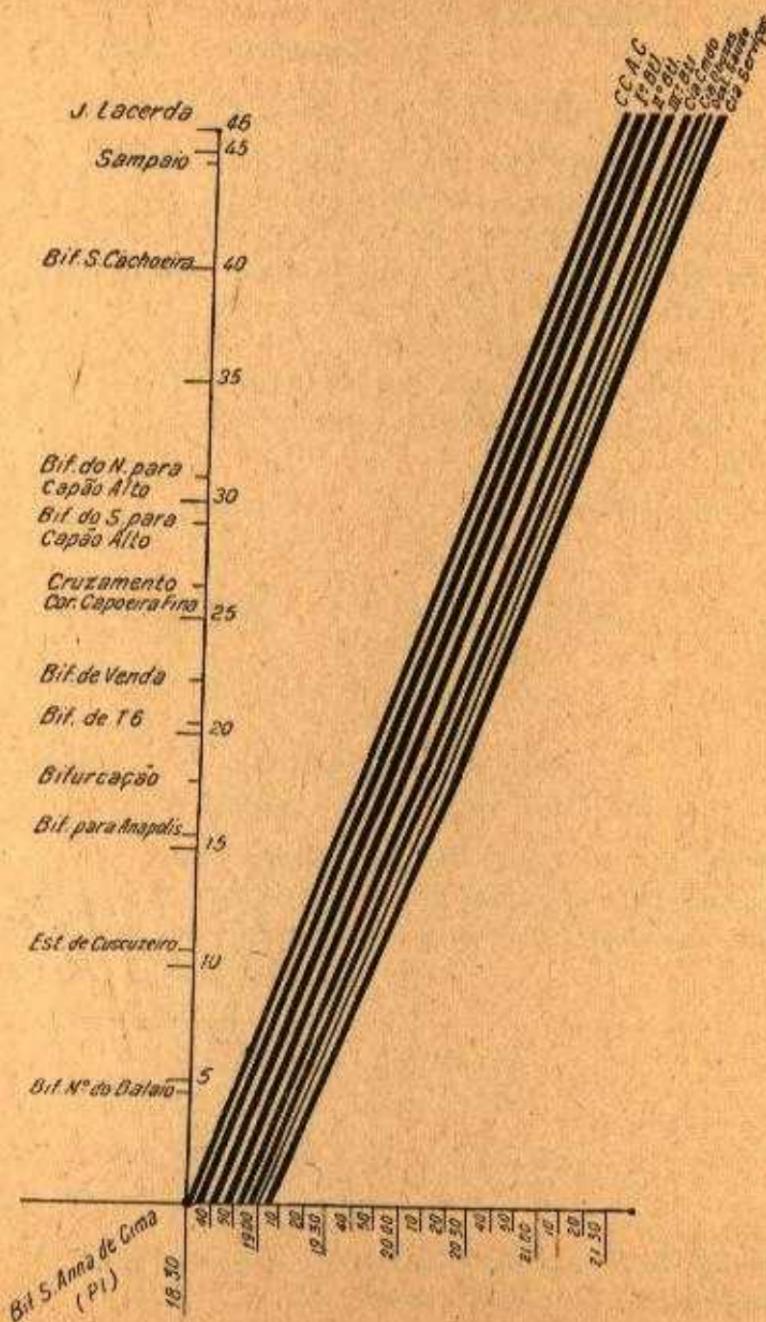


GRAFICO DO DESLOCAMENTO
DO 40º R.I.



1.º) — *Diretrizes do Cmt. da 14.^a DI ao seu Chefe
do EM. (Para o deslocamento da 14.^a DI)*

I - Impressão sobre o inimigo. Parece não ter sido identificada a concentração da DI.

II — Condições gerais do deslocamento

Levar a DI para a região de Pirassununga (exclusive) – Represa de Luz Elétrica – Cachoeirinha, utilizando a noite de D/D+1, em condições de poder proceder aos reconhecimentos para a entrada em setor a partir da segunda parte da jornada de D+2.

IV – Condições de execução: — As constantes do parágrafo III da ordem do IV Ex. Além disso o deslocamento deverá ser executado por coluna de Unidades.

Gen. X

Cmt. da 14.^a DI

—X—

(2,0) —

IV Ex Vermelho QG. em..., às 09.00 de
14.^a DI D

Ordem Preparatória n.º 1

(Para o deslocamento do D/D+1)

I - A 14.^a DI deslocar-se-á hoje, em caminhões, a partir das 18.30, para a região constante da carta anexa.

II — São proibidos movimentos antes dessa hora.

III — Itinerários

P 23 { Vér carta anexa.
P 21

Todos os trechos entre P 23 e P 21

IV – Prescrições especiais

— Fica a cargo das unidades sómente o reconhecimento e adaptação dos postos reguladores de desembarque.

- No transporte dos estacionadores serão empregados :
 - 2 caminhões para cada RI
 - 1 caminhão para cada grupamento de marcha.

Confere — A

Chefe EM.

Gen. X

Cmt. 14.^a DI

—x—

3.^o) — IV Ex. Vermelho
14.^a DI

QG. em . . . , às 12.00 de

EM — 3.^a Secção
N.^o

Ordem Geral de Operações n.^o 1
(Deslocamentos para a noite D/D+1)

I — Situação geral

a) — Tropas amigas

- Em contato com os Azues, mantém solidamente a linha balisada pelo Rio Mogyuassú.
- O Ex. faz a cobertura aérea das regiões: Anapolis — Est. Oliveirairas — Est. Cuscuzeiros.

b) — Inimigo

- A aviação de reconhecimento Azul tem se mostrado muito ativa, sobrevoando particularmente os eixos favoráveis, principalmente nos trechos Rio Claro — Anápolis e Rio Claro — Est. Visconde do Rio Claro.
- *Conclusão* — Não parece ter sido identificada a concentração da DI; só poderá atuar contra a nossa GU, por meios aereos.

II — Objetivo e Condições gerais do deslocamento: Todos os elementos do DI deverão estar estacionados ao alvorecer do D + 1 na zona constante da carta anexa.

III — Execução do Deslocamento

- 1) — Nenhum movimento de Unidade poderá ser executado entre 05.30 e 18.30.
- 2) — O 14.^º Grupo de Reconhecimento deslocar-se-á de acordo com instruções constantes de Ordem Particular.
- 3) — O deslocamento far-se-á por colunas de Unidades na forma prevista pelo Quadro Anexo.

IV — Dispositivos em fim de marcha (Vér carta de operações).

V — Prescrições especiais

A) *Destacamento precursor:* — São constituídos, em substituição aos mesmos, dois reconhecimentos, 1 por P 23 a cargo do 14.^º Grupo de Reconhecimento, outro por P 21 a cargo do 40.^º RI, chefiados cada qual por um oficial adjunto do SED.

a) *Composição de cada reconhecimento:* 1 oficial e 2 estafetas moto, 1 oficial do SED.
 1 oficial do SED.
Métos — 1 jeep e 2 motos
Hora de partida — 15.00.

b) *Missão*

- 1) — percorrer os itinerários, verificando a praticabilidade da passagem das colunas.
- 2) — em caso de necessidade de reparos, proceder a entendimentos com o S.E. Ex. em Anápolis — Bananal sobre P 23 e Est. Cuscuzeiros — Os Landgrafs sobre P 21.
- 3) — Reconhecer as ligações entre P 21 e P 23, de acordo com ordem particular.

- 4) — Em caso de impraticabilidade de algum trecho deverá informar à 3.^a/EM e à testa da coluna.
- b) — Fica a cargo das colunas o reconhecimento e adaptação dos postos reguladores de desembarque.

B) — Estacionadores

- a) — *Composição:* Os estacionadores serão organizados em turmas reduzidas e transportadas na seguinte proporção:

R. I. — 2 caminhões

Outras unidades — 1 por grupamento de marcha fornecido pela unidade de maior efetivo.

- b) — *Deslocamento:* Desde o recebimento desta, por caminhões isolados.

- c) — Haverá um circuito de recolhimento de indisponíveis entre 17.00 e 18.00.

- d) — *Circulação:* — Por conta do Ex. em P 21 e P 23.

— Por conta da DI nas ligações secundárias entre esses itinerários.

- VI — Segurança:** 1) — O Ex faz a segurança aérea ao longo da via-Ferrea entre Est. Oliveiras e Est. Cuscuzeiros.

2) — Medidas de alerta e precaução contra aviação durante a marcha, por conta dos Gmts de colunas e grupamentos de marcha.

VII — Ligações e Transmissões

— O QG da DI funcionará em Cachoeirinha a partir das 00.00 a D + 1

— Uma permanência do QG funcionará no Est. M.^o Pelaldo até 12.00 de D + 1.

- As partes de movimento deverão ser enviadas para Cachoeirinha até 10.00 do D+1.
- Fica vedado o emprêgo do rádio.

Confere
Cel. Z
Chefe EM

Gen. X
Cmt. 14.^a DI

Anexos: — Carta de operações
— Quadro de movimento

Grupo- mento de marcha	Cmt	Itinerário	Local	PI		Observações
				Hora da passagem		
					Testa	Cauda
40. ^º RI	Cmt. do RI	P 21	Bifurcação da Faz. S. Anna de Cima	18.30	19.10	O RI contará com 87 caminhões de 2 ½ T em seu estacionamento a partir de 18.00. Estes caminhões ficarão liberados logo após o desembarque das tropas.
41. ^º RI	etc.
	etc.

Solução do Caso Concreto no Escalão 40.^º RI

1.^º) *Raciocínio do Cel. Cmt.*

- P. *Dé que se trata para o 40.^º RI?*
- R. Deslocar-se numa só coluna, num percurso de 46 Kms, iniciando o movimento às 18.30.
- P. *Com relação às possibilidades do inimigo, que há a considerar?*
- R. A impressão transmitida pelo Cmt. da DI esclarece que, durante o deslocamento só há a temer a intervenção da aviação inimiga.
- P. *E o percurso como poderá influir?*

R. Para o cumprimento da missão, a estrada já foi designada e as transversais utilizaveis também, todas permitindo dupla circulação e independem de qualquer atividade do RI para o seu beneficia-
mento à priori.

P. E os meios?

R. O RI em estudo possue :

- 3 Btls. de Infantaria
- Cia de Comando
- Cia. de Serviços
- Cia. de Canhão Anti-Carro
- Cia. de Obuzes de 105 m/m.

Com excepção dos Btls. de Infantaria, todos os outros meios são totalmente motorizados.

No caso do 40.^º RI foram fornecidas as viatu-
ras para o transporte total e de uma só vez do RI.

2.^º) *Atividades do EM do RI* — O EM do RI, além do Ten. Cel. Sub-Cmt. dispõe:

- do S₁: a cujo cargo está a questão de efetivo;
- do S₂: o encarregado das informações;
- do S₃: o auxiliar das operações;
- do S₄: que trata dos serviços e comunicações.

No caso em estudo há apenas a folcalizar a atividade do S₃ no preparo da carta de operações e o S₄ nas prescri-
ções atinentes aos Serviços, pois pouco há a prevêr sobre as estradas.

Do raciocínio do Cel. Cmt. do 40.^º RI e da cooperação do respetivo EM., resultaram as ordens que se seguem, considerando haver o Cmt. do RI recebido :

- a Ordem Preparatória n.^º 1 — às 10.00
- a Ordem Geral de Operações n.^º 1 — às 13.00.

OUTUBRO DE 1946

A DEFESA NACIONAL

— Ordens dadas pelo Cmt. do 40 RI para o deslocamento
a D/+1

1.º) Ordem Preparatoria

I

14.^a DI

P. em Faz. S. Anna de Cima, às

40.^a RI

11.00 de D.....

N.^o

Ordem Preparatória N.^o I

(Para deslocamento — Confirmação de ordem
telefónica)

- I — O 40.^o RI deslocar-se-á na noite de D/D+1, de caminhões, em direção a NL.
- II — Todos os elementos deverão estar prontos para se deslocarem a partir das 18.00.
- III — As medidas preparatórias para o movimento deverão ser tomadas com o máximo cuidado contra a observação aérea.
- IV — Estacionadores e o Cmt. do Pel. de Transportes: reunidos no PC do RI às 12.00.

Destinatários

Cel. A

.....

Cmt 40.^o RI

.....

Nota — Tem sempre cabimento a ordem preparatória para que os executantes possam realizar os preparativos com tempo e método.

No caso há apenas a destacar a observação sobre os estacionadores, a região de desembarque, conforme prescrições da Ordem Preparatória n.^o 1 da DI.

Geralmente consta da Ordem Preparatória o PI, entretanto como para o 40.^o RI o PI está na zona de estacionamento é dispensável.

三

14.^a DI P. C. em Faz. S. Anna de Cima,
40.^o RI às 14.00 do D.
EM - 3.^a Secção
N.^o

Ordem Particular n.º 1
(Aos estacionadores)

1 - O 40.^º RI vai se deslocar na noite de D/D+1, para a região de J. Lacerda.

II — Turma de Estacionadores

- A) — *Missão*: — Reconhecer e repartir a região do estacionamento . — Reconhecer e adaptar o posto regulador de desembarque.
 - B) — *Composição*: 1 — Cmt. S1 do RI, 1
 - 2 — *Elementos*: a) — do RI — Cap. Médico do I Btl, 1. b) — do Pel. de Transporte — Cmt. 1 Sgt., 2. c) — dos Btis — 1 Sub-Ten por Btl., 3. d) — das Cias — 1 Sgt., 1 cabo e 1 soldado, 48. e) — do Dest. S — 1 Sgt., 1 cabo e soldado, 3. — 58.
 - C) — *Itinerário*
 - D) — *Transporte* — Dois caminhões, a cargo do Pel. de Transporte.
 - E) — *Partida* — Às 14.00.
 - F) — *Alimentação* — Jantar no destino. Ração C....
 - G) — *Relatório*: Apresentado no destino.

Cel. X
Cmt. 40.^o RI

Destinatários: — S1 — I, II e III Btls — Cia Cmd., Nav, AC, e Obuzes — Dest. Saúde.

III

14. ^a DI	P. C. na Faz. S. Anna de Cima,
40. ^º RI	15.00 de D. de
N. ^º	

*Ordem de Deslocamento n.^o 1
(Para a noite de D/D+1)*

I — Situação geral**a) Tropas amigas**

- Mantém solidamente a linha balizada pelo rio Mo-gy-Guassú em contato com os Azues.
- A cobertura aérea da região de Est. Oliveira-Ana-polis está garantida pelo Ex.

b) Inimigo

- Parece ainda não ter identificado a concentração da 14.^a DI.
- Sómente poderá atuar com sua Aviação.

II — Objetivo do Deslocamento: Levar o RI para a região de J. Lacerda, onde estacionará em condições de prosseguir o movimento para o N. a partir da noite de D+2/+3.**III — Execução do Deslocamento**

- 1) Vér quadro anexo
- 2) São proibidos os movimentos antes de 18.30 e após 05.30.
- 3) Não haverá Destacamento Precursor.
- 4) Haverá um circuito de recolhimento dos indisponíveis entre 17.000 e 18.000.
- 5) Após 05.30 ficam interditos todos os movimentos, salvo os indispensáveis de pequenos grupos e no máximo de dois caminhões, com toda a cautela contra a observação aérea.

IV — *Segurança aérea*

- 1.^º) O Ex. fará a cobertura aérea da Est. Oliveira e Anápolis.
- 2.^º) A defesa do novo estacionamento deverá estar assegurada a partir de 23.00.
- 3.^º) Vigilância aérea por conta dos Btls. e Sub/Unidades.

V — *Disposições para o estacionamento*

- 1) *Estacionadores* — Regulados por ordem particular.
- 2) *Pontos de desembarques e de contato com os estacionadores* — São balizados pelos elementos encarregados.
- 3) Cia. de dia para D+1

VI — *Reabastecimento*

VII — *Ligações e Transmissões*: Marcharei na testa do I Btl.
— PC em fim de movimento — J. Lacerda.

PC.	I Btl. . . .	}
"	II Btl. . . .	
"	III Btl. . . .	

a escolher e participar.

E' vedado o uso do rádio.

Destinatários: — Cmt. 14.^º DI.

Cel. X

— I, II e III Btls.

Cmt. 40.^º RI.

— Cias.	Comando C.A.C Serviços Obuzes
---------	--

IV

40.^o RI
EM.Ordem de Deslocamento n.^o 1III — Execução de Deslocamento —
(quadro anexo).N.^o

Elementos	Cmto	Itinerário	PI		For-	Veloci-	Observações
			Horas da passagem	Passagem			
			Testo	Cauda			
C. C. A. C	Cmto. do RI	Btl.					
I Btl	Vérda	Btl.	18.30	18.32			
II Btl	corta	Faz.	18.33	18.38			— Os I, II e III Btis. conto-
III Btl	de S.	S.	18.40	18.44			estacionamentos às 18.00 de-
Cia. Cmto	opera-	Ano	18.46	18.50			nho, cada um, com 29 cami-
Cia. Ob.	sões		18.52	18.54			nhões 2½ T, nos respectivos
Dest. Saúde	P. 21	Cimo	18.55	18.58			DXI.
Cia. Serviços			19.00	19.01			— Estes comandos ficarão li-
			19.03	19.06			vres logo após o desbarque
							da tropa.

Nota - O estudo do estacionamento será feito num capítulo especial e na aplicação será aproveitada a presente situação.

- O mesmo será adotado com relação ao Reabastecimento e demais serviços.
- Quanto aos P. C. a redação foi forçada por falta de indicações da carta.
- No quadro de movimento admitiu-se que os Btis. gastem 4 minutos, as demais Cias do RI 2 minutos e o Destacamento de Saúde 1 minuto, tudo na velocidade de 16 kms. para escoamento. Outrossim foi considerado serem necessárias 29 viaturas para o transporte dos elementos a pé do Btl. e a respectiva bagagem.

Deslocamentos por escalões

Vamos supor, a título de estudo, que o 40.^o RI, tivesse recebido ordens, para estudar o deslocamento por escalões, usando caminhões de 2½ T, sem e com reforço de 29 caminhões, nas mesmas condições táticas da situação estudada, isto é, movimento iniciado às 18.30 e terminado às 05.30.

Considerando-se que para o pessoal a pé do Btl. são necessários 29 caminhões, cuja capacidade é para 25 homens, percurso de 45 kms, velocidade de 15 kms e existência no RI de 32 caminhões de $2\frac{1}{2}$, sendo 29 na Cia de Serviços e 3 na Cia de Obuzes teremos:

1.º Caso — Sem reforço

40.º RI **Ordem de Deslocamento n.º 1**
EM. **II — Execução do Deslocamento - Quadro anexo**
N.º

Esc.	Elementos Serviços	Cmdo	Local	PI		For- mação Testa	Velo- cida- de Cauda	Observações
				Hora de passagem	Cer- coco			
1.º	CCAC Cia. Cmdo. Cia Obuz Dest. Saúde Cia	Cel. Cmt.	Brl. de S. Ana de Cima	18.30 18.34 18.38 18.43 18.45	18.32 18.36 18.40 18.44 18.48	Cer- coco	16 kms.	Os cálculos foram feitos so- mando às 3 horas de percor- se ou 6 de ida e volta mais 120 minutos de desembarque e embarque.
2.º	I Btl.	Cmt. Btl.		01.58	02.02	Cer-	16	O retorno dos caminhões já ultrapassou às 05.30.
3.º	II Btl.	Cmt. Btl.		08.42	08.46	radio	kms	Impossível por ultrapassar às 05.30
4.º	III Btl.	Cmt. Btl.		?	?			

2.º Caso — Reforço de 29 caminhões

1.º	CCAC I Btl. Cia. Cmdo. Cia Obuz Dest. Saúde Cia Serviços	Cel. Cmt. RI	Brl. de S. Ana de Cima	18.30	18.32	Idem	Idem	Os caminhões após o desem- barque retornaram imediata- mente ao estacionamento de S. Anna de Cima para o trans- porte dos II e III Btis.
				18.34 18.40 18.44 18.49 18.52	18.38 18.42 18.46 18.50 18.54			
2.º	II Btl. III Btl.	Ten. Cel. Subst. Cmt.	Idem Idem Idem					

— *O emprego dos gráficos*

O uso dos gráficos é imperioso quando se tem de organizar deslocamentos com numerosas unidades, em face das vantagens que apresentam para o preparo do quadro de movimento e fiscalização da sua execução visto como evita os inúmeros cálculos sempre suscetíveis de erros.

i) — *Vantagens dos gráficos*

O emprêgo dos gráficos permite :

- preparar, sem perigo de erros, os elementos necessários à elaboração de um quadro de movimento, por mais complicado que seja e controla-lo mui rapidamente;
- saber, em qualquer momento, a situação de uma coluna em movimento, cujo itinerário deva ser alterado ou à qual deve ser entregue uma ordem;
- intercalar nos intervalos das colunas, durante a execução do movimento, um novo elemento cujo encaminhamento o Comando considera urgente;
- serem tomadas pelo Oficial do EM. encarregado "dum posto de fiscalização da circulação", as medidas necessárias para encaminhar certos elementos por novo itinerário, no caso em que se tenham produzido anormalidades durante a execução da marcha (ponte destruída, cruzamento bombardeado, obstruído . . .).

II — *Precauções a tomar no emprêgo dos gráficos.* — No emprêgo dos gráficos, para os movimentos militares, deve-se tomar as seguintes precauções :

- 1.^º) — As distâncias devem ser medidas na carta com precisão. Erros de 10 %, nestas medidas são normais, mormente quando se trata de itinerário sinuoso.

Esta precisão de medida é função da velocidade de deslocamento do elemento em estudo. Assim é que, um erro de 2 kms, acarreta um erro de 20 minutos no movimento de uma tropa que marcha a pé; enquanto que aquela diferença representa um erro de 4 minutos apenas, para um deslocamento com a velocidade de 30kms. horários.

2.º) — A velocidade do deslocamento deve ser convenientemente escolhida, de molde a permitir que seja obedecida rigorosamente, durante o movimento.

Esta velocidade varia com o estado de fadiga da tropa, o estado atmosférico, a viabilidade dos itinerários, a situação tática, etc.

III — Preparação dos gráficos. — Utilizar uma folha de papel quadriculado comum para cada itinerário.

Traçar dois eixos :

- um eixo horizontal, correspondente às horas (6 quadriculas para 1 hora — 1 quadricula para 10 minutos);
- um eixo vertical, relativo às distâncias em quilômetros (1 quadrícula por Km).

Graduar o gráfico :

- tomar como origem das horas, a anterior a do início de todos os movimentos;
- para as distâncias: traçar um eixo horizontal que representará a origem das distâncias (ponto inicial), considerando-se os quilômetros como positivos ou negativos conforme se encontrem acima ou abaixo dessa origem. Escrever a esquerda do gráfico e no local correspondente, de acordo com a escala das distâncias, os estacionamentos de partida e de chegada diretamente ligados pelo itinerário.

IV — Utilização dos gráficos

1.º) — Traçar o movimento de um elemento.

- Tomemos, para exemplo, um R.I., que se movimenta entre dois pontos A e B, a 4 kms horários.
- Para traçar o movimento da testa deste R.I. marcar-se-ão no gráfico 2 pontos:
 - um sobre o eixo das horas, dado pela hora de passagem dessa unidade pelo P.I. (marco zero das distâncias);
 - outro, um ponto cujas coordenadas sejam — a abcissa, correspondente ao tempo de uma hora; a ordenada correspondente ao percurso de 4 kms.
- A reta ligando estes dois pontos representa o movimento da testa do R.I.
- Para se ter o movimento de cauda do R.I. traça-se uma paralela à "linha do movimento" de testa e dela distante de uma distância igual ao tempo de escoamento do R.I., tomado sobre o eixo das horas.

2.º) — Verificar a liberação de pontos de um itinerário.

- Para se verificar a hora de liberação de determinado ponto de um itinerário, traça-se, uma perpendicular ao eixo das horas. A hora assinalada no pé desta perpendicular indica a hora de liberação do itinerário, no ponto em questão.

3.º) — Traçar o movimento de viaturas de retorno, nos deslocamentos motorizados por escalões

- Traçado o movimento de qualquer escalão, do P.I. ao estacionamento, verifica-se a hora de chegada da cauda do escalão a este estacionamento (paralela ao eixo das horas, ligando o extremo da linha represen-

- tativa do movimento da testa, à linha do movimento da cauda).
- Levar-se-á em conta o tempo morto, resultante do desembarque do pessoal (ou material), manobra dos caminhões, carregamento (se fôr o caso) etc.
 - Este tempo será representado por um espaço vazio entre o termino do movimento da cauda e o inicio do movimento das viaturas que deverão retornar ao estacionamento inicial.
 - Obtido o ponto correspondente ao inicio deste movimento de retorno, procede-se ao traçado do movimento da testa da coluna; partindo a linha em direção ao eixo das horas; e, consequentemente em divergência com o gráfico do movimento do escalão, já traçado.

Armazem Luzitano

Completo Sortimento de Secos e Molhados

Comestíveis Diversos a Preços Módicos

Americo M. da Costa

11, Rua Gonçalves Lêdo, 11 — Tel. 22-9601

RIO DE JANEIRO

O CONTRA-ATAQUE

CONTRA-ATACA-SE UM INIMIGO AINDA NÃO DETIDO?

Maj. GERALDO DE MENEZES CORTES

Quem quer que recorde as batalhas defensivas sustentadas primeiro pelos russos, nos negros dias dessa Guerra, e depois pelos alemães, na irremediável prorrogação da derrota, encontrará como constantes episódios os CONTRA-ATAQUES, desfechados com maior ou menor presteza, com menor ou maior violência, mas sempre evidenciando o espírito combativo de tropas de elite. Esta defensiva agressiva é a luta constante pela retomada da iniciativa no campo tático; mais do que natural no âmbito de todas as Grandes Unidades, é indispensável à manutenção das posições que lhes destinaram defender a todo custo.

Não há conceito menos discutido do que seja a guerra uma luta entre duas vontades antagônicas — uma luta moral. Também ninguém desconhece que o Chefe só pode manifestar sua vontade com o emprego de elementos de força a sua disposição, ainda não empenhadas, isto é, a sua reserva. Pois bem, o contra-ataque é a manifestação mais evidente dessa vontade de vencer na batalha defensiva.

Uma reserva, em situações defensivas, pode ter missões de limitar uma brecha ou, eventualmente, reforçar uma frente, mas a missão mais comum e indispensável que lhe possa ser atribuída para o cumprimento do "desideratum" atribuído ao Chefe será, sempre, a de contra-atacar. Mesmo quando as missões sejam as daquelas naturezas, visa-se ganhar o tempo necessário a que uma reserva do escalão superior possa contra-atacar em melhores condições, isto é, aplicando sobre o inimigo uma maior potência.

Ao analisar-se a evolução dumia batalha defensiva para decidir-se de um emprego de reserva em contra-ataque, inúmeros pontos são e devem ser encarados, para situar-se o problema de modo que ele possa sofrer as reações dos fatores cuja análise conduz à DECISÃO adequada. Mas, dentre esses pontos um preocupou a todos os solucionadores de questões acadêmicas, nos bancos das nossas Escolas de Armas e de Estado-Maior, nos últimos anos: "O inimigo está detido?". Isto porque se acreditava que seria impossível contra-atacar um inimigo ainda em movimento, cujo ímpeto ofensivo não

havia sido contido, abrindo-se uma única exceção para os contra-ataques com carros de combate.

Justamente o objetivo destas linhas é chamar a atenção sobre tal questão, para responder-se à clássica pergunta: "Posso contra-atacar?".

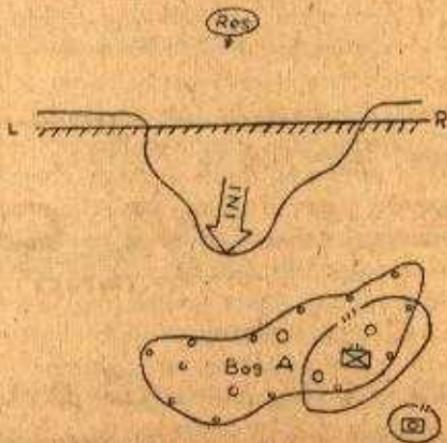
A primeira condição a satisfazer para concluir por uma decisão afirmativa, e a que nos habituamos a considerar como verdadeira, era — o inimigo está parado ou detido.

Contra esta conclusão simplista é que viemos ocupar a atenção do leitor, convidando-o à meditação das linhas que se seguem.

O que nos parece preciso não é que o inimigo esteja detido ou que, pelo menos, tenha parado. Não, o que é necessário é que o exame das possibilidades adversas nos assegure que o escalão de ataque inimigo não poderá alcançar a orla anterior da base de partida escolhida para o contra-ataque, antes do respectivo desencadear. Não importa que as massas atacante e contra-atacante se choquem em movimento; vencerá nesse combate a que tiver melhor coordenação do fogo com o movimento, a que tiver moral mais forte. Se é verdade que o atacante vem de moral levantada pelos êxitos iniciais, também é verdade que o contra-ataque poderá surpreendê-lo com funestas consequências para ele e desarticular-lhe o mecanismo do ataque, aparando seu impeto ofensivo e levando-o à destruição do escalão de ataque.

Falhará o Chefe que, com a possibilidade de lançar sua última cartada com agressividade, deixar de fazê-lo não contra-atacando à espera de que o inimigo seja detido pelo fogo das forças remanescentes de uma posição.

Exemplo:



Um escalão de ataque inimigo pode não ser detido pelo fogo ao serviço da defesa, mas poderá fraquejar e sucumbir, se, diante dêle, se antepuzerem formações bem instruídas e comandadas que demonstrando um alto espírito combativo, venham contra-atacá-lo em pleno delito de sua manobra, principalmente, quando o poder de choque e fogo conjugados do contra-ataque for aplicado nos pontos mais vulneráveis daquela escalação, como sejam seus flancos, ou nas ocasiões mais propícias como de reajustamentos de dispositivo ou de restabelecimento de ligações. Foi lembrando disso, que muitos Chefes verificaram que um elevado espírito ofensivo de tropas, que travavam batalha defensiva foi capaz de obter o que o fogo ao serviço de um dispositivo estático não pudera conseguir, isto é, deter um ataque adverso.

Exemplo:

São 10.00 H de um dia D. O inimigo rompeu as primeiras organizações defensivas e atingiu a linha assinalada no esboço. Se prosseguir na penetração da posição, poderá alcançar a orla do bosque A às 13.00 H. Calculadas as possibilidades da Reserva amiga (1 R.I. e 1 Btl. C.C.) verifica-se que poderá ocupar uma base de partida, cuja orla exterior seja a do Bosque A, e contra-atacar às 12.00 H.

Conclusão: — Poderemos contra-atacar. Naturalmente que, para isso, encararemos a necessidade da obtenção da superioridade de fogo na zona do contra-ataque e o conhecimento da situação das reservas adversas, de modo a impedir que possam intervir em tempo, procurando neutralizar o contra-golpe que vamos desfechar.

FUMEM
ELMO
 TIPO AMERICANO
 Cia. de Cigarros
 Souza Cruz

LIGAÇÃO E TRANSMISSÕES

Maj. EDUARDO DOMINGUES DE OLIVEIRA
Instrutor da E.E.M.

1 — Quem quer que inicie um estudo de TRANSMISSÕES, baseado em documentação francesa, encontra como ponto inseparável desse estudo o problema da LIGAÇÃO. Nossa Regulamento 84 também aborda o assunto, com exposições detalhadas.

— O mesmo não acontece com a documentação americana, pois que nela não encontramos uma referência mais minuciosa sobre LIGAÇÃO. Vemos, apenas, a preocupação da insistência sobre TRANSMISSÕES.

2 — Esta divergência de atitudes — a americana, de um lado; a francesa e a brasileira, de outro — tem sido interpretada desfavoravelmente à importância da LIGAÇÃO, pois estudiosos do assunto admitem que "o americano, levado pela sua super-técnica, pela sua mania de especialização e pela sua incrível riqueza de meios, levado a despresar, a pôr de parte a noção LIGAÇÃO, exaltando, em câmbio, a noção TRANSMISSÕES".

— Não concordamos totalmente com esta interpretação. O americano não *desprezou* a noção LIGAÇÃO. E a prova disso é a importância capital que ele dá às TRANSMISSÕES. Admitimos, isto sim — que o americano, prático e simples, aborda em minúcia o caráter objetivo da LIGAÇÃO — de que as TRANSMISSÕES são uma das formas auxiliares mais eficientes de realização — e deixa apenas subentendido o sentido abstrato da mesma — atendendo a que, uma vez aquele sendo realizado, este estará perfeitamente assegurado.

3 — Somos favoráveis aos dois processos de estudar o assunto: — o francês — por nós também adotado no Reg 84 — e que procura desenvolver diretamente a noção de LIGAÇÃO para que se sinta a sua importância e a necessidade de sua realização;

— o americano — que procura assegurar indiretamente a realização da LIGAÇÃO, ressaltando a importância das TRANSMISSÕES.

— Julgamos, no entanto, que êsses processos não devem ser adotados indiferentemente. Há graduações na escala hierárquica de Comando, como também as há na escala da capacidade profissional.

— Ao Comando, mesmo das unidades, e aos elementos mais a él ligados, achamos indispensáveis as noções de LIGAÇÃO que o francês preconisa tão claramente. Aos demais, executantes, essas noções já não são mais tão necessárias, desde que a noção de TRANSMISSOES tenha sido desenvolvida a tal ponto que sua aplicação assegure a convergência dos esforços para a execução da manobra idealizada pelo chefe do escalão superior.

4 — Sei bem quão difícil para muitos se afigura determinar a diferença entre LIGAÇÃO e TRANSMISSOES. Para êsses, se a dificuldade persiste, melhor será, talvez, não insistir no problema da LIGAÇÃO e tratar, somente, mas de modo intenso, do que se refere à TRANSMISSOES.

5 — Dentro desse nosso ponto de vista, procuraremos apresentar aos nossos camaradas, em ligeiras notas, resumidas do regulamento francês e também do nosso, alguns aspectos da LIGAÇÃO. No próximo número, trataremos das TRANSMISSOES.

A LIGAÇÃO

A — OBJETIVO E ORGANIZAÇÃO

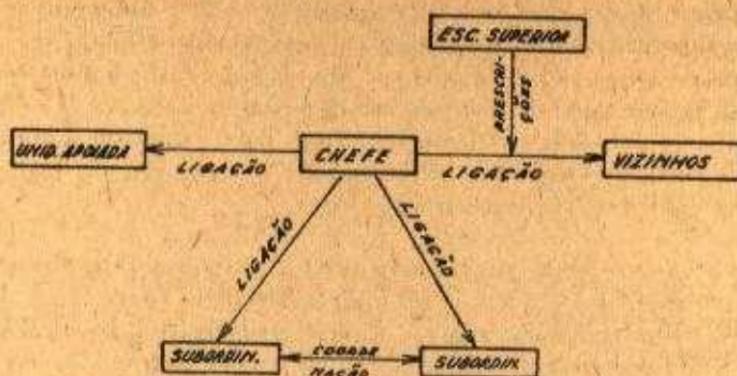
6 — A LIGAÇÃO é um conjunto de disposições, algumas das quais de ordem moral e psicológica, que permitem ao Comando assegurar a convergência dos esforços para a execução de seu plano de manobra.

— Essa convergência de esforços diz respeito à cooperação:

- entre os diferentes escalões de Comando;
- entre as Armas;
- entre as Armas e os Serviços;
- entre os Serviços.

7 — As LIGAÇOES são organizadas em cada escalão de Comando e todo chefe é responsável pela organização das ligações:

- com as unidades diretamente subordinadas;
- com as unidades que él apoia;
- com as unidades vizinhas, conforme prescrições superiores;
- entre as unidades subordinadas (coordenação).



8 — Esta organização é regulada, de inicio, pelas ordens de operações e adaptada, posteriormente, às situações sucessivas que se apresentarem no curso da luta.

— Ela exige, antes de tudo:

- que o CHEFE acompanhe de perto as operações dos escalões subordinados, se informe de suas necessidades e se assegure de que seus subordinados foram atendidos;
- que o SUBORDINADO mantenha a autoridade superior sempre ao par de sua situação e de suas necessidades e provoque, eventualmente, suas ordens;

— que o CMT de TODA UNIDADE mantenha contacto com os Cmts. das unidades vizinhas, para assegurar com êles uma cooperação estreita, ajudá-los ou solicitar sua ajuda;

— que CADA ARMA trabalhe em contacto estreito com as outras Armas, no quadro da missão recebida;

— que todo CHEFE DE SERVIÇO tenha previsto as necessidades dos combatentes e dos demais Serviços interessados.

B — MEIOS DE LIGAÇÃO

9 — A LIGAÇÃO é assegurada:

- pela REMESSA de instruções, ordens, relatórios e informações entre os diferentes escalões;
- pelo CONTACTO PESSOAL do Chefe com seus subordinados;
- pela OBSERVAÇÃO DIRETA, quer do Chefe, quer de seus órgãos de informações (aviões, agentes de ligação, observadores, etc.);

— pelos AGENTES DE LIGAÇÃO, destacados para junto das unidades superiores, subordinadas, vizinhas ou apoiadas;

— pelos DESTACAMENTOS DE LIGAÇÃO, destinados a manter as relações:

— seja entre duas unidades vizinhas;

— seja entre elementos de duas Armas chamadas a cooperar de maneira particularmente íntima em uma mesma ação.

10 — As instruções, ordens, relatórios e informações são encaminhados de uma autoridade à outra por um conjunto de meios denominados de — TRANSMISSOES.

C — A LIGAÇÃO INFANTARIA-ARTILHARIA

11 — Das LIGAÇOES ENTRE AS ARMAS, ressalta, por sua importância e frequência, a LIGAÇÃO INFANTARIA-ARTILHARIA, que deve possibilitar, em todo momento, a adaptação do tiro da Artilharia às necessidades das unidades de Infantaria engajadas no combate.

— A LIGAÇÃO deve ser particularmente estreita entre a Artilharia de apoio e a Infantaria que ela apoia.

— É necessário que a todo instante:

— o CHEFE DE INFANTARIA possa fazer conhecer sua situação e suas necessidades ao Chefe da Artilharia de apoio;

— o CHEFE DE ARTILHARIA DE APÓIO possa, por sua iniciativa ou por pedido da Infantaria, fazer dirigir tiros eficazes sobre os objetivos que se opõem à manobra desta.

12 — Compete à Artilharia realizar esta LIGAÇÃO por seus próprios meios.

E esta realização comporta:

— CONTACTOS FREQUENTES entre os comandantes da Artilharia e os comandantes da Infantaria;

— o emprégo de um DESTACAMENTO DE LIGAÇÃO, enviado por todo Agrupamento de apoio direto à unidade de Infantaria que ele apoia.

13 — Os CONTACTOS FREQUENTES são facilitados pela justaposição dos PC dos Chefes de ART e de INF e pelo encontro, nos mesmos observatórios, de elementos das duas Armas.

14 — O DESTACAMENTO DE LIGAÇÃO, de constituição variável e comportando, sempre, elementos de TRANSMISSÕES, é destinado:

— a fornecer ao Comando da unidade de Infantaria apoiada e aos comandantes das unidades de Infantaria, subordinadas a esse Comando, — informações precisas sobre a situação e as possibilidades de tiro de sua Artilharia, bem como a natureza dos tiros previstos ou a prever;

— a recolher, para transmiti-las ao comandante do Agrupamento, todas as informações úteis sobre a situação e as necessidades da Infantaria;

— a assegurar, em qualquer circunstância, a transmissão das informações e dos pedidos de tiro feitos pela Infantaria.

15 — O CMT DO DEST LIGAÇÃO deve manter-se em comunicação constante, e a todo custo, com o CMT DO AGRUPAMENTO.

— Emprega, para isso, seus próprios meios de TRANSMISSÕES, e, caso necessário, os meios de TRNS da unidade de Infantaria apoiada ou da unidade superior.

A batalha puramente defensiva, é o duelo em que um dos combatentes não faz outra cousa senão *aparar* os golpes. Ninguém poderá admitir que, com esse jôgo, lhe seja possível vencer o adversário. Pelo contrário, apesar da maior habilidade, ele se expõe, cedo ou tarde, a sucumbir sob um dos golpes do adversário, embora mais fraco.

Toda a batalha defensiva deverá, então, terminar por uma ação ofensiva, uma resposta, um contra-ataque vitorioso, ou nenhum resultado será alcançado. Noção elementar, se quiserem, mas cuja ausência tem obscurecido inteiramente a idéia que se deve fazer da guerra. (*Foch*).

A Companhia de Comando (do R. I. Motorizado)

Major MOZIUL MOREIRA LIMA

Neste pequeno trabalho procurei dar uma notícia resumida sobre a Companhia de Comando do Regimento de Infantaria do tipo que integrou a F.E.B., e agora aparece em nossa organização com o nome de Regimento de Infantaria Motorizado.

São idéias tiradas do Regulamento da Companhia de Comando adotado na F.E.B., e colhidas na minha experiência quando organizei e comandei a C.C.R.I. e quando fui S-I do REGIMENTO SAMPAIO, aqui e no Teatro de Operações da Itália.

Escritas sem qualquer preocupação de originalidade, estas linhas visam apenas dar aos companheiros que ainda não a conhecem, uma noção do que é a companhia de comando do R.I., de que se compõe e qual o papel que desempenham os seus diversos elementos, particularmente o comandante, que exerce uma função inteiramente nova em nossos regulamentos: a de comandante do posto de comando do R.I.

Para isto obedecerei ao seguinte plano:

- 1 — Generalidades
- 2 — Organização e papel dos diversos elementos
- 3 — Conclusões

1 — GENERALIDADES —

Nos R.I. tipo F.E.B., que agora aparecem em nossa organização com o nome de R.I.M., encontramos a antiga Cia. Extra-numerária decomposta em duas sub-unidades e um destacamento: Companhia de Serviço — Companhia de Comando — Destacamento de Saúde.

O Destacamento de Saúde tem a seu cargo tudo o que diz respeito a este assunto no âmbito do R.I., e atua, ora grupado, ora articulado em 3 Seções de Btl. e uma Sec. de Cmdo., sendo que esta tem ainda a missão de atender às Companhias Regimentais.

A Companhia de Serviço é o órgão de execução de que dispõe o OFICIAL DE SUPRIMENTOS (S-4) (elemento que corresponde ao antigo Fiscal Administrativo) do R.I. A ela cabem todas as tarefas referentes ao transporte, reaprovisionamento, pagamento da tropa bem como a manutenção das viaturas do Regimento.

Finalmente, a Companhia de Comando do R.I. reúne os órgãos de informação e de transmissões que servem ao Comando e ao E.M. do R.I., assegura o alojamento, alimentação e controla a disciplina de todos os elementos que vivem no P.C. do R.I., cuja segurança imediata fica inteiramente sob sua responsabilidade.

2 — Organização e papel dos diversos elementos.

1 — Organização

A C.C.R.I. compõe-se de uma Sec. de Comando, um Pel. de Transmissões, e um Pel. de Reconhecimento e Informações, como se vê no esquema N.^o 1. Durante a campanha da Itália, acrescentamos a estes mais um Pel. Especial, como exporei mais adiante.

Estes Pelotões são grupados apenas para fins de administração e disciplina e para receberem a instrução básica (instrução comum a todos os soldados). Na ocasião de seu emprégo agem separadamente, pois quer o Pel. de Transmissões quer o Pel. de Reconhecimento, servem ao Comando e ao E.M. do R.I., de quem recebem ordens diretamente.

Por outro lado, durante as operações, a missão principal do Comandante da C.C.R.I. passa a ser a de Comandante do Pôsto do Comando do R.I., nas condições que exporei posteriormente.

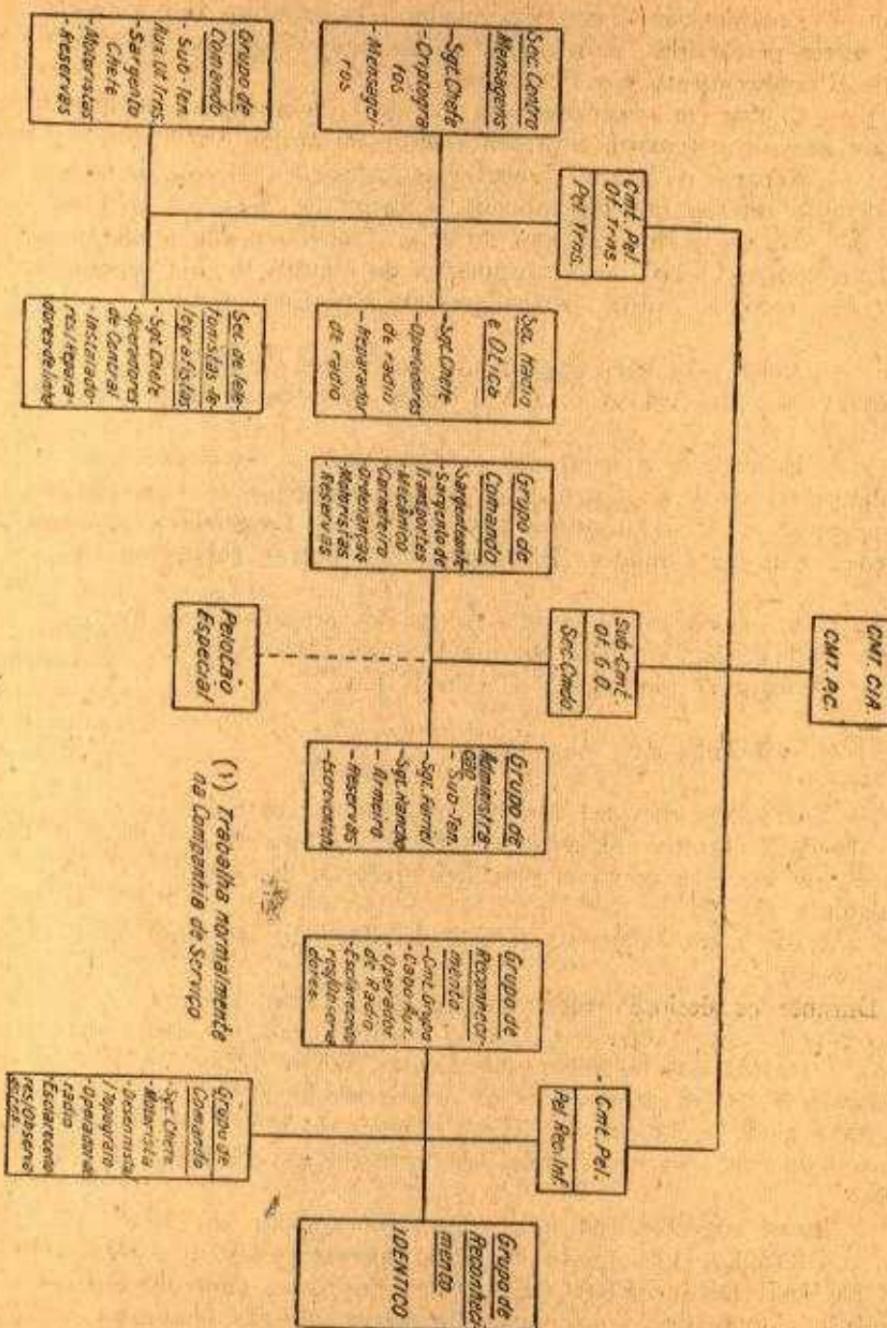
O papel dos diversos elementos, em detalhe, é o seguinte:

Comandante da Companhia —

Tem todas as atribuições de um comandante de companhia comum, exceto quanto à instrução especializada dos seus homens e o emprégo dos Pel. de Reconhecimento e de Transmissões. Mesmo quanto a estes, cabe-lhe tomar todas as medidas, de ordem administrativa e disciplinar, de modo a que possam bem cumprir as ordens recebidas do Comandante do R.I.

E o substituto eventual do AJUDANTE DO R.I. (S-1), com quem pode trocar algumas de suas tarefas, como Cmt. do P.C. do R.I.

Sempre que o R.I. se desloca da sede é o Comandante do P.C. e, como tal, tem as seguintes obrigações:



ESQUEMA

- a) — Providenciar o reconhecimento e balizamento das estradas a serem percorridas, para o que utiliza, sempre que possível, o Pel. de Reconhecimento e o Pel. Especial;
- b) — Chefiar os estacionadores do R.I. em lugar do S-1 (sempre que for necessária a presença deste no antigo P.C.);
- c) — Repartir os locais e preparar as instalações do novo P.C., cujo arranjo interno fica normalmente a cargo do S-1;
- d) — Dirigir o deslocamento do P.C., mediante entendimento constante com o Oficial de Transmissões do Centro de Mensagens (para isto recebem ordens particulares do Sub-Cmt. do R.I. ou do S-1).
- e) — Velar pelo fiel cumprimento das regras de trânsito e das Normas Gerais de Ação (N.G.A.) sobre camuflagem, no âmbito do P.C.;
- f) — Estabelecer a segurança imediata (aérea, terrestre e contra blindados) do P.C., para o que poderá empregar os elementos disponíveis da C.C. (no nosso caso era o Pel. Especial) e pedir reforço à Cia. de Canhões Anti-Carros e a outros elementos em reserva;
- g) — Providenciar a guarda e escolta dos prisioneiros de guerra (Na 1.^a D.I.E. isto era feito por um Destacamento da Polícia Militar que permanecia junto ao P.C. do R.I.).

Sub-Comandante da Companhia —

Os americanos chamam ao Sub-comandante, em todos os escalões, Oficial Executivo (Executive Officer), o que traduz bem a idéia de ser ele o responsável pela fiel *execução* das ordens do comandante.

Para isto o Sub-Cmt. da C.C.R.I. dispunha de Cmt. e do Pel. Especial.

Durante os deslocamentos, sempre que o Cmt. da C.C.R.I. vai com o 1.^º escalão do P.C. (caso normal), cabe ao Sub-Comt. dirigir a partida dos escalões subsequentes, até o último inclusive, e fechar o P.C., de acordo com as ordens recebidas,

Ele é ainda o Oficial de Guerra química do R.I., cabendo-lhe, em consequência, diversas tarefas de natureza especializada, como sejam:

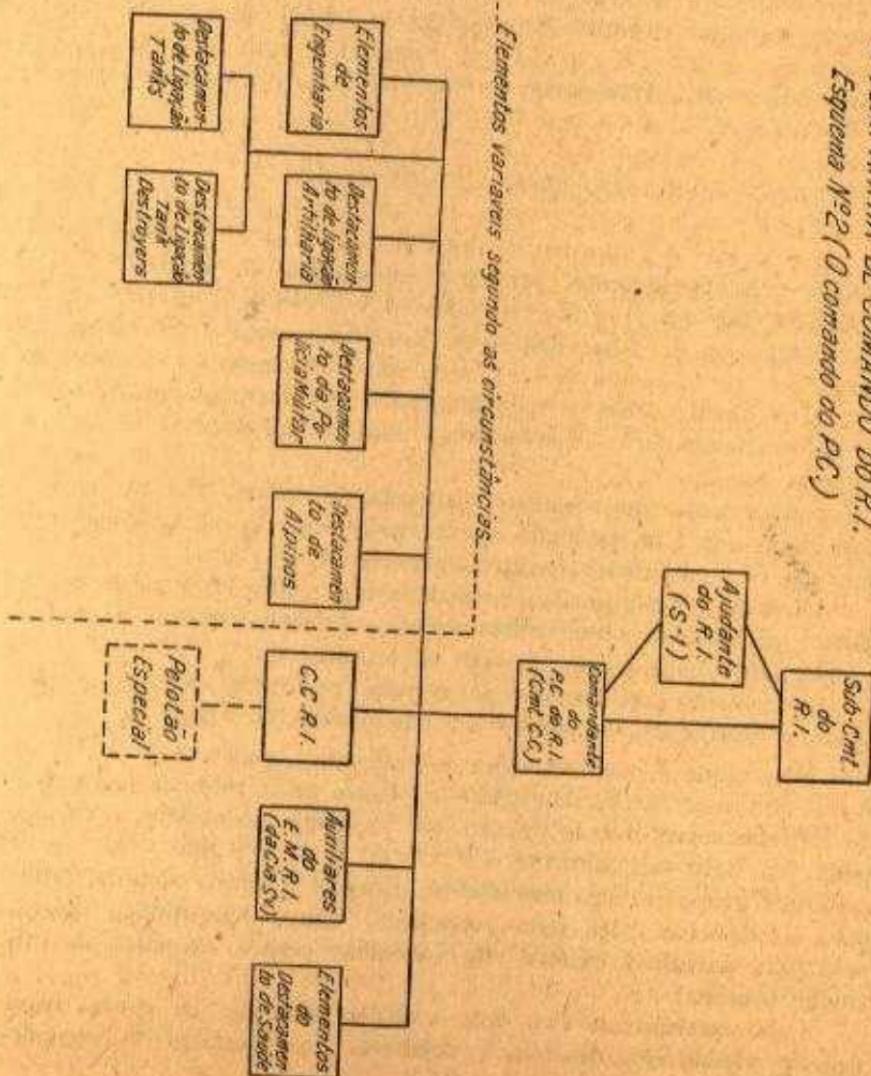
— Fazer sugestões sobre o reaprovisionamento ao OFICIAL DE SUPRIMENTOS (S-4) do R.I., prestar assistência técnica ao OFICIAL DE OPERAÇÕES (S-3) do R.I., supervisionar a instalação e manutenção dos meios de defesa anti-gás bem como o uso de descontaminadores e o reconhecimento de estradas e áreas (sob o ponto de vista dos agentes químicos) antes de serem utilizadas

pela tropa. Estudar os métodos de emprego e os tipos de equipamento de guerra química usados pelo inimigo.

Secção de Comando da Companhia —

A esta Sec. compete assegurar a vida do Pósto de Comando do R.I., inclusive e principalmente da C.C.R.I.

A COMPANHIA DE COMANDO DO R.I.
Esquema № 2 (O comando do P.C.)



Ela deve alimentar todos os elementos (ver esquema 2) que em cumprimento de suas tarefas, permanentes ou temporárias, trabalhem no P.C. do R.I. durante as operações e, ainda, fornecer fardamento, equipamento e todo o material necessários aos que ai estejam em caráter permanente.

Tem recursos para alimentar até 200 homens (desde que os cosinheiros da dotação prevista sejam reforçados por mais 4 ajudantes, tirados da reserva), pode executar toda a manutenção de 1.^º escalão e uma parte da manutenção de 2.^º escalão nas viaturas da Companhia. Para transportar simultaneamente toda a Cia. necessita mais as seguintes viaturas: 1 caminhão de 2 1/2T, para o Pel. Trns., 1 caminhão de 2 1/2T, para o Pel. Especial, 1 caminhão de 2 1/2T, com reboque para transportar o material e as praças auxiliares do E.M. do R.I.

Pelotão de Reconhecimento e Informações —

E o órgão de informação do Cmt. do R.I., de quem recebe ordens, seja diretamente, seja por intermédio do OFICIAL DE OPERAÇÕES (S-3) ou do OFICIAL DE INFORMAÇÕES (S-2).

Compõe-se de dois Grupos de Reconhecimento e um Grupo de Comando (vêr esquema N.^o 1), atua sob o comando do Comandante do Pel. e fornece dois a três homens (desenhista-topógrafo e um ou dois esclarecedores-observadores) para trabalharem no P.C. auxiliando o S-2.

Inteiramente motorizado e disposto de rádios, tem um raio de ação de 6 a 8 Km. podendo operar todo reunido ou articulado em duas ou três patrulhas (excepcionalmente três).

Durante a aproximação, precede o regimento ou se desloca num flanco, procurando obter informações e ligar-se com os elementos amigos lançados à frente ou com os vizinhos.

Por ocasião da tomada de contato pode ser empregado para procurar um flanco do inimigo ou em missões de ligação.

No ataque e nas situações estabilizadas, garnece o P.O. do R.I. (ou os P.O.), mantendo-se pronto para retomar as missões de reconhecimento ou de ligação, tão logo seja necessário. (Na campanha da Itália normalmente o P.O. do R.I. era garnecido apenas com um grupo de reconhecimento, ficando o outro sempre pronto para se deslocar, seja para reconhecer numa determinada direção, seja para patrulhar estradas ou vasculhar pontos suspeitos de infiltração inimiga).

Cabe também ao Pel. Rec. executar medidas de contra espionagem, vigilância anti-aérea e colaborar nas medidas de vigilância anti-carro.

Pelotão de Transmissões —

E o elemento encarregado de instalar, acionar e manter em funcionamento todos os meios de transmissão entre o Comandante do R.I. e as unidades ou sub-unidades que lhe são diretamente subordinadas.

O Comandante do Pel. de Transmissões é também o OFICIAL DE TRANSMISSOES do R.I. e, em consequência, supervisiona todo o trabalho de transmissões no âmbito do mesmo, para o que mantém ligações de natureza técnica diretamente com os Oficiais de Transmissões dos Btl. (Esta prescrição regulamentar, comum a todos

os escalões e quando se trata de serviço de natureza técnica nas organizações tipo F.E.B., inicialmente provoca entranheza em nosso meio. Entretanto a prática demonstrou que se as ligações não se fizerem diretamente, o serviço muito terá que sofrer tanto em relação ao rendimento quanto à utilização e emprego dos meios dentro de um critério uniforme).

O Pel. de Transmissões compõe-se de um grupo de comando, uma Sec. do Centro de Mensagem, uma Sec. de Telefonistas-telegrafistas e uma Sec. Rádio e Ótica (vêr esquema N.º 1) os quais são empregados como se segue:

O Grupo de Comando — é constituído do Comandante do Pel. e seus auxiliares encarregados um do material (o Sub-Ten.) e outro do pessoal (1.º Sgt.) e um ou dois motoristas.

A Sec. do Centro de Mensagens — tem por missão: a) receber toda a correspondência que chega ao P.C. do R.I., decifrando-a (se for o caso) e fazendo chegar às mãos dos destinatários. b) Fazer com que a correspondência oriunda do P.C. do R.I. (depois de convenientemente criptografada, se for o caso) seja distribuída pelos diversos meios de transmissão, afim de que chegue a destino, respeitadas as respectivas prioridades e sem congestionar o tráfego.

Para isto dispõe de mensageiros, criptógrafos, máquinas de cifrar e jeeps.

Sec. de Telefonistas-telegrafistas — tem por missão: estabelecer as ligações telefônicas e telegráficas (na Itália nunca foram usadas ligações telegráficas pelo R.I.), a cargo do R.I., instalar e operar a central telefônica do Regimento e assegurar o funcionamento de todos estes meios.

Para isto dispõe de uma equipe de operadores de central, várias equipes de instaladores-conservadores de linha, material de telefone, telegrafos, aparelhos de test e jeeps.

Sec. de Rádio e Ótica — tem por missão: a) operar os aparelhos de rádios do R.I. que exijam pessoal especializado (por exemplo

o SCR 284); b) fornecer operadores para acompanhar o Comandante e os Oficiais do E.M. do R.I., quando estes se afastarem do P.C., necessitando manter uma ligação constante; c) executar reparações no material rádio das Companhias Regimentais.

Para isto dispõe de várias equipes de rádio operadores, um reparador de rádio, bastante material de rádio (inclusive de reserva), equipamento de test e jeeps.

Em todas as fases¹⁰ o emprêgo do Pelotão é regulado, além das prescrições regulamentares, pelas Instruções para o Emprêgo das Transmissões (I.E.T.) emanadas da D.I., Normas Gerais de Ação (N.G.A.) estabelecidas pelo Oficial de Transmissões da D.I. ou do R.I. e ainda pelo item *Ligações e Transmissões* da O.G.O. da D.I. e do R.I.

/ Pelotão Especial —

Ao tratarmos deste Pelotão necessitamos explicar a sua origem, pois o mesmo não consta da organização do R.I. tipo F.E.B.

Logo que o REGIMENTO SAMPAIO foi empregado na frente, notamos que na organização da C.C.R.I. havia uma falha:

O pessoal de transmissões e de informações estava sempre totalmente absorvido em suas tarefas, pois a 1.^a D.I.E. batia-se em uma larga frente o que exigia a instalação e conservação de um sistema de transmissões muito extenso e uma vigilância constante dos elementos de observação.

Os Cmts. de Btl., tendo frentes extensas a defender, não dispunham de reservas de que o R.I. pudesse lançar mão para reforçar a C.C.R.I.

O número enorme de pessoas que convergiam para o P.C. do R.I. (todos com suas viaturas), situado em MARANO, bem sob as vistas do inimigo, exigia que o controle do tráfego e as medidas de segurança contra a observação fossem confiados a elementos que as cumprissem sem vacilação.

Em resumo, a C.C.R.I. não dispunha de pessoal para estabelecer a segurança, sob qualquer ponto de vista, do P.C. do R.I.

Consultamos um oficial americano que nos acompanhara na área de treinamento avançado (FRANCOLISE) e (a título de experiência) adotamos a solução por ele apresentada e já aplicada com êxito em várias unidades americanas:

Da RESERVA de cada companhia de fuzileiros ou de petrechos pesados, bem como da Cia. de Serviço tiramos dois homens, que ficaram adidos à C.C.R.I. para todos os efeitos, constituindo um Pelotão Especial enquadrados pelos sargentos e cabos da Sec. Cmdo. da C.C.

Este pelotão tinha as seguintes missões: a) Segurança imediata do P.C., particularmente à noite (a senha e a contra-senha constituíam um verdadeiro problema, pois eram dadas *em inglês* para todo o 4º Corpo; b) auxiliar o Dest. da P.M. na guarda e condução de prisioneiros; c) balizamento de itinerários e preparo dos locais dos novos P.C., durante os deslocamentos (na ofensiva da Primavera o R.I. chegou a ocupar sucessivamente 5 P.C. em um dia); controle do tráfego na área do P.C.

Em pouco tempo os homens ficaram treinados e terminaram definitivamente os incidentes com os motoristas que chegavam ou com os elementos que, por exigência do serviço se aproximavam do P.C. à noite, incidentes estes tão comuns nos primeiros tempos.

Posteriormente o Sr. Coronel Caiado determinou que o Pelotão Especial fosse constituído, de preferência, por homens vindos do hospital em condições físicas ainda deficientes (o que se dava algumas vezes em face da insistência do homem em voltar para o SAMPAIO) ou que, por qualquer outro motivo, precisassem ser poupadados durante algum tempo.

Tenho a impressão de que o Pel. Esp. deveria ser mantido, com este ou outro nome qualquer, em nossa organização para a guerra.

Na campanha da Itália tornou-se de imperiosa necessidade e foi muito útil.

3 — CONCLUSOES

Penso que para terminar este trabalho torna-se interessante acrescentar mais alguma coisa sobre o P.C. do R.I.

O Comandante da C.C. é o Cmt. do P.C. e torna-se difícil dar uma idéia de que seja um posto de comando de R.I. em campanha, tal a extensão da área que ocupa e o número e variedade de elementos que ali trabalham.

Além do Estado Maior do R.I. (12 oficiais) e da Cia. de Comando, para ali converge todo o pessoal constante do esquema 2, com seus jeeps, carros de comando, rádios e ainda prisioneiros, refugiados e civis que pretendem favores.

Mesmo o R.I. em pleno ataque, essa gente tem que ser alinhada, alojada ou encaminhada e vigiada para que as regras de tráfego e de dissimulação sejam obedecidas.

Com o efetivo da C.C. sempre em torno dos 100 homens, nunca tivemos no P.C. do SAMPAIO, quando em operações, menos de 140 e algumas vezes este número ultrapassou 200.

Por ocasião dos ataques que culminaram com a conquista de MONTE CASTELO e de LA SERRA o P.C. do REGIMENTO

SAMPAIO chegou a receber, num só dia, mais de 20 (vinte) oficiais estranhos ao corpo.

E isto é comum no decorrer de operações importantes.

São oficiais e praças de armas diferentes: do E.M. da D.I., do comando do Agrupamento de Art., da Cia. E. que apoia o R.I., das Cias. de Tanks e de Tank-Destroyers e da D.I. vizinha. (Na Itália tudo era mais complicado pois muitos deles eram americanos e alguns ingleses).

Tendo passado de Cmt. da C.C. a AJUDANTE (S-1) do R.I. no decorrer da campanha, tive oportunidade de presenciar a luta dos meus sucessores para manter o P.C. funcionando a pleno rendimento, quaisquer que fossem as circunstâncias.

E preciso que o pessoal da Cia. de Comando seja cuidadosamente selecionado e instruído, desde o tempo de paz, para que cada um cumpra rigorosamente as suas obrigações, sem ser necessário uma estreita vigilância.

Os seus homens têm que ser os pontos fortes da máquina que é o P.C., enquadrando e orientando os que chegam, de modo a que tudo se processe com eficiência e dentro da mais estrita disciplina. Especialistas, e quasi todos com dupla função, seu recrutamento deve ser objeto de cuidados especiais de todos os comandantes que tenham em mente a *preparação para a guerra*.

Quanto aos oficiais da Cia. de Comando, devem possuir, além da aptidão em suas especialidades, profundo senso da responsabilidade, discreção absoluta e grande espírito de trabalho em equipe. As funções de que estão investidos são de tal forma entrosadas que o rendimento só poderá ser obtido se houver entendimento perfeito que permita a cada um receber e dar ajuda ao outro, sem compartimentos estanques de trabalho nem susceptibilidades prejudiciais.

Só assim a Companhia de Comando poderá cumprir perfeitamente a sua missão na guerra:

- instalar e fazer funcionar os órgães e meios de comando do Regimento;
- assegurar o funcionamento, a vida e a segurança do P.C. do R.I.

Restaurante Nova Gruta de Trieste

MOLINARO & DI MARCO LTDA.

Rua Regente Feijó, 24-2628 - Telefone 22-4838 - Rio de Janeiro
DISTRIBUIDORES DOS AFAMADOS VINHOS "ZOPPA"

Os Cursos de Comando e de Estado Maior do Exército Americano

(CARTAS DE LEAVENWORTH)

Major JOSE H. GARCIA
da E.A.O.

Os cursos que são professados na Escola de Comando e de E. Maior são em número de dois como o próprio nome da escola indica: o curso de Comando, reservado a oficiais americanos, e o curso de E. Maior, aberto aos estrangeiros amigos e convidados; aquele curso está funcionando este ano como experiência; este, o de E. Maior, é subdividido em três ramos: — Ar, terra e Serviços.

Todos estes ramos são muito interessantes, têm mesmo uma parte inicial comum, mas de todos, o de Serviços, a nosso ver, deve ser o mais proficiente, não só pelos assuntos relacionados em seu programa, como porque foi a retaguarda americana o maior fator da vitória.

Nestes cursos os vencedores se propõem a mostrar como venceram, pois, outra coisa não farão professores que lutaram; na verdade, uma aprendizagem dura e acelerada precedeu ao período bárbaro da real experiência.

Esta aceleração exigiu síntese e especialização detalhada. Nos centros de instrução mostravam-se fórmulas, que no dia seguinte eram experimentadas nos campos de instrução e logo a seguir aplicadas nos campos de batalha.

Eles nos contam hoje tudo que fizeram, não diretamente, pelo menos nos permitem deduzir. Contam como prepararam suas forças e confessam que o método para a preparação foi particular para aquele momento que viveram; agora, após a guerra, outros métodos de ensino, de preparação, de formação, serão adotados.

Embora tenham ido para o campo da luta com fórmulas nos bolsos, mas fórmulas eficientes, pois produziram resultados, eles hoje não pretendem continuar com estas fórmulas e pensam (ninguém nos disse) constituir um núcleo sólido que garanta a eficiente exploração dos ensinamentos colhidos em duras experiências.

Nós, que podemos nos orgulhar, não só de ter com o máximo possível de nossas forças cooperado com essa gente, mas também de sermos uns cultores bem iniciados na arte de que hoje eles têm palma, assistimos as aulas aqui ministradas, tudo vemos, tudo ouvimos, com o pensamento perfeitamente equilibrado, de quem sabe onde está, de quem sabe o que quer...

Bem percebem os nossos amigos que nós, oficiais de E. Maior, que aqui estamos, não somos novatos na arte teórica da guerra, e tanto isto é verdade que não hão de demorar os resultados das observações que várias turmas seguidas vêm fazendo.

Não têm tido estas turmas, nem aquelas autoridades que recebem seus relatórios, a mesquinha preocupação de tudo copiar: seria desmerecer o valor de nosso E. Maior.

Bem sabemos que experientes professores, alguns com observações diretas da guerra, não descerão a tal e empenharão todos os esforços para que assim não aconteça.

A cópia servil nos trará muitos maus.

Recebamos os encinamentos, estudemo-los com acentuada atenção, entremos com os nossos fatores particulares e por fim concluamos

Há um trabalho que precisamos ter e com muito cuidado preservar: não há segredos para nós em métodos e processos de instrução, por isso, é necessário que não contramarchemos ou mudemos o rumo, ou aceleremos a marcha, apenas para nos adaptar aos processos adotados para um povo muito diferente do nosso, e que empregou processos ditados por circunstâncias muito especiais.

Voltemos aos cursos, continuemos a salientar a importância que atribuímos ao Curso de Serviços. Esta curso tem, como os outros, a duração de 16 semanas a uma média de 8 horas diárias de trabalho. Nele são tratados assuntos do teor seguinte:

- Sistema de controle dos aprovisionamentos
- Distribuição dos aprovisionamentos
- Organização dos trabalhos
- Instalações de campanha
- Estado-Maior de Coordenação
- Comando dos Serviços
- Preparação de operações no ultramar
- Organização das diferentes zonas: do interior, de comunicações, de combate
- Administração Britânica
- Estratégia dos serviços no Pacífico
- Refrigeração e desidratação
- Planos
- Estocagens
- Abastecimento das Fôrças Aéreas

- Abastecimento naval
- Evacuações em geral
- Medicina sanitária e preventiva
- Desembarques: praias e portos
- Técnica dos serviços
- Manutenção
- Abastecimento de água
- Fornecimento de mapas
- Disfarce
- Fontes civis de informações
- Segurança interna
- Governo Militar
- Assuntos civis
- Linhas de comunicações
- etc., etc..

que extraímos rapidamente do programa distribuído.

Com isto queremos salientar a importância deste curso, particularmente da parte que ultrapassa os limites da zona dos Exércitos. Matricularam-se este ano nesse curso apenas 4 oficiais brasileiros, sendo um médico e três intendentes.

Apesar dos esforços da direção da Escola, não foi possível conseguir maior número, justamente porque para enfrentar este curso é necessário sobretudo pendor e para enfrentá-lo com bons resultados é preciso ter uma base cultural bem sólida.

Diante do exemplo acima e da importância do curso, lamentamos o não aproveitamento das vagas oferecidas.

Sugerimos modestamente daqui, um entendimento do nosso E. Maior com o Americano para aproveitar estas vagas no ano próximo, e então, com antecedência de uns meses, escalar uma turma de oficiais de E. Maior com o posto máximo de major, entre os que tenham notado pendor por trabalhos de 4.º Sec. (hoje já aqui no Brasil sabemos que isto foi apenas um sonho).

Como muitos pensam e têm externado, este não é um curso para oficiais de serviço, sim com qualidades e cursos especiais; é um curso, como dissemos acima, especialmente indicado para oficiais de E. Maior; desejamos esclarecer que houve oficiais sem conhecimentos especiais e sem o curso de E. Maior que o fizeram com ótimo aproveitamento; entretanto a dúvida fica de pé, sobre os resultados auferidos para o conjunto, uma vez que Serviços no alto escalão só estudamos aqui na E.E.M. e estes oficiais lá não serão chamados a professar.

Não podemos encerrar este nosso primeiro trabalho sem dizer que não estamos aproveitando perfeitamente os nossos valores, quan-

do matriculamos um oficial médico, por exemplo, no curso de E. Maior, pois, êste curso tem a "Primary" finalidade de preparar oficiais para o trabalho como chefes e adjuntos de E. Maior, isto é, ensinar a técnica do trabalho num E. Maior.

Há aqui escolas de Intendência, de saúde, de Material Bélico, etc., donde o lógico seria que êstes oficiais fôssem lá observar os métodos de trabalho, seguir-lhes os programas, etc.

Há aqui lugar para todos, mas o que será interessante e de grande utilidade para nós é que se ajustem os homens, nos lugares onde mais possam aproveitar *para o nosso Exército*.

Bar e Restaurant Nacional

Casa de primeira ordem para famílias de tratamento.

Pratos quentes e frios

VINHOS E BEBIDAS FINAS — CHOPP DA BRAHMA
Frios, Conservas, etc.

AMORIM & ALVES

RUA DA CONCEIÇÃO, 32 — TELEFFONE 6118

NITERÓI

*CIA. FÁBRICA DE BOTÕES E ARTEFACTOS
DE METAL cumprimenta a brilhante revista militar
"A DEFESA NACIONAL" pelo transcurso de seu 33.^º
aniversário.*

Como vejo a marcha para o combate da Divisão Blindada

Major. C. MONIZ de ARAGÃO

I

GENERALIDADES

1 — A primeira preocupação do Comandante da Divisão Blindada, após receber uma missão, é assentar uma decisão, que comprehende essencialmente:

- uma *Idéia de Manobra* e
- o *Empreço dos Meios*.

A *Manobra*, em fase de movimento, se traduz fundamentalmente por:

- uma *Direção de Ação*, que materializa a missão;
- uma *Sucessão de Lanços*, que balizam as fases da manobra;
- um *Dispositivo*, cuja articulação inicial corresponde à primeira fase da manobra e que se modificará ulteriormente, de acordo com as *variações de situação do inimigo* e as *imposições do terreno*.

O *Plano de Ação Inicial* é sempre estabelecido pelo Divisionário dentro de uma situação pouco precisa. Apesar de tudo, deve este Chefe manter-se em condições de desenvolvê-lo, a despeito do adversário. Deve ser capaz de *dirigir a sua manobra*, adaptando-a às circunstâncias, e *prevenir-se a tempo* contra as iniciativas do inimigo, garantindo a sua *liberdade de ação*.

2 — O *Chefe para conduzir a sua manobra* tem necessidade de *informações* sobre os movimentos dos escalões avançados e dos grossos adversários. Necessita de um sistema de busca ligado ao inimigo. Este sistema é constituído pela DESCOBERTA, aérea e terrestre.

3 — O Comandante da Divisão, em decorrência das informações colhidas sobre o inimigo, pode ter necessidade de:

- mudar a direção de ação,
- modificar o seu dispositivo ou
- alterar a sua atitude.

Estas metamorfoses serão possíveis enquanto se conservar *senhor de sua manobra*. Isto é, enquanto dispuser de:

— *tempo suficiente* para que não seja surpreendido em flagante delito de desdobramento;

— *espaço necessário* para que possa eleger o *Campo de Combate* mais favorável ao emprego dos seus meios.

4 — *O tempo e o espaço*, indispensáveis ao Chefe para assegurar a sua *liberdade de ação*, são garantidos pela **SEGURANÇA** que se baseia:

— na informação,

— na articulação judiciosa do dispositivo e

— na atuação de *Destacamentos de Segurança*, que realizam também a proteção do grosso.

a — As *informações* são fornecidas pela *Descoberta* e pelos *Destacamentos de Segurança Afastada*.

b — A articulação judiciosa do grosso facilita:

— a manobra na direção desejada;

— a utilização do terreno, tendo em vista furtar a tropa à investigação aérea e terrestre, assim, como à intervenção da artilharia adversa.

c — Os *Destacamentos de Segurança*, garantindo a proteção da tropa, permitem ao Chefe, pelo tempo que ganham e pelo espaço que asseguram, *empregar com liberdade o grosso* de suas forças.

5 — Em síntese e esquematicamente, a Divisão Blindada na marcha para o inimigo:

a — se escalona em:

— descoberta terrestre,

— segurança afastada e

— grosso;

b — se articula em colunas (*), que devem dispor de itinerários absolutamente distintos.

I I

ARTICULAÇÃO DO GROSSO

6 — A articulação do grosso deve permitir a realização do *plano de ação* que o Divisionário de inicio concebeu.

Em consequência, exige flexibilidade para que possa:

— adaptar-se a qualquer das hipóteses formuladas, e

— ser alterada com rapidez, desde que as informações colhidas permitam precisar a manobra.

(*) — É necessário cautela contra o excesso de colunas, que embora ofereça a vantagem de reduzir a profundidade, torna o comando pesado e dificulta a mudança rápida da orientação das forças.

Assim:

a — Se a situação indica que o emprégo dos carros é urgente, estes elementos são colocados na testa das colunas. Se, ao contrário, as informações e a natureza do terreno não aconselham a utilização imediata das frações mecanizadas, a Cavalaria transportada marcha na frente.

b — Na hipótese de haver necessidade de ocupar regiões importantes antes do inimigo, é aconselhável constituir-se destacamentos especiais avançados, bastante móveis e suficientemente fortes para que possam, precedendo largamente a Divisão, quebrar rapidamente as resistências inesperadas do adversário, vencer os obstáculos que encontram e durar no objetivo atingido.

d — A *artilharia curta*, pelo menos, deve deslocar-se bem à frente, em condições de agir em curto prazo.

e — Quando a missão não exige a concentração dos *meios de engenharia*, todas as colunas de marcha dispõem de elementos desta Arma.

f — Desde que o Comandante da Divisão não está absolutamente seguro do eixo e da região de esforço, não dá para uma mesma coluna a totalidade dos meios blindados ou a totalidade dos elementos transportados.

Cada grupamento de marcha deve comportar elementos mecanizados, motorizados e artilharia, sem que entretanto as unidades sejam dissociadas abaixo de grupo ou regimento.

g — Sempre que o dispositivo consta de duas colunas, cada uma é comandada por um brigadeiro.

I I I

A DESCOBERTA

7 — A evolução da manobra da Divisão Blindada exige larga previsão na orientação e na realização da *busca de informações*, que deve ser lançada a uma grande profundidade.

O conjunto de elementos encarregados particularmente dessa missão constitui a DESCOPERTA, que é ao mesmo tempo *terrestre* e *aérea*.

8 — *A descoberta terrestre:*

a — A *amplitude da descoberta terrestre* é função das necessidades de informações do comando da grande unidade.

Essas necessidades se estendem a toda a zona que a grande unidade tem de percorrer na jornada mais a extensão de terreno que o adversário pode vencer para alcançá-la antes da noite.

Para a Divisão Mecanizada, essa faixa pode atingir a 150 quilômetros de profundidade por 60 de largura.

b — O número de *destacamentos de descoberta* corresponde, em princípio, ao dos *grandes eixos rodoviários* que vêm da direção do inimigo. É limitado pelos elementos de que o comandante da grande unidade dispõe e pela necessidade de conservar sempre uma reserva de meios de reconhecimento, seja para atender a uma situação inopinada, seja para executar novas ordens.

Para essas missões de reconhecimento, o *Divisionário* possui o Regimento de Descoberta (*), cujo efetivo permite organizar oito *destacamentos normais*.

Os D.D., quando necessário, são reforçados por elementos oriundos de outras unidades e devem dispor de meios de transposição de curso d'água.

A duração da missão de um D.D. é, em tese, de vinte e quatro horas, ao término das quais se torna necessário reabastecê-la e rever o seu material.

9 — A Descoberta Aérea:

a — O grande raio de ação da Divisão Mecanizada, a rapidez de seus elementos e a urgência das decisões a tomar, exigem uma *descoberta aérea* de grande alcance, que prolongue e facilite a ação da *descoberta terrestre*.

b — A *descoberta aérea* é assegurada pela esquadrilha de observação colocada à disposição da Divisão, assim que recebe missão.

c — O Papel desta aviação:

1.^º) — no que concerne à sua cooperação na missão de informação consignada à Divisão Blindada, consiste essencialmente:

— em completar e precisar, entre as informações fornecidas pela aeronáutica do escalão superior, às que se referem à missão da Divisão;

— em prosseguir, entre as informações solicitadas à Divisão, em procura daquelas cuja aquisição é do domínio da aeronáutica;

2.^º) — com referência à sua contribuição na busca das informações que visam permitir ao comandante da Divisão *dirigir a sua manobra e prevenir-se a tempo contra as iniciativas do inimigo*, se resume em:

— procurar os primeiros indícios da presença do adversário em uma zona determinada, reconhecendo suas organizações, localizando o seu grosso, determinando sua força e precisando sua direção de progressão.

3.^º) — Além disso e em *segunda urgência*, tem por função:

(*) — Regimento de Reconhecimento na organização americana.

— esclarecer os *destacamentos de descoberta*, atuando até uns quarenta quilômetros à sua frente;

— acompanhá-los;

— assegurar a ligação entre êles e o comando da divisão.

As Missões:

— dos parágrafos 1.^º e 2.^º, são executadas pela *DESCOBERTA AÉREA AFASTADA*;

— do parágrafo 3.^º, são realizadas pela *DESCOBERTA AÉREA APROXIMADA*.

d — *A Descoberta aérea* é geralmente incapaz de distinguir o contorno aparente do inimigo e de conservar o contacto. Além disso, as suas informações negativas não têm valor absoluto. Completa e prolonga a *Descoberta Terrestre*.

I V

A SEGURANÇA

10 — A eventualidade do inimigo utilizar meios que possuem grande capacidade de movimento e grande raio de ação aumenta de maneira sensível, para toda e qualquer grande unidade, a importância da — *SEGURANÇA* — .

Este interesse é especialmente ampliado para as unidades *moto-mecanizadas em razão*:

— da profundidade e da vulnerabilidade das suas colunas e

— das servidões que o terreno impõe às suas formações automóveis.

11 — *O dispositivo de segurança*, sua distância do grosso e os efetivos que lhe são consagrados decorrem da *intenção do chefe*.

Deve assegurar:

— ao Comando o tempo e o espaço necessários para que permaneça em condições de realizar a manobra projetada e tenha sobre o adversário prioridade de desdobramento;

— à Tropa proteção constante e em qualquer situação contra as surpresas terrestres.

Em síntese, existem:

— de um lado, elementos que trabalham, particularmente, em proveito do chefe. Constituem a *SEGURANÇA AFASTADA*;

— de outro, elementos que atuam *especialmente* em benefício da Tropa — é a *SEGURANÇA APROXIMADA*.

12 — A segurança afastada

A Segurança Afastada é obtida, em combinação com a aviação, por patrulhas, de composição e efetivo variáveis, lançadas sobre os pontos de passagem obrigatória.

A distância a que deve ser lançada a rede de *segurança afastada* depende essencialmente:

- do terreno,
- da situação
- e do valor da tropa a cobrir.

E indispensável que, balançados o tempo necessário à transmissão das informações e a capacidade de resistência dos *destacamentos de segurança*, o Chefe disponha de tempo e de espaço suficientes para articular e orientar os seus grupamentos de marcha visando desenvolver a manobra que decidiu, antes que o inimigo chegue ao contacto.

Em princípio, uma Divisão Blindada, cujo dispositivo se escala sobre uma profundidade de 40 kms, lança o seu sistema de *segurança afastada* a cerca de 15/20 kms além da sua segurança imediata ou 30/40 do grosso, em uma frente de mais de 20 kms.

Desde que a *segurança afastada* se apodera de um corte do terreno, interessante para a manobra da Divisão, é reforçada, sem perda de tempo, por meios rápidos de fogos poderosos, tirados da vanguarda.

O dispositivo de *segurança afastada*, constituído inicialmente por elementos esparsos, transforma-se então em uma rede extensa de fogos, *primeiro escalão da manobra do grosso*, visando possibilitar seja uma ação frontal, seja uma manobra desbordante ou a cobertura de um recuo.

13 — Segurança Aproximada

A *Vanguarda*, além de assegurar o tempo e o espaço necessários ao desdobramento dos meios visando a execução da manobra, que a *descoberta* e a *segurança afastada* aconselham, tem por missão cobrir e proteger o grosso contra as surpresas terrestres.

A *Vanguarda*, tendo por finalidade informar, proteger e cobrir, dispõe:

- de meios de reconhecimento;
- de elementos de transmissão e engenharia;
- de unidade capazes de ocupar o terreno e,
- eventualmente, de meios ofensivos de reforço: — carros, Artilharia, etc..

14 — A vulnerabilidade e a profundidade das colunas motorizadas tornam difícil a proteção de seus flancos, em particular contra as incursões de engenheiros blindados.

Esta proteção é obtida:

- pela informação,
- pela *segurança afastada* e
- pela ação de *destacamentos flanco-guarda*.

As colunas de marcha se cobrem contra as ameaças de flanco lançando para os cortes do terreno, que o adversário só pode transpor em determinados pontos, ou fazendo progredir pelas estradas paralelas ao itinerário do grosso, destacamentos flanco-guarda.

15 — Segurança imediata —

A presença da segurança afastada e a ação dos elementos da segurança aproximada não dispensam as unidades do grosso do dever de garantir, em todas as circunstâncias, a sua proteção imediata contra os inopinados ataques aéreos e as incursões dos engenhos mecanizados.

A segurança imediata repousa —

- na articulação e na constituição dos grupamentos de marcha;
- na repartição judiciosa dos meios de defesa contra-avião e contra-carro;
- nas providências realizadas para proporcionar o rápido escoamento das colunas.

Lojas e Escritórios CENTRO

VENDEM-SE com financiamento de 70 % para entrega imediata.
Ótimo emprego de Capital — INFORMAÇÕES
— Seção de Vendas

Banco Hipotecário Lar Brasileiro S. A.

RUA DO OUVIDOR 90 — 2.º ANDAR
Telefone 23-1823 com o SR. GUIMARÃES

Considerações em torno de exercícios de combinação das armas na Amazônia

1.º Ten. JARBAS G. PASSARINHO

O presente trabalho é resultado de observações e estudos diretamente feitos em uma região onde o emprego da Artilharia está por assim dizer, em pura fase experimental. Fruto dos ensinamentos de duas manobras realizadas quando uma invasão era oficialmente considerada provável e possível, este relato encerra ainda um pouco da angústia que nos trouxe a verificação cabal da incapacidade de cumprir a missão normal de nossa arma, como consequência do confronto dos meios com o terreno. Resta analisar se essa incapacidade é absoluta, isto é se obriga ao abandono do emprego da Artilharia, ou se é particular para o caso em foco, ou melhor, para o material então disponível.

Dai procurarmos abrir a questão em debate, expondo sucessivamente:

- o problema particular que foi vivido, suas soluções adotadas e possíveis.
- a generalização desse aspecto restrito, desdobrada em:
 - 1.º — como empregar a Artilharia na floresta amazônica?
 - 2.º — que tipo de material seria o indicado?

Como complemento do exame do terreno, e por termos trabalhado com a Infantaria em cooperação muito íntima, permitimo-nos, outrossim, à margem do objeto principal fazer considerações a respeito de como se comportam o equipamento e o fardamento ora adotados para aquela região.

I

Material empregado: — Krupp 75 C/28 auto-rebocado. Suas características principais são sabidamente: o tiro tenso, carga única, alcance reduzido, insignificante campo horizontal de tiro e, devido ao seu peso, pouca aptidão a passar em qualquer terreno.

Terreno: — Consideramos uma pequena porção do Estado do Pará, cerca de 150 Km da chamada "zona bragantina" onde os exercícios foram montados. Isto não obstante e atendendo a que o terreno, embora limitado, possui as características gerais da planície amazônica e representa como que uma síntese qualitativa, teremos justificado o título. De fato o ambiente geomórfico apresenta:

a) — estrutura geológica constituída por um capeamento sedimentar com predominância das rochas silicosas e argilosas;

b) — aspecto orográfico: uma planície quase sem movimentação. Um diagrama de altitudes da região de manobra marca para origem a cota de 1,9 ms. e dentro de uma extensão de 100 Kms. a cota mais elevada é de 57,9 ms. Logo, não há alturas dominantes;

c) — quadro hidrográfico: caracterizado por um rio de planície (o Maracanã), navegável em grande extensão, e inúmeros pequenos cursos d'água que têm a denominação regional de "igarapés".

O revestimento florístico é típico das florestas equatoriais, com vegetação exuberante, quase que contínua, distribuídas pelas matas de terra firme e matas de várzea. Pequenas clareiras são encontradas, vez por outra e nas regiões que foram lavradas (nunca além de 3 hectares), cessado o cultivo da terra, renasce uma vegetação irregular, com predominância de arbustos, cipós e espinhos, própria dos capões.

O ambiente climático mostra uma temperatura média de 26° c., um índice elevadíssimo de umidade (85%) e uma precipitação de chuva superior a 2500 m/m anualmente. Logo é um clima superumido, tropical e com a ocorrência de 250 dias de chuva, em média, durante o ano.

COMUNICAÇÕES: — as vias de comunicações resumem-se em uma estrada de ferro, singela e de bitola estreita marginada por uma rodovia de terra batida, em condições de viabilidade variando de "bom" a "péssimo". As variantes, conhecidas, são impraticáveis.

Vejamos, pois, como influem os elementos acima nas operações e, particularmente:

- na escolha da posição de Bateria;
- na escolha de observatórios e consequente conduta do tiro;
- na organização topográfica;
- nas ligações e transmissões.

A escolha de posição — É trabalho dos mais difíceis a escolha da P.B. Sem cartas ou planos, dispondo apenas de pequena faixa de terreno marginal à rodovia, de vez que o afastamento do eixo de comunicações regional conduz à floresta ou ao capão, o Cmt. de Bateria não consegue facilmente uma posição para a Linha de Fogo

com desenfiamento, cobertura e, sobretudo, que seja capaz de satisfazer as condições essenciais:

- bater o limite curto
- atingir o limite longo sem necessidade de mudar a posição
- capacidade de bater a zona entre ésses limites em toda a sua profundidade.

É necessário encontrar clareiras ou capões para neles abrir picadas e conduzir o material a braços, o que atestamos ser um trabalho penoso, e o terreno agrava a dificuldade porque sendo encharcado não oferece resistência ao peso do canhão, cujas rodas afundam-se não se lançar mão de trilhos ligeiramente recurvados, que postos no chão servem de apoio e os canhões rodam sobre eles. Deste modo o avanço se faz por lanços e a ocupação de posição é demorada e estafante, só sendo aconselhável se a situação tática for defensiva de longa duração.

Ainda que se obtenha uma clareira com boa possibilidade de acesso, ela não tem grande extensão e a orla do mato é constituída de árvores de altura entre 15 e 25 m, ficando no máximo a 200 m das peças. Nestas condições a alça mínima é exagerada, mesmo que se abatam algumas árvores. O menor ângulo de tiro, tomada a altura média de 20 m para a vegetação, capaz de não encristar o projétil nessas árvores deve ser maior que 100°, o que corresponde a distância superior a 2700 m. Daí ser necessário recuar bastante o material para poder atingir o limite curto, pois do contrário ele fica situado em ângulo morto e, com ele de certo o objetivo, pois nas selvas ele nunca estará acima de 400 m de nossas primeiras posições. Logo é forçoso procurar posições muito afastadas do objetivo, no tiro indireto, o que reduz a zona batida e o material atira próximo ao limite de seu emprêgo. Para bater o limite longo será então necessário mudar a posição, o que é grave inconveniente.

Admitindo, por outro lado, que com a derrubada de algumas árvores a alça mínima desça a 2000 m e que se consiga recuar a posição convenientemente, surge ainda um grande obstáculo para bater o limite curto (ou objetivo) se ele estiver dentro da zona matosa, de altura elevada. Isto porque o projétil que percorre o ramo descendente da trajetória perde altura e pode chocar-se contra as copas mais elevadas, arrebentando prematuramente. O maior perigo é que, estando nossas posições muito próximas do limite curto, esse arrebentamento prematuro atinge nossas tropas. Um cálculo ligeiro nos mostra que com as alças:

$$\varphi = 4000 \text{ m nos } 3500 \text{ m da trajetória a ordenada é de } 28,6 \text{ m} \\ \text{e aos } 3900 \text{ m é de, apenas } 7 \text{ m aproximadamente}$$

$\varphi = 3000 \text{ m}$ para os 2500 m , $y = 12 \text{ m}$ baixando para 3 m aos 2900 m da trajetória.

Ora, essas distâncias (entre 100 e 500 m antes do objetivo situam normalmente nossas posições; se elas têm árvores de altura média de 20 m sendo a altura das ordenadas inferior a estas, é certo que o projétil não alcançará o objetivo, arrebentando antes sobre nós mesmos. Entretanto se a posição está ainda bem mais afastada e o objetivo em clareiras ou capões ela satisfaz as necessidades (não todas) do tiro indireto.

A escolha de observatórios e a conduta do tiro — A existência de observatórios condiciona o emprego de vários processos do tiro indireto. Na região das manobras, como de resto em toda floresta tropical, a observação terrestre é limitada a pequenas áreas e, isso mesmo, só possível com o observador muito próximo a elas. Daí a impossibilidade de conduzir o tiro pela grande maioria dos processos conhecidos, que exigem observatórios. Nem mesmo as árvores de grande porte, se escaladas, servem de observatórios porque a ramação abundante de outras árvores intercepta o campo de vista. Assim, não havendo pontos dominantes por inexistência de movimentação do terreno e não resolvendo o impasse as árvores altas, torna-se difícil observar o tiro perto do objetivo e impossível observá-lo longe. Surge, pois, como solução espontânea — e única — a conduta do tiro com observação avançada, o que tivemos oportunidade de realizar por 1.ª vez no Extremo Norte, quando subalterno da 1.ª Bia. I. A. Au., e com o NPOR de Artilharia, que lhe era anexo.

A organização topográfica — A região só dispõe de cartas geográficas, não havendo documentos topográficos que facilitem o trabalho do orientador. Trabalhando com coordenadas convencionais sómente é possível fazer caminhamentos e, raramente, interseção avante, pois não há pontos dominantes para visar os pontos da figura determinante da interseção a ré. Precária a noção de direção e sem pontos que sirvam de pontos de vigilância para apontar a Bateria, faz-se mistério proceder a um caminhamento de lado e ângulo, do observatório até à posição de Bateria, para deduzir direção e alça iniciais. Como a distância observatório-linha de fogo é sempre considerável, o trabalho topográfico não pode ser preciso.

As ligações e transmissões — O telefone — constitui a ossatura do sistema de transmissões para a região. Suas vantagens são ligeiramente prejudicadas pelas condições locais. A chuva, praticamente diária e a umidade muito elevada, diminuem o isolamento do fio fazendo com que condutores de cabo leve nacional da Infantaria e da Artilharia, em ligação com seus postos de observação, passando

nos ramos das mesmas árvores, ainda que distanciados uns dos outros, provoquem interferência nas comunicações. Cabe, pois, evitar as linhas duplas com os fios muito próximos ou suspensos dos mesmos suportes e, principalmente, as linhas lançadas diretamente sobre o chão.

A turma de construção tem seu itinerário submetido à existência de caminhos ou estradas. Se a turma penetra a mata, para fazer um itinerário mais curto, decerto não chega a destino a menos que marche com azimute determinado, o que redundaria em enorme prejuízo na velocidade de construção.

O ótico — Não havendo movimentação suscetível de oferecer desenfiamento, o ótico é contra-indicado, porque limita seu emprégo a ser feito apenas da frente para a retaguarda.

O rádio — Não obstante a região matosa, prejudicar sensivelmente as ondas de rádio, este meio de transmissões é excelente se seu emprégo é judicioso. Além de ser o meio regulamentar para o processo da observação avançada o rádio evita o trabalho sempre difícil da construção de linha em região tão agreste. Pode, ainda, por segurança ser controlado à distância, operando o observador avançado com um controle-remoto.

I I

Expostas as condições do terreno, e visto como influem sobre a organização necessária para o tiro (P.B., observatório, ligação, conduta do tiro) podemos concluir para o *caso particular do material de tiro tensão*:

1.^º — mesmo sendo possível conseguir uma posição de bateria com as condições essenciais já vistas, o objetivo situado na floresta não pode ser batido, a menos que esteja em clareiras distando da zona matosa de perto de 500 m o que é raríssimo no terreno esdado.

2.^º — em tal conjuntura a solução é abandonar o tiro indireto e proceder de acordo com o que nos ensinava nosso Instrutor-Chefe na Escola Militar em 1942:

“Uma unidade de Artilharia não pode deixar de cumprir a missão por falta de tempo ou terreno apropriado. Em último caso ocupa posição ao lado da Infantaria de 1.^º escalão e faz tiro direto”.

I I I

Para estudar o problema sob o aspecto de ser ou não possível e vantajoso o emprégo da Artilharia em tais terrenos, devemos examinar a situação à luz do método geral:

- missão
- inimigo
- terreno
- meios

Missão — A luta é típica de selva. Neste caso os regulamentos que conhecemos aconselham o abandono do emprego da Artilharia, mas os ensinamentos da última guerra mundial — e, no caso, notadamente a que se travou no teatro oriental — mostram que seu emprego é possível e vantajoso. O Ten.-Cel. (U.S.A.) E. GARRISON em relatório oficial publicado na "Military Review" sobre "A artilharia japonesa na Birmânia", é incisivo em suas deduções, dizendo:

"No Exército Japonês esperava-se que a Infantaria obtivesse a vitória sem o auxílio das outras armas, cuja presença era considerada "coisa de luxo". Por conseguinte toda a tática baseava-se na superioridade do Infante. Além de darem os melhores homens para a Infantaria, os japoneses acreditavam que em terreno como o da Birmânia não era necessário uma Artilharia normalmente atribuída aos Exércitos modernos.

Embora em 1944 aumentassem de muito o efetivo de sua Artilharia nessa região, ela ainda era consideravelmente menor que a dos aliados. (o grifo é nosso)

Sabendo-se necessário o emprego da Artilharia leve cuja missão na guerra de selva, caracterizada pelo combate aproximado é o apóio imediato, para cumpri-la urge:

- possuir mobilidade tática
- ocupar posição favorável.

Para ter mobilidade tática é necessário um canhão que acompanhe a Infantaria mesmo pelos caminhos precários. Está visto que o material estudado não a possui. O material de dorso é a solução natural para o caso, porque facilita a entrada em posição. (*)

Para ter possibilidade de tiro está fora de dúvida que o material de tiro tenso não deve ser considerado. Um material com aptidão ao tiro curvo (trajetórias verticais), tipo obuseiro de várias cargas e acentuada flexibilidade balística, é o material que convém à situação.

Combinando as soluções, vemos que mesmo o material 75 Sch. Do. já agora atirando com 2 cargas, apesar de não ter trajetórias verticais e sim mergulhantes ($\varphi < 45^\circ$) é capaz de cumprir a missão de apóio direto. O obuseiro (Howitzer) 105 Do., ou até mesmo auto-rebocado, é o que mais convém porque alia a sua grande flexibilidade balística (7 cargas), um campo de tiro vertical de 65° e praticamente toda posição é uma boa posição de bateria.

(*) — N. R. — Sem falar em outras inúmeras vantagens.

Observações gerais

"A primeira condicional das operações de guerra é a Geografia".

(Cel. I. J. VERRISSIMO)

Os obstáculos criados pelo terreno amazônico e agravados pelas condições climáticas mostram à evidência que o combatente naquela região precisa ser dotado de meios materiais próprios e especiais.

O equipamento, que o soldado brasileiro transporta no Sul como no Norte, não é a solução conveniente para as condições características da Geografia física da Amazônia.

Vimos que a ocorrência de chuvas se dá em média de 20 dias por mês em precipitações fortes, notamos que a umidade atinge 85%, a temperatura é elevada, e que o solo da floresta, inconsistente e recamado de vegetais em decomposição, é extremamente poroso e absorve a água com rapidez.

E como esse meio ambiente se faz sentir sobre a tropa? Diminuindo-lhe a resistência pela ação do calor intenso dos dias ensolarados, submetendo-a ao aguaceiro violento, desprendendo solados novos de borzeguins de couro depois de alguns dias de contato com solo encharcado, enferrujando rapidamente o armamento e não permitindo conforto sob as barracas de lona. O solo não consistente e poroso absorve a água que se escóia das lonas, e em pouco está aquoso debaixo da barraca, obrigando o soldado a abandoná-la.

Se em mero Serviço em Campanha, com duração pequena, foi possível notar que em pouco tempo a tropa ficava descalça, não dormia e procurava abrigos nas choupanas dos habitantes, que seria dela em verdadeiras operações de guerra?

Sabemos que, além dos aspectos expostos, outros há de capital importância para o êxito das operações, como a prevenção contra enfermidades e a manutenção da saúde do combatente. O quadro sanitário regional é contristador, com a malária devastando em caráter endêmico, a verminose disseminada em alta percentagem na população rural, as infecções por veiculação hidrica (desinterias, tifo, paratifio) persistindo favorecidas pela ignorância e desconhecimento de higiene. Diante destes perigos mais temíveis que o inimigo, quando na guerra, é que as tropas da planície se exercitam no terreno, e lamentavelmente não vimos aplicado — por falta de aparelhagem conveniente — um só dos processos que estudamos quando cadetes para a purificação da água. Apenas como preventivo contra a malária a tropa foi submetida ao tratamento pela "Atebrina".

Junta-se, a tódas essas dificuldades, mais uma de ordem técnica. Devido ao emaranhado da rede hidrográfica sucedem-se com frequência considerável as travessias de cursos d'água. E as "impedimenta" das unidades fazem longas filas à espera da vez para utilizar as pequenas pontes. Onde estas não há é mistér fazer o transporte por trem...

Isto faz sentir, indiscutivelmente, que uma tropa destacada na 8.^a R. M. necessita de uniforme e equipamento que lhe permitam cumprir sua tarefa. Os atuais em absoluto não se prestam, mesmo quando se faz a abstração do inimigo...

Pensando seriamente nesses problemas, procurando encontrar soluções é que tivemos oportunidade de ler como o Corpo de Intendência do Exército dos E.U.A. resolvera situações (de uma semelhança notável com as nossas) que afligiam suas tropas lutando no teatro do Pacífico,

Vejamos:

a) *Uniforme.*

Ante os maus resultados do calçado regulamentar, de couro, foi adotado "um calçado com grossas solas de borracha providas de inserções metálicas para evitar escorregadura, palmilhas de lona para efeito de comodidade, cordões de fibra de vidro, refratários ao apodrecimento e cano de lona forte até perto do joelho para proteger contra espinhos e insetos".

Este calçado é mais leve que o de couro (cerca de 1 Kg.) e dura cinco vezes mais.

Os "shorts" tropicais (hoje regulamentares entre nós) "tiveram de ser abandonados, porque as picadas de mosquitos nas partes expostas provocaram a malária e os arranhões se transformaram em úlceras tropicais que atingem até os ossos".

b) *Equipamento.*

Como as barracas eram inefficientes, e aproveitando os suportes naturais da selva, o "soldado transporta maca em lugar de barraca. As macas são feitas de um tecido especial, providas de um fundo falso que protege o ocupante contra os insetos. Em baixo existem alças onde o soldado pode pendurar não só a arma individual como as rações, defendendo-as da umidade e dos vermes. Em cima uma cobertura de levíssimo tecido impermeável e uma rede contra-mosquito. Tudo enrolado forma um pequeno volume que não chega a pesar 3 Kgs".

Para resolver o problema da travessia dos rios "cada combatente leva no seu bolso duas bexigas de flutuação — pequenos sacos

forrados de borracha e providos de tubos de gás, que à hora própria funcionam. Basta meio minuto para enchê-los e suportam os soldados com seus petrechos. Um invólucro de tela plástica resistente protege o fuzil, mantido em flutuação pelo ar ali represso, ficando pronto para entrar em ação".

c) *Saúde.*

As macas são providas de mosquiteiros, e os combatentes disparam de luvas e redes mosquiteiras de cabeça. Além disso empregam repelentes contra mosquitos.

Para "purificar qualquer água o soldado põe no seu cantil um comprimido que mata os micróbios e em seguida despeja a água noutro cantil onde ela perde o sabor que o comprimido lhe tenha dado".

Aqui ficam os exemplos da compreensão científica das necessidades do combatente, dotando-o de meios que lhe permitam cumprir sua missão.

Parece-nos que são exemplos dignos de imitação.

A Topografia e a 2^a Guerra Mundial

Major JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO

O último conflito mundial evidenciou mais uma vez o papel importante da *Topografia* na arte da guerra.

Generalizou-se o emprêgo da carta e das aerofoto-cartas.

Desde as operações de grande envergadura até as simples ações de patrulhas de reconhecimento, levadas a efeito por grupos de combate, foram, em parte, ou totalmente projetadas e realizadas à base de tais documentos.

Em todos os escalões constatou-se a necessidade de um conhecimento seguro de *Topografia Militar*.

A Aviação, melhor aparelhada, proporcionou grande evolução nos processos aero-cartográficos. Permitiu mesmo, horas depois de ser sobrevoada determinada zona, se dispor de um documento fotográfico apto à montagem de qualquer operação militar. Mas não parou ai a engenhosidade norte-americana. Conseguiram os ianques muito mais. Chegaram a realizar, em escalas convenientes, *planos-relévo* detalhados, em borracha, aptos a serem enrolados ou dobrados e conduzidos no bornal comum do comandante de pelotão ou de grupo de combate.

Tais *planos* substituem com vantagem as cartas, pela riqueza e precisão dos detalhes melhor sentidos e, ainda, facilitam grandemente a designação de toda a sorte de objetivos. São muito práticos às operações de desembarque, pois oferecem a segurança de não serem inutilizáveis pela água ou manuseio continuado. Em grande quantidade foram fabricados nos Estados Unidos, principalmente para as operações de ilhas no Pacífico.

Vejamos agora sob o ponto de vista de emprêgo da *Topografia* à técnica de tiro de Artilharia, se alguma grande novidade surgiu para nós.

Não podemos deixar de compreender que a adaptação, quase instantânea, à técnica de tiro americana pelo conjunto de escol de artilheiros que constituiram a Fôrça Expedicionária Brasileira foi graças ao grau adiantado de instrução e que durante os anos de paz atingiu a nossa Artilharia.

Possuindo um regulamento tão precioso como o nosso "MANUAL DE TOPOGRAFIA DO ARTILHEIRO", claro está que nenhuma surpresa poderiam apresentar os processos *topográficos* en-

trozados à técnica de tiro apresentados pelos regulamentos americanos. Sem nenhum favor é a "TOPOGRAFIA DO ARTILHEIRO" um dos melhores regulamentos de que dispõe o nosso Exército. Confeccionado por técnico abalizado e à luz dos melhores trabalhos topográficos de que dispunham as Artilharias francesa, alemã e italiana, o nosso "Título VI" é um trabalho completo em "Topo-Artilharia".

Assim sendo, já nos eram conhecidos os processos particularmente utilizados pelos americanos do norte na preparação *topográfica* do tiro. Contudo, um método "padronizado", simples, de trabalho, apresenta o regulamento americano digno de ser ressaltado, pois dá resultados satisfatórios em qualquer terreno ou situação em que for empregado.

Método de trabalho

A AD fornece, em via de regra, dois pontos *A* e *B* por suas coordenadas (às vezes as coordenadas de *A* e a direção *AB*) e situados o primeiro na zona de posições e o segundo na zona de objetivos. Estes pontos são obtidos por intermédio do pessoal especializado do Batalhão Topográfico do Corpo de Exército ou Exército. O ponto *A*, normalmente, acessível e particular a cada unidade; o ponto *B* comum a todas as Unidades da AD. Como é fácil compreender, tal procedimento permite desde logo uma homogeneidade no trabalho *topográfico*.

Como melhor divisão de tarefas, em vez de deixar todas as operações *topográficas* a cargo somente da turma do Oficial Orientador, como normalmente era realizado no caso brasileiro, determina o regulamento americano que o trabalho no ambiente do Grupo, se bem que supervisionado pelo Oficial Orientador, tenha o curso de três turmas:

- uma para as operações na zona de objetivos;
- outra para as operações na zona de posições;
- e, finalmente, uma para as operações na zona de conexão.

Sendo estas operações realizadas simultaneamente, uma notável rapidez é assegurada à preparação *topográfica*.

Operações na zona dos objetivos: — o trabalho visa determinar as coordenadas do ponto-base, pontos de referência, objetivos, etc.

Operações na zona de posições: — o trabalho nessa zona visa determinar a DR (direção-referência) e as coordenadas da peça-base (diretriz).

Operações na zona de conexão: — visam ligar o trabalho da zona da frente com o da zona das posições. O que consiste normalmente em caminhamentos de ângulos e de pontos.

Apreciado, resumidamente, éste método vantajoso de trabalho, pois pode ser aplicado em qualquer caso, isto é, quer se disponha de carta, fotografia aérea ou mesmo um sistema arbitrário à base de um papel quadriculado, vejamos, também ligeiramente, os três processos de uso frequente na determinação de pontos:

- processo de *inspeção*;
- processo de *base longa*;
- processo de *base curta*,

sendo, como veremos, estes dois últimos, uma intersecção gráfica e uma intersecção calculada, respectivamente (n.º 344 — Artigo III do Título VI, Manual de Topografia do Artilheiro — brasileiro).

Processo de inspeção: — consiste em determinar na carta o ponto do terreno cujas coordenadas se desejam, mediante o exame de acidentes identificáveis na carta e no terreno. Uma vez conseguido locar o ponto, tiram-se as suas coordenadas.

Processo de base longa: — consiste em obter gráficamente as coordenadas de um ponto, mediante a utilização de uma base e o traçado das visadas que das extremidades dela se dirigem para o ponto a determinar, fig. 1. A medida da base pode ser feita por qualquer processo, isto é, trena, estádia, etc.

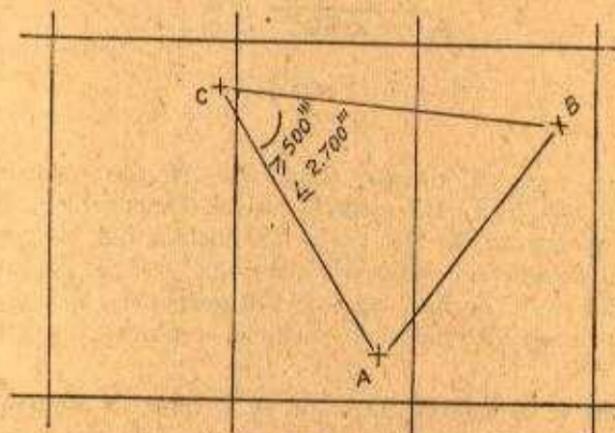


Fig. 1

Exige o processo, apenas, que os ângulos de intersecção estejam compreendidos entre 500 e 2.700 milésimos.

Intersecções inferiores a 500 milésimos não dão resultados aproveitáveis, pela imprecisão na operação de serem retiradas as coordenadas.

Processo de base curta: — consiste, em geral, no cálculo da distância do ponto conhecido ao ponto desejado e na locação do mesmo por meio da distância calculada e de uma direção medida, isto é, por coordenadas polares.

Exemplo: — (fig. 2) — deseja-se saber as coordenadas de C, que pode ser visto de A; pode-se estacionar em A.

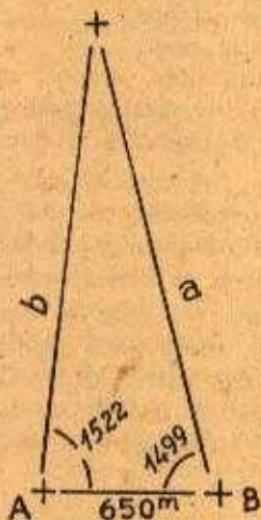


Fig. 2

Solução: — de A, traça-se uma base AB tão próxima do ângulo reto em relação a AC quanto possível. Determina-se cuidadosamente o comprimento de AB (seja 650 metros por exemplo). Este comprimento deverá ser suficiente para que se obtenha um ângulo de intersecção em C de, pelo menos, 100 milésimos, quando se opera com o trânsito, ou 150 milésimos quando se emprega o goniômetro-bússola.

Estaciona-se o instrumento em A e lê-se o ângulo A (seja 1.522 milésimos, por exemplo). Estaciona-se o instrumento em B e lê-se o ângulo B (seja 1.499 milésimos). De preferência fazem-se três medidas de cada um desses ângulos; usa-se a média.

$$C = 3.200 - (A + B) = 3.200 - (1.522 + 1.499) = 179.$$

Para determinação do comprimento de b, resolve-se a equação:

$$\frac{c}{\sin C} = \frac{b}{\sin B}$$

$$b = c \times \frac{\sin B}{\sin C}$$

$$b = 650 \times \frac{\sin 1.499^{\circ}}{\sin 179^{\circ}}$$

Na tabela de linhas: $\sin 1.499 = 0,99509$ e
 $\sin 179 = 0,17483$.

Donde:

$$b = 650 \times \frac{0,99509}{0,17483} = 3.700 \text{ metros.}$$

A equação pode igualmente ser resolvida por cálculos logarítmicos ou pela régua de cálculo.

Se há um ponto de referência conveniente (fig. 3), mede-se o ângulo do ponto de referência para C (seja 742 milésimos à esquerda).

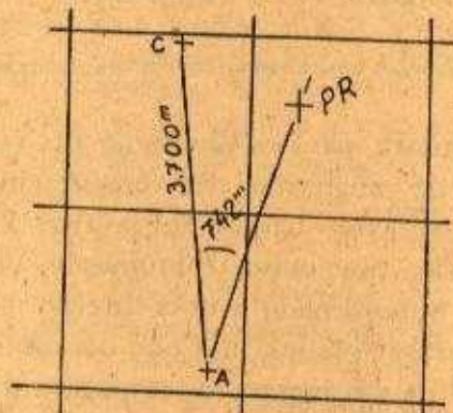


Fig. 3

Loca-se C num raio de 742 milésimos à esquerda do ponto de referência e a uma distância de A de 3.700 metros (na escala conveniente). Tiram-se finalmente as coordenadas de C.

Se não há ponto de referência conveniente, loca-se *C* sobre a reta fazendo em *A* (fig. 4) um ângulo de 1.522 milésimos e à distância de 3.700 metros (em escala).

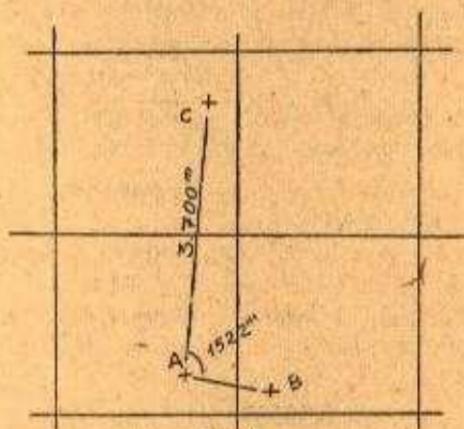
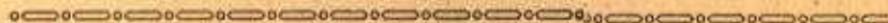


Fig. 4

Tiram-se finalmente as coordenadas.

Em traços gerais ai está o que, aparentemente, original apareceu na preparação *topográfica* do tiro no Grupo.



A arte da guerra, para os Chefes de alta categoria, para os comandantes de vanguarda, não consiste em lançar-se sobre o inimigo como um bando de javalis. Para que haja *conjunto* é preciso que exista *combinação*, entendimentos e submissão do subordinado a uma direção superior, que não se limita a traçar planos, mas que comande efetivamente. Que se diria de um regente de orquestra que, depois de haver indicado o trecho de música a ser executado, fôsse sentar-se longe e atrás de sua orquestra, deixando aos executantes o cuidado de partir e de se harmonizarem quando e como bem entendessem? (*Foch*).

Construção de linhas de cabo leve

Cap. LUIZ GONZAGA DE MELO

TERCEIRA PARTE

TURMAS DE CABO LEVE

Ao conjunto do pessoal destinado aos diferentes trabalhos de uma linha telefônica é dado o nome de "turma".

Consoante o trabalho a que se destina, cada turma tem nome e composição particular, sendo que as principais são:

- turma de construção;
- turma de recolhimento;
- turma de verificação e conservação;
- turma de reparação;
- turma de levantamento.

TURMA DE CONSTRUÇÃO — É a que se destina à construção de uma linha; seus elementos constantes e de função indispensável são denominados "especialistas". Há outros elementos, cuja presença na turma é condicionada às necessidades do momento, e por causa de suas funções são denominadas "auxiliares".

A composição de uma turma é variável, e depende do modo de construção, do terreno, da extensão da linha e das possibilidades numéricas do pessoal de transmissões da tropa que vai executar a ligação.

A turma de cabo leve é constituída normalmente de:

- 1 sargento ou cabo, chefe da turma;
- 2 desenroladores;
- 1 assentador;
- 1 ajudante de assentador;
- 1 telefonista (do ponto de partida).

Esta é a denominada "turma normal".

Na constituição da turma normal foi levado em conta o caso da construção ser iniciada de um ponto qualquer, e onde, portanto, deve ser instalado o telefone do último elemento da turma.

No caso da construção ter início em uma central já instalada, o telefonista do ponto de partida se transforma em assentador.

Se a linha de cabo leve for construída rastejante, na turma normal pode ser suprimido um dos assentadores.

REPARTIÇÃO DO MATERIAL PELA TURMA:

- chefe da turma: 1 aparelho telefônico, e 1 facão de mato;
- desenroladores: 2 desenroladeiras; 2 bobinas cada um, sendo 1 na desenroladeira e outra a tiracolo;
- assentador: 1 bolsa de assentador;
- ajudante de assentador: 1 lança-forquilha;
- telefonista do ponto de partida: 1 telefone.

Pelo exposto compreendemos que a turma pode construir um quilômetro de circuito. No caso da linha ser maior em extensão será necessário reforçar a turma normal com tantos auxiliares quantos forem os quilômetros excedentes de 1, cabendo a cada auxiliar o transporte de 4 bobinas de cabo.

RENDIMENTO — Uma turma bem exercitada, constrói 1 km: de circuito de cabo leve, sobre suportes naturais, sem roldanas, em 1/2 hora.

FUNÇÃO DOS ELEMENTOS DA TURMA DE CONSTRUÇÃO

CHEFE DA TURMA — É o responsável pela ligação telefônica, que deve ser conseguida dentro do menor tempo possível e em perfeitas condições técnicas de construção.

Uma vez recebido o material, deve verificar-lo, auxiliado pelos elementos de sua turma. Essa verificação deve ser feita ainda no depósito, e antes mesmo da turma seguir para o trabalho.

Aos desenroladores distribui bobinas com porções mais ou menos iguais de condutor, o qual deverá ser empregado nos mesmos trechos do circuito. Tal precaução evita o afastamento demasiado das emendas quilométricas, e facilita a ligação do aparelho telefônico com a linha.

Aos elementos restantes da turma distribui o material que lhes compete.

Antes de iniciar a construção da linha, se possível, realizará o reconhecimento do itinerário; em caso contrário, durante os trabalhos de construção e simultaneamente com êles, deverá fazê-lo. Este último é o caso mais comumente encontrado.

Só iniciará o reconhecimento após ter acertado com seus subordinados as providências iniciais: instalação do telefone do ponto de partida, se fôr o caso, ou o ponto inicial do desenrolamento, o tipo de travessia a efetuar, e outras providências que julgar necessárias.

Para executar o reconhecimento segue na frente dos demais elementos, estudando o terreno e escolhendo os melhores lugares para

a passagem da linha, evitando as travessias, encruzilhadas, vilas, fazendas, etc., que devem ser contornadas. Tais pontos, além de apresentarem sempre alguma dificuldade para serem atravessados, são objetivos naturalmente visados pela aviação e artilharia inimiga, e a linha corre o perigo de ser danificada pelo bombardeio.

No reconhecimento simultâneo com a construção, o chefe da turma não deve se afastar de mais de 200 metros do resto da turma, para poder ficar ao alcance da voz de seus subordinados e para poder atendê-los prontamente.

Volta para trás algumas vezes, a fim de verificar se suas ordens são cumpridas, inspecionar os trechos já construídos, e impedir a repetição de mau assentamento da linha. Os trechos mal construídos serão logo recompostos.

Procura vigiar a confecção das emendas e estar sempre onde houver necessidade de sua orientação. Dá ordens ao desenrolador sobre o itinerário a seguir e diz quais os pontos por onde deverá passar, a fim de evitar hesitações durante a construção.

Conduz o telefone, o facão do mato, a bússola e a carta da região. Os dois últimos elementos podem ser dispensados, no caso de ser o terreno conhecido ou ser pequena a extensão da linha.

Com o telefone que conduz, procede à verificação da linha. Em caso de defeito poderá voltar atrás para localizá-lo e removê-lo, ou transmite essa incumbência ao assentador, a quem entrega o telefone. A construção pode continuar, e o assentador se juntará aos demais elementos tão cedo tenha removido o defeito. E até que retome o seu lugar, faz as verificações da linha, que foram deixadas de fazer pelo chefe da turma desde que foi constatado o defeito.

DESENROLADORES — Cada um conduz o aparelho de desenrolar, a almofada presa ao peito, e na mão, a chapa com uma bobina, cujo cabo é desenrolado.

O desenrolamento deve ser rápido, mas evitando os puxões fortes, capazes de rebentar o cabo, ou de fazer a bobina girar muito depressa, ocasionando o não desenrolamento completo, em consequência do que as espiras ficam frouxas, e, saindo pelos bordos da bobina, se prendem ao eixo de manivela, que pode esmagar ou rebentar o condutor.

Os desenroladores vão desenrolando o cabo, deixando-o no solo, protegido dos animais e viaturas, e suficientemente frouxo, para permitir que os assentadores levantem, assentem ou fixem a linha, se for o caso.

Toda vez que houver necessidade, e sob orientação do assentador, os desenroladores darão uma ou mais voltas secas em torno

de um suporte qualquer, ficando a cargo do assentador e ajudante o levantamento do condutor.

Se a linha é construída ao longo de uma estrada, os desenroladores marcharão sobre a mesma, do lado por onde deve ser executada a construção, desenrolando os condutores o mais para fora possível do leito da estrada.

Ao terminar uma bobina, se for necessário continuar no desenrolamento, fazem a substituição, na chapa, da bobina vazia por uma cheia.

Com as extremidades livres dos condutores dão um "nó direito" sobre um objeto qualquer, pedaço de madeira, molho de ervas ou capim, roldana, etc., e continuam a desenrolar.

As bobinas vazias podem ser deixadas em lugar visível e seguro, no caso da linha ser de pequeno tempo de duração. Em caso contrário, as bobinas vazias são trazidas de volta pela turma.

Os desenroladores devem marchar sempre juntos um do outro, prontos a executar as instruções do chefe da turma sobre o itinerário a seguir.

Havendo dúvidas acerca do itinerário escolhido, devem parar, e só continuarão o desenrolamento após a informação exata do chefe da turma.

Nas travessias, principalmente de estradas de rodagem, de ferrovia e de rios, esperam a aproximação do assentador e ajudante, que farão o levantamento da linha nesse ponto.

Procuram verificar o estado do condutor, e qualquer alteração no mesmo comunicam ao assentador e ajudante.

ASSENTADOR — Tem por missão, coadjuvado por seu ajudante, levantar do solo o condutor, assentá-lo ou fixá-lo aos suportes e executar as travessias dos pontos críticos da linha.

Segue o condutor desenrolado, assegurando-se de seu bom estado. É quem executa as emendas nos condutores servindo-se do material que conduz na bolsa de assentador.

Em caso de defeito na linha durante a construção, pode receber ordem do chefe da turma para ir localizar e remover o defeito, e para isso recebe daquele o aparelho telefônico. E até se juntar de novo à turma, faz as verificações da linha, que deviam ter sido feitas pelo chefe da turma. Com o fim de facilitar tais verificações, o assentador deve conduzir uma porção de condutor sobressalente ou mesmo uma bobina cheia.

Havendo rompimento da linha, ele e seu ajudante voltam afim de reparar o estrago.

AJUDANTE DE ASSENTADOR — Vem imediatamente após os desenroladores, junto com o assentador e separado daquele de uns 20 metros.

Com a lança-forquilha vai colocando o condutor no devido lugar e auxilia o assentador em seu trabalho.

Nas linhas rastejantes os trabalhos do assentador e ajudante são quasi nulos.

TELEFONISTA DO PONTO DE PARTIDA — Permanece nesse ponto, munido de um telefone ligado aos condutores, pronto a entrar em comunicação com o elemento da turma que estiver fazendo a verificação da linha.

No caso da linha ter inicio em uma central telefônica já instalada, o telefonista do ponto de partida se transforma em assentador, e troca o telefone por uma lança-forquilha.

FORMAÇÃO DE TRABALHO

Na frente, distanciado dos demais elementos, vai o chefe da turma; logo a seguir vêm os desenroladores, o ajudante de assentador e por fim o assentador.

A profundidade da turma deve ser em média de uns 50 metros, afim de poderem estar os diferentes elementos sempre capazes de se auxiliarem e de realizar suas missões.

No caso da turma ser integrada de auxiliares, estes seguem perto dos desenroladores, prontos a fornecerem as bobinas cheias de condutor.

TURMA DE RECOLHIMENTO

A turma de recolhimento de uma linha deve ter a mesma composição da turma que a construiu, e o material de recolhimento é o mesmo da construção.

Nos recolhimentos à noite a turma deve ser de preferência integrada total ou parcialmente por elementos que conheçam o traçado da linha, afim de tornar mais fácil o recolhimento.

A formação do trabalho é a mesma da de construção. Na frente marcha o assentador retirando a linha dos suportes, colocando-a no solo, o condutor protegido dos animais, viaturas e pedestres, e desfazendo as emendas quilométricas. As varas empregadas nas travessias são deixadas também protegidas.

O ajudante de assentador ora ajuda o assentador, ora ajuda os desenroladores, mantendo o condutor esticado para que este último possa ir formando na bobina espiras regulares e assim fique bem acondicionado.

Todavia, se o trabalho do assentador for muito grande, o seu ajudante o auxiliará, deixando os desenroladores marcharem sózinhos.

A seguir vêm os desenroladores, agora enrolando o cabo, operação que deve ser feita sem pressa, e bem feita.

Os desenroladores, quando cansados, podem se revezar com os ajudantes de assentador.

O chefe da turma verifica o trabalho dos diferentes elementos, obrigando-os a tomar cuidado com o material, e dirige a ação do conjunto da turma. Nos pontos em que foram feitas as emendas quilométricas, pode informar ao telefonista do ponto de partida que a linha está sendo recolhida, e em qual ponto se encontra a turma. Não vem a ser prescrição absoluta.

As bobinas cheias de cabo, ou são transportadas pelos especialistas ou pelos auxiliares, ou deixadas em lugar seguro no terreno se forem em número elevado, para mais tarde serem recolhidas.

Para as linhas sobre varas, marcharão na frente do assentador da turma de recolhimento, alguns auxiliares que vão retirando as varas das perfurações, colocando a linha protegida e recolhendo o material de consolidação.

A função do assentador fica então simplificada a desfazer as emendas quilométricas.

TURMAS DE VERIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO, E DE REPARAÇÃO

As turmas de verificação e conservação se destinam a inspecionar as linhas e mantê-las em bom estado de funcionamento. Estão sempre percorrendo os circuitos.

As turmas de reparação se destinam a reparar os defeitos que surjam nas linhas, durante a exploração telefônica.

Estas turmas têm composição variável com a importância, extensão das linhas e urgência em realizar seus serviços, e, no caso das turmas de verificação e conservação, podem ser constituídas por um único elemento. Para as de reparação o número mínimo de elementos será 2.

A título de orientação, pode ser apresentada a seguinte turma de reparação, com o respectivo material:

- 1 assentador: 1 bolsa de assentador e 1 lança-forquilha;
- 1 telefonista móvel: 1 telefone, 1 desenroladeira com 1 bobina.

A turma de reparação iniciará a procura do defeito a partir do ponto inicial da linha. Neste ponto está o telefonista fixo, encarregado de atender os chamados do telefonista móvel da turma de reparação.

Uma vez localizado o defeito e devidamente reparado, a turma volta para o ponto de partida.

Nas centrais importantes deve haver sempre uma turma de reparação pronta para agir.

TURMA DE LEVANTAMENTO

Tendo em vista que o fraco isolamento do cabo leve contraindica o seu emprego nas linhas rastejantes, e que estas são facilmente danificadas pela circulação, sempre que possível e sem demora, uma linha rastejante deve ter o condutor suspenso a suportes.

E como suporte ideal, principalmente nas zonas de frente, temos a vara de bambú, e as linhas assim construídas se denominam "linhas sobre varas".

As condições das linhas ficam então melhoradas. A turma encarregada deste melhoramento tem o nome de "turma de levantamento" e pode ser assim constituída:

— 1 sargento ou cabo, chefe da turma	1
— 1 distribuidor	1
— 2 turmas de 2 homens para as perfurações	4
— 1 turma de 4 homens para a implantação	4
 Total	 10

O trabalho desta turma pode ser ou não auxiliado por uma viatura transporte de material. Na falta dela, o transporte será feito por uma turma de auxiliares, conduzindo cada um pelo menos 10 varas de bambú, e mais o material de consolidação e os accessórios.

O levantamento pode ser feito, quer durante a construção, quer após esta, e a turma de levantamento se limita a seguir o condutor já estendido rastejante, a levantá-lo e fixá-lo aos suportes.

O chefe da turma é o encarregado dos trabalhos. Recebe o material e o verifica com os demais elementos da turma, aos quais o distribui. Vigia o andamento dos serviços e vela pela sua boa execução.

O distribuidor tem por função ir deixando o material de espaço em espaço. É o responsável direto pelo material conduzido na viatura ou pelos auxiliares.

O espaçamento das varas é variável, dependendo da natureza do terreno. Em circunstâncias normais os lances são de 40 metros (50 passos aproximadamente).

Os homens das turmas das perfurações, munidos de um perfurador e de uma marreta por turma, seguem o alinhamento determinado pelo cabo já desenrolado. Nos pontos em que encontram

deve ter de 40 a 60 cm de profundidade, conforme a natureza do terreno.

Por precaução, o homem que segura o perfurador deve fazê-lo, não se defrontando com o que bate com a marreta, e sim, ficando ao lado.

A turma da implantação trabalha da seguinte maneira: um homem mantém o condutor na frente e um pouco distanciado da última vara implantada; dois outros fixam o condutor à extremidade da vara, levantá-la e a colocam na perfuração; o homem restante já se encontra na mesma situação que o primeiro descrito. Este só abandona a posição para se alternar com o último, depois que o condutor foi elevado.

Os dois homens que fixam o condutor à vara agem da seguinte maneira:

O primeiro estende a vara perpendicularmente à linha, com a extremidade que vai receber o condutor mais elevada que a outra, para permitir a fixação.

Quanto ao segundo, é preciso considerar, se se trata de um só condutor, ou de um ou mais circuitos: no primeiro caso, estica o condutor e fixa-o a 10 cm da extremidade da vara; no segundo, age como já fez para o primeiro, mas colocando o primeiro condutor do circuito a 20 cm da extremidade da vara, e depois o segundo condutor a 10 cm da mesma extremidade.

A mesma cousa é feita se houver mais circuitos. Neste caso é necessário aproximar mais os fios dos circuitos, bastando para isso intervalá-los de 8 a 10 cm.

É prudente conservar em todas as varas a mesma ordem de colocação dos circuitos. Depois de tudo pronto a vara é colocada na perfuração.

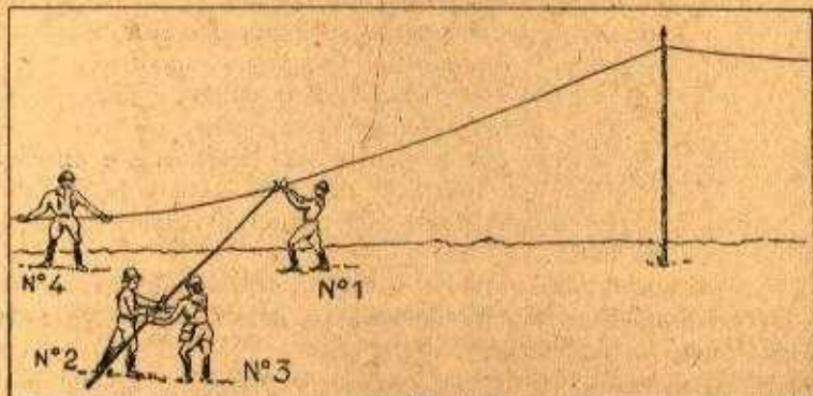


Fig. 16 — Turma de levantamento.

A fixação do condutor à vara pode ser conseguida, quer por elodo barbante alcatroado, quer por meio do "nó de barqueiro", do no próprio condutor e passado na vara.

Cada vara pode receber sem inconveniente, de um condutor até circuitos de cabo leve.

Os dois homens da turma de fixação do condutor à vara são encarregados da consolidação da linha. O homem que fica para ás firmando o condutor até que o suporte seguinte seja alçado vai auxiliá-los, depois do que se alternará com o homem restante em suas funções.

As estacas, os estais e as braçadeiras para varas serão encontradas nos pontos necessários, deixados pelo distribuidor. O macete pode ser permanentemente carregado pela turma de implantação.

O recolhimento destas linhas se processa como já foi descrito para a turma de recolhimento.

QUARTA PARTE

OPERAÇÕES DE CONSTRUÇÃO

As principais são:

- operações elementares;
- operações preliminares ou preparatórias;
- construção propriamente dita.

OPERAÇÕES ELEMENTARES —

a) — *Verificações* — O material deve ser verificado antes da turma seguir para a construção.

As principais verificações são:

- 1.^a — do telefone;
- 2.^a — da bobina;
- 3.^a — do condutor;
- 4.^a — da desenroladeira;
- 5.^a — da bolsa do assentador;
- 6.^a — da lança-fórquilha.

1.^a verificação — *DO TELEFONE* — O aparelho telefônico deve ser verificado para ver se há possíveis defeitos. No terreno os principais defeitos que possam surgir são devidos ou à exploração telefônica ou ao transporte do aparelho.

As verificações de defeitos de um aparelho telefônico de campanha são as seguintes:

a) — *Do conjunto* — Colocar os bornes do aparelho em curto-círcuito; tomar o combinado como que para falar; soprar ao microfone. Estando o aparelho em bom funcionamento, deve ser ouvido um sussurro no fone. Após essa primeira verificação, desfazer o curto-círcuito dos bornes, e repetir por mais uma vez a verificação. Caso seja ouvido novamente o sussurro, é sinal de haver um curto-círcuito nos bornes.

b) — *Das pilhas* — Ligar aos bornes de cada pilha dois pedaços de fio e tocar a língua com as extremidades livres dos fios: deve ser sentida uma picada característica, mais ou menos intensa.

c) — *Do circuito microfônico* — Colocar os bornes do aparelho em curto-círcuito; tomar o combinado como que para falar, e apertar a tecla: o contato disso resultante deve ser ouvido perfeitamente no fone.

d) — *Dos fones* — Ligar um dos bornes do telefone a um borne de uma pilha já verificada e bôa; com a extremidade livre de um fio ligado ao outro borne da pilha fazer contatos sucessivos no outro borne do aparelho; a cada um desses contatos deve corresponder um ruído característico no fone.

Para os aparelhos do tipo francês usado no Brasil, deve ser executada a verificação para cada um de seus fones. Encontrado o fone com avaria, verificar se a lâmina vibrante está muito próxima ou muito afastada do eletro-imã. A distância é regulada com o uso das rodelas de cobre interpostas entre a lâmina e o estojo do íone.

e) — *Dos cordões* — Colocar os bornes do aparelho em curto-círcuito e tomar o combinado como que para falar. Se ao serem movidos e tateados os cordões, for ouvido algum estalido no fone, é sinal de que a alma do cordão está parcial ou totalmente quebrada.

f) — *Do magneto* — Umedecer a ponta dos dedos, colocá-los em contato com os bornes de saída do aparelho, e girar a manivela do magneto: se este estiver em bom estado de funcionamento, será sentido um choque elétrico de intensidade proporcional à velocidade de rotação da manivela.

g) — *Da campainha* — Colocar os bornes do aparelho em curto-círcuito; girar o comutador para o lado marcado "controle" (telefone francês) ou comprimir o botão preto de controle (telefone brasileiro), e girar a manivela do magneto: a campainha deve tocar. Em caso contrário, verificar o parafuso de regulagem, afastando ou aproximando a lâmina vibrante do eletro-imã.

Esta verificação também evidencia o funcionamento da chamada magnética ordinária.

h) — *Do vibrador* — Colocar os bornes do aparelho em curto-círcuito; girar o comutador para o lado marcado "vibrador" e girar a manivela de magneto: os fones devem ressoar fortemente.

Esta verificação só é feita para o telefone francês, visto que o tipo brasileiro não possui vibrador.

Sempre que possível um aparelho defeituoso deve ser substituído por outro em bom estado e levado a concerto.

2.^a verificação — *DA BOBINA* — Verificar se as chapas ou o núcleo não estão quebrados ou muito amassados, o que poderá comprometer o enrolamento ou desenrolamento do condutor.

3.^a verificação — *DO CONDUTOR* — É necessário verificar se em cada bobina a alma do condutor não sofre solução de continuidade.

A verificação pode ser executada com um telefone já verificado e que esteja em bom funcionamento. Aos bornes do aparelho ligam-se as extremidades do condutor: acionando-se a manivela do magneto e agindo-se no sinal controle, a campainha deverá tocar.

Esta verificação também pode ser conseguida por meio de uma campainha e pilha. Colocar estas e mais o condutor em circuito fechado: cada vez que se formar o contato a campainha deverá tocar.

Se as verificações do condutor não derem resultado satisfatório, é necessário desenrolá-lo para localizar o defeito. Tateando-se o condutor é possível encontrar o ponto em que a alma está parcial ou totalmente quebrada. Neste ponto será executada cuidadosa emenda de reparação.

4.^a verificação — *DA DESENROLADEIRA* — É preciso que cada uma de suas duas partes seja verificada separadamente, e depois, é verificado o conjunto. O desenrolador deve se certificar se as correias permitem a ajustagem da desenroladeira ao seu tórax, ou se há necessidade de fazer mais furos nas mesmas.

5.^a verificação — *DA BOLSA DE ASSENTADOR* — Verificar inicialmente o estado próprio da bolsa, e se ela permite ser transportada a tiracolo e conduzir o respectivo material. Depois, verificar se o material que deve conter está em número certo e em quantidade suficiente e se tudo está em estado de prestar serviço.

Igualmente as correias da bolsa devem ser verificadas no que diz respeito à ajustagem ao corpo do assentador.

6.^a verificação — *DA LANÇA-FORQUILHA* — Verificar se a forquilha está perfeita, e recompor a abertura dos ganchos da mesma. A haste de bambu não deve estar quebrada ou rachada. No caso de ser uma lança-forquilha bi-partida, verificar o estado da luva, da virola, da corrente de ligação e da porca de borboleta, e se a conjugação de uma parte na outra se faz regularmente.

b) — *Colocação da almofada* — O desenrolador coloca a almofada sobre o peito, com o enchimento forrado de couro de encontro ao corpo. Lança as correias sobre os ombros, cruzando-as nas

costas, e as prendendo às fivelas da parte inferior. A almofada deve ficar bem presa sem contudo incomodar o desenrolador.

c) — *Colocação de uma bobina na chapa* — Para isso, o desenrolador puxa para trás os dois ferrolhos corrediços, afim de desprender o eixo de manivela, que retira, e o introduz no orifício central da bobina, faz a coincidência dos recortes do reforço do orifício com os pinos do eixo; coloca o conjunto na chapa, alojando o eixo nos seus recortes; e empurra para a frente os ferrolhos corrediços.

d) — *Armação da desenroladeira* — O desenrolador faz com que o punho móvel fique virado para baixo; levanta a tramela metálica da almofada, faz coincidir os recortes da chapa com os dentes da almofada e desce a tramela.

As operações contrárias são seguidas em ordem inversa a cada uma das exposições feitas acima.

e) — *Manejo das bobinas e do cabo* — Afim de evitar que os bordos e mesmo as faces das bobinas sejam amassadas, não rolá-las ou deixá-las cair por terra. O transporte das bobinas deve ser feito a braço. No desenrolamento, evitar puxões capazes de rebentar o cabo.

Ao ser feita a descrição da bobina de cabo leve, foi dito para que serviam os orifícios na chapa da mesma, e quais os cuidados a tomar antes de ser iniciado o enrolamento do condutor. Depois desses cuidados, fazer girar a bobina por meio do eixo da manivela, procurando sempre manter esticado o condutor, e guiá-lo para que forme na bobina espiras regulares.

Uma vez terminada a operação de enrolar, a extremidade livre do condutor é presa por um *nó direito* a um pedaço de barbante alcatroado, que se enrola com uma volta na bobina, e se prende a uma espira por um *nó corrediço*.

Sempre que possível, com o fim de resguardar o condutor, a bobina é envolvida em um pedaço de estopa ou de papel especial parafinado.

OPERACOES PRELIMINARES OU PREPARATÓRIAS

a) — *Reconhecimento* — Na Ordem para a Ligação e Transmissões há um item especial referente às ligações telefônicas, onde são indicados os pontos a ligar. Porém, a escolha destes pontos no terreno, sua materialização enfim, cabe ao especialista em construção de linha, geralmente ao chefe da turma que vai executar a ligação.

A construção de uma linha deve ser sempre precedida de um reconhecimento. Este pode ser feito na carta ou no terreno.

O reconhecimento no terreno dispensará o da carta. Se este foi feito, aquele virá completá-lo. O reconhecimento na carta nem sempre

diz tudo, e por isso nunca deve ser desprezado o reconhecimento no terreno.

O reconhecimento é, em via de regra, executado pelo chefe da turma, que deverá levar em conta a conformação do terreno, seus acidentes, possibilidades em suportes e encurtamento da linha.

Para as linhas de cabo leve o reconhecimento pode ser feito ao mesmo tempo que a construção, quando não houver possibilidade de executá-lo antes.

Caderneta de reconhecimento

Os resultados obtidos no reconhecimento do terreno podem ser levados para uma caderneta. Por elas o chefe da turma fará o seu pedido de material e de pessoal.

A título de orientação pode ser apresentado o seguinte modelo, e que os resultados devem ser anotados de baixo para cima, artifício que permite os dados numéricos acompanharem o croquis do itinerário.

N.º de ordem	Locais	Rumos	DISTÂNCIAS		Croquis	Obs.
			Passos	Metros		

b) — *Itinerário* — Ao trajeto geral seguido pela linha é dado o nome de *itinerário*. Este pode ser determinado pelo reconhecimento na carta.

O chefe da turma de construção deve ter em vista que o itinerário a seguir pela linha deve ser tão reto quanto possível; apresentar longos alinhamentos e possibilidades em suportes naturais; e ter reduzido número de travessias a efetuar.

Deverá evitar:

- os terrenos pantanosos ou alagadiços e os rochosos;
- as possibilidades de bombardeio, afastando-se das estradas pistas e caminhos muito movimentados, mas sem o fazer demasiadamente, pois essas vias permitem melhor vigilância, conservação e reparação das linhas;
- as cristas e ravinas muito acentuadas;
- os entroncamentos, desvios, encruzilhadas e edificações.

Deverá escolher os lugares que forneçam suportes à linha.

c) — *Traçado* — No terreno o itinerário toma o nome particular de traçado. É definido pela linha já construída.

É preciso ter em vista que é necessário deixar nas linhas rastejantes pontos por onde possam passar as tropas, afim de não terem seus movimentos prejudicados e para que a linha não seja danificada.

CONSTRUÇÃO PROPRIAMENTE DITA

a) — *Desenrolamento do condutor* — Esta operação deve ser feita com todo o cuidado, tendo em vista o que já foi dito para o modo de agir do desenrolador.

b) — *Emendas* — Dá-se o nome de "emenda" à reunião de duas extremidades do cabo, para não haver solução de continuidade no mesmo.

Assim sendo, uma emenda deve satisfazer aos seguintes requisitos:

- restabelecer a continuidade elétrica;
- restabelecer a continuidade mecânica;
- assegurar o isolamento da reunião das duas almas.

São duas espécies de emendas:

1.^a — *Emenda de reparação* — É a que se executa quando o cabo estiver partido, operando da seguinte maneira: desnudar as extremidades dos condutores de cerca de 6 cm; raspar com canivete a parte desnudada afim de remover a camada isolante de borracha pura, para se conseguir melhor contato entre os fios metálicos; cruzar as extremidades e enrolar essas partes desnudadas, uma sobre a outra; exercer pequeno esforço de tração no condutor para unir bem as espiras da emenda; apertar com o alicate a emenda e cobri-la com mais de uma camada de fita isolante, tendo o cuidado de as passar começando antes e terminando após essa, cerca de 1,5 cm.

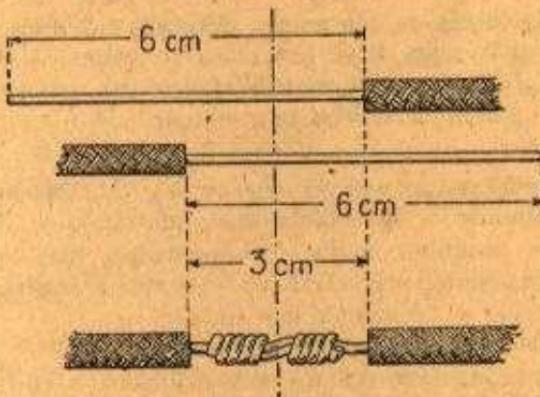


Fig. 17 — Emenda em cabo leve.

Julgamos que as emendas de reparação do cabo leve também devem ser reforçadas com arame recozido e galvanizado, como acontece com as emendas nos cabos pesados. O arame é que vai garantir

de modo satisfatório a continuidade mecânica do condutor, contra os esforços de tração sobre o mesmo.



Fig. 18 — Reforço de arame.

2.º — Emenda quilométrica — Por convenção foi denominada de emenda quilométrica a que é feita na reunião das extremidades de duas bobinas. Executa-se como segue: dar inicialmente um "nó direito" com as pontas dos cabos a reunir, deixando, após o nó, e para cada ponta, um comprimento livre de cabo (40 centímetros para as linhas rastejantes e de 3 a 4 metros para as linhas aéreas). Depois disso proceder como já foi descrito acima para a emenda de reparação, e, sem utilizar o reforço de arame, recobri-la com uma única camada de fita isolante.

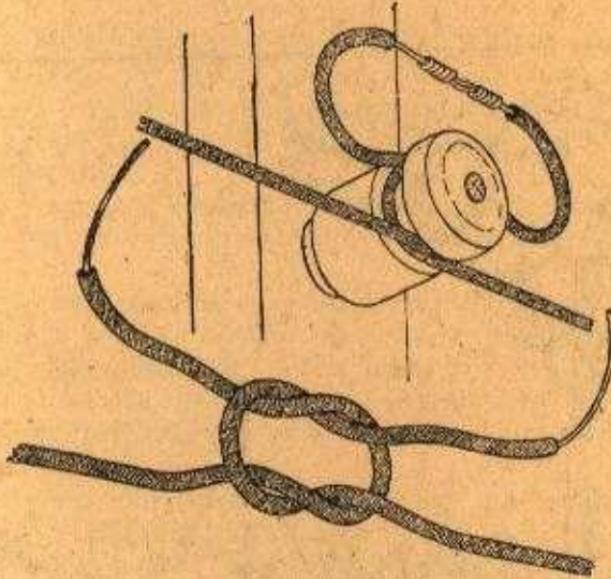


Fig. 19 — Emenda quilométrica.

Nas linhas rastejantes a emenda deve ficar protegida contra a umidade. Para isso é necessário suspê-lá do solo, fixando-a em uma ou duas estacas ou pedaços de madeira.

Nas linhas aéreas, a parte deixada pendente é enrolada em coroa e suspensa à própria linha, à qual é presa por meio de um gancho de arame ou mesmo por meio do barbante alcatroado.

Os comprimentos livres de cabo deixados nas linhas e o modo especial como é executada a emenda quilométrica, destinam-se a permitir a verificação elétrica das mesmas, isto é, facilitar a ligação do aparelho telefônico com os condutores.

O nó direito não deve ser apertado sobre si mesmo, o que pode danificar o condutor. Para evitar isso, o nó é apertado sobre um objeto qualquer, como roldana, pedaço de madeira, punhado de capim e etc..

E ainda necessário levar em conta que as emendas constituem pontos de aumento da resistência elétrica dos condutores. Para o cabo leve, entre emendas de reparação e emendas quilométricas, não deve haver mais do que cinco por quilômetro de linha.

c) — *Assentamento da linha* — O assentamento dos condutores, seja no solo, seja nos suportes, deve merecer um cuidado todo especial.

Deve ser evitado tudo quanto possa comprometer o funcionamento das linhas e o estado do material.

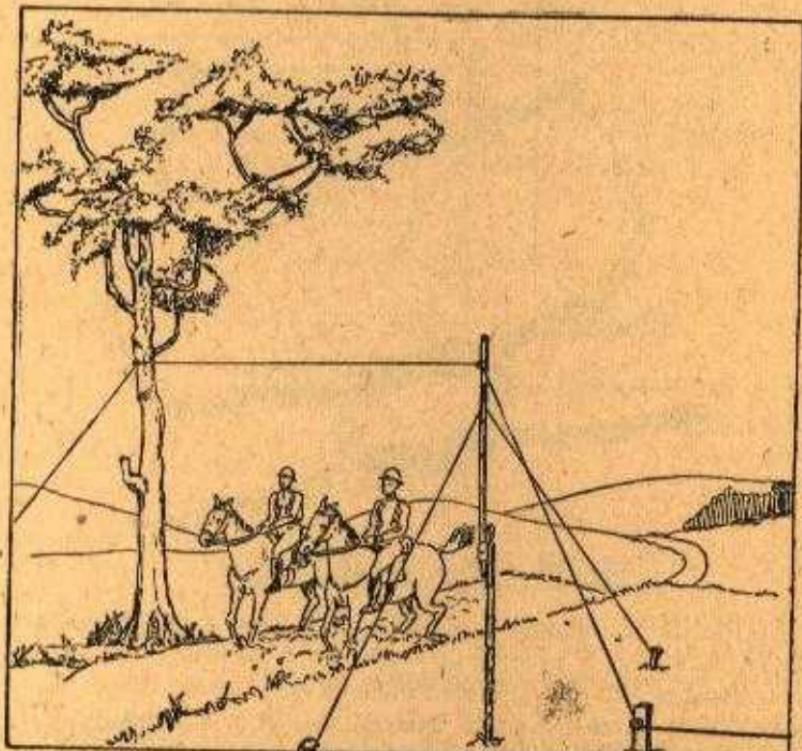


Fig. 20 — Travessia aérea de estrada de rodagem.

d) — *Travessias* — Nas construções de linhas as travessias devem ser evitadas na medida do possível. Na contingência de efectuá-las, agir do seguinte modo:

1.º — *Travessia de estradas de rodagem* — As estradas de rodagem, pistas e caminhos, podem ser atravessados por dois processos:

A — Por uma travessia aérea, ou superior, que obriga muitas vezes a fazer longos desvios para encontrar os suportes marginais onde fixar o cabo, ou a empregar suportes artificiais.

O cabo deve ficar a uma altura mínima do leito da via de 4 metros para os caminhos, e de 5.50 a 6 metros para as pistas e estradas de tráfego intenso.

Os suportes artificiais empregados são as varas de bambú ou de madeira, ou outro qualquer suporte de fortuna encontrado.

Ao executar as travessias devem ser tomadas as seguintes precauções:

— Se a linha é rastejante, fixá-la primeiramente a uma estaca e depois ao suporte. Isso em cada lado da via, e em ordem inversa.

Estaiar cada suporte no sentido transversal da linha.

— Se a linha é aérea basta estaiar os suportes também no sentido transversal dela.

Ter em conta a possibilidade de ser alargada a via, e por isso colocar os suportes simétricamente e afastados das margens da mesma.

B — Por uma travessia enterrada, subterrânea ou inferior. Este tipo de travessia deve ser evitado, salvo quando não houver possibilidade de agir de outro modo. Além disso, sua execução depende da natureza do solo da estrada, que deve ser de terra. Sendo o leito da estrada empedrado ou muito duro, deve ser empregada a travessia aérea.

Para executar a travessia enterrada, abrir uma valeta de 10 a 15 cm de profundidade no leito da estrada; retirar as pedras, pedaços de pau, e tudo quanto possa comprometer o isolamento do condutor, da escavação e da terra escavada; colocar em toda a extensão da valeta uma camada de capim ou de folhas secas; assentar o cabo com cuidado sobre esta camada, tendo a precaução de prendê-lo a estacas de cada lado da estrada; colocar nova camada de capim ou de folhas secas; recobrir a valeta com a terra escavada e socá-la.

A valeta deve ser executada inicialmente até a primeira metade da estrada, e depois de aí enterrado o cabo, executar a outra metade. Esta precaução permite não paralisar o trânsito.

Podemos também empregar uma vara de bambú, para proteger o condutor dentro da escavação.

Para isso: tomar um bambú; rachá-lo ao meio e limpá-lo dos gomos internos; fazer passar o condutor por dentro de uma das metades; cobrir tudo com a outra metade; amarrar o conjunto, depositá-lo na escavação, recobrindo-a e socando a terra.

Além do que foi dito no inicio para a execução da travessia enterrada, há ainda a questão da ferramenta de sapa. As turmas não possuem com o que executar a valeta. As turmas de construção de linhas das armas de Infantaria e Cavalaria podem ser munidas da pá e picareta portáteis, ferramenta que possuem por dotação regulamentar.

2º — Travessia de estrada de ferro — Pode ser executada por travessia superior ou inferior. No primeiro caso aproveitam-se os suportes naturais existentes nas margens da ferrovia, ou se lança mão dos suportes artificiais. A altura mínima em que deve ficar o condutor é de seis metros acima dos trilhos. No segundo caso o condutor passa por debaixo dos trilhos e é preso por meio de roldanas a um dormente. Tomar cuidado com as pedras da super-estrutura que podem danificar o condutor.

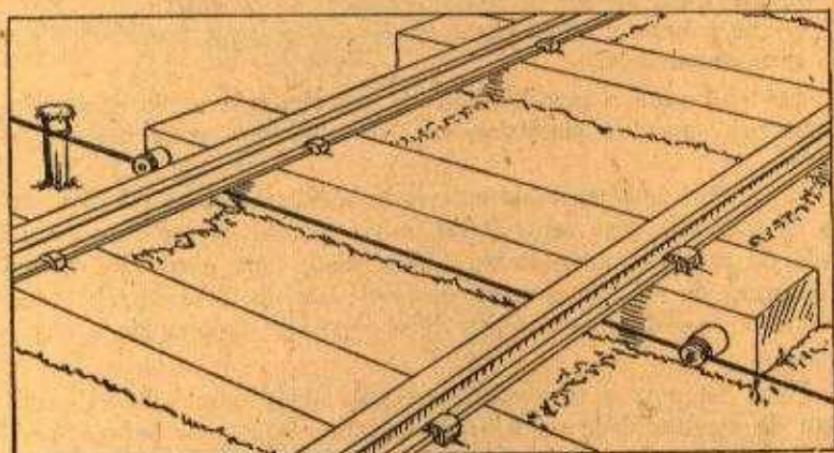


Fig. 21 — Travessia inferior de estrada de ferro.

O processo de travessia inferior de estrada de ferro é mais raramente empregado. Muitas vezes é difícil se fazer passar a bobina por baixo dos trilhos, visto não haver ferramentas para deslocar a terra e as pedras da super-estrutura.

3º — Travessia de pontes — A travessia pelas pontes militares de equipagem deve ser executada em caráter provisório. Com efeito, estas pontes estão sujeitas a ser recolhidas de um momento para outro, para utilização em outros pontos. É também necessário tomar cuidado com as "porteiras" abertas nessas pontes, para per-

mitir a navegação. O condutor é colocado do lado de fora das vigas de rodapé e a elas fixado.

Para as demais pontes a travessia deve ser feita tendo em vista o material com que foi construída a ponte, que pode ser: de madeira, metálica, de alvenaria, ou de concreto.

Para as pontes de madeira a travessia é executada fixando a linha em roldanas pregadas no madeirame, ou colocando o condutor pelo lado de fora do corrimão, sustentado por barbante alcatroado de espaço em espaço.

Para as pontes dos tipos restantes, as roldanas são pregadas em pedaços de madeira que se amarram à ponte, e a linha é depois fixada às roldanas. Também pode ser utilizado o barbante alcatroado para sustentar o condutor.

A linha deve ser colocada de preferência do lado de fora do corrimão da ponte, afim de ficar mais resguardada.

As pontes constituem objetivos visados pela artilharia e aviação inimigas e por isso sua travessia deve ser evitada.

4º — *Travessia de rios* — Para as linhas de cabo leve, cujo isolamento é precário, apenas a travessia aérea é permitida, e pode ser utilizada para os rios navegáveis ou não, e para os canais, contanto que não ultrapassem de 50 metros de largura.

Para executá-la, fixar a linha a suportes altos em ambas as margens, para que, ficando elevada, não impeça a navegação e não seja rompida.

O processo a utilizar para a travessia do curso d'água é escolhido no momento e em acordo com as possibilidades, e procurando sempre evitar que o condutor seja molhado ou permaneça muito tempo imerso.

5º — *Travessia de localidades* — Muitas vezes a linha telefônica tem inicio ou termina em uma localidade. Para atravessá-la, deve ser escolhida a rua de maior movimento. Prende-se a linha na fachada dos edifícios, em lugar bem visível, evitando as partes metálicas e as arestas vivas, para que o cabo não se fira com a fricção sobre as mesmas. Sendo impossível evitá-las, o cabo deve ser protegido com pedaços de pano, madeira, etc.

Escolhe-se a rua de maior movimento afim de facilitar a vigilância da linha e evitar a escuta clandestina.

6º — *Travessia de linhas de alta tensão e de lençóis telefônicos* — Nas localidades, vilas, etc., e mesmo em campo aberto, há muitas vezes necessidade de fazer a travessia de linhas de alta tensão e de lençóis telefônicos ou telegráficos. Essa travessia deve ser feita enterrada.

As Unidades de Transmissões, que possuem escada para a construção de suas linhas, poderão empregar a travessia aérea, contanto que a executem perpendicularmente aos demais fios e pelo menos a dois metros acima deles.

e) — *Experiências elétricas e procura de defeitos* — Segundo a parte especial a esse respeito.

f) — *Bobinas vazias* — Em princípio, as bobinas vazias são deixadas no local das emendas quilométricas ou em suas imediações. Nas...

C. GUSMÃO & CIA. LTDA.

PAPELARIA — TIPOGRAFIA — PAPEIS EM GERAL

Depósito:

RUA DO TEATRO, 3

Oficina:

Rua do Senado, 76/78

Tel. 43-2677 e 43-0016

Rua Tenente Possolo

Tel. 42-2180

RIO DE JANEIRO

39/41 - Tel. 22-9757

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

"Uma nação dividida e desconfiada de seu Governo é fraca para uma grande guerra exterior".

Gen. Osório

"Os cegos políticos que retardam a prosperidade da Pátria, tarde abrirão os olhos, porque a opressão nem sempre deixa de produzir a reação do espírito".

Gen. Osório

A CIÊNCIA E A GUERRA

"All the sciences have been drawn up. It will difficult to name a field of natural knowledge that is regarded as irrelevant to the war effort, but the sciences which have been most active are physics, mathematics, chemistry, biology and psychology". (George W. Gray — Science at war — Harper Brothers Publishers — New York — London).

Pelo Cel. J. B. MAGALHÃES

Ninguem ignora que a ciência constitui elemento influente na decisão das guerras, nem todos porém, medem bem a extensão e o valor de sua contribuição. Por isto, muitos ousam ainda pensar em guerra, são capazes mesmo de a desencadear, apenas confiantes nas excelentes qualidades de suas forças armadas, no seu potencial económico e no entusiasmo do seu povo, sem indagar qual é o potencial científico de que dispõem: — cientistas, laboratórios, meios de pesquisa e experimentação etc.

E no entanto, se num exame da História Militar o homem de ciência, embora raramente mencionado, pode ser sempre encontrado por detrás dos armamentos, equipamentos, reabastecimentos, das próprias opiniões e estados dalgum dos povos, nas duas últimas guerras mundiais, o seu papel imediato no curso dos acontecimentos foi bem visível.

Pode-se dizer sem erro não terem sido as **fôrças armadas** os elementos decisivos dessas duas grandes guerras e sim os *cientistas*. Aquelas si ganharam combates e batalhas foi em virtude dos meios produzidos pela indústria e criados pelos pacíficos manejadores dos cálculos, tubos de ensaio etc., no seu labor invisível e silencioso, no decorrer mesmo da peleja.

Exércitos, indústrias e ciência, formam uma trindade, capás de assegurar a uma nação tanto mais fôrça quanto mais existirem solidariamente. A descoordenação em suas atividades ou o enfraquecimento em qualquer dêsses elementos, pode levar à derrota, se o inimigo não sofre de mal análogo.

Temos farto exemplo disto nessas duas últimas guerras mundiais. Nelas, principalmente na última, foi a atividade científica, a causa primordial das vitórias iniciais da Alemanha pois permitiu se provesse de armamentos especiais e a utilização objetiva de seus recursos naturais por meio de uma poderosa indústria bélica, em gráu até então nunca atingido. Foi também a ciência que assegurou às nações unidas sobrepujarem a fôrça nazista a partir de 1942, depois de a haverem mais ou menos neutralizado, em progressão crescente, desde os primeiros resfogos da luta.

A rigor não foram a abundância de efetivos nem a maior *perícia militar* que deram ganho de causa, nem aos alemães no inicio nem aos aliados por fim. A guerra foi decidida nas batalhas travadas nos gabinetes de estudo, laboratórios e campos de experiência, tanto mais facilmente para os aliados quanto os hitleristas se enfraqueceram expulsando, prendendo, e liquidando cientistas seus, por serem de *raça impura*, os quais em grande parte foram reforçar as fileiras dos contrários.

Tudo isto é óbvio. Ciência é o saber humano e o homem luta com o que sabe, vencendo nela o que sabe fazer-se mais forte.

Nos tempos hodiernos a *batalha dos cientistas* tornou-se visível a olhos nus. Eles acompanham a evolução da luta dos exércitos e intervêm nela, não raro, decisivamente.

Na antiguidade também existiu sempre a influência do valôr científico nas contendas bélicas embora, em regra, a *priori* e com intensidade menos marcante. Mesmo em remotos tempos, porém, houve casos em que a *ciência* por si só valeu aguerridos exércitos.

A guerra de Siracusa, no início das campanhas púnicas, foi uma luta entre o sábio Arquimedes e as legiões de Metelo. As suas invenções de geometra e fisico, contiveram as legiões romanas de 214 a 212 A.C. às portas da cidade grega da Sicilia. A sua própria vigilância na organização e condução da defesa, apesar de septuagenário, sustentou o animo dos defensores e conteve em respeito os adversários.

Él foi "uma alma movendo e governando tudo". (1) O prestígio que adquiriu foi tal que bastava ao inimigo vêr surgir por cima das muralhas a ponta de uma viga ou um pedaço de corda, para logo se afastar temeroso dos efeitos de uma máquina infernal qualquer... Mas esse prestígio, que para os defensores valia por todas as armas, deu-lhes tanta confiança que acabaram por se desculpar com Metelo, cuja tenacidade romana não havia esmorecido, astuto, tirou partido disso. Na primeira oportunidade assaltou a praça de surpresa e apoderou-se dela.

Nessa antiguidade a guerra era o estado normal, a civilização era militar e por isto a ciência era apenas parte dessa mesma guerra. Não havia indústria nem engenharia sem caráter militar. Os sábios e os soldados se completavam. Socrates discorria sobre coisas militares e era como qualquer grego um combatente. Aritoteles foi mestre de Alexandre e lhe meteu nas mãos as obras de Homero.

Depois, a proporção que a civilização foi deixando de ser militar, foi se estabelecendo diferenciação entre a função civil e a militar na vida das sociedades, nem por isso porém, a ciência deixou de ser o elemento fundamental das guerras; jamais as suas descobertas deixaram de ser o elemento determinante principal das formas da guerra.

(1) — *Science at War* — George W. Gray.

Os gregos conduzidos por Alexandre vencem os persas apezar dos seus comparativamente minguados efetivos, mercé da flexibilidade da legião, sem perda de potência e com maior capacidade de movimento.

A descoberta do estribo veio dar maior importância à cavalaria nas batalhas, isto de modo crescente com os aperfeiçoamentos da sua indumentária bélica até que entram em cena as armas de fogo.

Antes destas e até a Idade Média a guerra redundava sempre numa luta a curta distância, com predominância dos embates corpo a corpo e dos efeitos morais.

O seu problema principal era trazer as massas armadas a vista e a distância de alcance do adversário, depois de o enfraquecer o mais possível pela ação de projéctis lançados por intermédio de máquinas elásticas, de alavanca, de força centrífuga, e mesmo a mão.

O emprêgo dos meios de atemorizar o adversário e de exaltar o próprio animo, ameaças, insultos, tumultos, preságios, discursos, promessas de ganho etc. precedia e durava todo tempo da peleja.

Então as cidades fortificadas, os campos imediatamente protegidos por meios naturais ou artificiais, eram de uso corrente e demandavam o emprêgo, tanto para o que defendia como para o que atacava, de uma tática especial com aparelhamentos e máquinas diversas.

O aperfeiçoamento técnico das construções criou fortalezas praticamente invulneráveis, cuja conquista impunha o estabelecimento de *sítios* que chegavam até a durar anos. Foram tais fortalezas, complemento lógico da organização social, que deram fisionomia a era feudal.

Com o surto e o progresso porém das *armas de fogo*, notadamente da artilharia, cada vez de maior alcance, mais potente, mais móvel e manejável, os velhos aspectos da guerra vão desaparecendo e surgem outros modos de combater e manobrar.

Tudo resultado das descobertas científicas, as quais também reagem sobre os sistemas político e social por intermédio das modificações que vão impondo na indústria, donde se originam outras modificações na morfologia da guerra.

E' assim que a luta entre os senhores feudais cede lugar as disputas entre os reis e estas a seu turno, com a Revolução Francesa, são substituídas pelas das pátrias, nações ou povos, até o advento da *guerra hodierna*, a guerra total. Em cada fase encontramos armamentos novos, de mais potência e mais movimento, de maior alcance.

Não é difícil sentir-se a intimidade entre a ciéncia e a guerra. As vezes as suas relações se fazem diretamente e sem intermediários e uma beneficia a outra. A ciéncia, também aproveita da própria guerra para desenvolver o seu campo de conhecimentos, o que indú muitos a supor ainda utilidade na guerra como se essa extensão não pudesse ser conseguida sem os sacrifícios que aquela acarreta. Neste último aspecto muito tem lucrado certos estudos médicos e biológicos, nos tempos modernos em virtude das observações feitas sobre os numerosos variados casos que se apresentam na guerra os quais escassamente poderiam ser vistos em épocas normais.

Galileu, que era professor de matéria militar na universidade de Pavia, estuda as trajetórias das balas de artilharia. Tartaglia, que não era militar e tinha horror à guerra, ensina como os artilheiros podem melhorar os seus tiros dando maior rendimento ao emprêgo da artilharia. Leonardo da Vinci, apresenta ao Duque de Milão uma proposta para pôr em prática numerosos inventos seus úteis aos exércitos.

Entre os elementos propostos há um que merece ser destacado. Vem lembrar a persistência na natureza do problema da guerra. Diz ele: "também posso fazer carros armados, seguros e inassaltáveis os quais poderão entrar as cerradas fileiras inimigas com sua artilharia e não há companhia de homens d'armas tão grande que êles não rompam. E atrás d'êles a infantaria será capáz de seguir quasi desarmada e sem nenhuma oposição".

Não está aí o problema do carro de assalto, posto nos tempos antigos, revivido com os elefantes de Aníbal e sómente resolvido no nosso século, mercê dos progressos da ciéncia aplicados na indústria?

Mas mesmo em nosso século a solução não era tão eficaz como imaginou Da Vinci e os modernos realizadores da idéia, viram-na dar os resultados imaginados apenas num fugáis instante.

A tática ofensiva que lhes é própria, cuja linha mestra da Vinci traça magistralmente, conhecida sua maneira de operar e seus efeitos, despertará uma tática defensiva inspiradora da inversão de novos materiais.

Aos primitivos *tanques* (2) embarcados da Grã Bretanha para a França em 1917 logo sucederam novos tipos mais velozes, melhor armados, melhor couraçados até que se chegou a criação dos carros anfíbios. Mas ao par disto os contra-tanques surgiram cada vez mais eficazes: — métodos adequados de emprêgo da artilharia, obstáculos artificiais, novos tipos de organização defensiva, armas anti-tanques, tanques especialmente destinados a esse fim, etc.

Tudo isto os militares aplicam, mas tudo resulta de atividade dos cientistas nos silenciosos recantos do interior, elaborando as observações colhidas na linha de frente.

Tudo isto, e o que recordamos já sobre os feitos de Arquimedes e outros bem como o que sabemos sobre Lazaro Carnot, o organizador da vitória, mais matemático e engenheiro que militar, o primeiro a ver as novas formas da guerra surgentes da Revolução Francesa, bem nos mostra a intimidade entre a ciéncia e a guerra. Mas aqui o que nos interessa é focalizar o papel *condicionador da guerra que a ciéncia exerce*.

São as suas aplicações, isto é, o aproveitamento práctico dos conhecimentos adquiridos sobre a matéria e as energias que vem creando através dos tempos fórmulas de guerra. São

(2) — Nome dado pelos ingleses que, par aguardar o segredo, prevaleceram-se de sua forma para fazê-los passar por veículos destinados ao transporte de água no campo de batalha.

os meios de ataque e defesa, isto é, a *potência* dos exércitos, e os meios de locomoção, isto é, a faculdade de *movimento* ou de *manobrar* próprios a cada época, resultantes das aplicações práticas das descobertas científicas que determinam as transformações da fisionomia das guerras e explicam porque estas se fazem mais rapidamente a proporção que os séculos avançam.

Deve-se observar, porém, que tudo isto se processa sem alteração do problema fundamental que permanece o mesmo.

A luta à *arma branca*, isto é, a curta distância, prevaleceu na guerra milhares de anos. Depois surgiram as armas de fogo e vários períodos da evolução da guerra com os aperfeiçoamentos introduzidos nesses meios de luta foram se sucedendo, com aspectos peculiares, porém, sem diferenças muito radicais em seu conjunto. E a fase da chamada guerra antiga cujo ciclo termina com Frederico.

Então, já as indústrias estavam criando as bases para o seu desenvolvimento no século XIX e as ciências haviam evoluído até o enciclopedismo promovendo as revoluções políticas e sociais de que principalmente geraram os aspectos das guerras napoleónicas.

Surgiu então uma fase nova que durou até que o progresso científico permitiu o aproveitamento das *energias carboniferas* na produção intensiva do aço e no trabalho das máquinas à vapor, e o aproveitamento da energia elétrica na transmissão rápida do pensamento a grandes distâncias.

Vemos então surgir armas mais poderosas, de tiro mais rápido, de maior alcance e mais facilmente manejáveis e torna-se possível deslocar, alimentar e comandar efetivos mais consideráveis, isto é, o progresso científico creou mais *potência* e mais *mobilidade*.

Mas anda desta vez, por profundas que fossem as modificações em nada se alterou a natureza do problema — abordar o inimigo enfraquecido o mais possível por efeito de projeteis lançados do mais longe possível e isto com o

mínimo de perdas; destruí-lo, ainda com o mínimo de perdas, pelo ataque aos seus pontos vulneráveis, em regra, os flancos naturais ou criados por efeito de uma ação de ruptura do seu dispositivo.

O enfraquecimento prévio que começava nos tempos antigos com o lançamento de projeteis a dezenas ou algumas poucas centenas de metros, no século XVI era obtido por armas de fogo cujos projéteis atingiam até quatrocentos metros, na era napoleônica aos mil, na de Moltke iniciava-se aos quatro mil. Depois com o aparecimento das pólvoras químicas, os aperfeiçoamentos da artilharia, tais como os neutralizantes do recuo foram se alongando essas distâncias até alcançar os 42 km, em 1914-18.

Surge então, nos campos de batalha a maravilhosa aplicação dos motores a explosão ao transporte aéreo do mais pesado que o ar (Santos Dumont), a aviação.

As pesquisas para aumentar o poder da artilharia perdem o interesse. As *sujeições* das armas de fogo — aquecimento pelo tiro, desgastos da alma das armas, recuo, a limitação das cargas de explosivo dos projéteis, os desvios do tiro pela influência atmosférica, etc., problemas êstes que vinham sendo dificilmente solucionados, a isso conduzem e tanto mais quanto a aviação se mostrava mais apta para o ataque do inimigo a distância. Ela poderia ir sobrevoá-lo a centenas e milhares de quilômetros e descarregar sobre ele uma carga de explosivos bem mais considerável, e com maior precisão relativa, como jámais poderia fazer a artilharia. Esta passava portanto, a *categoria de arma antiga*, de meio complementar. Não era inútil, nem mesmo obsoleta, pois nas médias e curtas distâncias continua a ter papel eficás, notadamente casada com os *carros de combate* e os *veículos automóveis*. Mas a êstes e aos aviões é que caberia principalmente, agora *romper o caminho à infantaria*.

Considere-se também que ao par destes aspectos e outros de ordem material que sucediam na luta terrestre e na marítima, em virtude dos progressos da ciência e de suas

aplicações, também pelos mesmos motivos, evoluiam, ou se transformavam os de ordem moral e psicológica, sempre presentes em todas as guerras como elemento de maior importância.

Dos primitivos métodos empíricos de atuação chegou-se até às modernas técnicas de propaganda capazes de dominarem por completo o entendimento dos homens e a alma coletiva das massas.

Da exploração dos preságios chegou-se a sistemática atuação pelos agentes quinta colunistas, a imprensa, o cinematógrafo e o rádio, ampliando também o campo da guerra nesse particular. Nada houve aí também de essencialmente novo. Os heróis de Homero com a intervenção dos deuses; os agentes de Gengis Cam; as "fausses nouvelles" de Napoleão, são legítimos predecessores dos processos modernos da luta psicológica.

Napoleão combateu mais talvez com as armas psicológicas, de que sabia tirar admirável proveito, que com as de fogo em que era insigne. Foi êle o primeiro a crear uma propaganda dirigida e sistemática pela imprensa e o fez com uma minúcia de cuidados e subtilezas na percepção de seus efeitos, verdadeiramente admiráveis.

* * *

A correlação íntima entre a ciência e a guerra, evidente à mínima reflexão, não demanda que mais se insista na sua demonstração. Sua recordação, porém, através dos fatos que assinalamos e de inúmeros outros que se poderiam citar, condus expontaneamente à idéia de que é necessário um cuidadoso *preparo de sua mobilização*. Surpreende mesmo que fosse necessário chegar ao momento atual para se pensar nisto.

No entanto, o fato é que foi mistér atingir o século XX para que uma tal necessidade fosse percebida. Nem mesmo assim, porém, todas as nações souberam tirar dos ensinamentos aí prodigalizados todas as lógicas consequências. A bem dizer-

se, o papel desempenhado pela *batalha das pesquisas* na decisão da guerra ficou mal sabido.

O segundo e mais terrível conflito mundial veiu, sem que se houvesse organizado préviamente a *ciéncia* para o papel que iria nele representar. Não se foi muito além, da *mobilização industrial*, e de algumas providências úteis, mesmo nos países mais ameaçados pela guerra. Novamente houve improvisações, embora mais facilitadas que no caso antecedente pela experiência dêle decorrente.

Hoje, terminado aquele conflito, as cinzas do incêndio ainda quentes ameaçando a irrupção de novas chamas, uma tal necessidade tornou-se ainda mais evidente e é de crér ve- nha a impôr em toda a parte a adoção de medidas acautela doras correspondentes.

Tudo faz crér que o preparo da *mobilização científica* não mais deixará de merecer toda a atenção para que os que batalham nesse campo possam assegurar do melhor modo e o mais rapidamente possível os meios de neutralização da maior *potência* e maior capacidade de *movimento do adversário* e desenvolver também o maior poder ofensivo do próprio partido.

O processo e os meios de fazê-la render o mais possível no caso de um novo conflito, abrangerão certamente todos os ramos de saber humano e todas as modalidades de sua aplicação.

Num tal quadro nem só a *ciéncia* será abrangida, veremos que as *artes* também exercem influência na guerra. Delas se há-de escrever e falar em prosa e verso, até à arquitetura, para reconforto dos combatentes ou influência das populações e até para favorecer o rendimento do trabalho nas fábricas. Elas também representam papel de importância na composição das forças da guerra, umas de ordem moral outras de ordem material, cuja resultante é vitória ou derrota, e raramente fica nula.

Outrora, testemunham sua influência nas energias da luta às falas aos combatentes, as excitações do patriotismo, os artifícios apostos à indumentaria guerreira para atemorizar os contrários etc.. Hoje, a êsses meios romanos, somam-se as cenografias dos disfarces, as bombas silvantes, as carantonhas dos aviões, a confusão das instalações militares com o terreno; as leituras, a música, o film, o teatro, o rádio etc.

Não bastará, porém, cuidar da mobilização científica como se tratasse da militar e da industrial, esta considerada no seu mais amplo sentido. Será mesmo preciso dar-lhe primazia, pois é ela quem serve de base a todas as atividades rendosas na guerra e para o que requer uma seleção qualitativa específica e não muito fácil de satisfazer.

E' curioso observar-se que é mister ainda neste momento defender tais idéias apesar do que todos sabemos sobre o papel das ciências e das artes na vida humana e na guerra.

A razão de ser disto está possivelmente na observação de Lewis Mumford, conforme a citação de George W. Gray, assinalando o paradoxo existente na técnica da guerra: "a guerra estimula as invenções e os militares resistem", isto é, os militares conservadores por educação, não aceitam de bom grado as novidades. Aí há bem e mal. Bem porque evita as leviandades e mal porque os expõe a tombarem vítimas dos meios superiores do adversário.

Mas isto nos leva a pensar ser conveniente rever o sistema cultural dos militares no sentido de avivar neles o sentimento do papel do pensamento humano na guerra. Nos diversos graus do ensino militar deve haver, portanto, cursos correspondentes a êsse objeto. Não bastará que se fale accidentalmente nas aplicações científicas. Faz-se mistér que eles conheçam bem as relações entre a ciência e a guerra

através dos tempos e no presente, para que possam saber o que podem esperar dela utilmente no futuro.

* * *

Em capítulo de "Algumas Cousas da Rússia" (3) examinamos aspectos do papel da ciéncia na guerra que acaba de findar e do processo por que se a mobilizou, notadamente na Rússia e nos Estados Unidos. Foi um estudo essencialmente calcado numa publicação do professor Yoffe, feita pela propaganda soviética de Washington.

Retomando essas informações e ampliando-as com as que nos proporciona George W. Gray em "Science at War" vamos fixar agora traços interessantes dessa mobilização no país ianque, notadamente.

Apezar da experiência decorrente da outra guerra e das medidas governamentais adotadas por diversos países para aproveitamento militar das atividades científicas em vista da guerra (4), em nenhum deles exceto na Alemanha se procedeu a cuidada mobilização científica.

Os acontecimentos da segunda guerra mundial, se não surpreenderam a todos como os da primeira, encontraram as nações, neles interessadas mais diretamente, sem a conveniente preparação. A própria Alemanha hitlerista que vivia em *regime de economia de guerra em tempo de paz* parece não ter medido bem toda a importância do papel da ciéncia na guerra.

Todavia, se mesmo na Grã Bretanha, não foi mais preciso, como em 1914, fazer regressar do front para o trabalho no interior, operários, técnicos e homens de ciéncia a mobilização científica ainda foi improvizada, mesmo na Rússia. Outro tanto, houvera acontecido nos Estados Unidos se não fossem a iniciativa particular e a clarividência de Roosevelt, que souberam aproveitar a pequena espera para a sua entrada em ação nos campos de batalha.

(3) — Emp. Gráfica Luzinger — 1945.

(4) — O Conceito Moderno da Guerra — 1939.

Não obstante, onde a mobilização científica mais facilmente se processou, dada o seu sistema político e social, no qual a idéia do Estado tudo domina, foi na Rússia. No país ianque, graças ao alto nível de sua civilização, a consciência de seu povo livre e a abundância de seus diversos recursos todas as dificuldades puderam ser facilmente vencidas, vindo comprovar não haver incompatibilidades radicais entre a liberdade e a ação coletiva.

Mas houve improvisação e acomodações a fazer tanto para preenchimento de certos *deficits* em pessoal como para a organização material do trabalho, donde resultou lógicamente perda de tempo e o aproveitamento de certos recursos.

Conforme narra o autor acima mencionado, a iniciativa dessa mobilização coube ao Dr. Vammer Buch, membro do "Conselho Nacional Aeronáutico" (5) e presidente do Instituto Carnegie de Washington.

O Dr. Buch previu a necessidade da mobilização científica americana, desde que surgiram os graves acontecimentos de 1939 e tomou a iniciativa de promover a sua realização. Para isto entrou em entendimento com Frank B. Jewett, presidente da Academia Nacional de Ciência e ambos entenderam-se com James B. Connant, da Universidade de Harvard. O problema que os três tinham principalmente a resolver era a obtenção dos recursos para a necessária integração do trabalho científico aos interesses imediatos e objetivos da guerra.

Roosevelt, uma vez conhecedor dessa iniciativa, dá-lhe todo o seu apôio. Forma-se então uma *direção científica de guerra*, constituida sob a chefia do Dr. Buch com Jewett, Connant e mais Karl T. Compton, presidente do Instituto de Tecnologia de Massachussets e Richard T. Tolman, deão do Instituto de Tecnologia da Califórnia.

Em 1940, a iniciativa particular oficializa-se e surge então a "Comissão Nacional de Pesquisas para a Defesa"

(5) — National Advisory Committee.

(6) composta pelos cientistas citados e mais um general, um almirante e um representante do órgão governamental incumbido dos assuntos científicos. A essa Comissão foi dada a incumbência de *pesquisar meios de guerra* (7) sendo postas a sua disposição as necessárias verbas.

Em 1941, à Comissão foi-lhe adicionado um grupo médico. Então, surgiu como órgão principal sob a direção do Dr. Buch a "Repartição de Pesquisas, sob a direção do Dr. Connant e a Comissão Médica, sob a do Dr. Richards, ficaram a ela subordinadas.

Não tardaram a aparecer novos desdobramentos. A Comissão do Dr. Connant, por exemplo, que iniciou seus trabalhos organizada em quatro divisões, em fins de 1942 se havia desdobrado em dezoito. Analogamente ocorreu com a comissão médica.

Ao primeiro grupo dos três cientistas que tomaram a iniciativa da mobilização desses recursos, vieram juntar-se sucessivamente outros de modo que, nos diversos órgãos que entraram em funcionamento, empregavam-se mais de mil homens de ciência nos últimos tempos da guerra. Nesse número a maior parte era constituída de físicos, cujas existência no país tendo-se revelado insuficiente, levou a providências para suprimir o *deficit* pela *conversão de químicos*, que eram mais abundantes e em cujo ramo de atividades as necessidades eram menores.

Destarte reuniram-se os recursos do Governo, das universidades e estabelecimentos particulares, materiais e humanos. Foram feitos entendimentos sob a base de "no profit no less contracts", nem perdas nem lucros.

Os contratos firmados em 1942 chegaram a mais de 2.000 e implicaram no aproveitamento de cerca de 280 instituições diversas e de mais de 6.000 trabalhadores científicos.

Todas as atividades judiciosamente superintendidas pelo Dr. Buch não ficaram sujeitas a qualquer método ri-

(6) — National Defense Research Committee.

(7) — Instruments and instrumentality.

gido. Certas pesquisas eram atribuídas a um ou diversos órgãos, outras eram efetuadas por cientistas escolhidos especialmente reunidos numa delas.

Tudo obedecia ao mais rigoroso sigilo, guardado mesmo no âmbito dos empenhados em tais trabalhos, uns em relação aos outros. Cada qual sabia, do que se estava fazendo, apenas o necessário ao desempenho da tarefa que lhe era atribuída. Medidas especiais garantiam a manutenção do segredo de modo que *ninguem* estranho a tarefa em curso de execução pudesse ter dela a menor notícia fosse qual fosse a sua situação oficial ou social.

No entanto, houve queixas contra um tal serviço, queixas de homens e meios não aproveitados... Elas surgiram principalmente entre os biólogistas, químicos, geólogos e as instituições que haviam sido deixadas de lado por motivos diversos, entre os quais o da sua situação geográfica, o que mostra a abundância dos recursos americanos.

Tais atividades não se exerceram exclusivamente no âmbito nacional. Houve colaboração reciproca com os britânicos pela troca de pesquisas a efetuar, de resultados obtidos e de assistentes em cada país.

No caso russo, a submissão ao governo de toda vida russa, deu a este naturalmente a iniciativa e de certo modo facilitou a solução do problema. Lá os órgãos científicos estavam habituados a trabalhar coordenadamente para satisfazer as missões que o governo lhes determinava.

Aí a execução da mobilização científica coube naturalmente à Academia de Ciências em cuja dependência ficaram as instituições e os trabalhadores científicos, estabelecendo-se íntima ligação, levada até as linhas de frente, com as forças armadas em operações.

Todavia esse regime de liberdades restritas, se não prejudica as aplicações da ciência é incompatível com o que diz respeito aos progressos da ciência pura. Tal como denuncia Einstein, uma organização científica à maneira das outras organizações, não se presta à descobertas novas. O

sábio tem que ser livre por definição. O trabalho de dois cérebros só se pode combinar em busca do desconhecido, ao termo de fases de sua elaboração e mediante resultados confessados.

* * *

No Brasil, sobre este assunto surgiram apenas até agora algumas iniciativas isoladas e praticamente ainda sem aproveitamento. De todas elas, parecem-nos mais importantes as propostas feitas na Academia de Ciências para que o Governo crie um Conselho Nacional de Pesquisas.

Evidentemente aí está um primeiro passo necessário, mas tudo dependerá naturalmente da classificação das pesquisas a efetuar, dá escolha dos pesquisadores e dos recursos postos à sua disposição.

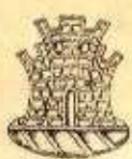
Deve, porém, desde logo firmar-se o princípio de que os *trabalhadores científicos* não são funcionários sujeitos ao DASP nem meros operários regidos pelo Ministério do Trabalho, bem como as instituições em que exercem suas atividades não podem deixar de ser livres em seus métodos de trabalho e regime administrativo.

E' indispensável que nenhum controle se exerça sobre êles por quem não possa ter elementos para julgá-los. O trabalho científico tem que ser livre e merecer confiança, para que possa bem produzir.

Sem prejuízo dessa *liberdade*, é possível indicar quais os problemas que praticamente interessa resolver tanto para os mistérios da paz como para os da guerra. Ela favorecerá as iniciativas úteis para o encontro de recursos novos não solicitados e muitas vezes capazes de mudarem a face das questões vantajosamente.

Maio — 1946.

(8) — Office of Scientific Research and Development.



AO INVICTO GENERAL ANTONIO ERNESTO GOMES CARNEIRO
HOMENAGEM DE «A DEFESA NACIONAL»

GOMES CARNEIRO, UM SOLDADO NATO

RENATO B. NUNES, Coronel de Engenheiraria da reserva de 1.^a classe. (*)

"O sentimento da honra pessoal, a consciência da própria personalidade, que elevam o homem acima das condições da natureza humana, e o prendem à ordem sobrenatural das coisas, nada mais são do que a concentração da força moral no indivíduo. Ela aparece no soldado como uma espécie de privilégio, como um patrimônio sagrado..."
(Clausewitz).

I — O HOMEM

Há cem anos, no dia 18 de novembro de 1846, abria os olhos à vida uma criança, filha de gente simples e honrada, em cujas veias, de mistura, circulava a seiva haurida no generoso solo montanhês. Era o embrião de um soldado que haveria de inscrever nas páginas de nossa história militar seu nome heróico e sem mácula: ANTÓNIO ERNESTO GOMES CARNEIRO.

Cresceu, educou-se, instruiu-se. Que senda iria trilhar no quadrante da vida? Na adolescência, tudo são esperanças e entusiasmos, projetos radiosos e indecisos. Freme o espírito e alça vôo nas azas da fantasia, em busca do rumo definitivo, que surge um dia, às vezes inesperadamente, como uma revelação que contraria tôdas as previsões: é a revelação do destino que se traz do berço.

Foi assim com aquele menino. Aos 19 anos está na Corte, já aparelhado com o curso de humanidades. Eis que o som dos clarins que anunciam os aprestos para uma guerra ecoa na alma. Transfigura-se o moço pacato, desperta o soldado nato. É a revelação; não vacila, entrega-se, resoluto, ao Destino. Acode ao toque de rebate.

(*) — Servi-mo, para escrever este artigo, das informações e citações contidas nos livros de David Carneiro, Pedro Calmon e do General José Cândido da Silva Muricy.

alista-se, é recruta do 1.^º Batalhão de Voluntários da Pátria. "Alea jacta est".

Sua escola vai ser a mais realista de todas para um soldado: a guerra. Seu curso vai ser de quatro anos. E o bisonho recruta nela ingressa em S. Borja. Era um anônimo, um desconhecido; ninguém o recomendara; ninguém se interessava por ele. Vai travar duas lutas ingentes: uma, ao lado dos seus companheiros, em busca da vitória de todos na guerra, — outra, sózinho, em que haja de conquistar um nome que o fará conhecido da Posteridade. A primeira, lança-se com todo o ardor de sua alma de soldado e o estoicismo de um espartano. Da segunda não se apercebe nem cuida preconcebida; não pensa em si, não tem vaidades nem ambições. Nortea-lhe a ação o sentimento único do dever e da honra militares. E triunfa em ambas, e com sua espada jamais embainhada por imposição do inimigo, que há de inscrever seu nome nas páginas da História. E esse nome, será o de um herói.

Os perigos da guerra, a luta, o sofrimento levado até aos limites da condição humana, o culto extremado do dever, que gera a resistência às emoções e à fadiga continuadas e a coragem calma que nunca permite a paralização do raciocínio e da ação, fazem esplender a personalidade moral de um homem, como a lapidação torna fulgurante e viva a pedra morta que é o diamante bruto. Mas, é preciso que esse homem tenha um caráter adamantino.

A Gomes Carneiro não iriam faltar sofrimentos, perigos e sacrifícios. Contempla e sofre os horrores inenarráveis que a guerra estende sobre os campos de batalha. Por três vezes, antes da derradeira, as balas inimigas hão de rasgar-lhe as carnes; por três vezes a sorte impiedosa há-de dilacerar-lhe a alma; quando leva às portas da morte seu primeiro filho, e quando lhe arrebata mais tarde outros dois, sem lhe permitir, sequer, o amargo consolo de cerrar as pálpebras daqueles olhinhos apagados. Estava longe, e o dever o acorrentava a uma cidade atacada. Sufoca sua dor no coração; concentra toda a energia no espírito: primeiro, seu dever de soldado, depois, o coração de pai.

Por tudo isto, o diamante mortiço de S. Borja vai transformar-se, resplandecente, no brilhante sem jaça da Lapa.

II — O SÓLIDO

A formação de Gomes Carneiro não seguiu a rotina costumeira dos programas preestabelecidos. Seu curso prático de oficial antecedeu ao teórico. Foi tão somente com a bagagem intelectual do preparatório que se fez oficial de Voluntários e, em seguida, do Exército de 1.^ª linha. Não parou aí. Passada a tremenda refrega da guerra,

satisfacto o primeiro impulso que o empolgara no dia em que se alisou, ressurgiu o homem de inteligência e de espírito, ávido por saber e ilustrar-se nas ciências e na técnica profissional.

O que foi seu "curso de guerra", não cabe nos estreitos limites de um artigo; mas os pontos marcantes de sua trajetória podem ser assinalados.

Na mentalidade ainda em formação dos jovens, é quase decisiva a influência dos primeiros chefes que os guiam, e as cenas grandiosas a que assistem. O recruta, crisálida do soldado, mais que qualquer outro indivíduo, guarda no seu íntimo essas impressões primeiras que se tornam indeléveis. Gomes Carneiro viu e comprehendeu João Manoel Mena Barreto, seu primeiro comandante. Admirou o ardente Tibúrcio, chama viva, crepitante de audácia e de firmesa, temperamento expansivo e ruídos, em contraste flagrante com seu carácter frio, circunspecto, sereno; eram-lhes comuns, porém, as qualidades morais intrínsecas e, por isso mesmo, com ele havia de harmonizar-se e estimar para o resto da vida. Em sua filha única, D. Margarida Otávia, ia encontrar a digna e valorosa companheira de suas alegrias e infortúnios. Viu também Caxias no auge de sua glória e prestígio; viu Floriano e Benjamin Constant, a cujos olhares penetrantes não escapou o valor do jovem oficial de excelsas virtudes.

Seu batismo de fogo foi no passo de S. Borja, quando Mena Barreto, em lance audaz, precipita-se com o seu 1.^º Batalhão de Voluntários contra a vanguarda inimiga que invadira o solo patrio, lançando-a para a margem de onde partira.

E vem depois a capitulação de Uruguiana. A segunda visão que tem da guerra jamais se lhe apagará da memória: é uma cena de triunfo. Vê, pela primeira vez, o Imperador, e só Deus sabia em que dolorosas circunstâncias reveria mais tarde aquele velho magesioso e magnânimo. Seguem-se, então, as tragédias da guerra em solo sempre inhóspito e agressivo, contra soldados fanáticos pelo seu chefe, bravos até à ferocidade do animal selvagem. São os primórdios do Passo da Pátria, de que o separa a missão de guarda vigilante e ativa da ilha da Redenção, face a Itapirú. E 1.^º Sargento da gente escolhida de Vilagrana Cabrita. Está em Passo da Pátria. A 2 de maio de 66, em Estero Bellaco, os paraguaios atacam inopinada e furiosamente as linhas brasileiras: cargas sucessivas da cavalaria árdega vêm morrer sobre o extremo esquerdo de nossa frente; recompõem-se, retornam bravamente, até que no último entrevero recuam para não mais tornar; mas o intrépido sargento Gomes Carneiro, que então se revela, recebe quase a queima-roupa a descarga que lhe esfaca a mão esquerda. Perde muito sangue, mas continua até cair desfalecido. Quando volta a si, está no Hospital de Sangue de Passo da Pátria. Está salvo, e conquista com seu sangue o primeiro galão:

é Alferes de Voluntários. Dão-lhe seis meses para tratamento de saúde no Brasil. Não pensa nisso. Três meses depois, mal refeito ainda, desiste da licença e se apresenta a seu Corpo, a 3 de agosto, pronto para reiniciar a luta.

Há, para o soldado, uma aprendizagem que fazer, necessária para completar-lhe a faculdade de adaptar-se a tôdas as circunstâncias da guerra, sem prejuízo da flexibilidade de espírito indispensável à intrepidez na ação: é saber esperar em armas, horas, dias e noites por vêzes, pelo momento de agir, embora sofrendo a hostilidade contínua do adversário. A inação forçada, deante de ameaças e perigos iminentes, atua desfavorável e profundamente sobre o moral, quando a têmpera das almas não é ainda a de um veterano da guerra.

Gomes Carneiro fez essa prova, em Tuiuty, na linha de Rojas, contendo seu impeto e o de sua tropa, naquela natureza hostil e extenuante, durante duas semanas. Reconhece, depois, à viva força os entrincheiramentos e as baterias de Rojas e de Tuiuty. Emprega o tempo restante, como instrutor de recrutas e secretário do Corpo, até Janeiro de 67, e passa sete meses na guarnição das "linhas negras", sob a agressão constante dos fogos inimigos e de um clima letal. Caxias chega a 18 de outubro e com élle, novo alento para a guerra. É Humaitá seu primeiro alvo. É a ação enfim! Bate-se bravamente em Tagy; reencontrará seu primeiro comandante de S. Borja: o brigadeiro João Manoel. O comandante do Corpo o elogia e o Marquez de Caxias o cita "pelo valor e calma demonstrados sob a metralha do canhão inimigo, no combate de 2 de novembro.

Começa a fase dos reconhecimentos de 1868.

A proporção que nossas tropas penetravam no país adverso, mais o clima e o terreno traiçoeiro pareciam aliar-se aos defensores tenazes, redobrando de hostilidade.

Segue para Curupaiti onde acampa: reconhece e fortifica Estabelecimento, e novamente, Estero Rojas, Humaytá e Augustura à viva força; e de tal maneira se houve, que Caxias o elogia diretamente. Vara o Chaco, está em Sto. Antônio, e combate na ponte de Itororó, 6 de Dezembro, e em Poço Avahy a 11.

É Alferes, mas comanda sempre companhias. Reconhece, à força, Lomas Valentinas, e é ferido gravemente na batalha. Três meses depois, abandona o hospital de sangue, e, a 14 de Março de 69, apresenta-se ao seu comandante de Corpo na ponte Juquery. É mandado para Assunção; passa-se um mês, embarca para a expedição à Vila S. Pedro. Combate nas margens do Aquaray; seu comandante o elogia, e o Comando-Chefe o louva individualmente.

Em 20 de Junho é promovido a Tenente de Voluntários. Segue todos os movimentos do Exército e combate, com sua companhia

no assalto a Peribebuy. Gravemente contundido, não abandona a luta até o fim, o que lhe vale novo elogio por bravura. E por bravura Caxias o faz Alferes do Exército, mandando contar-lhe a antiguidade de 12 de Agosto, dia do assalto a Peribebuy. Em 1870 participa ainda da expedição de S. Pedro. Desde 6 de Março é oficial efetivo do 4º Batalhão de Infantaria, quando ainda em operações ao N. de Manduvirú.

Terminada a luta, é oficial efetivo do 4º Batalhão de Infantaria, com o qual regressa e desembarca no Rio de Janeiro, a 13 de Julho de 1870.

O Alferes Gomes Carneiro conclui seu longo e acidentado "curso de guerra". Seu Batalhão é mandado para a Baía. O espírito podia, enfim, desmobilizar-se, mas, tão logo se afrouxa a tensão nervosa, desperta o físico combalido.

O batalhador exausto não pôde evitar o hospital, onde iria refazer-se de tamanho dispêndio de energias, durante quatro anos a fio.

Gomes Carneiro é uma inteligência lúcida, ávida de saber. Reincia, portanto, sem perda de tempo, seus estudos.

Matricula-se na Escola Militar da Corte em 1872. Não é um "calouro" que nela ingressa. É já um veterano da guerra, frio, circunspecto, sizudo. Suas notas são plenas e distintas. Concluido o curso de infantaria e de cavalaria, a Congregação da Escola propõe sua matrícula no de artilharia. É promovido a Tenente com antiguidade de 6 de Outubro de 1870. Ingressa na Escola de Tiro de Campo Grande, em 75; em 76, o Conselho de Instrução lhe concede a espada de honra, conquistada com aprovações distintas, e o propõe para instrutor de tiro. Nessa Escola reencontra, como comandante, o chefe que tanto admirava e queria: o Coronel Tibúrcio, com quem serve três anos. Entremes, fôra promovido a Capitão por estudos, em 1877. Mais tarde, em 1880, quando dele se separa, a fim de reingressar na Escola Militar para fazer o curso de Estado Maior e Engenharia, publica Tibúrcio em seu boletim longas e elogiosas referências que terminam assim:

"Não tenho encontrado durante quase vinte e sete anos de serviço um soldado mais completo, nem oficial mais nobre que o Capitão Gomes Carneiro. Além de uma instrução variada que já possui, ele estuda com o interesse de quem compreende a extensão de seus múltiplos deveres, tudo quanto se prende à profissão das armas. Si dependesse de mim, ele já seria oficial superior. Finalmente, o Capitão Gomes Carneiro é uma daquelas personalidades para quem, parece, foram inventados os qualificativos — recomendável sob todos os pontos de vista, bravo — obediente com dignidade, inteligente e ilustrado. É um brilhante ornamento do Exército"

Igualmente honrosa é a menção com que sai da Escola Militar, ao concluir o curso de Estado Maior e Engenharia: *inteligência, atividade, sério, nunca desmentida lealdade, critério e sisudez a todo o prova*, são adjetivações que se repetem sempre que seus chefes se pronunciam a seu respeito. Vai praticar na construção de estradas de ferro. Tibúrcio, o grande amigo, adoece no Ceará e sente que vai morrer. Chama-o, e Gomes Carneiro ampara-o nos braços, nesse momento supremo da partida para a eternidade.

Dá conta da inspeção de corpos de que fôra incumbido n'aquele Estado. Regressa ao Rio, onde novos e mais cruciantes sofrimentos morais o aguardam: vê no leito de dor, entre a vida e morte, seu tenro filho colhido por impressionante desastre. Dias de agonia. Mas tem um reconforto: o velho Imperador visita pessoalmente a criança que sofre, e afaga-lhe a cabeça com a mão bondosa. Vibram-lhe de reconhecimento as fibras do coração. Jamais se lhe apagará da memória o gesto carinhoso do venerando Monarca.

E é, sem dúvida, o coração de pai que lhe dita a atitude reservada que manteve na fase da propaganda republicana. Não é monarquista, mas abomina a ingratidão. Não toma iniciativas, mas aceita o fato consumado. É um belo traço de seu caráter.

Em 15 de Maio de 86, é transferido para o Corpo de Engenharia. Inicia uma fase de grande e profícua atividade profissional: vai a Sta. Catarina e Paraná inspecionar colônias e presídios militares; apresenta planos para sua organização, e não lhe escapa às visitas de técnico a riqueza mineral daquelas terras, que é o primeiro a desvendar, registando o facto em seus relatórios. É o inspetor preferido das fortificações das costas e das fronteiras, das obras de engenharia e dos arsenais de guerra. Vai a Mato Grosso com instruções reservadas; tudo observa, estuda e propõe. Com seu prestígio consegue ser aprovada pelo Ministro Thomaz Coelho uma velha aspiração sua: a fundação do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Vem a República. Não o seduzem as lutas e competições políticas. Assalta-o a nostalgia das atividades livres e produtivas no seio das selvas, longe do borborinho das cidades. Floriano sabe disso e o manda para a comissão de linhas telegráficas que ligarão Uberaba a Cuiabá. É ajudante da comissão. Mais tarde, é Chefe da comissão de linhas telegráficas em Mato Grosso.

Era Major. Abre-se uma vaga no posto superior, e Floriano propõe sua promoção a Deodoro. Deodoro extranha a proposta. Risca-lhe o nome da lista e faz saber a Floriano o motivo de seu ato: Gomes Carneiro desinteressará-se pela questão militar, era, sem dúvida, monarquista. A resposta de Floriano foi mais que uma defesa, porque valeu por uma profecia de quem, como ele, era capaz de conhecer os homens. Escreveu a Deodoro: "Maneco: — O Carneiro

é oficial de pena e espada, mais republicano do que você e eu, e si não esteve conosco na questão militar, foi por ter sentimento e caráter. Hoje, afirmo que ninguém é mais republicano do que ele. e si algum dia a república precisar, em suas mãos estará salva". E Deodoro promoveu-o. Estavamos em 1890.

Continuou na sua comissão, e quando atingiu o Araguaia, Floriano fez ressaltar em seu elogio "os serviços prestados com atividade, zélo, inteligência e economia dos dinheiros públicos, na construção da linha telegráfica de Cuiabá ao Araguaia".

Quando foi promovido a Coronel em 1892, Floriano chama-o para comandar e reorganizar o Corpo de Bombeiros do Rio.

A capacidade de julgar com justeza as qualidades e as possibilidades futuras dos comandados, é uma das características dos verdadeiros chefes. Floriano e Gonçalves Carneiro eram chefes.

Eis a resposta que deu Floriano quando consultado sobre a figura mais representativa capaz de substituí-lo na chefia da comissão de linhas telegráficas: — "a posição é de mérito e não de medalhões. Nomeie o Tenente Cândido Mariano!" Vira naquele tenente de bronze, a maquette do monumento vivo que seria, no futuro, a glória de um povo e a apoteose de uma raça: Rondon.

III — O CHEFE

O cenário — O Chefe estava agora integralmente formado. Nas escolas da guerra, das ciências e da prática, sempre estivera na vanguarda. O Destino marcára-o. Na vanguarda da defesa da República, havia de morrer, cumprindo a profecia de Floriano.

Proclamada a República, seguiu-se aquela fase de adaptações e incertezas, de excessos e reações, de rivalidades e incompreensões que sobrevêm a todos os acontecimentos sociais profundos que afetam a vida normal dos povos.

Vão se avolumando as divergências e de uns e as impaciências de outros, até o golpe de Estado de Deodoro, a 3 de Novembro de 91, seguido de sua renúncia, antes de passados dois anos de presidência da República. Floriano o substitui, como vice-presidente que era. Levantam-se dúvidas e protestos; não é legal sua atitude. A República parece perigar. O Estado do Pará desligara-se da União, o Rio Grande conflagrara-se. O Congresso, em Janeiro de 93, confirma a legalidade do governo de Floriano, que se dispõe a consolidar a República custe o que custar. No Rio Grande reina a anarquia: nem Júlio de Castilhos, nem a junta provisória, nem o Visconde de Pelotas, por duas vezes, conseguem manter-se no governo do Estado. Castilhos reassume o poder pela força, para resignar depois nas mãos de Vitorino Monteiro, e só depois de um acordo com as facções

em luta, volta então, como presidente eleito. Federalistas e gasparistas congregam-se e reagem; acorrem das fronteiras os caudilhos, com Gumercindo Tavares à frente, para engrossar-lhes as fileiras. Reunem-se em Bagé. Para contrapor-se-lhes à ação organiza-se em S. Borja a Divisão do Norte. Pinheiro Machado e Rodrigues Lima são os comandantes. Iniciam, então, uma série de refregas, marchas, contra-marchas, sempre no encalço das forças federalistas que, por fim, varam por Passo Fundo e Vacaria para S. Joaquim, de onde descem para Tubarão, interpondo aos perseguidores as matas e a serra do Oratório. Daí, os federalistas de Gumercindo Tavares se dividem; parte segue para Itajaí, depois de reforçados pelas tropas de Laurentino Pinto, em Laguna. É esta coluna que irá fazer recuar Argolo, depois do combate do Rio Negro a 15 de Novembro, para, em seguida, se apossarem de Tijucas e fecharem o cerco da Lapa. Outra parte, vai atacar e conquistar sucessivamente, Destêrro, Paranaguá e Curitiba.

Enquanto Argolo voltava para Lapa, onde entrou a 24 de Novembro, a Divisão do Norte, com Pinheiro Machado no comando, prosseguira de S. Joaquim para Lages e Curitibano e dai para Blumenau, com o intuito de refazer as forças.

Era de penúria a situação das tropas. No Rio Grande continua a luta. Resolve, então, regressar, e está de volta em Lages a 12 de Novembro de 93. Este érro estratégico resultante da falta de um comando geral, que coordenasse as operações, iria culminar na tragédia da Lapa.

Os dois recuos, o de Argolo e o de Pinheiro Machado, livraram os federalistas do perigo de se verem metidos entre dois fogos. Poderiam prosseguir na invasão do Paraná com a frente livre e sem o risco de serem atacados pela retaguarda.

Exultam os federalistas. Estavam abertas as portas de Itararé para o levante de S. Paulo e o avanço para o Rio de Janeiro, objectivo final de Saraiva.

A ação. — Sim, as portas estariam abertas, si não fôra a tranca de aço que as haveria de escorar na Lapa, por cerca de um mês. Este seria o prazo suficiente para que o fortalecimento dos meios de defesa do governo, determinasse a derrocada dos planos revolucionários no Rio e outros campos da luta, tornando a derrota inevitável.

Com efeito. A 2 de Dezembro de 93, o Coronel de Engenheiros Antônio Ernesto Gomes Carneiro assumia, na Lapa, o Comando do Distrito e das forças em operações ao N. de Santa Catarina.

Por que?

O General Argolo, chamado pelo Marechal Floriano, partia para o Rio. Fôra investido no Comando do 5.^º Distrito Militar e das forças em operações a 18 de Outubro. Reune as tropas e marcha para

o Sul. A 7 de Novembro está em Rio Preto e a 10 em S. Bento. Lança uma proclamação na qual assume o governo de Santa Catarina. A 12 consta-lhe que Piragibe, com cerca de 400 homens e 6 canhões, está em Serrinha, e que Juca Tigre avança para S. Bento a fim de atacá-lo pela retaguarda. Não procura estabelecer o contacto com o adversário nem confirmar as informações. Retraí-se diante de uma notícia, apenas. A 13 acampa em Lençóis, evitando passar por S. Bento. Ouve dizer então, que Gumerindo procura contornar-lhe as forças, marchando, pela estrada de Viamão, de Campos Novos para Rio Negro. Reinicia a retirada. A 15 chega ao Rio Negro e o atravessa, aguardando a chegada dos federalistas. A 20 estabelece-se o contacto. O inimigo força a passagem do rio mas é repelido; o tiroteio, porém, continua. Falta a Argolo o espírito ofensivo. Apesar de ter recebido reforços e de ter em Ambrosios uma pequena reserva, resolve retirar-se para Lapa, temendo sempre ser envolvido. A 24 está novamente na cidade da Lapa.

Floriano sabe de tudo. É o fracasso de seu plano: impedir a junção das forças do Sul e do Rio, a fim de poder batê-las separadamente.

Quer salvar o plano. O Coronel Gomes Carneiro que comandava o Corpo de Bombeiros, e a quem entregara a defesa do litoral contra possíveis desembarques, desde o interior da Guanabara até a barra da Tijuca, está agora disponível, pois desvanecera-se aquela ameaça. É o homem que lhe convém para a emergência. Chama-o a 18 de Novembro. Expõe-lhe a situação: os revoltosos não deverão passar do Paraná. Nada lhe pode dar senão a responsabilidade do comando das forças em operações ao N. de Santa Catarina; promete-lhe enviar, mais tarde, reforços de S. Paulo. Fixa-lhe a cidade da Lapa como limite ao avanço do adversário. Gomes Carneiro não vacila, nada objecta nem pede. "Com a mão deformada em Estero Bellaco segura o punho da espada de honra que recebera de Tibúrcio, na Escola de Tiro", e promete: — partirei em 48 horas, *éles não passarão!*

A 19 de Novembro está em S. Paulo. Conferencia com o governador Bernardino de Campos. Reina o terror. Consta que os revolucionários têm dez mil homens que invadem o Paraná, e que Lorena fora proclamado presidente da República em Desterro. Aprestam-se forças em Itararé.

A 20, parte por trem até Tatui. Ai, monta a cavalo e devora 74 léguas em 6 dias. A 26 de Novembro chega a cidade da Lapa.

Estuda e apreende logo a situação geral. Trata de reorganizar a tropa deixada por Argolo, e mais os patriotas de Lacerda, e a Guarda Nacional: ao todo, 1036 homens. Gente brava, porém biso-

nha. É preciso fazer dela soldados disciplinados e instruídos. Gomes Carneiro os transforma dentro em pouco; a 6 de Janeiro, já pode dizer em carta à sua esposa: "... e a minha tropa, que recebi no no mais lamentável estado de desânimo, está agora forte e corajosa".

O Marechal Floriano tem a infeliz inspiração de nomear o General Pêgo Júnior Comandante geral das forças em operações no Estado do Paraná, e Comandante do 5.^o Distrito Militar. A 14 de Dezembro, o General Pêgo conferencia com Gomes Carneiro na Lapa e vai depois assumir o Comando do Distrito. Fôra um bravo no Paraguai, mas era monarquista.

Aceitando a investidura no comando, numa luta em que se mesclava aos anseios constitucionalistas o saudosismo do regime decadido, não soube ou não pôde recalcar os próprios sentimentos, em face do dever e da honra militar. Ora, um chefe bate-se com a alma, precisa acreditar na vitória e querer a vitória, custe o que custar. Si êsses sentimentos não o animam, ele será sempre um chefe batido *a priori*. Foi o que aconteceu.

O plano de Gomes Carneiro é ofensivo. Quer avançar para o sul contra o invasor para detê-lo, depois de rechaçado, na linha do rio Negro. Mas precisa estar apoiado na retaguarda e protegido nos flancos. Pede insistenteamente a Floriano que lhe envie reforços. Enquanto espera continua a preparar sua tropa; sabe que a inatividade prolongada acaba por enfraquecer o moral e a disciplina. Os federais vão aos poucos agrupando suas forças. Avizinharam-se da Lapa. Gomes Carneiro lança reconhecimentos, procura contactos e assim vai aguerrindo sua gente. Em fins de Dezembro lança um ataque que desaloja e rechaça uma força inimiga que avançara até o rio da Varzea. A ponte fica em poder da tropa legal. O adversário contrataca sem resultado dois dias depois, sofre perdas e deixa prisioneiros. Organiza e comanda pessoalmente o contingente que deve proteger o retraimento daquele destacamento avançado para a Lapa, e arrebanha, então, grande quantidade de gado, cavalos e muares. Trata de informar-se procurando contacto noutras direções: Água Amarela, onde o destacamento de reconhecimento surpreende e destroça um contingente inimigo; S. Matheus, Mato Queimado, e até à Ponte do Caiacanga, no Iguassú.

Finalmente, a 11 de Janeiro (1894) chegam à Lapa as primeiras forças do Exército, da Guarda Nacional e de Patriotas, sob o comando do Coronel Adriano Pimentel.

Esperança fugaz! No dia seguinte, o General Pêgo lança mão dessas tropas e as envia para Ambrósios e Curitiba onde, mais tarde

serão abandonadas à própria sorte pelo Comando geral das forças em operações no Paraná, na sua fuga precipitada para São Paulo.

O plano federalista era atacar simultaneamente Paranaguá, Tijucas e Lapa.

A primeira tentativa da tomada de Paranaguá executou-se a 11 de Janeiro. O intento fracassou.

Nesse mesmo dia, os federalistas de Gumercindo e Aparício atacam as guardas avançadas de Tijucas e progredem até às defesas da localidade. Os scharapnells dos dois únicos canhões do Tenente Cândido Murici dizimam-lhes a cavalaria. No fim do dia, retiram-se e continuam os ataques nos dias seguintes. A desproporção é enorme, mas no dia seguinte chegam 300 homens de reforço, comandados pelo Coronel Pimentel que, por ordem do General Pégo, substitui o dinâmico Capitão Ismael Lago no comando da guarnição de Tijucas. A 19, completamente cercadas as forças, Pimentel capitula; toda a tropa, armamento e munições caem em poder dos revoltosos, que os empregarão, depois, no ataque à cidade da Lapa.

Nesse entretanto, o General Piragibe resolve investir contra a Lapa, mas adverte seus companheiros: "Não se iludem, ele é Carneiro só no nome"...

A 13, estabelece-se o primeiro contacto. É o próprio Coronel Gomes Carneiro que, executando um reconhecimento, ataca com seu batalhão, apenas, algumas forças avançadas do adversário e as põe em fuga.

Retorna à cidade, e toma providências imediatas: "Preparar tudo; a ação vai começar", ordena aos comandantes subordinados. Tem consigo apenas 938 homens, entre oficiais e soldados. O armamento da Infantaria é o mais antiquado e heterogêneo possível. Há de tudo: Fuzis Miniet, Tower, Chassepot, Comblain, Marlin, Spencer, Manlicher e Mauser. Uma metralhadora Nordenfeld e quatro canhões Krupp.

Surgem, a 14, as primeiras forças atacantes. Carneiro recebe-as a tiros de canhão desde três a quatro quilômetros de distância. A artilharia federalista revida, mas o ataque se detém. Começara a cumprir a promessa feita a Floriano: "eles não passarão!".

Ainda no dia 14, o Urano e o República forciam a barra de Paranaguá e se apossam da fortaleza. A cidade está precariamente defendida. A tropa de desembarque trazida pelo Iris, começa a atacá-la e, a 15, Paranaguá capitula.

O General Pégo não dirige, não coordena, não comanda. Vai para Morretes, a pretexto de enviar reforços para a defesa de Paranaguá e de Antonina. Logo que sabe da rendição, porém, retira-se

apressadamente para Curitiba. Abandona armamento e munições. Retira a tropa de Antonina. Si lhe ocorre fechar ao invasor as passagens da serra, difíceis de atacar e fáceis de defender, si fossem destruídos alguns túneis e pontes, essa ideia fica apenas consignada numa ata, com várias outras igualmente inoperantes. Seja como for, não é no momento em que ordena a difícil manobra de retirada e reagrupamento de suas forças, que um General pode afastar-se do comando. E a quem o passou ele?

A 17, o Coronel Gomes Carneiro faz organizar um trem especial para levar a Curitiba o Capitão Lauro Muller, a fim de pedir ao General Pêgo que lhe envie com a máxima urgência tropa, armamento, munição, viveres e fardamento.

O Capitão Lauro Muller parte, mas não volta. Os reforços não chegam à Lapa. O trem que os trazia, ao chegar à estação anterior a Serrinha, é fuzilado pelos revoltosos, e retorna a Curitiba por ordem do Capitão Muller.

Um chefe federalista, o Dr. Dória, sem dizer quem é, telegrafa de Serrinha para Curitiba, comunicando que Gomes Carneiro estava perdido, e que milhares de revoltosos marchavam para atacar aquela cidade. Não foi preciso mais. O General Pêgo, sem cuidar de verificar a veracidade da informação anônima, abandona tudo. Parte para S. Paulo e leva consigo o Capitão Lauro Muller, deixando em Curitiba quatrocentos homens, que poderia ter mandado em socorro dos defensores da Lapa, alguns canhões e, na estação da estrada de ferro, o trem carregado de armamento, munições, etc. que pouco antes aquele Capitão fizera voltar do caminho. Tudo isto caiu em mãos dos revoltosos que vieram de Paranaguá, ainda em tempo de servir contra o baluarte da Lapa. A 30 de Janeiro chega o General Pêgo a Itapetininga, levando por onde passava notícias aterrorizantes, a que o estado andrajoso de alguns oficiais e praças que o acompanhavam, e a própria roupa amarranhada que vestira dizia, para iludir a vigilância dos federalistas, emprestavam certo cunho de veracidade. Pusilanimidade? Traição? Quem pode saber? O conselho de guerra a que foi submetido mais tarde, condenou-o à morte. A sentença foi reformada pelo Supremo Tribunal Militar. Pretender justificar tantas fraquezas, é diminuir o valor e a glória dos que souberam manter-se no seu posto até o fim.

Há ímpetos de indignação que venceem, às vezes, o mais seguro domínio que um homem de honra exerce sobre si mesmo. Por duas vezes, quebrou-se, em Gomes Carneiro, sua impassibilidade característica: "Que covardes!" exclama quando lê o telegrama que comunica a queda de Paranaguá. "Não é verdade! Pêgo é valente e cumpridor de seus deveres; demais, é meu amigo pessoal, havia de prevenir-me e não seria capaz de abandonar seu posto de honra!" res-

ponde aos emissários de Curitiba quando lhe comunicam a retirada do General.

Entretanto, era a verdade pura. Compreende, desde logo, que terá de haver-se sósinho, mas não perde nenhuma oportunidade de exaltar cada vez mais o moral dos bravos que o rodeiam. Nunca abandonou, porém, a esperança de ver surgir um dia, pela estrada de S. Paulo, que frequentemente perscruta com seu binóculo, qualquer indicio da aproximação dos socorros que nunca haveriam de chegar. Sua máscara é impassível. Ninguém vê nela estampada, se não a expressão de uma energia calma e tranquilizadora.

Entrementes, aperta-se o cerco da Lapa que, afinal, se fecha por completo: pela retaguarda (norte), estão as forças de Laurentino Pinto, pela frente (sul), as de Torquato Severo; pela direita (oeste) as de Aparicio Saraiva, e pela esquerda (leste), ainda tropas de Torquato e Laurentino. No cemitério, que domina a cidade, estariam mais tarde as forças e os canhões do Coronel Fulião, enfiando e varrendo com seus fogos as ruas da cidade; Gumerindo Tavares mantém tropas de reserva a N.O. da Lapa. Eram, a princípio, uns 800 homens ao todo; logo depois da queda de Tijucas e da ocupação de Curitiba, seriam três mil.

A brigada do Coronel Lacerda, um civil que arregimentara os patriotas da Lapa, em quem Gomes Carneiro, pouco antes de morrer, dizia ter encontrado um heroi, defendia, com Dulcidio Pereira, o intrépido comandante do Regimento de Segurança do Paraná, as frentes norte e leste; o Tenente Coronel Vilas Boas fazia frente a oeste; o Coronel Serra Martins defendia a frente sul. O Tenente Mário Tourinho comandava a artilharia.

A 17, os federalistas atacam pelo norte, como a experimentar a resistência da defesa. São rechaçados e retornam à posição de partida.

Gomes Careniro redobra de atividade a vigilância. Está em toda a parte, ordena aqui, aconselha e corrige acolá. A 21 de Janeiro estava concluída a construção de trincheiras que cobriam dois terços do perímetro da cidade. No terço restante, o ataque era mais difícil e a defesa mais fácil.

Os federalistas começam a receber reforços vindos pela estrada de ferro. O General Piragibe fizera fundir em Curitiba as granadas para os canhões abandonados em Paranaguá. Intensifica-se, dia a dia, o bombardeio da cidade. Gomes Carneiro prepara-se sempre para resistir sósinho no reduto da Lapa; sua defensiva não é puramente passiva, mas agressiva. Não perde a oportunidade para ataques locais sempre que se apresenta uma oportunidade favorável.

Na manhã de 22, os sitiantes tentam parlamentar; três homens aproximam-se agitando uma bandeira branca. O Coronel Gomes Carneiro intima-os a retroceder. Não atendem, continuam a avançar. Gomes Carneiro comanda uma descarga de fuzilaria para o ar. Os parlamentários fogem a galope.

Desencadeia-se, então, um ataque que não durou muito, e, de novo surgem outros parlamentários. Desta vez era o Tenente Chiquet, ajudante do Coronel Pimentel. A custo, conseguem que Gomes Carneiro o atenda. Vinha dizer que todo o Estado do Paraná estava em poder dos federalistas. Que Pêgo fugira para S. Paulo e que o Coronel Adriano Pimentel havia capitulado em Ambrósios e Tijucas a 19. E então quando Carneiro, não conseguindo mais dominar-se, explode na exclamação citada linhas atrás: "É mentira!... etc., e acrescenta, "mas si o que me diz é verdade, encarrego-o de dizer ao Coronel Pimentel que não é mais o bravo que conheci no Paraguai, e que não passa agora de um traidor!" E repele o parlamentário.

Recrudesce o fogo. Pouco tempo depois, novos parlamentários se apresentam. Eram, diziam, representantes do comércio de Curitiba que, em face das notícias contidas no ofício de que eram portadores, vinham apelar para o Coronel Gomes Carneiro, no sentido de consentir na cessação de uma luta sem esperanças de êxito. O Coronel nega-se a reconhecer-lhes autoridade para falar em nome dos negociantes de Curitiba e os repele com energia, como fizera com os outros. O ofício, assinado pelo General Piragibe, fazia um relato completo e verídico da situação, e terminava por intimar a cessação das hostilidades, dentro em quatro horas, sob promessa de conceder todas as honras militares aos capitulantes. Si a resposta fosse negativa, fizesse sair da cidade todas as famílias e demais elementos estranhos à luta, pois iria desencadear o bombardeio, caindo sobre a cabeça de Gomes Carneiro a responsabilidade do sangue derramado.

O Chefe inflexível aceitou apenas a última sugestão. Deu conhecimento de sua decisão ao povo e ofereceu saída garantida a todas as famílias que quisessem abandonar a cidade: velhos, mulheres e crianças. Os homens válidos, não. Tinha razão em proceder dessa maneira. Sabia bem que havia entre estes numerosos "federalistas brancos", a "quinta coluna", como se diria hoje, os quais não perdiam vasa para fornecer aos sitiantes preciosas informações. As famílias não aceitaram a restrição; ninguém saiu.

Recrudesceu, renhidoíssimo, o ataque. Cérca de dois mil homens atiram-se furiosamente contra as defesas da cidade, pelo norte, e por leste. Carneiro é forçado a restringir as frentes para dar-lhes maior coesão, mas, ao mesmo tempo, contra-ataca onde a pressão é maior; rechaça os atacantes, desafoga-se a defesa. As 6 horas da tarde cessa o fogo. Os federalistas retornam às posições de que haviam partido.

A 23 e 24 a bateria de canhões Krupp bombardeia a cidade, sem tréguas. Conseguem apenas esburacar casas e ruas. A "quinta coluna" desencadeia, então, uma ofensiva de boatos aterradores e desencorajantes, e multiplicam-se as informações aos sitiantes. Tudo inútil. Gomes Carneiro está vigilante também nesse setor: lança um manifesto à população para desfazer os efeitos da "guerra de nervos". Emprega todos os meios para reerguer o moral da população e da tropa. Mas a morte e os ferimentos abrem claros nas fileiras, que ele sabe não ser possível preencher.

Do alvorecer ao cair da noite, ribombam os canhões e crepitam os fuzis. O desânimo aumenta, as deserções dos soldados improvisados se acentuam. Gomes Carneiro anuncia a chegada breve das forças de Pinheiro Machado, os desembarques de tropa legal no Sul. Expede emissários em busca de informações, procura saber o que se passa em Santa Catarina, informa Curitiba e Itararé sobre os acontecimentos em curso e, ainda uma vez, reclama reforços de S. Paulo.

Seu binóculo em vão esquadrinha os horizontes de onde nenhum socorro lhe vem. Sente que está abandonado mas continua a velar por tudo e por todos!

"Qual a palmeira que domina usana

O saltos topes da floresta espessa",
ele congrega e domina os bravos que o rodeiam, seus únicos companheiros naquele desamparo sem esperanças. Mas, enquanto a seiva ardente circular naquele trono inflexível, enquanto lhe restar um sopro de vida, os assaltantes tentarão de balde penetrar naquela floresta: "eles não passarão!".

Um batalhão da Fôrça Pública de S. Paulo, dois btl. da Guarda Nacional e o batalhão Frei Caneca, de patriotas, que haviam marchado na esteira das fôrças de Adriano Pimentel, aos primeiros contactos com as avançadas federalistas do Paraná, antes de chegar a Castro, no dia 27 tomaram-se de pavor e fugiram para Itararé; os patriotas lançaram fora armas e munições.

Nesse mesmo dia 27, os federalistas apertam mais o cércio, e reforçam com artilharia os altos do Cemitério. Entrecruzando fogos por toda a parte, penetram as primeiras ruas da cidade. É o combate de localidade que começa; rua a rua, casa por casa, inicia-se a caçada humana, uma "caçada diabólica", como a qualifica o cronista das fôrças revoltosas.

E assim se passaram os dias 28, 29, 30 e 31 de Janeiro. A penúria de viveres, água e munição se acentua cada vez mais. Os atacantes se apercebem da situação e extremam-se no ataque de 2 de Fevereiro, mas são repelidos. Apelam, então, para a surpresa. Ocultos pela escuridão, atacam na noite de 2 para 3 furiosamente, mas a de-

fesa não cede. Os assaltantes mortos deixam assinalado no solo o preço da ousadia. O combate durara a noite inteira.

Gomes Carneiro está em tôda a parte reanimando sua gente: "Há-de a República vencer! Como seria possível o contrário, si ela tem defensores como êstes bravos que eu me honro de comandar! . . .", é a última frase que ouve Clemente Argolo ao despertar do sono que dormia, exausto, após o término da refrega, a cabeça repousada nos braços, como travesseiro, sobre a culatra de seu canhão.

Numa última tentativa, o Chefe indômito expede no dia 3 um emissário, oficial de sua inteira confiança, em busca de reforços. Tudo inútil; o oficial não regressa e os reforços não vêm... .

Os claros abertos pelos que tombam feridos ou mortos e pelos que, tendo atingido o limite da capacidade de sofrer, particular a cada individuo, e além da qual o instinto de conservação predomina sobre a vontade, iam desertando.

O perímetro mínimo da defesa organizada por Gomes Carneiro foi atingido no dia 4. O que restava, era um reduto internamente desmantelado, mas ainda impenetrável. Pouco a pouco os sitiantes tinham apertado o cêrcio para esmagar a defesa, tal como a sucuri constringe a presa para quebrar-lhe os ossos.

No noite de 6 para 7, um astucioso ataque se desencadeia pelo sul e pelo norte para distrair os defensores, enquanto casas e quintais são invadidos ao abrigo da escuridão. Amanhece. E o ataque por todos os lados. Eram mais de dois mil homens contra quinhentos, si tanto.

O perigo se extrema numa trincheira que fecha a rua central da cidade. Carneiro corre para lá, e quando ampara um oficial ferido de morte, uma bala de chumbo lhe atravessa o estômago e o fígado. Cambaleia, mas logo se reaprume. Responde ao olhar angustiado de quantos o rodeiam, retirando do bolso do capote a mão ensanguentada para dizer-lhes que nela, apenas, fôra ferido... Alma de aço, alma de Chefe!

Amparado, vai ainda por seu pé até a casa onde o médico devia socorrê-lo. Pelo caminho, sua via-crucis de inenarráveis sofrimentos, seu espírito ainda é a chama que se desprende da carne torturada, para inflamar a alma dos soldados que se batem: "é uma glória morrer-se pela sacrosanta causa da República!", ao que êles respondem, "viva a República!". E mais além, ao passar por um assaltante que geme, ferido, solicita que cuidem do miserio, dizendo: "o adversário ferido não é inimigo. Merece consideração e precisa de nosso carinho"... A generosidade é um cunho dos bravos.

IV — O GLORIOSO FIM

Face serena, na qual não se veem, sequer, as crispações das dores lancinantes, mas onde já se imprime aquela gravidade que assinala a aproximação da morte, Gomes Carneiro se esquece de si, para só lembrar-se de seus deveres de Chefe.

Quando o médico e amigo, lhe retira de sob as roupas um fragmento sanguinolento, tenta enganá-lo dizendo: "é um coágulo de sangue". Seus olhos rasos d'água, porém, lhe traem a generosa mentira. Carneiro comprehende. Toma outro fragmento, esmaga-o entre os dedos, e diz: "não, doutor, a consistência é fibrosa, não é sangue, é fígado". E acrescenta logo: "Mas o nosso dever continua a ser o mesmo do princípio, e qualquer que seja a gravidade do meu ferimento, a sua resposta é uma só: ferimento leve!"

A tarde o fogo declina e os atacantes se retiram mais uma vez as perdas dos sitiados eram, porém irremediáveis. Os prisioneiros confirmam as desoladoras notícias de que todo o Paraná estava em mãos dos federalistas e que as forças vindas de S. Paulo haviam fugido desabaladamente antes de chegarem a Castro.

"Confirma-se tudo o que sabíamos, diz o Chefe ao lhe comunicarem essas informações, mas é preciso que tais notícias não cheguem ao conhecimento da guarnição".

Raros eram os oficiais a quem se permitia falar ao Chefe, a fim de evitar a divulgação do seu estado, em respeito às suas ordens terminantes. A todos porém, que o visitavam e que, com o generoso intuito de iludir a verdade lhe pediam suas ordens, Gomes Carneiro respondeu até o fim: "Resistência, resistência, resistência a todo o transe".

É tamanho o poder que exerce sobre o espírito dos seus comandados um Chefe da estatura moral do Defensor da Lapa, que seus oficiais reunidos todos, sob a inspiração do Coronel Lacerda, juraram solememente por sua honra continuarem a resistir até que se esgotassem os últimos recursos, ou enquanto vivesse o adorado Chefe.

E assim foi. O Dr. Dourado, cronista dos revoltosos, escrevia depois em seu diário: "Na Lapa continuam as refregas e os bombardeios diários. Consta que num desses ataques fôra ferido, mortalmente, o Coronel Carneiro, mas não podemos dar crédito a essa notícia porque o fogo continua com a mesma intensidade".

Durante os três últimos dias de vida que lhe restaram, o espírito do Chefe comandou e manteve os combatentes.

No dia 9 de Fevereiro, ao cair da noite, afrouxados os laços que o prendiam à carne enfraquecida, esse espírito alçou-se às regiões do desconhecido.

Vestiram-lhe o uniforme de Coronel de Engenheiros, que ele cobrira de glória imperecível. Transportaram-no, à noite, envolto na Bandeira Nacional do 17.^o de Infantaria de linha, para a Matriz da Lapa, em cuja sacristia, às 8 horas da manhã de 10 de Fevereiro, seu corpo foi inhumando.

A defesa da Lapa teve muito dos combates antigos, nos quais o chefe se batia no meio de seus soldados, aparecia em toda a parte, olhava por todos e por todos era visto.

Assim foi Gomes Carneiro. Seu posto era sempre o lugar em que o perigo fosse maior. A fisionomia calma e enérgica do Chefe, para o qual todos os olhares se voltam quando a morte espreita os combatentes de todos os ângulos do campo de combate, exerce influência decisiva contra os desfalecimentos e o pânico, nesse instante supremo em que a vontade de cada um está a pique de ceder aos brados do instinto de conservação.

A energia inquebrantável que Gomes Carneiro hauria no sentimento da responsabilidade e da honra, irradiava-se, dividia-se, penetrava o peito de seus comandados para dar-lhes novo alento e reforçar-lhes o ânimo. Não será fantasia dizer-se que a alma viril do Chefe se desdobra e se transforma na alma coletiva dos homens que com ele e por ele se batem.

O Destino, essa entidade abstrata a que se atribui a prerrogativa de ligar os élos da cadeia dos acontecimentos devia, por misteriosos designios, quebrar, por fim, aquela resistência "que eleva o homem acima da natureza humana e o prende à ordem sobrenatural das cousas". Mas, como a alma lhe era inatingível sob a couraça invulnerável da vontade, a bala do Destino quebrou, então, uma peça vital daquele organismo de aço.

Um bravo pode substituir outro bravo, mas a fé no Chefe não se substitui, de um momento para outro, no coração do soldado.

Estava escrito. Tinha que ser o fim; e a praça sitiada baqueou com o Chefe; suas almas, suas vidas, haviam-se fundido numa só.

E assim, naquela tarde de 11 de Fevereiro, após quase um mês de heroica resistência, a Lapa capitulava com todas as honras militares.

Mas a missão fôra cumprida.

A onda invasora que até então submergira facilmente uma a uma as resistências apenas esboçadas por comandos superiores vacilantes ou pusilâmines, tivera depois o impeto amortecido, primeiro em Tijucas, para quebrar-se definitivamente depois, nos embates repetidos contra o reduto inabalável da Lapa. Atrazou-se, enfraqueceu-se, esfacelou-se muito longe ainda de seu objectivo final: Itararé.

O tempo ganho pela tenacidade de Gomes Carneiro foi suficiente para que se agravassem as dificuldades e dissensões que já la-

vram entre os revoltosos e que haviam de acabar pelo desmantelamento definitivo da revolução. Por outro lado, permitiu que o Governo da República reunisse e organizasse as novas forças que lhe asseguraram a vitória.

Objectam alguns que os federalistas cometem um erro: o de terem imobilizado a totalidade de suas tropas no teimoso intento de tomar a cidade da Lapa, quando deveriam ter empregado uma parte da força para vigiar a praça, enquanto o grosso prosseguiria no avanço para S. Paulo.

Teoricamente, é uma verdade. Mas a realidade era outra: os Chefes federalistas conheciam bem a tempeira de Gomes Carneiro; sabiam que ele não era homem que se deixasse cercar passivamente por algumas forças, e não se animaram a prosseguir no avanço deixando na retaguarda a perigosa ameaça de uma sortida ofensiva.

Tanto quanto a força material, portanto, o valor moral do Chefe contribuiu para a imobilização, por quase um mês, das tropas invasoras. Não cometem um erro; cederam à imposição da força moral de Gomes Carneiro.

Dourado, o cronista dos revoltosos, escreveu em seu diário esta frase significativa: "Estava, portanto, o Paraná em nosso poder, exceto este osso da Lapa que nos atravessava a garganta". O osso, era a espada de Gomes Carneiro.

Cumprira a promessa solene: "eles não passarão!"

Não foi vencido: pagou com a vida o preço da vitória da causa republicana.

permítasse a existência de grupos de pessoas que não participem dos deveres e das responsabilidades do meio em que vivem.

Mas, o indicio mais sério da falta de compreensão da educação do imigrante entre nós, é a falta de interesse da coletividade pelo magnó problema.

Até mesmo nas zonas industriais, onde, de certo, se admite gente de fora não tivemos consciência de nossas responsabilidades, na assimilação do estrangeiro.

Como prova disso, basta uma ligeira leitura da descrição das atividades da organização de assistência social, recentemente fundada pelas indústrias de São Paulo.

Ora, a educação do imigrante, mais do que nenhuma outra, é a vida na comunidade. Deve ser compreendida na sua *essência*, na sua *execução* e nos seus *resultados*.

Na sua essência ela é Instrução, Serviço Social e Prática de Civismo. Na Instrução, ela foge as normas rígidas de pedagogia, para adaptar-se às exigências do meio e do indivíduo, pois seu primeiro objetivo é auxiliar o imigrante, a resolver seus problemas, a fim de que fundamente na eficiência a função social, cívica e política da cidadania.

O ensino da língua, como o da geografia humana e o da história do país também se subordina a essa exigência, o mesmo acontecendo com o professor, o currículo e o aparêlho pedagógico.

O professor é mestre e assistente social. Ensina nas escolas, nas fábricas, nas sedes dos clubes, no lar do imigrante. O aparêlho pedagógico tanto é manual de cidadania, que explica as atribuições do Governo, do cidadão e da constituição do país quanto às publicações oferecidas gratuitamente pelas organizações industriais e comerciais, que, assim, fazem publicidade interessante de suas atividades e diminuem as despesas das escolas.

Temos aqui, perto de nós, algumas dessas publicações, que talvez interessem aos senhores comerciantes e industriais. Aqui, por exemplo, estas publicações oferecidas às escolas por uma companhia de seguros, é um pequeno folheto que ensina a história da bandeira americana. É publicidade feita por uma cadeia de confeitarias. Isto seria fácil levar a efeito entre nós.

Assistimos em Chicago, numa fábrica, a uma das aulas dos cursos instituídos pela Associação Comercial, em trinta e duas organizações industriais, com seis mil e seiscientos alunos.

Nessa aula, a professora tinha como aparêlho pedagógico as ferramentas usadas pelos operários, e lembramo-nos bem que ela com-

parou o valor do indivíduo, dentro da democracia, com uma das pequeninas peças fabricadas durante a tarde que, integrada na máquina, iria contribuir para o funcionamento desta.

Além das aulas, faz parte também do currículo, o serviço de informações e de orientação do imigrante, que o auxilia nas dificuldades, inclusive as que dizem respeito à naturalização.

Nos Estados Unidos, o candidato à família política do país não necessita dos serviços de advogado, ou de "tratador de papéis". O processo burocrático de naturalização está entregue às escolas e centros sociais, que tudo resolvem em conjunto com os representantes da Justiça. Além das aulas e do serviço de orientação estão as funções associativas, reuniões culturais e de recreio em que o imigrante tem ensejo de mostrar os seus trajes regionais, e suas habilidades, e o nacional, de apreciar novas culturas. Ao lado das escolas e centros sociais desenvolve-se sociedades que muito favorecem essas reuniões.

Essas sociedades muito se assemelham ao que os senhores rotarianos mencionam na Resolução n.º 9 da II Conferência Rotária de Belo Horizonte, a "Associação Amigos da Escola" destinada a transformar as escolas públicas em centros sociais de recreio.

A contribuição do serviço social, à educação do imigrante, é tema para uma conferência. Por isso passaremos à Prática do Civismo ajudando apenas às comemorações cívicas, que os senhores rotarianos, ainda em resolução de sua Conferência, classificam de "Campanhas de Aproximação e de Civismo".

E tão importante a função associativa das comemorações cívicas, como complemento da educação do imigrante, que os americanos, quando emendaram sua lei de naturalização, nela incluindo a educação do imigrante como elemento de defesa nacional, instituíram um novo feriado, espécie de novo "Dia da Pátria" o "Dia do "Eu sou um Americano", o "I Am an American Day".

Nesse dia, o terceiro domingo de maio, festejam-se os imigrantes recém-naturalizados, e as moças e os rapazes que alcançaram o direito de voto pela maioridade durante o ano.

Os americanos dão tanta importância às comemorações cívicas desse dia, que escreveram manuais para sugestões dos programas daqueles festejos.

Temos um desses manuais, que nos foi oferecido pelo autor, um juiz de grande notoriedade, o Judge Hyatt, a quem devemos a facilidade.

O referido manual foi encaminhado a todos os tribunais do país, acompanhado de uma carta autografada do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Na sua execução, a educação do imigrante deve ser apreciada como empreendimento nacional, que reclama a colaboração coletiva dos poderes públicos e particulares, e até de indivíduos.

Nos Estados Unidos, a instrução do imigrante, sob o nome de "Americanização", constitui departamento próprio do Ensino Público, e o Serviço de Imigração coordena as atividades educativas em todo o país.

A necessidade dessa coordenação provém da intensa colaboração que a comunidade oferece à grande obra, pois, além das sociedades fundadas especialmente para essa obra como por exemplo a Liga dos Imigrantes de Chicago, a Sociedade das Mães Mexicanas da cidade de Lyon, o Instituto Internacional de São Francisco e muitas outras, as grandes organizações nos Estados Unidos possuem suas "Comissões de Americanização".

As aulas nas fábricas de Chicago, foram organizadas pelas Comissões de Americanização da Associação Comercial.

Em Washington, o Rotary Club contribui para os trabalhos da Escola Welester, pondo à disposição desta um ônibus para o transporte das mulheres e filhas dos imigrantes, que moravam em zonas afastadas da escola.

Em seus resultados, a educação do imigrante precisa ser compreendida como uma obra útil ao estrangeiro, ao meio, mas, sobre tudo, à comunidade nacional.

No Brasil, precisamos, quanto antes, combater a ideia de que a educação do imigrante vem prejudicar verbas e esforços que, melhor destino teriam se aplicadas a bem dos brasileiros. Ora, o bem nacional é, em última análise, o que nos anima quando educamos o estrangeiro integrando-o em nosso meio social, pois essa integração, vem trazer ao país o aproveitamento de novas energias.

Ademais, a educação do imigrante, pelos seus métodos e sistemas próprios, vem contribuir para o desenvolvimento da educação em geral, em todo o país.

Nos Estados Unidos, por exemplo, à ela deve-se o desenvolvimento da educação para adultos, que tanto contribuiu para a alfabetização em grande escala.

O povo brasileiro não precisa sómente de alfabetização.

Os recentes comentários dos jornais, a respeito da campanha da borracha mostram claramente que não são apenas as hospedarias de imigrantes estrangeiros que reclamam o serviço de assistência social. Mas, sobretudo, o ensino cívico será que mais aproveitará, ao povo brasileiro, que dele tanto o carece. Muito mais do que os eloquentes discursos dos senhores deputados, e os artigos inflamados

Carlos de Lacerda auxiliará a democracia no Brasil, uma explanação clara e serena ao nosso "jéca", de que a constituição do país da mais é que os estatutos da sociedade a que ele pertence e para a qual tem responsabilidade; que o Governo existe, para orientar e servir essa sociedade, que ele, já, contribui para manter essa sociedade, com o selo que vem colocado no tamanco comprado no mazém da esquina; por isso mesmo ele tem responsabilidade na colha dos que vão orientar e servir essa sociedade, que essa sociedade se compõe de grupos: o grupo da família, o grupo da escola, grupo da religião, os grupos sociais, os grupos políticos, os grupos administrativos da cidade, do município, do estado, do país. No esforço de funcionamento desses grupos, o povo brasileiro irá compreender o valor da cooperação e não olhará mais como um intruso o imigrante que lhe vem prestar o seu concurso.

Senhores rotarianos.

Um país como o nosso, de grande extensão territorial, que não possui densidade de população adequada, será sempre uma nação fraca no concerto dos povos civilizados, se não receber novas correntes imigratórias, para desenvolver os seus recursos. Mas, para que essas correntes imigratórias corresponderem aos nossos ideais, é preciso que sejam convenientemente assimiladas, é preciso que entrem no conhecimento íntimo de nosso meio, com as suas tradições e riquezas de seu povo, suas leis, suas normas de vida, suas esperanças e glórias futuras.

Para isso, é preciso que o estrangeiro e o nacional vivam em completo entendimento, é preciso que vivam... dentro da filosofia de Rotary que é a compreensão mútua da boa vontade e de paz entre os homens e entre as Nações.

Eis, porque, senhores rotarianos, ao concluirmos esta despretenciosa palestra, desejamos fazer-lhes um apelo, no sentido de facilitardes à comunidade brasileira a compreensão do problema da educação do imigrante. Para tanto, basta que em vossa Comissão de Serviços à Comunidade crieis uma Subcomissão de Educação do Imigrante, que funcionará em todos os núcleos rotários, espalhados pelo território nacional, principalmente junto às minorias de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Se assim procederdes, podereis ficar certos de que os 151 Clubes de Rotary, no Brasil, serão olhados no mapa do Brasil como sinais luminosos que guiam e orientam os passos dos brasileiros e dos alienígenas, num roteiro seguro para a grandeza do Brasil.

Nota: — Esta magnífica palestra foi proferida na reunião de 16.8.1946, do "Rotary Club do Rio de Janeiro".

ASSUNTOS DE AERONAUTICA

Com a mais justa satisfação, ao comemorar seu aniversário, a Direção da Revista, vê coroados seus esforços e enriquecido seu patrimônio com a abertura de mais um espaço para os debates das questões relacionadas com o emprego e organização da Aeronáutica. Seu redator chefe é o Cel. **Godofredo Vidal**, Diretor de Ensino da E.E.M.Ae. Dentro de seu programa específico, "A Defesa Nacional" sente-se reconfortada pela acolhida colorosa que teve seu apelo no seio da gloriaesa FAB trazendo o seu concurso valioso a uma compreensão mais perfeita entre seus camaradas do Exército no exercício das árduas, mas nobilitantes tarefas da Segurança Nacional. E vem muito a propósito, quando procuramos assimilar os ensinamentos da 2.ª grande guerra mundial, tornando realidade o trabalho em comum, cuja prática nos garantirá a necessária unidade de doutrina e o máximo de rendimento útil. Que sua iniciativa frutifique e nos permita contar também com a companhia dos camaradas do E.M. da Armada, são os anseios de todos os companheiros do Exército que têm na "Defesa" o seu melhor estimulante ao trabalho e aperfeiçoamento cultural e ao mesmo passo, o veículo para o debate técnico-profissional, indispensável para o estudo dos problemas militares comuns que a guerra moderna exige.

— x —

"Se queremos sobreviver e ser vitoriosos, precisamos aprender a evoluir".

T. Wintringham

Nossa força para destruir a guerra

(Pelo General do Exército *H. H. ARNOLD*)

Comandante em Chefe das Forças Aéreas do Exército Norte-Americano. — (AIR FORCE — Out. 1945).

Hoje devemos olhar para o futuro. Saímos vitoriosos da maior guerra de todos os tempos. Não foi uma guerra por nós desejada nem que estivéssemos prontos para ela.

Dessa forma, enfrentámos momentos de grandes perigos e de profundo desanimo. Com esforços enormes e grandes despezas conseguimos vencê-la. Não há dúvida que este é um momento de grande júbilo e satisfação, porém não esqueçamos que é também um momento cheio de preocupações.

Hoje, na hora do triunfo, quando há apenas a natureza humana pelos sentimentos de caridade, de otimismo e de esperanças ou pensamentos bem intencionados, devemos tomar decisões das quais dependerá em alto grau a manutenção da paz, o destino de nosso País e talvez até a existência da civilização humana. Nossas responsabilidades durante a guerra foram grandes, porém, maiores que elas são as responsabilidades que nos chegam com a paz.

No mapa que acompanha, mostramos para certos pontos típicos o raio de ação comparativo para a ação eficiente de um ofensiva aérea. As áreas compreendidas nos círculos de linhas cheias podem ser dominadas pela força aérea das respectivas bases, em termos de aviões com características atuais, — especificadamente, os B-29. A linha tracejada que circunda as Aleutas indica o raio de ação máximo relativo, dos B-17 e B-24 atualmente obsoletos, e é fácil de ver-se porque.

Com aviões com o raio de ação dos B-17 e B-24 nós derrotamos a Fôrça Aérea Alemã e habilitamos o nosso grupo de fôrças combinadas de terra, mar e ar a conquistar os Germânicos.

Com aviões de raio de ação dos B-29, fomos capazes de obrigar o Japão à rendição. Para qualquer consideração que se faça sobre o futuro, é de vital importância que compreendamos exatamente como se processou essa rendição.

Não estamos nos referindo agora a QUEM GANHOU A GUERRA.

Nenhuma fôrça, nenhum serviço ou nenhuma das Nações Unidas seria capaz ou desejaria dizer-se autor daquilo que agora qualquer um pode ver que foi um vasto e bem coordenado esforço de conjunto.

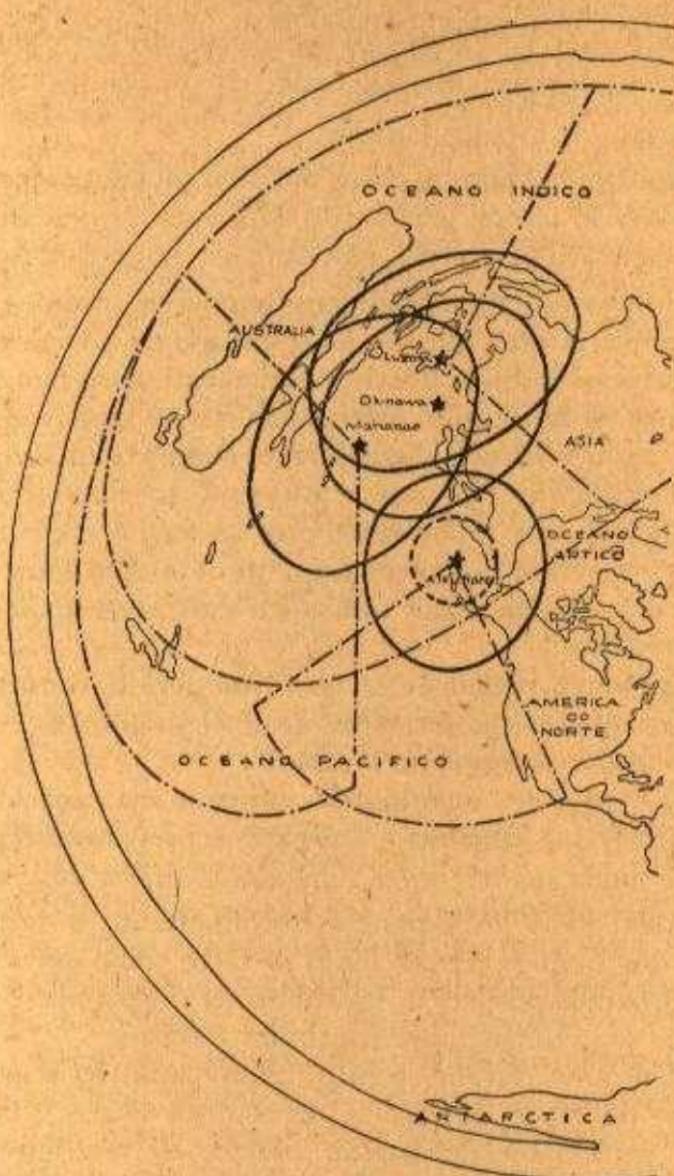


Fig. 1

Alcance comparado da ação ofensiva aérea eficiente partindo de 4 bases:
— os B17 e os B-24 são indicados pelas linhas quebradas; os B-29 pelas linhas cheias pretas; os aviões que seguirão os B-29 pelas linhas pontilhadas.

— As indicações sobre o alcance (raio de ação) são ovais, pois foi levada em conta a distorção do mapa de projeção polar.

Foram precisos, em trabalho de conjunto, todas as Armas e Serviços dos Estados Unidos, todos os serviços de combate da cooperação de nossos Aliados e o enorme potencial industrial dos Estados Unidos.

Apesar de tudo, a parte decisiva desempenhada pela Fôrça Aérea, para a derrota do Japão sem a necessidade da invasão de seu território, não deve ser posta de parte.

Uma nação industrialmente moderna como o Japão, não admitiria uma derrota neste estágio da guerra sem que seu potencial industrial tivesse seriamente afetada e sem que seu isolamento de tudo essencialmente necessário para continuar a guerra, fosse virtualmente completo, pelo bloqueio e pela destruição de sua marinha e de sua frota mercante.

Os fanáticos Japoneses nunca se teriam oferecido para aceitar os termos do "ultimatum" de Potsdam sómente porque a má sorte para êles tornasse a vitória de qualquer modo impossível.

O Exército Japonês, se bem que ferido, constituía ainda uma fôrça poderosa capaz de infligir grandes e pesadas perdas às nossas fôrças de invasão.

O Corpo de "Kamiúazes" mostrou sua capacidade nas campanhas das Filipinas e Oúinawa e preparava-se para um esforço ainda maior contra uma fôrça anfíbia de invasão.

Além disso, os Japoneses reconheceram a derrota por causa dos ataques aéreos; tanto de facto como em potencial, eles tornaram possível a destruição da capacidade do inimigo e de sua vontade para continuar a resistir.

Pensou-se durante muito tempo que seria possível a derrota do Japão por meio de ataques aéreos e bloqueios sem a necessidade de invasão. Apesar de não haver precedentes na história das guerras, foi isso que aconteceu.

Os efeitos destrutivos e o aumento progressivo dos ataques incendiários nas áreas industriais urbanas, assim como os ataques com alto-explosivos nas indústrias críticas de guerra, principalmente a do óleo e a de aviação, foram os principais factores para quebrar a vontade Japonesa e a sua

disposição para a luta. Uma grande série de combates aéreos, para todos os fins práticos, tirou dos céus a aviação Japonesa, não sómente nas amplas áreas controladas como no próprio território metropolitano.

Sobre seu próprio território, os Japoneses foram compelidos a providenciar a defesa de alvos vitais e forçar a defesa esforçando-se por manterem a supremacia do ar, conseguindo alguma coisa que completasse sua destruição, desempenhando um papel suicida contra uma força de invasão.

A destruição da Esquadra Japonesa foi completa. As Fôrças Aéreas Militares associaram-se com as Fôrças de Superfície, com a Fôrça Aérea Naval e com os submarinos, para o afundamento de mais ou menos 600 navios de guerra Japoneses. A Aviação foi oficialmente creditado o afundamento de mais de 2 000 000 de toneladas de navios mercantes Japoneses de 1 000 toneladas e mais, se bem que a esse respeito os submarinos são o primeiros responsáveis pela redução da frota mercante de operações de grande potência marítima, para, substancialmente menos de 1 000 000 de toneladas.

Finalmente, há a contribuição aérea para o bloqueio e para o estrangulamento das ilhas continentais. Com a destruição da Marinha Japonesa e a imobilização de suas Fôrças Aéreas, as Fôrças aéreas, marítimas e terrestres dos Estados Unidos e da Inglaterra completaram o bloqueio do Japão. A minagem do mar pelos B-29, imobilisou centenas de navios e afundou algumas duzias deles nos estreitos vitais de Shimonoseki e, mais tarde reunidos às unidades de superfície e aos submarinos, eles isolaram virtualmente a Coreia e o território principal na Ásia das linhas e ilhas continentais, por meio da minagem dos portos da Coreia e Honshu ocidental.

O colapso do Japão demonstrou todo o conceito estratégico da fase ofensiva da guerra no Pacífico. Encarado de uma maneira geral e simples, o problema consistiu em avan-

car a Fôrça Aérea, tanto com bases em terra como em navios aeródromos, para o ponto de onde tôda a fúria de um ataque esmagador pudesse ser lançada sobre o próprio Japão, com a possibilidade de o obrigar a se declarar derrotado sem haver a invasão e com a certeza de desempenhar um papel de vital importância no prepraro e na cooperação, no caso de invasão.

Tôda a campanha de saltos de ilha em ilha no Pacífico Sudoeste e Central, teve como principais objetivos a aquisição de bases aéreas cada vez mais próximas e finalmente dentro do raio de ação do Japão. Essas bases tornaram-se também vitais como pontos de suprimento para a Marinha e montagem de outras bases.

Tornaram-se essenciais de forma a neutralidade ou anular a resistência aérea Japonesa, facilitando assim à Marinha Americana em seu todo, e particularmente à sua fôrça aérea ofensiva, aproximarem-se, para dentro do raio de ação, das próprias ilhas do continente Japonês, — coisa que seria ruinosa enquanto as fôrças aéreas Japonesas com base em terra se mantivessem completas e eficientes.

Finalmente as bases nos habilitaram a derrotar todo o esforço do Exército Japonês para fazer parar o nosso avanço inevitável para as suas ilhas continentais, como prepraro para a invasão do Japão.

Essa foi portanto a razão pela qual os Japoneses se viram obrigados à rendição.

Era nosso desejo reforçar esses fatos porque o entusiasmo pelo átomo e seus dramáticos efeitos, como clima desta campanha, tende a sombrear um dos pontos de maior importância. Quando a bomba atómica estava pronta, nós nos achavámos em uma posição de, praticamente sem oposição, levá-la e lançá-la em qualquer ponto do Japão que desejássemos. Os efeitos terríveis desses lançamentos podem ser vistos nos escritos do Imperador Japonês anunciando a rendição.

"Se continuarmos a luta, ela... resultará em um colapso verdadeiro e na obliteração do Japão".

Isso é um facto, porém já antes disso a situação Japonesa era desesperadora. Há razões para crer que, sob o ponto de vista do Japão, a bomba atómica foi realmente uma saída. Como a bomba atómica era de efeitos assustadoramente destrutivos, foi fácil ao Imperador, sem muita perda de prestígio, fazer a rendição, tomando-a como único motivo.

A situação Japonesa, já era desesperada mesmo antes do lançamento da primeira bomba atómica, porque o Japão já tinha perdido o controle de seu próprio ar. Eles não podiam mais fazer face a nossos ataques aéreos e assim não podiam evitar que destruissemos suas cidades e indústrias. Não nos podiam oferecer qualquer especie de resistência eficiente ao imenso conjunto de nossas forças de terra, mar e ar que se preparava para descer em suas costas.

Esses são os factos verdadeiros acerca da queda do Japão, que devemos guardar de memória se quizermos manter a paz que conquistamos a tão alto preço. Esta é a lição:

— Em nenhum tempo dentro do futuro que se nos depara, haverá qualquer espécie de segurança para uma nação, que, seja por ignorância, por negligência ou por falta de preparo, se deixe arrastar ao ponto fatal do Japão durante o último ano da presente guerra.

— Há ainda uma lição de que qualquer um pode estar certo, e que um futuro agressor saberá guardar de memória: — o maior perigo que qualquer nação com ideias de dominação do mundo pode encontrar, é os Estados Unidos.

— As duas últimas guerras demonstraram que tais ideias não poderão ser bem sucedidas enquanto os Estados Unidos puderem jogar com seu ilimitado potencial militar e económico. Portanto, é preciso primeiro induzir ou persuadir os Estados Unidos e, pela primeira vez na história, essa persuasão só se tornará praticável se nós, neste momento de preocupações, tomarmos decisões erradas.

Consideremos à luz das armas e da técnica de que dispomos hoje e daquela que poderemos conhecer dentro em pouco, o que se poderia esperar de uma nova guerra.

No mapa que acompanha o presente artigo, pode-se ver, indicado por linhas traço-ponto, o raio de ação eficiente dos aviões que sucederão os B-29. Quais os que sucederão a esses, nós não sabemos, porém podemos supor pelas observações que podemos fazer.

1) — Aviões com piloto ou sem piloto, com velocidades superiores à do som.

— Com velocidades tais, os combates aéreos conforme os conhecemos, caças procurando destruir outros caças ou bombardeiros, n'uma troca constante de fogo, cada um procurando aniquilar o outro, desaparecerão.

2) — O extraordinário aperfeiçoamento de projeteis orientados, e a fineza de seus controles de modo a se obter impactos exatos sobre alvos de uma milha quadrada ou menos, em qualquer parte do mundo e de qualquer parte do mundo.

3) — Bombas atómicas aperfeiçoadas; elas terão efeitos destruidores que ultrapassam qualquer imaginação, — uma arma construída de maneira ideal para, em ataques repentinos e sem aviso prévio, produzir a destruição das cidades principais de um país, durante uma noite, por uma força ostensivamente amiga.

4) — Grandes aperfeiçoamentos no campo da defesa, quer contra aviões quer contra projeteis orientados, por meio de projeteis anti-aéreos caçadores, quer do tipo de foguete, quer de outro tipo qualquer. Indubitavelmente continua de pé o princípio de que, para cada uma nova arma ofensiva, apareça um meio de defesa, se bem que talvez um pouco inferior. E provável que, contra os aviões supersônicos e contra os projeteis orientados do futuro, apareçam na defesa, sob a forma de projéteis caçadores, armas que destruam todos ou alguns deles, seja na atmosfera, na estratosfera ou na ionosfera.

5) — Sistemas perfeitos de comunicações entre o ar e o solo, tornando possíveis as mais intrincadas manobras, seja por aviões pilotados seja por projetis em piloto.

6) — Um aperfeiçoamento extraordinário na técnica de lançamento, pouso e suprimento das fôrças aero transportadas, que podem ser lançadas completamente equipadas, em qualquer parte do mundo e em uma questão de horas.

Nenhuma dessas coisas pode ser considerada como visionária ou de pouca probabilidade. Se tivermos outra guerra — se outro agressor chegar a perturbar a paz das Nações Unidas, será certamente com coisas dessa natureza que o fará.

Que vamos nós fazer?

No momento empregamos todos os nossos esforços, e todos nós temos esperanças que as Nações Unidas podem e devem trabalhar de uma maneira tal de manter a paz, que ela se torne impossível ser destruída pelo agressor.

Devemos lembrar que esses aperfeiçoamentos técnicos atuais e prováveis que seriam de tão grande perigo para nós, se deixássemos perder a proeminência conquistada e, despresando nossa segurança, ficássemos indiferentes enquanto um potencial agressor tomasse a dianteira, são também os meios pelos quais a subida dêsse se tornaria quai impossível.

Se alguém objetar que ainda não temos certeza de que venha a prevalecer a Carta das Nações Unidas ou qualquer outro instrumento internacional semelhante, isso de facto será a verdade. O ponto é que, basicamente, os meios pelos quais nós esperamos fazer funcionar a Carta das Nações Unidas, são tambem os meios pelos quais teremos de resguardar nosso país caso não se efetive a Carta das Nações Unidas.

Somos atualmente a nação mais potente do mundo. O poder que possuímos, que em proporção justa podemos dispor para as Nações Unidas na manutenção da paz, é a melhor garantia para a manutenção da paz coletiva. Se as na-

ções do mundo verificarem que não poderão entrar em acordo, nossa força será nossa única salvação. Portanto, devemos mantê-la a todo o custo.

E, de que precisamos para mantê-la?

Começaremos por chamar a atenção de que não estamos fazendo insinuação alguma para a manutenção de uma Fôrça Aérea permanente.

E' possível que cheguemos à conclusão de que não é necessário manter uma Fôrça Aérea da natureza que tivemos de manter durante a guerra. O que nós precisamos é de uma fôrça, de qualquer natureza, capaz, bem treinada, adequada e perfeitamente equipada, de acordo com as novas armas e dispositivos.

Penso que precisaremos de um sistema de treinamento militar universal, capaz de manter essa fôrça, qualquer que seja o seu nome, com uma reserva constantemente renovada e pronta para uma rápida expansão em caso de emergência.

Como ponto mais importante, nós precisaremos de um programa de aperfeiçoamento com pessoal competente, bem financiado e um bem equipado gabinete de pesquisas. Dissemos... como ponto mais importante... porque se nós deixarmos de andar, não digamos emparelhados, mas na frente dos aperfeiçoamentos técnicos, não será necessário treinar fôrça alguma, nem fazer planos de emergência ou de expansão porque seremos totalmente derrotados antes que se possa providenciar qualquer coisa nesse sentido.

Um programa eficiente de aperfeiçoamento e de pesquisas envolve uma organização bastante complexa. A figura que acompanha mostra a necessidade de pesquisas na organização da Fôrça Aérea através das agências civis que nos auxiliam em nossos aperfeiçoamentos. Por ela pode-se ver os estudos sem fim, os testes e verificações dos grandes laboratórios, os grandes campos de prova, os milhares de pessoas habilmente treinadas que constituem nosso atual programa de pesquisas e aperfeiçoamentos.

Tudo isso é dispendioso, é claro, porém desejamos acentuar e insistir o mais que puder de que é uma despesa que não devemos, nem agora nem nunca, reduzir ou extinguir. É o preço da segurança e da paz.

Da forma como vemos, isso será à esperança para o futuro.

As novas armas, a bomba atómica e outras mais, só se tornam terríveis e aterradoras se as supuzermos em mãos de homens semelhantes aos leaders da Alemanha e do Japão agora, derrotados, que não pretendem a paz mas sim o poder e a dominação do mundo. Não cremos que elas caiam em semelhantes mãos.

Pensamos que podemos, agora mesmo, tomar decisões que pela sua sabedoria mantenham essas terríveis forças como um baluarte para um sistema mundial justo e equitativo. A potência que elas encerram, grande bastante para destruir uma civilização, será grande também e bastante, se a usarmos devidamente, para destruir a guerra.

Traduzido pelo Cel. av. G. VIDAL
Instrutor da E.E.M.

NOVOS RUMOS PARA AS TRANSMISSÕES

No seu pequeno trabalho sobre TRANSMISSÕES, intitulado, "AS TRANSMISSÕES DO REGIMENTO SAMPAIO NA CAMPANHA DA ITÁLIA", o Capitão MANOEL THOMAZ CASTELLO BRANCO, estuda com simplicidade e claresa, as ligações mantidas, pelo REGIMENTO SAMPAIO, durante o ATAQUE AO MONTE CASTELLO, nas DEFENSIVAS DE BOMBIANA e MONTE BELVEDERE e no decorrer da PERSEGUÍÇÃO AO LONGO DO RIO PANARO, na ITÁLIA.

S Ã O

NOVOS RUMOS NOVAS DOUTRINAS NOVOS ENSINAMENTOS

colhidos, pelo autor, no próprio campo de batalha da ITÁLIA, e que ele oferece aos oficiais e graduados neste trabalho de interesse geral.

CONTÉM AINDA :

CÓDIGOS E CIFRAS — análise e emprego dos principais códigos e cifras usados pelos ALIADOS na CAMPANHA DA ITÁLIA

INSTRUÇÕES PARA A EXPLORAÇÃO DAS TRANSMISSÕES — documentação completa
MATERIAL DE FABRICAÇÃO AMERICANA — características e emprego.

MUITO EM BREVE

A venda na seção de livros de "A Defesa Nacional"

HISTÓRIA E GEOGRAFIA MILITAR

"São as Fôrças Armadas, com os seus meios poderosos que dão vida ao cenário imóvel e estático do meio geográfico".

Almirante Castex.

"Foi unicamente o inverno e não os Españois, que destruiu os Franceses no Garigliano... esta será a sorte de quantos atacarem, durante o inverno, um inimigo que não seja inábil" — Maquiavel.

(Comentário : O exemplo de Napoleão, mais de 3 séculos depois, e o dos Russos, após o fracasso da 1.^a ofensiva alemã na 2.^a Guerra, são factos comprobatórios — Cel. Renato Nunes.

A REGIÃO NORTE

Capitão *AMAURY BENEVENUTO DE LIMA*

N. R. :

Trabalho premiado com o 1.^o lugar ,no concurso do ano de 1945, pelo Conselho Nacional de Geografia, a monografia do Cap. Amaury Benevenuto de Lima é um modelo de descrição regional. Organizada na base da observação direta, quando o autor servia no E.M. do 8.^o R.M., oferece, numa visão objetiva, rico cabedal informativo sobre uma região brasileira em que os problemas são tão grandes quanto as linhas do quadro geográfico amazônico.

"For example, in any locality or portion of the earth's surface the natural environment consists of the following fourteen elements :

Mathematical position
geographical situation
size
form
climate

soil
minerals and rocks
land surfaces features
water features
underground water resource
the ocean and its coasts
natural plant life
native animal life.

These combined give man his natural environment in any place or area."

RENNER — "HUMAN GEOGRAPHY IN THE AIR AGE".

GENERALIDADES

Consideraremos como constituindo a Região Norte, os Estados do PARÁ, AMAZONAS e os Territórios do AMAPÁ, RIO BRANCO, ACRE e GUapore'.

Na realidade, os limites geográficos dessa divisão para fins práticos e estatísticos não são precisamente os políticos e só podem ser definidos por meio de linha ainda imprecisamente assinalada nos duvidosos mapas de que dispomos.

Revestida de densas matas, em considerável área, sob clima tropical de alta pluviosidade, encontra sua mais atraente característica nos inúmeros cursos d'água que recortam seu vasto território e que lhe servem de principal meio de penetração.

As vias de comunicações terrestres são praticamente inexistentes, de onerosa construção e difícil conservação.

A via aérea não apresenta o desenvolvimento compatível com as possibilidades e necessidades.

A população é rarefeita e fixada ou semi-fixada em agrupamentos, ao longo dos cursos d'água, geralmente de traçado instável e sujeitos a frequentes mutações em suas condições de navegabilidade.

A produção é principalmente de origem estrativa e insuficiente para abastecer as populações locais.

A indústria manufatureira é praticamente inexistente.

SITUAÇÃO

O Equador a divide em duas porções desiguais, pois enquanto a do norte não logra atingir os 5°, a do sul ultrapassa os 10° em alguns trechos. No sentido dos meridianos, enquadra-se entre as longitudes 42° e 75° a oeste de GREENWICH.

Comporta os pontos mais septentrionais e ocidentais do BRASIL e a meio caminho entre os ESTADOS UNIDOS e o estreito de DAKAR.

ÁREA

Sua área é superior a 3.000.000 de quilometros quadrados, ou seja quase a metade do BRASIL, um quinto da AMÉRICA DO SUL, pouco menos de um décimo do continente americano e um quinquagesimo das terras mundiais (segundo H. WICHMANN).

DIVISÃO REGIONAL

O Conselho Nacional de Geografia considera a "Grande Região Norte" abrangendo também trechos do Maranhão e Mato Grosso. Preferimos, porém, limitar o nosso esforço ao complexo "Zona de influência do Amazonas" de características assás nítidas e diferenciadas sob diversos pontos de vista.

E' a seguinte a divisão da "Grande Região Norte", segundo a Resolução n.º 134 de 13 de julho de 1945 :

Região	Sub-Regiões	Zonas	Unidades Federadas
I - Planície Litorânea	1-Litoral Amazônico 2-Marajó 3-Leste Paraense	Amônia Marajó Salgado	Território do Amapá (2) Pará (5) Pará (11)
	4-Baixada Maranhense	Bragantina Guararé Tocantina Gurupi Litoral Norte Baixada Boiça Meirim Gurupi Pindaré	Pará (2) Pará (4) Pará (6) Pará (31) Maranhão (5) Maranhão (6) Maranhão (7) Maranhão (10) Maranhão (11)
II - Planície Amazônica	1-R. Amazonas 2-Solimões	Médio Amazonas Baixo Amazonas Rio Negro Solimões - Taité Rio Purus Rio Juruá Solimões - Javari Alto-Purus Alto-Juruá Alto-Rio Branco Cotrimori	Amazonas (1) Pará (1) Amazonas (3) Amazonas (4) Amazonas (5) Amazonas (6) Amazonas (7) Territ. Acre (1) Territ. Acre (2) Territ. Rio Branco (1) Territ. Rio Branco (2)
III - Encosta Guiana-nense	1-Rio Branco		
IV - Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro	1-Sul Paracense a-Alto Madeira — Tapajós	Itacauamas Xingú Rio Madeira Aripuanã Alto Madeira Tapajós	Pará (7) Pará (9) Amazonas (8) Mato Grosso (1) Guaporé (1) Pará (11)

NOTA — O número entre parêntesis corresponde aos números das zonas dentro das Unidades Federadas.

RELEVO

A Região Norte é um vale enorme, em largura e comprimento, enquadrado longinquamente ao norte pelo sistema guiano e ao sul pelo planalto central brasileiro.

A oeste, a barreira dos ANDES a separa do OCEANO PACÍFICO e lança ramificações que chegam a penetrar no território brasileiro, com altura assás reduzida.

No interior desse saco, apenas colinas ou velhas formações bastante erodidas, testemunhas a que o desgaste expõe perfis montanhosos à vista saudosa de altitudes e prolongamentos dos planaltos terciários que buscam o arqueano das serras mais elevadas do sistema guiano ou o altiplano central brasileiro.

Para quem sobe o AMAZONAS, depois dos pantanais do baixo curso e do labirinto dos estreitos de BREVES, é

grato encontrar á margem esquerda as "serras" tabulares de PARANAQUARA e outras com nomes locais, a que a erosão adoçou as formas, desprotegidas do manto ferruginoso, estas últimas, que prosseguem alcançando MANAUS e subindo o rio RIO NEGRO.

À margem direita, o platô ganha fôros de "serra" na região da foz do TAPAJOZ e em PARINTINS.

Não corresponde, pois à estrita realidade, a impressão de que toda a Região Norte seja de terras baixas, uma vez que sómente onde os cursos d'água já rasgaram seu nível de base, apresenta tal aspecto. Acontece porém que esta é a parte mais visitada...

Demais, importa ainda o relevo na interrupção dos cursos médios e altos dos afluentes, criando inestimável potencial hidro-elétrico, atualmente fóra do alcance de exploração econômica. Nos grandes afluentes, como o NEGRO, o MADEIRA, TAPAJOZ, XINGU, a descida do planalto limita o curso navegável, ao passo que diques e derrames de diabasic provocam cachoeiras, fóra do limite assinalado, em afluentes menores JARI, PARÚ, MAECURÚ, CURUÁ, EREPECURÚ, TROMBETAS, JAMANDÁ, JATAPÚ.

HIDROGRAFIA

A hidrografia, o que se destaca a todo o que percorre a região, exerce tirânica pressão sobre todos os aspectos da vida amazônica.

Na atual fase da colonização, não é exagero afirmar que, antes de um continuum de terras, a Região Norte é um arquipelago.

Eixando a região do oeste para leste, a grande calha do AMAZONAS acolhe e conduz ao ATLÂNTICO todas as águas que a pluviosidade equatorial ou o degelo sujeitam à ação da gravidade.

Com ótimas condições de navegabilidade, pois permite a ida de transatlânticos até IQUITOS, já no PERÚ, tem

entretanto sujeições quanto à frequente mutabilidade de seus canais e a destruições marginais em seu trabalho de erosão.

Raramente seu curso se apresenta uno e, mesmo assim, apenas em certas épocas como ocorre em TABATINGA, onde alcança 3.000 metros, mas que na época das cheias invade o território peruano, e defronte de OBIDOS em que quase nunca aparece nos mapas o lago GRANDE DE VILA FRANCA, embora visível do próprio AMAZONAS do qual por vezes apenas estreita restinga inundável o separa.

Desse modo, se quem viaja por via fluvial presente apenas o aspecto de grandiosidade, pelos inúmeros canais que percebe, a vista aérea proporciona a impressão de enorme pantanal, coalhado de ilhas, muitas delas de gramíneas flutuantes.

Por paradoxal que pareça, pode-se viajar largos trechos do AMAZONAS sem utilizar o curso assim denominado, mercê dos inúmeros furos e igarapés.

Este rendilhado impõe a presença permanente de práticos, pois as cartas de navegação não oferecem segurança devido às frequentes mutações. Canais que permitem na subida a passagem de grandes navios, na viagem de retorno podem estar quase obstruídos.

Os encalhes e afundamentos quase diários, indicam que estes homens, em regra de pouca instrução, também se enganam, embora sondem durante largos trechos. E' inegável, porém, que sem eles a navegação seria impossível.

Como exemplo do trabalho de erosão, citaremos apenas: o da localidade fronteiriça peruana de RAMÓN CASTILLA, que já é a terceira e em via de destruição e o de TABATINGA, na margem brasileira oposta, onde, nas baixas águas, se podem ver sobre as penínsulas de linhito, a quase cem metros da margem esquerda, canhões e obras de fortificação que há 30 anos repousavam em terra firme. Esperam os moradores que o "porto" dessa última localidade,

não obstante contar ainda algumas dezenas de metros sobre a alta barranca, seja destruído na primeira enchente.

O exame de uma carta de navegação de data anterior permite perceber importantes modificações como a da península na foz do TAPAJÓZ que ultrapassava SANTA-RÉM e hoje é apenas um banco traiçoeiro.

Dessa forma, sómente como esquema se pode dizer por exemplo, que tal rio desemboca em tal ou qual lugar, pois, além de ser sempre possível utilizar outras saídas, não é raro que hoje as coisas se passem de modo diverso, a exemplo do JAVARÍ, cujo canal anterior tende a desaparecer em projeto do novo canal aberto em uma enchente. Este fato é conhecido pois suscitou a idéia de que a ilha formada seria brasileira e não peruana.

Inegável é, porém, o valor que o RIO AMAZONAS possue, qualquer que seja o aspecto considerado, mesmo nas mais remotas consequências.

Transversalmente ao talveg principal, grandes cursos d'água também se oferecem ao sul:

- o JAVARÍ, rio fronteiriço, assás rico em borracha, cujas margens são consideradas pouco salubres devido à malária;
- o JURUÁ, o PURÚS, e o MADEIRA que, como o anterior, se originam em parte nos últimos contrafortes andinos e são sujeitos a subitas vasantes;
- o TAPAJÓS, o XINGÚ e o ARAGUAIA-TO-CANTINS (estes dois últimos considerados tecnicamente como de estuário comum e não com afluentes, embora tal distinção seja indiferente na prática) que descem do planalto central brasileiro, ou cachoeiras e rápidos que lhe interrompem a navegação até alcançarem seus níveis de base.

Ao norte, de modo geral, é menor a importância atual dos afluentes, dos quais podemos destacar:

- o IÇÁ e o JAPURÁ vindos do território colombiano. Este último tem um dos mais baixos indices de povoamento e é considerado como um dos mais insalubres.
- o NEGRO, com seu afluente o BRANCO. O RIO BRANCO corta o território federal do mesmo nome e vem da VENEZUELA e GUIANA INGLESA e conta em seus formadores, o TACUTÚ e MAUÍ, a única bandeira não americana em águas amazonicas. Tem o seu curso interrompido na época das secas pelos SALTOS DE S. FELIPE. O NEGRO goza da particularidade de ligar-se com ORENOCO, através o canal CASSIQUIARE. Uma comissão de engenheiros do Exército americano, remontou o ORENOCO e desceu o NEGRO, realizando estudos completos para a ligação desses dois rios. Tais estudos abrangem quatro planos, permitindo com :

Dispêndio de

Elevar a capacidade atual
de transportes e 2.500 T.
para :

1 — U.S. \$ 990.500	13.300 T.
2 — U.S. \$ 4.128.700	97.500 T.
3 — U.S. \$ 6.856.500	189.600 T.
— U.S. \$ 91.313.200	
4 —	1.754.000 T.
— U.S. \$ 120.798.200	

Os 3 primeiros importam em trabalhos simples, com algumas remoções de rochas. O 4º, que permitiria um canal navegável de profundidade mínima de 10 pés entre MANAUS e CIDAD BOLÍVAR, ou seja até o ATLÂNTICO, pois para juante o ORENOCO dá calado para navios de alto mar obriga a construção de comportas e barragens.

Em S. GABRIEL poderia haver apenas a remoção de rochas (1.^a variante) ou construção de comportas e barragem (2.^a variante). O plano prevê também o aproveitamento de uma capacidade de 2 milhões de quilowatts, para mover comportas, além de outros fins industriais, como a industrialização da bauxita.

Tal plano, não obstante as vantagens que oferece à primeira vista, iria romper o equilíbrio ora existente e drenar para outros rumos o que hoje pertence ao Amazonas.

- o TROMBETAS, o JARI e outros cujos cursos são cortados bem próximo do "GRANDE RIO" por diques de diabasio. Este último, é propriedade de célebre "coronel de barranco", cujos latifundios ainda hoje abrangem enormes áreas, o qual escravisa-va infamemente os trabalhadores.

Os tributários dirétos do ATLÂNTICO tem reduzida importância, em comparação com os demais rios da região, já pelo seu caudal e reduzido curso livre, já pelas dificuldades que as águas costeiras pouco profundas, aterrada por detritos, além do fenômeno da pororóca, tornam perigosas para a navegação.

Os do litoral paraense possuem cursos que apenas ultrapassam a Estrada de Ferro de BRAGANÇA e parecem limitados por motivos geológicos. Seu valor está longe de ser despresível, quer pela alta piscosidade das costas adjacentes quer por permitirem navegação, como o CAETE, que os navios da COSTEIRA subiam para aportarem em BRAGANÇA.

Os do TERRITÓRIO DO AMAPÁ se fazem representar principalmente pelo ARAGUARI, AMAPÁ e OIAPOQUE, este, rio fronteiriço, permite a navegação até SANTO ANTONIO e CLEVELANDIA em pequenas embarcações.

A COSTA

As costas são baixas e parecem sofrer um trabalho erógeno de soerguimento a que se adicionam os depósitos fluviais. Pouco recortadas, existem além do AMAZONAS, os estuários de rios costeiros, alguns de bom calado.

As cartas inglesas contém a observação de que não é possível guiar-se seguramente por elas devido à mutabilidade do fundo de lama e pequeno calado que oferecem. O planalto continental se prolonga pelo Oceano e a curva batimétrica de 10 metros é bastante afastada da linha costeira, salvo quando penetra no Rio PARÁ ou nos canais ao Norte de MARAJÓ.

ESBOÇO GEOLÓGICO

Muito há a fazer para completar um mapa geológico da REGIÃO NORTE, neste como nos demais setores, ressentindo-se da falta de estudos suficientemente sistematizados e extensos.

Em planta, podemos descrever como uma enorme moringa do terciário, enquadrada pelo arqueano que lhe dá a forma, com o gargalho no BAIXO AMAZONAS e a abertura voltada para o ATLÂNTICO de cuja costa se aproxima e atinge no TERRITÓRIO DO AMAPÁ, enquanto ao sul não chega ao TOCANTINS.

Entre MANAUS e PORTO DE MOZ, caminhando-se para o sul ou para o norte, sucessivas faixas vão da era quaternária à azoica.

O quaternário se mostra ao longo do AMAZONAS e jusante do JUTAI e de médio e baixo curso do MADEIRA e engloba as ilhas do estuário e a costa atlântica.

Há importantes áreas do crataceo ao sul de ITAITUBA, no TAPAJOZ e numa faixa que, cortando o TOCANTINS, segue paralela ao GURUPÍ até encontrar uma zona NNO-SSL, próxima à costa, pré-cambriana, correspondente

aproximadamente ao divisor de águas dos tributários diretos do ATLÂNTICO da região bragantina.

A era primária tem representações esparsas em pequenas áreas do TAPAJOZ, XINGÚ, TROMBETAS e NEGRO e nas serras PARIMA e PACARAIMA.

Diversas manchas de rochas eruptivas, assinaladas nos cursos altos e medios dos afluentes dos baixo AMAZONAS e RIO BRANCO, resistindo melhor à erosão, provocam quedas, saltos e rápidos.

Verifica-se portanto que as formações recentes (quaternário) abrangem apenas as terras inundáveis (o leito a várzea e o igapó) dos médios, por vezes, e baixos cursos quer do AMAZONAS, quer de seus afluentes. Entretanto, limitando-se as viagens aos cursos médios e baixos dos rios e, em regra, por via fluvial, o que se apresenta à vista e se traduz por tanta literatura é a "terra imatura", o que está muito longe de constituir a verdade, como tantos técnicos têm afirmado, mas ainda não está suficientemente difundida entre pessoas mesmo de nível cultural regular.

SUB-SÓLO

O sub-solo também — e das maiores — é uma interrogação.

Há indicações de :

- *calcáreo*, na região bragantina, no TROMBETAS, no JAMUNDÁ, no TAPAJÓS, de alvas barrancas e águas azuladas;
- *Linhito*, que já tem sido tomado como carvão de pedra, no JAVARI, no IÇÁ e no próprio SOLIMÕES, onde, defronte de TABATINGA são visíveis em grandes vasantes duas penínsulas em que se encontram os troncos com suas formas primitivas, em toros que parecem cortados por afiadas serras e semi-carbonizados. Estão revestidos por uma capa de cerca de 20 centímetros facilmente destacável e

parece ser de sedimentos com razoável proporção de ferro. O revestimento dá a impressão de massa de bolo que foi derramada sobre os troncos e aí se solidificou. Sobre a mais oriental dessas penínsulas reposam canhões e óbras da antiga fortificação de TABATINGA. A jusante dessa região são visíveis camadas negras nas barrancas. Segundo informações dos padres das MISSÕES, o limite se prolonga, aflo-rando por vezes, até o IÇÁ onde se podem ver grandes depósitos;

- *diatomita*, no COTINGO;
- *diamantes* em aluvião são explorados principalmente no ALTO RIO BRANCO; e no TOCANTINS;
- *ouro*, também explorado nos aluvões, nos rios do TERRITÓRIO DO RIO BRANCO e do AMAPÁ, contrabandeado para as GUIANAS INGLESA e FRANCEZA, embora a presença de tropa federal e medidas do governo brasileiro, tenham feito diminuir consideravelmente esta florescente "indústria", e no rio GURIPÍ;
- minérios de chumbo, em ALENQUER;
- *gazes inflamáveis* em ITAITUBA;
- *águas minerais*, em PRAINHA;

A verdade é que se está muito longe de conhecer o que de fato existe em condições de exploração econômica, pois a maioria das informações deriva de simples amostras ou de pessoas sem conhecimentos especializados. Ouro é inegável e a produção é razoável não obstante o atraso dos métodos empregados.

Entre outras coisas, tivemos oportunidade de observar um frasco cheio de uma substância escura de grande densidade que nos afirmaram ser ferro de elevado teor encontrado no fundo do RIO NEGRO e belíssimo jaspeitos trazidos do TERRITÓRIO DO RIO BRANCO pela COMISSÃO DEMARCADORA.

CLIMA

Segundo KOPPEN a região Norte tem clima de florestas tropicais, com chuvas abundantes o ano todo, duas estações chuvosas distintas separadas por duas regiões secas e diferença de temperatura entre o mês mais quente e o mais frio, inferior a 5.⁰ (Afw'i).

Ao norte e ao sul, nas regiões dos TERRITÓRIOS DO RIO BRANCO e nos limites com GOIÁS e MATO GROSSO, clima de savana tropical, uma estação nitidamente seca, chuvas máximas no outono, diferença de temperatura entre o mês mais frio e o mais quente menor que 5.⁰ (2 Aw i).

A classificação de Koppen, modificada por geógrafos americanos, apenas altera os limites do clima tropical de savana e distingue uma região mais chuvosa a leste.

De acordo THORNTWALTE, a maior parte da região ao longo do RIO AMAZONAS e largamente ao sul e ao norte, tem clima úmido, tropical chuva adequada em todas as estações (B A'r); uma pequena ilha abrangendo as GUIANAS e a parte norte de nosso território, com clima tropical, sub-úmido, chuva deficiente no inverno (C A' w) e a região limitrofe com MATO GROSSO e GOIÁS, apenas diferindo da primeira por deficiência de chuvas no inverno (B A'w).

Qualquer das classificações satisfaz razoavelmente, se não necessitarmos de um estudo objetivo.

A pluviosidade é superior a 2.000 milímetros, exceto numa faixa que, vindas dos Estados limitrofes ao sul, se prolonga entre os rios MADEIRA e TAPAJÓS e TROMBETAS e PARÚ, cobrindo a parte oeste dos altiplanos do território do AMAPÁ.

A regularidade, tão conhecida, da hora da chuva em BELEM, desapareceu e atualmente o momento de sua queda se atrasa ou se adianta em cada período de chuvas, de forma a percorrer todas as horas do dia.

E' praticamente abrangida pelas isotermas 26° e 28°, quer no inverno quer no verão, exceto o ACRE, cruzado pela isoterna 24°.

Para o leigo, não há sensível diferença entre as estações, salvo que no inverno (entenda-se: época de chuvas mais abundantes, dezembro a junho), após as chuvas sente-se desagradavelmente a umidade.

Ao aparêlho termo-regulador humano é fácil equilibrar e manter sensação de razoável bem estar, desde que se não faça nenhum exercício ou não haja exposição ao sol.

São raras as noites de calor insuportável.

O fenômeno da "friagem", em que o termômetro baixa até 12° acima de zero mesmo a 7 e 6 em certos lugares, é sensível na região de MANAUS e para sudoeste, alcançando em municípios do ACRE a duração de 3 dias. Atribuem à este fenômeno, os habitantes do S. O. do ACRE, grande mortandade de peixes e há informações de geadas na região da SERRA CONTAMANA.

As cerrações sobre os grandes rios dificultam freqüentemente e, por vezes, obrigam a interrupções na navegação aérea ou a que os aviões "taxiem" em largos trechos.

As tempestades não são muito freqüentes, nem as descargas elétricas. O céu apresenta quase sempre nebulosidades, como seria de esperar.

REVESTIMENTO

Sua área florestal é de 60% a 80% no PARÁ (inclusive o TERRITÓRIO DO AMAPÁ) e de 85 a 100% no AMAZONAS, ACRE e RIO BRANCO.

E', pois, quase completamente recoberta de matas a região, excetuadas, principalmente, certas zonas de campos inundáveis, como as de MARAJÓ, de um e outro lado do AMAZONAS entre a foz do TROMBETAS e a do TOCANTINS, e nas proximidades de MANAUS.

Correspondendo às regiões de menor pluviosidade, há campos e cerrados na zona limítrofe com MATO GROSSO

e GOIÁS, no ALTO GOIÁS, no ALTO TROMBETAS e parte leste do TERRITÓRIO DO RIO BRANCO.

Entretanto, nas margens dos grandes rios, a exploração já destruiu a floresta primitiva e de avião notam-se muitas clareiras.

E' interessante notar que o sólo que se apresenta com extraordinária fertilidade para a vegetação espontânea, sendo um dos impecilhos de seu aproveitamento a multiplicidade de espécies em reduzida área, não se comporta da mesma maneira para com as culturas.

Pela variedade das espécies, pode-se considerar a região o paraíso dos botânicos.

FAUNA

A fauna é bastante variada, mesmo de animais de razável porte.

Sua maior riqueza é porém em pássaros.

Abundam os animais cujas peles alcançam alto preço, como a de ariranha e a de jacaré sendo que este último já é objeto de cortumes.

A caça sem respeitar regras de qualquer espécie, provoca a destruição das espécies como a da tartaruga, hoje pouco encontrável a não ser nos altos rios e mesmo o jacaré outrora tão abundante, começa a escassear nos lugares facilmente acessíveis.

Os peixes também sofrem bastante com os métodos empregados, pois é normal o uso do timbó e da bomba. O pirarucú que vai rareando é pescado, melhor diria, caçado quando a fêmea procura desovar. O peixe boi, cetaceo de reprodução mais lenta está em vias de completa extinção, já constituindo raridade.

Os trabalhos de piscicultura levados a efeito no MUSEU GOELDI e que permitiram exportar para a criação do pirarucú nos açudes do Nordeste, são alvo da mais tremenda guerra a pretexto de que a riquesa ictiológica da AMAZONIA é inextinguível...

E interessante o fenômeno da "piracema", que nos foi explicado como sendo originário do fato dos peixes procurarem os lagos onde abunda o alimento para a procriação e é menor a correnteza, de onde saem em grande quantidade quando as águas, na cheia, logram atingi-los. Nessas ocasiões, apodrecem grande número de peixes, seja pelo rudimentar processo de salga pois o sal é bastante caro, seja pelo pelo puro e simples abandono de espécies menos saborosas.

O termo "piracema" é também empregado no sentido de abundância.

O consul peruano em MANAUS nos informou que estavam sendo feitas criações de pirarucú em IQUITOS e que dentro de 2 a 3 anos poderiam abastecer a AMAZONIA com esse "bacalhau".

Os animais daninhos, particularmente os insetos, ao contrário, proliferaram na maior tranquilidade e existem em números astronomicos.

O HOMEM

O tipo mais frequente é de pequena estatura, enxuto de carnes, músculos longos e a flôr da pele, facies mongoloide, pele escurecida pelo sol e pigmentação acobreada.

De caráter independente, não é muito amigo da pontualidade e dos esforços regulares ou contínuos e prolongados que, aliás o clima desaconselha.

Sem nenhuma verificação biométrica, pareceu-nos que o amazonense é em geral mais alto e musculoso que o paranaense.

São frequentes os cabelos lisos e escuros e os narizes achatados entre as pessoas mais pobres. Entre os de melhor situação econômica, predomina o tipo branco europeu (português, em geral). O preto é raro e pobre, mesmo entre os barbadianos de que existem diversas famílias.

Forte proporção de sangue índio é notada no homem do interior. Indígena de sangue puro ou pouco mesclado

existem entre os civilizados, aldeados por missionários ou pelo Serviço de Porteção aos Índios, além de um número razoável em vida natural.

A população se distribue ao longo dos cursos d'água e litoral atlântico, logrando alcançar, salvo as cidades, a densidade de 1 a 10 habitantes por quilometro quadrado na região brangantina e margens do do AMAZONAS, SOLIMÕES e NEGRO, caindo, fóra daí, para valores muito próximo de zero.

Os núcleos são pequenos, por vêzes de uma só família, irregular e grandemente afastados uns dos outros.

As casas são de madeira, cobertas de palha, construidas sobre estacas e são frequentes os "tapiris" (sem paredes laterais ou com uma única).

No "porto da casa" sempre uma canoa, "montaria", em que viaja toda a família até vários dias, com as remadas certas e frequentes de seus remos de pá grande redonda e chata, para assistirem a uma festa

Repetindo o que já dissemos, a vida amazonica gira toda em torno do rio. A noção de zona é substituída, para localização, pela de "rio": Eu moro no "rio" JURUÁ, o "rio" JAVARI é muito rico, etc.

Duas são as grandes cidades: BELEM e MANAUS que oferecem todo o conforto das grandes cidades. O alto preço da borracha nos primeiros lustres do século permitiu a construção de obras suntuárias e grandes melhoramentos para a época. A crise fez estacionar e, durante a 2.^a grande Guerra, o custo dos materiais impede melhoramentos correspondentes. Dessa forma, são poucas as obras novas, mesmo as residenciais.

As demais cidades são bastante inferiores a elas.

SANTARÉM é a 3.^a da região. Seguem-se BRAGANÇA, OBIDOS, PARINTINS e ITACOATIARA. PORTO VELHO está sendo renovada e cresce de importância.

As demais, poucas casas de alvenaria possuem e não têm mesmo o aspecto de cidade.

TEFÉ, localizada em alvas praias do RIO TEFÉ, a uma hora de motor do SOLIMÕES, apresenta melhor aspecto, embora tenha sabido que nenhum progresso apresentou nos últimos 30 anos, salvo o aeroporto da PANAIR.

BENJAMIN CONSTANT, sede do município do mesmo nome é construída sobre estacas, inclusive as ruas e, exceto a igreja, é toda de madeira.

A povoação de MARCO, situada próxima a TABATINGA e na região do marco da foz do IGARAÉ SANTO ANTONIO (limite com a COLOMBIA) é um "baby of war", pois vem de 1940 e, tanto pode desaparecer subitamente com tomar considerável impulso, auxiliada pela vida de sua vizinha LETICIA. Alguns comerciantes tiveram a habilidade de construir casas com a frente para o BRASIL e os fundos para o IGARAPÉ, quer dizer, para a COLOMBIA.

Tomamos com típica a estatística do município de MANAUS no ano de 1943 para dar idéia das doenças que assolam a região. Não fizemos maiores pesquisas pois observamos que os dados estatísticos apresentam ainda muito pouco desenvolvimento e têm valor muito relativo, como nos foi esclarecido pelos diretores dos Departamentos estaduais, não obstante a agradável impressão de trabalho bem orientado e executado a capricho que oferece o Departamento Estadual de Estatística do Estado do AMAZONAS.

Os números que se seguem foram obtidos no relatório do Interventor Federal, relativo ao ano de 1943.

Num total de 735 óbitos, 309 o foram por malaria, 293 por tuberculose e 76 por lepra, seguindo-se a desinteria bacilar com 26.

Aliás, são poucas as pessoas que não tiveram malaria.

Cremos que para o interior, onde atualmente os dados estatísticos estão muito longe de apresentar credibilidade razoável, os índices de impaludismo e distúrbios do aparelho digestivo crescem, diminuindo os de tuberculose.

Em quinze dos 27 municípios do AMAZONAS, o número de óbitos excedeu o de nascimentos. Destaca-se PARINTINS que, contra 70 nascidos vivos, acusa 297 passamentos.

Não se pode deixar de notar que os natais raramente são comunicados e os óbitos quase sempre.

Observamos pessoalmente e fomos informado que entre os índios é bastante difundida a doença denominada "purú-purú", escama de cór escura que se fixam nas mãos e no rosto, curável por arsenicais. Independente da transmissão accidental, esta também se faz por motivos afetivos, amor ou ódio, por intermédio de escamas destacadas da pele e colocadas em alimento a ser ingerido sem cozimento.

Um relatório da Comissão Demarcadora de Limites assinala leishmaniose no Alto TROMBETAS e a filariose é frequente em certas zonas e, mesmo nos arrebalde de BELÉM. O serviço de Febre Amarela, de perfeita organização, mantém estreito controle e obriga à vacinação todos os viajantes, apesar de serem raros os casos e geralmente de origem silvestre. Justiça se faça a este órgão que tem sido o menos criticado dos diversos aparelhamentos sanitários existentes mas de precário funcionamento.

Sem entrar em maiores detalhes, pode-se chamar atenção para as péssimas condições, económicas principalmente, existentes para a fixação do homem. Criou-se mesmo o complexo da instabilidade e a ambição de todos, principalmente dos forasteiros, é ganhar dinheiro de qualquer maneira e sair. Nota-se o sentido do provisório em tudo. Grandes firmas tem instalações que envergonhariam qualquer armário de suburbio.

Como lembrança, apenas, diremos que a imigração atualmente, sem que se crie especialmente ambiente propício, além de inoperante, poderá ser prejudicial.

Aliás, somos de opinião que o melhor processo de povoamento é a diminuição da mortalidade infantil.

Como é sabido, os nordestinos continuam a acorrer à AMAZONIA como ocorreu na "batalha da Borracha". Não cremos porém que haja resultados dessa imigração. As condições da viagem, a alimentação fornecida durante ela e a encontrada nos seringais, o péssimo trato constante, a ausência de um período de adaptação e a falta de quaisquer recursos reduzirão a um mínimo insignificante o de sobreviventes que se fixarem.

Os "arigós", gozam de péssima fama, mais justificada pelo bairrismo que por alguns crimes isolados, sendo que enquanto não se descobre o autor, o "arigó" é sempre o acusado.

COMUNICAÇÕES

A principal via de comunicações, como não podia deixar de acontecer, em face dos demais fatores, é a fluvial.

A navegação sofre uma série de inconvenientes. O primeiro deles é derivado do insuficiente conhecimento dos rios.

As poucas cartas de navegação existentes não merecem fé e os navios não as conduzem.

A instabilidade dos canais, as súbitas cheias e vasantes — fenômenos não estudados objetivamente como quase tudo na AMAZONIA — a falta de balisamento, obrigam a viajar com frequentes "prumadas" que não logram evitar os encalhes a cada passo. É raríssima a viagem em que um navio não encalha diversas vezes, porém, como os bancos são de lodo, safam-se geralmente com facilidade, embora, por vezes, seja necessário esperar durante meses a próxima enchente. Nas imediações da foz do AMAZONAS a maré presta esse serviço.

Como detalhe interessante, note-se que a "maré" é unidade de medida. Ouvi-se comumente dizer: que tal lugar é a "2 marés" de um outro. Quer dizer que é necessário aproveitar a influência de 2 marés, que fornecem correntes ascendentes no curso dos rios, para atingir certo ponto.

NO INTERIOR DA AMAZONIA

As empresas nacionais de navegação são:

- Serviço de Navegação da Amazonia e Porto do Pará (SNAPP), órgão federal que resultou da encampação das companhias inglesas "Amazon River" e "Port of Pará", é a mais importante quer por sua frota, quer pela extensão de suas linhas as quais trafegam pelo AMAZONAS e SOLIMÕES (até IQUITOS, atualmente suspensa), MADEIRA (até PORTO VELHO); PURÚS (até fóz do ACRE, de novembro a abril e mais abaixo nos outros mêszes), TAPAJÓZ (até VITÓRIA de fevereiro a junho e até REDENÇÃO nos demais mêszes), XINGÚ (ITAITUBA); todas partindo de BELEM. Tendo como ponto inicial MANAUS, as linhas do RIO NEGRO (até SANTA IZABEL), MAUÉS e RIO JURUÁ e TARAUACÁ (até PARANAGUA no JURUÁ e continuando em chatinhas até CRUZEIRO DO SUL no JURUÁ e TARAUACÁ (até PARANAGUA no JURUÁ e continuando em chatinhas até CRUZEIRO DO SUL no JURUÁ e SEABRA, de outubro a março e ENVIRÁ, no demais mêszes, ambos no TARAUACÁ). Além destas, parte de BELÉM para CAIENA (2 dias antes da lua nova, para evitar a "pororoca"), a linha que serve os portos do território do AMAPÁ e CAIENA, na GUIANA FRANCESA;
- Gia de Navegação dos Autases — de MANAUS A CASTELO.
- Cia. de Navegação do Alto Tapajós — de ITAITUVA a BARRA.
- Cia. de Navegação dos Rios Mamoré e Guaporé atualmente pertencente ao território do GUAPORÉ de GUAJARÁ-MIRIM a MATO GROSSO.

Além destas há inúmeras embarcações particulares, dos mais diversos tipos, tamanhos e meios de propulsão pertencentes a companhias ou simples particulares. Entre as grandes firmas encontra-se J. G. ARAUJO, (de MANAUS) que mantém linhas no RIO NEGRO até a VENEZUELA e RIO MADEIRA.

DISTÂNCIA EM MILHAS

De BELEM a MANAUS

Belém	000
Breves	146
Antonio Lemos	177
Gurupá	720
Pôrto de Moz	318
Almarim	335
Prainha	414
Monte Alegre	457
Santarém	516
Alenquer	547
Óbidos	584
Parintins	679
Urucurituba	766
Itacoatiara	817
Manaus	925

Linha do TAPAJOS :

Belém	000
Antonio Lemos	177
Gurupá	270
Prainha	414
Monte Alegre	457
Santarém	516
Boim	572
Aveiros	600
Urucurituba	643
Brasilia Legal	662
Itaituba	710
São Luiz	759

Linha do OIAPOQUE

Belém	000
Chaves	310
Baillique	410
Amapá	535
Calçoene	562
Counani	589
Santo Antônio	739

Linhado MADEIRA

Manaus	300
Borba	116
Vista Alegre	172
Bôca do Aripuanã	203
Santa Rosa	222
Manicoré	293
Bom Futuro	400
Boca do Carapanatuba	456
Bôca das três Casas	483
Cintra	504
Humaitá	537
Missão de São Francisco	580
Bôa Hora	629
Bôca do Jamari	644
Pôrto Velho	697

Linha dos SOLIMÕES-JAVARI

Manaus	300
Manacapuru	55
Codajaz	166
Coari	250
Tefé	359
Caiçara	373
Ponte Bôa	546
Tocantis	692
São Paulo d'Olivenga	773
Tabatinga	376
Remate de Males	894

Linha de PIRABAS

Belém	000
Colares	40
Vigia	62
Pôrto Salvo	69
São Caetano	105
Curuçá	123
Marapanim	179
Maracanão	213
Salinas	248
Pirabas	280

Linha do PURUS

Manaus	900
Manacapuru	55
Bôca do Purus	117
Beruri	138
Guajaratuba	331
Piranhas	418
Itatuba	436

Arimã	490
Tauariá	526
Jaburu	526
Boca do Tapauá	636
Caratiá	693
Canutama	751
Bela Vista	767
Aximoma	803
Açaituba	852
Lábroa	903
Providência	998
Sepatini	1041
Hiutanaá	1119
Cachoeira	1139
Realeza	1183
Quiciá	1225
Humaíta	1270
Boca do Pauini	1318
" " Aiuini	1352
" " Quimaa	1418
" " Inauini	1448
" " Acre	1497
Antimari	1534
Ponto Alegre	1559
Sena Madureira	1658
Rio Branco	1665
Kapuri	1850
Brasilia	1927

Linha do JURUA

Manaus	300
Manacapuru	55
Anamã	106
Codajaz	166
Coari	250
Tefé	358
Caiçara	373
Juruapuca	839
Boca do Juruá	511
Gavião	894
Pupunha	959
Cupação	1010
Chué	1057
Marari	1093
Macaba	1271
Fortaleza	1416
Palermo	1497
Foz do Tarauacá	1709
São Filipi	1724
Foz do Gregório	1935
Boca do Ipixuma	2280
Cruzeiro do Sul	2395

Linha de TARAUACA

Manaus	300
Foz do Tarauacá	1709
Foz do Envira	1866
Vila Seabra	2065

Linha do Rio NEGRO

Manaus	300
Tauapessacu	66
Airão	135
Moura	171
Carvoeiro	201
Barcelos	268
Moreira	314
Tomás	358
Santa Isabel	423

(Extraído de Moacir M. F. Silva).

Excetuado BELÉM e MANAUS, os demais portos não possuem instalações portuárias que, quando existentes, se limitam a um atracadouro de madeira, sem guindastes. O embarque e desembarque de passageiros e carga dos navios maiores se faz por meio de botes a remo. Em OBIDOS e ITACOATIARA o navio atraca, fóra do embarcadero, de proa para a barranca que pode tocar pois a profundidade é bastante grande.

O "road" de MANAUS (embarcadero flutuante) que acompanha as oscilações do nível das águas é modelo para instalações portuárias sobre o curso de rios de grandes oscilações. A Panair do Brasil inspirou-se nele para os aeroportos de SANTARÉM, MANAUS (este para ligar à terra uma caixa de cimento flutuante) e TEFÉ, aproveitando toneis vazios de gazolina e sobre eles fazendo passar um barcoado com amuradas.

Apezar do número e variedade, o total de embarcações é insuficiente para as necessidades, em quantidade e qualidade.

E' difícil conseguir embarcações perfeitamente adaptáveis à navegação do AMAZONAS e seus afluentes, sendo

que nestes nem sempre são interessantes, embarcações ótimas para aquele.

As aquisições de embarcações provenientes de outros cursos d'água (o MISISSIPI, por exemplo) não solucionam exatamente o problema.

Outro problema para a navegação é o do combustível, pois a lenha é cada vez de pior qualidade e menor poder calorífico, ao tempo em que cresce o preço não só pela carência da mão de obra, orientada atualmente para outros misteres mais lucrativos, como pelo afastamento gradual que é exigido pela desmatação marginal contínua que, embora não altere sensivelmente a impressão visual para o observador desavisado, força a procura cada vez mais distante.

Os SNAPP parecem pretenderem resolver economicamente o problema adotando rebocadores (com acomodações para passageiros) que tracionarão alvarengas as quais serão soltas nos pequenos portos e recolhidas as que devem seguir. Evita-se, dessa forma as dispendiosas manobras de atracação e desatracação e imobilização de um grande navio para carga e descarga de pequeno vulto. O combustível será o óleo crú em motores diesel, que estudos indicaram com o capaz de realizar o tráfego a fretes baixos, em lugar dos altíssimos hoje vigentes.

Atualmente, a situação é de tal ordem que, em cada porto, o comandante do navio telegrafa o número de passageiros existentes à Diretoria de Navegação que fixa, consciente seja mais barato o combustível ou a alimentação dos passageiros, a velocidade a imprimir ao navio.

TRANSPORTE PAR AO EXTERIOR DA AMAZONIA

As comunicações para o exterior da AMAZONIA não encontram dificuldades pela via marítima que o estuário do AMAZONAS oferece e o porto de BELÉM. E' grande o tráfego de navios nacionais (Loide e Costeira) e as companhias estrangeiras, muitas em linhas diretas para a AMERI-

CA DO NORTE, INGLATERRA e PORTUGAL. A ALEMANHA já ocupou lugar de destaque, com navios diretos, que muita vez, iam carregar em pequenos portos do interior do PARÁ e mesmo AMAZONAS, principalmente borracha, madeiras e óleos.

Além disso a pequena navegação brasileira vai aos portos do litoral brasileiro e mesmo às GUIANAS, principalmente a FRANCESA.

Trafegam pelo AMAZONAS, navios peruanos e colombianos de LETICIA a MANAUS, BELÉM e por vezes, contornando o continente os portos do MAR DE CARAI-BAS. Navegam ainda e, com mais frequência, entre LETICIA e os portos colombianos do IÇÁ e do JAPURA.

Estes países tem livre trânsito nesses rios de acordo com o Tratado de limites e a Navegação de 1906.

As demais vias são precárias.

A do TOCANTINS além de navegação difícil, conduz a regiões de pequenas possibilidades econômicas. É mais tributária do PARÁ do que um meio de escoamento, como sentiu o Exército atribuindo à 8.^a Região Militar, 5 municípios de GOIÁS.

A do MADEIRA oferece, com a Estrada de Ferro MADEIRA-MAMORÉ, melhores possibilidades para a BOLÍVIA e mesmo PERÚ região noroeste de MATO GROSSO.

O PURUÁ e o JURUÁ com seus afluentes, dão algumas possibilidades aproveitadas parcialmente por pequenas embarcações brasileiras.

O JAVARI tem navegação regular (SNAPP) até REMATE DE MALES e de pequenas embarcações brasileiras e peruanas mais acima.

No IÇÁ o Japurá transitam colombianos e brasileiros.

No NEGRO, pequenas embarcações brasileiras, vão regularmente até S. GABRIEL e algumas transpondendo os saltos, até a VENEZUELA.

Aliás, nessa região limitrofe as populações brasileiras (índios) imigraram para trabalhar na época das safras, regressando após.

Os demais rios somente permitem a passagem para o exterior da AMAZONIA em pequenas embarcações de tráfego irregular e operações de isolados, devido ao pequeno desenvolvimento das regiões que banham.

Poderá tomar maior desenvolvimento o tráfego do Território do RIO BRANCO para a GUIANA INGLESA, que já é considerável e com possibilidades de aumentar caso os britânicos terminem a estrada de rodagem projetada.

A melhoria do CASIQUIARE possivelmente traria desenvolvimento para as regiões brasileiras próximas, mas teria inconveniente de transferir ao ORENOCO, grande parte, senão a totalidade do escoamento que ora é feito pelo AMAZONAS:

RODOVIAS

As únicas rodovias atualmente existentes são as que ligam BELÉM à zona bragantina. São de terra melhorada, sem revestimento algum e precária conservação. O tráfego cessa nas grandes chuvas.

Outras poucas que existem não tem grande importância e são de pequena extensão.

Está em estudos uma estrada ligando MACAPÁ a AMAPÁ e possivelmente CLEVELANDIA, utilizando uma linha seca interior e cuja importância econômica e estratégica é inquestionável.

A extensão total da rede rodoviária da AMAZONIA (Moacir Silva) é de 2.345,2 Km. dos quais apenas 219,7 de terra melhorada.

FERROVIAS

A principal ferrovia é a que liga BELEM a BRAGANÇA numa distância de 223 Km. e que conta com pequenos

ramais de: BENJAMIN CONSTANT, 26 Km. PRATA, 21 Km. PINHEIRO 16 Km. MAGUARI, 2 Km. e UTINGA, 1 Km. Extensão total : 294 Km.

O material fixo e rodante está em péssimas condições, sobre tudo velhíssimo. É raro o trem chegar no horário e não frequentes são os atrasos de 10 e mais horas. Está atualmente arrendada ao governo do PARÁ.

A segunda ferrovia, em importância é a E. F. MADEIRA-MAMORÉ, que prolonga o RIO MADEIRA na parte não navegável. Liga PORTO VELHO a GUARAJÁ-MIRIM (Km 366,285) este no RIO MAMORÉ, e visa fornecer à BOLÍVIA um escoadouro pela AMAZONIA, consoante clausula do Tratado de Petrópolis.

Está atualmente com grande parte de seu material em boas condições de uso, mercê de importantes reformas sobridas. Está atualmente subordinada ao governo do TERRITÓRIO DO GUAPORÉ.

Finalmente a E. F. TOCANTINS destina-se a evitar o trecho encachoeirado do TOCANTINS e liga ALCOABAÇA K AGUA LIMPA. Tem em extensão, com o ramal de ARAPARI, orçando em 85,930 Km.

O total das vias ferreas da AMAZONIA é pois de 746,215 Km, ou seja apenas vez e meia a distância do RIO a S. PAULO, em linha simples e bitola de 1 metro.

NAVEGAÇÃO AÉREA

Diversas são as linhas aéreas que cortam a AMAZONIA.

Grandes rotas se destacam, atualmente, sendo três no sentido dos meridianos e uma no sentido dos paralelos.

Nas primeiras encontramos:

Com pouso em BELÉM, a do litoral e a do interior, esta última com escala em BARREIRA ou LAPÁ; com pouco em MANAUS a que segue o RIO MADEIRA e vai a VENEZUELA, todas com aviões terrestres de grande autonomia de voo.

No sentido dos paralelos, a linha **BELÉM-IQUITOS**.

As linhas do litoral são servidas pela Panair do Brasil, S. A. (aviões Douglas e Lockheed), Cruzeiro do Sul (aviões Junker e Douglas) que vão de **BELÉM** ao **RIO** com escalas pelas cidades da costa. Há também a **PAN AMERICAN** que faz tráfego internacional da **ARGENTINA** para **MIAMI**.

As linhas do interior são feitas pela Panair do Brasil e F. A. B. (via **BARREIRA**) e Navegação Aérea Brasileira (via **LAPA**) cujas linhas terminam em **BELÉM** e a Pan América internacional (via **BARREIRA**).

Todas estas somente tocam, na **AMAZONIA**, em **BELÉM**, exceto a F. A. B., que toca também em **MARABÁ**, **MACAPÁ** e **AMAPÁ** e finaliza em **CAIENA** (Guiana Francesa).

A linha de escala em **MANAUS** é de criação recente e feita também por aviões terrestres (junkers) dos Serviços Aereos Cruzeiros do Sul que, partindo do **RIO**, escalam em **S. PAULO**, **UBERABA**, **RIO BONITO**, **ARAGARCAS**, **CUIATÁ**, **CACERES**, **FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA**, **PORTO VELHO**, **MANAUS**, **MOURA**, **CARMO**, **BOA VISTA DO RIO BRANCO** e **SANTA HELENA** (VENEZUELA) donde parte o avião da linha Aeropostal Venezuelana que conduz a **CARACAS**. Esta linha permite partir sexta-feira às 7 horas do **RIO**, chegar a **MANAUS** às 18 h 15 de sábado, às 12 h 15 de domingo em **SANTA HELENA** e às 17 h 15 desse mesmo dia em **CARACAS**.

A linha transversal é feita pela Panair do Brasil em pequenos hidro-aviões Sikorski para 13 passageiros, não sendo permitido fumar. Parte de **BELÉM** e toca em **SANTAREM**, **ITACOATIARA**, **PARINTINS**, **MANAUS**, **CÓARI**, **TEFÉ**, **FONTE BOA**, **STO. ANTONIO DO IÇÁ**, **S. PAULO DE OLIVENÇA**, **TABATINGA** e **BENJAMIN CONSTANT** seguindo daí para **IQUITOS**. Alternadamente com o de **IQUITOS**, o avião parte de **BELÉM**, escala em **MANAUS**, segue o Rio **MADEIRA** e vai aos Terri-

tórios do ACRE e GUAPORÉ. Como se vê, a AMAZONIA está muito bem situada para a navegação aérea pois BELÉM que dispõe de ótimo aeroporto com pista concretada é escala obrigatória para os aviões que demandam o RIO, quer pela rota do litoral quer pela do interior. MANAUS, igualmente, está admiravelmente situada no mais curto caminho para a rota que da AMERICA DO NORTE demanda a BOLIVIA ou a ARGENTINA.

Desse modo, BELÉM, e MANAUS são encruzilhadas aéreas, cuja importância só pode crescer com o advento da aviação de transporte, em que as etapas excessivamente longas são anti-económicas, o que força o pouso nessas cidades, tendo em vista as grandes distâncias desertas a percorrer antes e depois delas, ao norte e ao sul. Tanto é assim que as linhas internacionais são mais abundantes que as nacionais

As possibilidades de comunicações internas estão apenas no início, como acabamos de ver.

Se fizessemos o mapa da AMAZONIA com escala em tempo, a exemplo do que BRUNHES mostra para a FRANÇA em sua "geografia Humaine" segundo os diversos meios de transporte, o resultado seria muito mais surpreendente do que o obtido por aquele mestre.

Enquanto que inúmeros lugares só podem ser atingidos após incertas viagens de meses, o avião permite alcançar qualquer ponto da AMAZONIA em 2 dias.

Isto, bem entendido, em sentido um tanto teórico, a não ser que se tratasse apenas de sobrevoar determinado local, pois os campos de aviação são poucos e fóra deles sómente os cursos d'água permitem pouso. Os locais de reabastecimento ainda são mais raros que os campos, o que não constitue problema para certos tipos de avião sem grandes cargas.

Parece, porém, ponto pacífico que o avião ideal para tal região é o hidro de médias dimensões, com razoável capacidade de carga, grande raio de ação e facilidade de manobra.

Durante a "Campanha da Borracha", e ainda hoje, os aviões Grumann da Rubber Development Corp. prestavam inestimáveis serviços já conduzindo gêneros, material diverso, medicamentos e pessoal para pontos longínquos, já retirando deles borracha e pessoas, muita vez doentes em estado grave.

Aliás, o "amazonida" (permitam-nos o neologismo) está tão convencido da utilidade desse meio de transporte que os aviões viajam sempre lotados e conduzindo famílias inteiras, inclusive crianças recém-nascidas.

MEIOS DE TRANSMISSÕES

— *Telegrafo* — Existe uma linha telegráfica que partindo de BELÉM, segue aproximadamente a via férrea até BRAGANÇA e continua dai por PEROBINHA, PIMENTA e GURUPÁ, indo entroncar-se na rede nacional.

As estradas de ferro de BRAGANÇA e MADEIRA-MAMORÉ possuem telegrafo para seu próprio serviço.

— *Cabo sub-fluvial* — De propriedade de companhia inglesa entregou recentemente suas instalações ao Departamento dos Correios e Telegrafos por conclusão de contrato.

Possue as estações de: BELÉM, PINHEIRO, MOSQUEIRO, SOURE, CAMETA, CURRALINHO, BREVES, ANTONIO LEMOS, GURUPÁ, PRAINHA, MONTE ALEGRE, MACAPÁ, CHAVES, MAZAGÃO, SANTARÉM, ALENQUER, OBIDOS, PARINTINS, ITACOATIARA, e MANAUS, sendo coletoras as de BELÉM, SANTARÉM e MANAUS.

— *Radio*: Existem as seguintes redes:

DCT. Estações no Pará :

ABAETETUBA, ALCOBACA, ALENQUER, ARUMENDUBA, ALTANISA, BELÉM, RAIÃO, CACHOEIRA, CLEVELANDIA, (AMAPÁ), CONCEIÇÃO DO RAQUAIA, FARO, IGARAPÉ-MIRIM ITAETUBA, MARABA' MARACANÃ, MARAPANIM, MAUUA, MONTE ALEGRE, OBIDOS, ORIXIMINA, PEDRO

AFONSO (GOIÁS), PORTO NACIONAL (GOIÁS), SALINAS, S. FRANCISCO DAS JARARACAS, S. MIGUEL DO GUAMA', S. VICENTE DO ARAGUAIA (GOIÁS), SALINAS, S. FRANCISCO DAS JARARACAS, S. MIGUEL DO GUAMA', S. VICENTE DO ARAGUAIA (GOIÁS), TOCANTINIA (GOIÁS) e SANTARÉM.

No AMAZONAS :

MANAUS, BOCA DO ACRE, MANACAPURU', BENJAMIN CONSTANT, COARI, CODAJÁS, TEFÉ, BORBA, ITACOATIARA, HUMAITA', MAUÉS, BOA VISTA, PARINTINS, LABREA, S. PAULO DE OLIVENÇA, MANICORÉ, S. GABRIEL, JOÃO PESSOA, CARACARAÍ, e FONTE BOA.

No TERRITÓRIO DO AMAPA' :

AMAPA', MACAPA', CLEVELANDIA.

No TERRITÓRIO DO ACRE :

RIO BRANCO, CRUZEIRO DO SUL, XUPURI, FEIJO', SERRA MADUREIRA, BRASILIA e SEABRA.

No TERRITÓRIO DO GUapore : PORTO VELHO.

No TERRITÓRIO DO AMAPA' : Amapá e Clevelandia.

No TERRITÓRIO DO RIO BRANCO : RIO BRANCO.

Navegação Aérea Brasileira: BELEM.

Panair — Belém — Cametá — Santarem — Amapá — Porto Velho — Canapé (Amazonas) — Tefé e Manaus.

Cruzeiro do Sul — (companhia de navegação aérea) : Belém — Porto Velho — Rio Branco (Acre).

Além dessas existem as rôdes das Fôrças Armadas Brasileiras e Americanas e de algumas entidades (Comissão Demarcadora de Limites, Policia do Pará, SNAPP, Loide Brasileiro, Cia Costeira).

Dversas embarcações em tráfego na AMAZONIA possuem estações emissoras.

BROADCASTING

Rádio Clube do Pará (Belém); Rádio Baré, (Manaus) e Rádio do Território do Amapá (Macapá).

TELEFONE INTERNACIONAL: Radiobras (Belem)

As transmissões para o exterior da AMAZONIA podem ser feitas por via radio-telegráfica e telegrafica através o D.C.T.; Telefonica através a Radiobras e o cabo submarino, através a Western.

ECONOMIA

A produção regional é insuficiente para a população e a importação de gêneros alimentícios é superior a 2/3 das necessidades (Relatório do Interventor Federal do Pará em 1944).

A produção é extractiva e destrutiva, impondo a utilização de grandes areas, sempre renovadas, originando os grandes latifundios.

A economia é baseada na borracha, cacau, pecuária, fumo e madeiras, principalmente.

A principal fonte de borracha é a seringueira nativa, pois, os trabalhos técnicos do Instituto Agronômico do Norte ainda não permitem a difusão dos clones imunes às molestias.

E' bastante conhecida a organização da extração e preparação do latex, que apresentaremos em esquema.

A casa "aviadora" geralmente nas grandes cidades "avia," em gêneros e utilidades (arma, canecas, terçados, etc.,) os seringalistas, os quais, por sua vez, aviam os seringueiros. Estes constroem suas barracas e percorrem as "estradas" na época seca, sangrando as seringueiras e recolhendo o latex que coagulado por defumação constitue "bolas" de peso variável de dezenas até centenas de quilos.

A borracha percorre o caminho inverso da "aviação", saldando os debitos correspondentes.

A perfeição aparente desse sistema encobre gravíssimos inconvenientes, como sejam o de aumento do preço das utilidades a cada mão intermediária e a impossibilidade de qualquer controle, amparados pelo primitivismo da economia de troca direta. Acresce a tudo isto, as "quebras" que cada intermediário exige, em geral 20 %.

Atualmente o único comprador para exportação é o Banco de Crédito da Borracha.

Este instituto não veiu alterar em nada as condições existentes pois, se limita, tal como grande casa "aviadora" a realizar empréstimos para os seringalistas. Aliás a média de empréstimos é bastante grande, superando a centena de milhares de cruzeiros em algumas regiões, o que indica seu papel de reforçador dos latifundiários.

A castanha, as peles de animais silvestres, os couros de jacaré, a madeira, o óleo e pau rosa, etc., são produzidos em esquema semelhante.

A própria juta não se afasta muito desse sistema, embora em bases pouco melhores, pois há relativa fixação do homem ao sólo.

A despeito do que se afirma, os exames tem revelado que os solos são fracos, com camada humifera pouco espessão. Desse modo, a produtividade baixa de maneira assustadora e facilmente destrutível e sem elementos para recuperadora rapidamente, principalmente com os primitivos métodos empregados e as fortíssimas chuvas que lavam o solo e arrastam todo o humus.

As plantações são feitas em derrubadas ou nas ferteis "praias" que os rios deixam descobertas na vazante, subordinadas portanto a plantas de curto ciclo vegetativo.

Predomina a mandioca, a mais imune às pragas de toda ordem que atacam qualquer planta e vão da "paquinha" até a formiga.

A industria é pequena em quantidade e diversificação, entre outros motivos pela falta de combustível.

A energia elétrica é de origem térmica e os atuais geradores das cidades de BELÉM e MANAUS, únicos com potência para permitir indústria, se ressentem de seu anacronismo e da má qualidade da lenha, originando frequentes interrupções e quedas de voltagem, sempre inferior à teórica.

O combustível local, a lenha, está nas condições já apontadas quando estudamos a navegação.

A par disto a política fiscal cria dificuldades de toda ordem à criação e manutenção de qualquer atividade. Um produto paga para sair de um município, para entrar em outro e algumas vezes pelo trânsito.

A pecuária não seleciona o gado que não recebe nenhum tratamento especial. Estabelecida preferencialmente nos campos inundáveis pois estes não só facilitam o transporte pela proximidade do curso d'água, como possuem pastagem mais nutritivas e naturalmente renovadas pelas enchentes. Na ocasião das cheias o gado é recolhido em "marombas" (taboleiros de madeira elevados acima do nível máximo) de onde saem a pastar nos logares mais rasos, salvo os bezerros para os quais é trazido capim cortado ou arrastado pelo rio.

A mortalidade é muito elevada e em geral o gado é de pequeno peso. O rendimento leiteiro é fraco e a produção de derivados é pequena e sem requisitos técnicos.

O bufalo é criado com êxito.

A farinha de mandioca é preparada em muitos fornos de pequena capacidade e não chega para satisfazer às necessidades locais.

A juta já alcançou considerável desenvolvimento, embora se diga que a fibra está em média, sendo mais curta, devido à falta de seleção das sementes. A questão do transporte está influindo pois que está sendo cobrado alto frete para a juta a granel, ao mesmo tempo que a taxa de presagem em logares próximos aos centros produtores atingiu valor proibitivo.

O couro de jacaré e de cobrás é um ótimo negócio e existem alguns cortumes.

As madeiras de valor comercial estão sendo exploradas nos altos rios e seus afluentes, descendo em jangadas na época das cheias. A variedade das espécies prejudica o rendimento.

A produção de origem mineral industrializada se limita a olarias e caieiras rudimentares, e a não industrializada à cata do diamante e do ouro aluviais.

BIBLIOGRAFIA

- Geographie Universale — La Blache e Gallois, Tome XV 12 parte.
- Human Geography in the Air Age — Renner.
- Pequena caderneta e Glossario — Ev. Backeuser.
- ← Amazonia Brasileira — Coletanea.
- Amazonia. A Terra e o Homem — Araujo Lima.
- Estudos sobre o Amazonas — Torquato Tapajós.
- Revista Brasileira de Geografia (artigos).
- Boletins Geográfico (artigos).
- New Brasil — Wright.
- Relatórios dos Interventores Federais do PARA' e AMAZONAS.
- Taboas Itinerárias do Amazonas — 1943.
- A Defesa Nacional (artigos).
- Atlas Geográfico Moderno.
- Contribuições do Museu Botânico do Amazonas — Velloso.
- Fronteiras do Brasil — Cp. Omar Emir Chaves.
- Fronteiras e Fronteiros — Castilhos Goycochea.
- Geografia e Geología do Brasil — Hart.
- Atlas Geográfico Moderno — Raja Gabaglia.
- Diário de viagem ao Suriman — Barata.
- Fisiografia do Brasil — Delgado de Carvalho.
- Informações colhidas pessoalmente em viagens, entre particulares ou de fontes autorizadas: Departamentos Estaduais de Estatística, Comissão Demarcadora de Limites Setor Norte, Museu Goeldi, Instituto Agronômico do Norte, etc.

A Amazônia Colombiana

Pelo Ten.-Cel. FREDERICO RONDON
do Instituto de Geografia e História
Militar do Brasil

O número de julho da DEFESA NACIONAL me proporcionou a leitura de um artigo do General J. M. Silva Plazas, extraído do MEMORIAL DE LESTADO MAYOR da República da Colômbia (número de novembro e dezembro de 1945), traduzido e anotado pelo Capitão Nelson Werneck Sodré.

Interessando-me pelos assuntos que se prendem às nossas Fronteiras, especialmente ao setor noroeste, que conheci, por ocasião das demarcações iniciadas há 15 anos, não pude furtar-me ao prazer de registrar algumas observações sugeridas pela leitura do aludido artigo, tanto em seu texto original, como nas notas elucidativas que o enriqueceram.

O predominio económico alcançado pela Colômbia, na Fronteira amazônica, manifestado pelo volume de moeda em circulação, 70% colombiana; já o havíamos pressentido, em nossa estada naquela Fronteira, em 1931, quando Leticia apenas começava a surgir, com seu casario incipiente, predominando em sua população os militares, funcionários e suas famílias. E o resultado lógico da política de valorização e nacionalização de Fronteiras, resolutamente, adotada pela Colômbia, desde que viu realizada sua antiga aspiração de se tornar ribeirinha do Amazonas; não a consequência da simples "proximidade do centro de gravitação económica e política" daquele País, por quanto a distância-tempo, tal como é apreciada em nossa era atómica, militaria em nosso favor, dada a situação geográfica e a importância económica de Belém do Pará, aonde conduzem, na espontaneidade dos "caminhos que andam", as águas do Rio-Mar. A predominância económica da Colômbia, na mesopotâmia Japurá-Solimões, assimilada pelo ilustre articulista do MEMORIAL DEL ESTADO-MAYOR, é fruto óptimo da colonização militar iniciada e levada a efeito, nos últimos 16 anos, de quando data, verdadeiramente, a ocupação colombiana, em terras ribeirinhas do Amazonas, entregues pelo Perú à sua poderosa vizinha setentrional, em virtude do Tratado de 1922, cuja execução motivara o chamado Conflito de Leticia. Ainda estão vivos, na memória dos Povos americanos,

inopinado inicio, o sangrento desenvolvimento e o silencioso desfecho deste conflito. Nele tomamos parte ativa, zelando a neutralidade de nossas águas interiores, no mesmo teatro da luta, e concorrendo ao depois para a solução diplomática finalmente encontrada, com a colaboração franca e leal do Brasil, pelos vizinhos desavindos.

"É conveniente fazer notar (é o próprio General Silva Plazas quem o declara), porque em geral se desconhece, que quanto existe em matéria de colonização no Sul, é obra do Exército, e que ela tem sido possível e o será no futuro, graças somente às Fórcas Militares e aos seus serviços de transporte, de saúde e de intendência. E é curioso observar, acrescenta o General, como flutua a população dos diferentes centros, segundo o maior ou menor incremento das respectivas guarnições militares".

A constituição de Territórios Federais, "solução brasileira do problema", lembrada pelo Capitão N. W. Sodré, está a exigir o necessário complemento da Colonização Nacional, sem o qual resultará infrutífera aquela medida política. Esse o ensinamento a recolher da experiência colombiana. Se é necessária, como parece, a iniciativa militar, para que se desenvolva satisfatoriamente a colonização, naqueles rincões do País, que não mais se faça esperar essa iniciativa, se desejamos colher idênticos resultados. A Colômbia não limitou sua política de fronteiras à simples criação de Territórios (no caso em apreço, a *Intendencia Nacional del Amazonas*), mas investiu seu Exército de uma missão nitidamente colonial, dotando-o daquele "Comissariado da 6.^a Brigada, instrumento eficaz e poderoso para o fomento da colonização", de que nos fala o General Silva Plazas.

A administração federal direta vai, necessariamente, estimular, conforme acentua o Capitão Nelson W. Sodré, o desenvolvimento econômico das zonas fronteiriças, pelo investimento de capitais sem visar a reprodutividade imediata. Cumpre, entretanto, orientar esse investimento de capitais para os problemas básicos daquele desenvolvimento econômico, entre os quais se há de colocar, em primeiro plano, o da valorização humana, da fixação do homem à terra tornada habitável e suscetível de exploração imediata, por empreendimentos e providências que, transcendendo as possibilidades da iniciativa privada, não decorrem, todavia, da criação de Territórios Federais ou de simples guarnições militares. As transformações geopolíticas deve corresponder uma organização militar adequada aos fins econômico-sociais que decorrem dos imperativos da Defesa Nacional, nas zonas sensíveis da Fronteira. Eis o ensinamento colombiano que vale meditar.

Aquela amargura com que o General Silva Plazas se manifesta a respeito das aspirações territoriais "sobre aqueles trechos tradicio-

nalmente considerados como colombianos", aspirações justas, a seu ver, mas definitivamente canceladas "por desgraçados tratados", não se refere, evidentemente, apenas ao Peru, pois, sobre este País foi incontestável vitória colombiana o Tratado Salomón-Lozano, justamente, o instrumento que abriu à Colômbia, em 1922, os postos amazônicos da margem setentrional do grande rio, trazendo-nos sua vizinhança de colindeira, na geodésica Tabatinga-Apaporis, em que secularmente confinamos com a República peruana. É evidente, dizíamos, a alusão a nós outros, à pendência de limites que entreveram com o Brasil os sucessivos Governos da Nova-Granada, desde a independência, e da atual Colômbia, desde sua reconstituição nacional até a época de Rio Branco, em defesa do famoso *uti possidetis juris*, que os trazia a disputar com o nosso País a posse do Auart-Paraná-Canaburi, linha que nos tomaria o Alto Rio Negro e todo o setor noroeste de nossas atuais Fronteiras, até o Solimões, com o sumário desprezo de dois séculos de história da conquista e ocupação brasileira em terras amazônicas.

A atual linha de fronteira, não obstante representar, no dizer de Rio Branco, "transação prudente e honrosa, com razoáveis concessões reciprocas, aconselhadas por sentimentos e conveniências de leal harmonia e concórdia" ("Exposição sobre os acordos de 24 de abril de 1907), ainda não realizou, como se vê, a pacificação dos espíritos, nos dois Países interessados. Conhecímos as reações causadas, em nossas populações fronteiriças, por aquele surto econômico da Colômbia, militarmente fomentado e dirigido, com tanta sabedoria política. Sentimos agora, através da palavra autorizada de um General colombiano, a desconformidade da elite da grande vizinha andina, em assunto que, interessando ambas as Nações, parecia-nos pacífico.

As reflexões do General Silva Plazas a respeito da navegação fluvial, como meio hábil de predominio econômico além-fronteiras políticas, Amazonas a dentro, não deixará por certo de merecer nossos reparos, em que pese à fantasia com que é vista, como possibilidade de ligação transcontinental. A linha Puerto Lopez-Buenos Aires continuará a interessar apenas os *sportsmen* do remo que se disponham a varar suas pirogas, através dos diversos pantanosos, pela sensação de passar do Amazonas ao Prata, de uma para outra bacia continental. Mas não é necessário tanto arrôjo turístico para dominar, efetivamente, nossos rios navegáveis do Amazonas, pela cabotagem, com seus produtos de *tierra fria*, carvão e petróleo.

"Foi para mim mui grato e interessante observar como se modificaram as condições sanitárias dessa região e como a presença do homem pode influir na atenuação dos rigores desse clima proverbialmente malsão". Precioso depoimento que vale registrar, para dire-

triz futura dos responsáveis pela Amazônia brasileira, após o rumo-
roso insucesso da "Batalha da Borracha", a que teria faltado, além
da previdência de um "comando único", organização sanitária pro-
porcional ao empreendimento. O Serviço de Saúde do Exército teria
prestado, na oportunidade que passou, mais um assinalado serviço
à Nação, poupando vidas preciosas que aos milhares se dissiparam,
ao que consta sem contestação formal, nos seringais amazônicos.

Merce de uma concepção mais ampla da finalidade das Forças
Armadas, fatores de progresso econômico-social, de coesão e inte-
gridade nacional, antes de serem os órgãos ativos da defesa — a
Colômbia oporá, dentro em breve, à Amazônia, seu novo Departamento —
unidade geográfica indivisível, reunindo as Comissariadas do
Caquetá, Putumayo e Amazonas, que vêm, com tanto arrojo e per-
severança, cumprindo sua missão política, nos confins do Sueste.

UM POUCO DE BOM HUMOR...

Eis como o bom humor americano vê a evolução da Infantaria, a "Rainha das Armas", das guerras passadas até à do presente.



A Infantaria — "Rainha das Armas" — tal qual como era na guerra passada

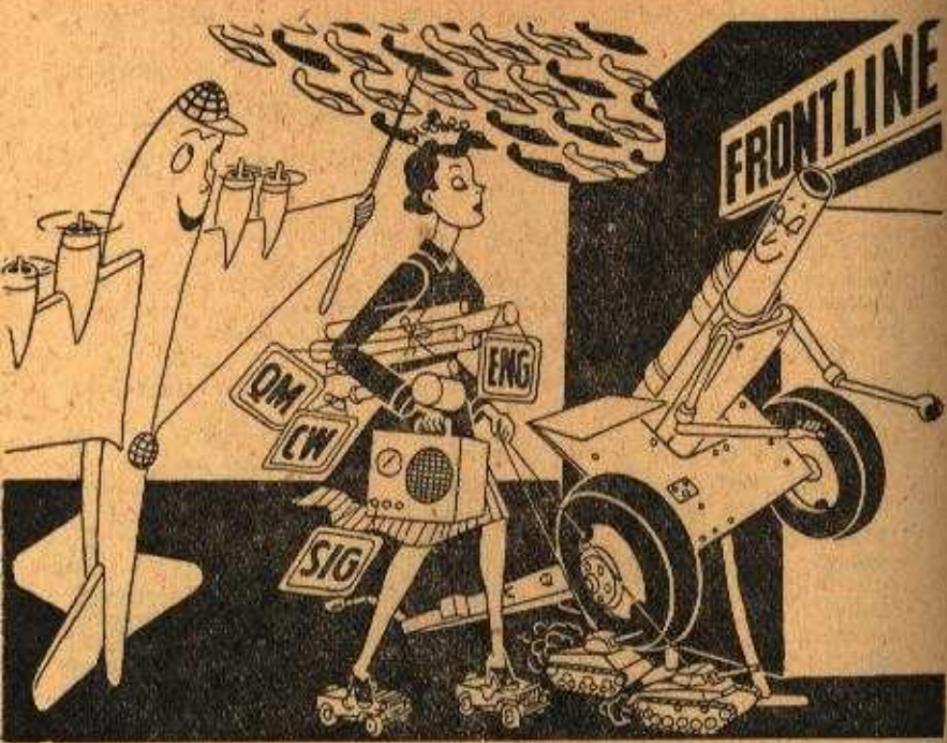
I — Na guerra passada a "Rainha" era assim... uma corpulenta e destemida "megéra". E' verdade que recebia rudes golpes, mas, em compensação do olho arroxeadão e de algumas cruzes de "pontos falsos", reduzia o inimigo a "cacos", armada de um simples rôlo de estender massas...

II — Hoje, é diferente... é mais elegante e cautelosa; apresta-se com seus serviços de abastecimento e transportes, transmissões, petrechos de guerra química, engenharia, etc., mas, solicita ainda ao Corpo de Exército alguns "artigos do dia" complementares...



A Infantaria, na guerra atual, faz os seus pedidos ao C. Ex., ao partir para a linha de frente

III — Agora, sim. Pode seguir para as linhas de frente. Não precisa marchar... seus sapatinhos a transportam; a artilharia abre-lhe gentilmente as portas, enquanto o avião a protege do "mau-tempo", mantendo sobre sua cabeça uma "sombrinha" de aviões. Por via das dúvidas, faz-se preceder, também, de alguns carros blindados e destruidores de carros.



A Infantaria, chega transportada da linha de frente, suficientemente abastecida, coberta e aprovisionada

ASSUNTOS DIVERSOS

BOLETIM

Em conferência realizada no começo do ano corrente no "Colégio Industrial del Ejército", da Colômbia, espécie de Escola Técnica daquele Exército amigo, o seu Diretor de Ensino, Coronel Walter H. E. Jaeger, oficial norte-americano, teceu interessantes considerações sobre o problema da mobilização industrial em tempo de guerra.

Definindo "mobilização industrial" disse que consiste em "preparar a indústria para o serviço ativo na acepção militar desta expressão. Isto é, tornar disponíveis, no lugar necessário e no momento oportuno, munições, material bélico em geral e os serviços auxiliares tais como transportes, força motriz, transmissões e tudo mais que contribua para a satisfação das necessidades de guerra".

Mostrou o conferencista que, na mobilização industrial, o êxito reposa em parte no volume de produção, e em outra na "rapidez com que se realize a conversão". Salientou então que isto pressupõe, fundamentalmente, "o estudo minucioso da capacidade econômica disponível, em um determinado país, para as operações de guerra, assim como a investigação científica, altamente especializada". E tudo isso, frizou, "não pode ser estudado aéreamente, mas dando a devida atenção a todas e a cada uma das combinações de inimigos possíveis".

Consultando as estatísticas referentes à 2.ª Guerra Mundial, o Coronel Jaeger demonstrou que na Alemanha a conversão das indústrias civis para finalidades militares atingiu a casa dos 79%, enquanto que nos Estados Unidos nunca se ultrapassaram os 45% ou 46%. O que prova que os Estados Unidos não chegaram a sentir dificuldades para levar a cabo suas operações militares.

Quanto ao estudo da população, o conferencista destaca os seguintes pontos a serem encarados: distribuição por idade, sexo e condições físicas necessárias para as diferentes categorias de serviço militar. E disse: "Muitas foram as modificações de critério durante o conflito, que provocaram inúmeras críticas, e muitos são os ensinamentos a tirar da maneira de utilização de nossos recursos humanos nesta última guerra. Pessoalmente, não estamos convencidos de que se tenha alcançado a utilização máxima ou mais eficaz dos mesmos".

* * *

O GENERAL GERHARDT NA SEGUNDA FRENTE

N. R. — Acha-se entre nós, há alguns meses, o General Charles Hunter Gerhardt, como Chefe das Forças Terrestres da Delegação Americana que integra a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. Já muito conhecido de grande número de oficiais e praças, pois visitou, neste pouco tempo, as mais importantes guarnições do país, chefe experiente e grande interesse pelo nosso aperfeiçoamento profissional.

A seu respeito, o General Eisenhower, em sua recente visita ao Brasil, assim se reperiu, na Escola de Estado-Maior: "Procuramos incluir, na delegação militar que veio cooperar com o Exército Brasileiro, o que possuímos de melhor no momento, a começar pelo seu chefe".

Sua fôlha de serviços na recente guerra foi divulgada pelo artigo que Stanley Frank publicou na revista americana "Life", de 16 de março do corrente ano, sobre a atuação da 29^a D.I. Americana que, sob o comando do Gen. Gerhardt tomou parte saliente no teatro de operações da Europa Ocidental e de que traduzimos e resumimos o que se lê a seguir:

"O valor e o sofrimento no campo de batalha mereceram uma singular recompensa na guerra que veio de findar: — uma Divisão que saisse de combate com distinção e um número suficiente de sobreviventes, era automaticamente escolhida para uma missão ainda mais difícil e perigosa. Segundo este duro critério, a 29.^a D.I. ocupou posto de relevo entre as forças Aliadas que combateram da Mancha até o Elba.

Embora fosse uma unidade da Guarda Nacional, sem prévia experiência de combate, a 29.^a foi selecionada para integrar a "ponta de lança" do assalto à Normandia no dia "D", juntamente com as 1.^a e 4.^a D.I. do Exército Regular (1). Ela foi enviada para a praia de Omoba (2), onde, na tarde de 6 de junho de 1944, a situação era tão desesperadora que os observadores situados fora da praia chegaram a julgar que a invasão falhara. A 29.^a conquistou Saint-Lô, realizando o tamponamento que permitiu aos I e III Exércitos se esparrarem através da França. Enquanto outros "pé de poeira" davam cara aos "boches" numa louca corrida em zig-zague para a Linha Siegfried, ou enfrentavam as dificuldades e os entusiasmos (ora viva!) de Paris libertada, a 29.^a estava realizando um ataque de sitio "de amargar", custoso e inesquecível, à cidade de Brest. Ela auxiliou a fechar o corredor de retraimento de Aachen, assolou a região do Rio Roer e capturou "München-Gladbach, a chave que abriu a porta do arsenal do Ruhr.

Não houve passeios para a 29.^a. Arriscando-me a provocar uma onda de protestos e de cartas cheias de indignação aos Redatores, posso dizer que a "Azul e Cinza" (3) recebeu mais fogo da artilharia inimiga do que qualquer outra divisão Americana na Europa Setentrional. Esta afirmação é indiretamente confirmada pelo Departamento da Guerra ao dizer que as 20.688 baixas da 29.^a D.I. foram "um dos maiores totais de baixas da guerra na Europa", enquanto seu tempo de combate efetivo tenha sido apenas de 10 meses.

As características da 29.^a D.I. decorreram, sobretudo, da personalidade de seu comandante, o Major-General Charles Hunter Gerhardt, que já tem sido comparado com o General Patton, o que não se deve ao mero facto de ambos terem pertencido outrora à Cavalaria.

(1) — N. T. — Para esclarecimentos sobre as expressões "Guarda Nacional" e "Exército Regular", ver "Abreviaturas militares norte-americanas", edição de "A Defesa Nacional".

(2) — N. T. — Nome de código com que foi designada a região onde se estabeleceu a cabeça de praia inicial da 2.^a frente.

(3) — N. T. — Apelido da 29.^a D.I., derivado das cores de sua insignia.

Ele assumiu o comando da 29.^a em julho de 1943, quando esta se achava há mais de um ano na Inglaterra, em treinamento. Sucedeu ao Major-General Leonard T. Gerow, que mais tarde comandando o 5.^o C. Ex. conquistou Paris e que depois comandou o XV Exército, já na Alemanha.

Altamente esportivo, Gerhardt organizou rapidamente equipes que deram à unidade diversas vitórias em "baseball", "football", bola ao cesto e pugilismo, e foram um excelente recurso para a manutenção do moral da tropa em seu longo estacionamento.

Revelou-se um fanático em matéria de disciplina e mostrava-se particularmente severo com os oficiais, sem distinção de posto. Afirmando-lhes repetidamente que não aceitaria desculpas por negligências no cumprimento do dever, e logo verificaram que se assim falava não era apenas para ouvir a sonoridade da própria voz... Um Comandante de Regimento — um Coronel — foi mandado para a retaguarda, antes mesmo de chegar qualquer decisão superior, porque fracassou ao tentar conquistar um objetivo poderosamente defendido na Normandia.

Gerhardt repreendia os oficiais e rebaixava os sargentos sem contemplação, e dizia o diabo às pratas que não se barbeavam ou relaxavam na limpeza das viaturas e do armamento. Passada a tensão, todavia, sabia cuidar de seus homens.

Por insistência sua, os oficiais usavam as insignias de posto nas camisas de campanha e nos capacetes, em pleno combate. Embora concordasse que assim se ofereciam ótimos alvos aos atiradores inimigos, achava que os soldados deviam poder identificar seus superiores em qualquer situação. Nas posições avançadas os oficiais anti-cavavam cuidadosamente lama e esparadrapo sobre as insígnias, mas estavam sempre prontos para as frequentes inspeções periódicas que o "Chefão" fazia à linha de frente.

No mundo inteiro os Ianques usavam os capacetes sem prendê-los com a jugular. Gerhardt, porém, punia todo aquele que fosse encontrado com a jugular solta. Aliás, a 29.^a foi uma das poucas Divisões que usou em combate suas insígnias de ombro (4). Essa insígnia, desenhada pelo Major-General James Vlio — atualmente Chefe do Departamento do Ajudante-Geral — na 1.^a Guerra Mundial, é a "monada", o símbolo coreano da vida eterna, e suas cores — azul e cinza — representam as várias unidades da Divisão que combateram pela União e pelos Confederados durante a Guerra Civil.

Durante toda a campanha o General Gerhardt fez questão que a Divisão cultivasse o espírito de corpo, utilizando não só as suas cores distintivas em todas as oportunidades, mas também valORIZANDO ao máximo o seu grito de guerra: "29.^a, vamos para frente!". Por muito pouco ela perdeu, para a 69.^a D.I., a honra de estabelecer o primeiro contato com os Russos, coisa, aliás, de que Gerhardt já-mais se convenceu".

(4) — N. T. — Insignia de pano costurada na manga da tunica e da camisa de campanha, à altura do ombro, com as cores da Grande Unidade.

(5) — N. T. — Na Guerra de Secessão dos Estados Unidos (abril de 1861 a abril de 1865), os soldados do Governo da União usavam uniforme azul, e o dos rebeldes (Confederados), cinza.

Dicionário Militar Brasileiro

(Continuação)

Cap. OCTAVIO ALVES VELHO

"CANEVAS" — V. *Trama*.

"CARRIÈRE" — Pista de areia para adestramento equestre. Especie de picadeiro descoberto.

"CARROUSSSEL" — Festa militar e equestre que se compõe de diferentes "figuras" executadas ao som de música. Tem por fim verificar o adestramento dos cavaleiros no manejo de suas montadas e de suas armas. As "figuras" são de origem antiga, lembrando factos do combate medieval.

CARTA-PATENTE — 1 — Título outorgado aos oficiais das Fôrças Armadas. Os direitos e deveres a ela inerentes definem a situação jurídica de seu possuidor.

2 — O pergaminho que constitui esse título.

CEGAR — 1 — Impedir ou dificultar a visão de alguém.

2 — Realizar *tiros de cegar* sobre objetivos inimigos.

3 — Fazer uma cortina de fumaça à frente de observatórios inimigos com munição fumígena.

4 — Embotar o gume de uma arma branca ou ferramenta, de corte.

CEGO — Diz-se de uma arma branca ou ferramenta, de corte, que perdeu o gume por excesso de uso.

CEIFA — Operação que consiste em deslocar de certo valor a direção de uma arma, agindo no respectivo volante de pontaria em direção, após cada tiro.

CEIFAR — 1 — Realizar a operação denominada *ceifa*.

2 — Comando dado para executar a *ceifa*.

CEIFAS — Voltas dadas no volante de pontaria em direção de uma arma, a fim de que, no objetivo, o tiro se desloque lateralmente de um certo valor, variável com o material considerado e a distância de tiro.

CELA — Xadrez individual a que é recolhido o preso que deve permanecer incomunicável.

CÉLULA — 1 — Elemento em que se divide um conjunto qualquer.

2 — Elemento fundamental ou básico de um conjunto complexo.

3 — *Cela*.

4 — Conjunto de todos os elementos de que se compõe um avião, excetuando o motor e a hélice.

CENSOR — Membro do serviço de censura.

CENSURA — 1 — Repreensão.

2 — Exame ou estudo de documentos, correspondências, fotografias, filmes cinematográficos, notícias para a imprensa e a rádio-difusão, etc., a fim de eliminar ou modificar seu conteúdo, de maneira a proteger o moral da tropa e das populações civis e a impedir que o inimigo colha, através dos mesmos, informações prejudiciais às nossas próprias operações militares e à condução da guerra.

3 — O pessoal encarregado de efetuar esse exame ou estudo.

CENTÍMETRO — 1 — Submúltiplo do *metro*, do qual representa a centésima parte.

2 — Uma das três unidades fundamentais do sistema de medidas denominado CGS.

CENTRADO — 1 — Colocado no centro. Lançado para ou sobre o centro.

2 — Diz-se de um projétil cujo eixo está exatamente no prolongamento do eixo da alma da arma por ocasião do tiro.

CENTRAGEM — 1 — Ato ou efeito de colocar alguma coisa no centro.

2 — Ato ou efeito de tornar um projétil *centrado*.

CENTRAGEM do TIRO — Operação que consiste em estabelecer a coincidência do ponto médio dos impactos de uma série de tiros com o ponto visado. Com as armas portáteis, é obtida por meio da *regulação*.

CENTRAL — 1 — Referente, próprio ou relativo ao centro.

2 — Principal. Capital. Mais importante.

3 — Órgão ou local de onde irradiam notícias, informações, comandos, etc., ou onde estes são reunidos vindos de diversos lugares.

CENTRALIZAÇÃO — 1 — Reunião, em um único lugar ou documento, de pessoas, factos, dados, informações, etc. recebidos de diversas procedências.

2 — Sistema de organização, comando ou administração, em que todos os assuntos são dirigidos ou fiscalizados por um único órgão ou chefe.

CENTRALIZAR — 1 — Realizar a *centralização* de dados, factos, informações, etc.

2 — Organizar, comandar ou administrar segundo o sistema de *centralização*.

CENTRAR — 1 — Colocar sobre o centro.

2 — Realizar a *centragem* de um projétil ou do tiro de uma arma.

CENTRO — 1 — Parte compreendida entre as alas ou superfícies laterais de alguma coisa.

2 — Meio. Ponto médio. Parte mediana.

3 — Núcleo. Parte mais importante.

4 — Lugar de reunião ou de centralização.

5 — Elemento da parte central de uma unidade. Se o número de elementos considerados for par, ele é o elemento da direita mais próximo ao meio.

CENTRO de APERFEIÇOAMENTO e ESPECIALIZAÇÃO — Conjunto de estabelecimentos de ensino e uni-

dades-escola, destinado a: — instruir e aperfeiçoar os quadros das Armas e Serviços; rever e atualizar os conhecimentos dos Oficiais da Ativa e da Reserva, mediante estágios; formar e aperfeiçoar os especialistas necessários aos corpos de tropa e dos Serviços; formar os especialistas de equitação. Compreende: — Comando Geral, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Motomecanização, Escola de Transmissões, Escola de Instrução Especializada, Escola de Sargentos das Armas, Curso Especial de Equitação, Grupamento das Unidades-Escola, Núcleo de Recompletamento das Unidades-Escola.

CENTRO AVANÇADO de INFORMAÇÕES — Órgão divisionário, normalmente justaposto a um *Centro de transmissões avançado*, encarregado de recolher e triar as informações provenientes da frente acerca do desenvolvimento do combate e de transmiti-las o mais rapidamente possível ao Comando e às autoridades interessadas, bem como de encaminhar, eventualmente, para os primeiros escalões, as ordens e informações oriundas da retaguarda.

CENTRO de CONTROLE — Estação do Ministério da Aeronáutica que tem como objetivo o controle do tráfego nas aeroportas. Comunica-se com as aeronaves em voo através das estações-rádio da torre de controle do aeroporto, das empresas de navegação aérea, dos aeródromos militares, ou de rádio-orientação.

CENTRO de DISTRIBUIÇÃO — Local onde uma Divisão distribui os suprimentos pelas unidades subordinadas, quando a natureza de operação táctica assim o exige ou quando os Depósitos do Exército se acham afastados da frente de uma distância superior às possibilidades dos trens das unidades. É designado pelo nome da unidade que o instala e pela natureza dos suprimentos nele armazenados e distribuídos.

CENTRO de FORÇA — Parte de uma frente defensiva que, por sua importância vital, deva ser guarnecida e organizada com meios particularmente potentes.

CENTRO de FORMAÇÃO de RESERVISTAS — Centro de instrução militar que poderá ser criado nas Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, quando houver convocados excedentes em sede de Guarnição Militar. Deverá funcionar anexo a um Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, a uma Unidade das Fôrças Armadas ou a um Aero-Club. Nele poderão ser matriculados: — os excedentes do contingente da classe convocada, os brasileiros por opção e os naturalizados com menos de 30 anos de idade.

CENTRO de GRAVIDADE — 1 — Ponto de aplicação da resultante de todas as forças devidas à gravidade que atuam sobre um corpo.

2 — Ponto de um corpo situado de tal forma que qualquer força nele aplicada não alterará o seu equilíbrio.

3 — Parte central ou núcleo principal de um dispositivo de tropas ou de uma força militar.

CENTRO dos IMPACTOS — V. *Ponto médio*.

CENTRO de INFORMAÇÕES — Órgão encarregado de coletar, triar e difundir informações militares, de determinada natureza, enviadas por diferentes órgãos de busca.

CENTRO de INSTRUÇÃO — Estabelecimento ou organização de ensino militar técnico-profissional.

CENTRO de POTENCIA — Parte de um dispositivo de forças que apresenta maior densidade e potencia.

CENTRO de PRESSÃO — Ponto de aplicação da resistência aerodinâmica sobre um corpo.

CENTRO de REAPROVISIONAMENTO — Órgão de Exército onde as Grandes Unidades recebem seus su-

primentos. Pode ser *Depósito ou Estação de Reaprovisionamento.*

CENTRO de RESISTENCIA — Organização, numa *defensiva nuclear*, ocupada por um efetivo correspondente a um Batalhão, reforçado ou não.

CENTRO do TIRO — V. *Ponto médio.*

CENTRO de TRANSMISSÕES AVANÇADO — Centro de transmissões de uma Grande Unidade, localizado nas proximidades dos PC das unidades subordinadas que se acham em primeiro escalão, e estabelecido sobre o *eixo de transmissões* da GU.

CERCAR — 1 — Sitiar. Assediar. Bloquear.

2 — Envolver alguém ou alguma coisa por todos os lados.

CERCO — 1 — Sítio. Assedio. Bloqueio.

2 — Ação ou efeito de envolver alguém ou alguma coisa por todos os lados.

CERRADO — 1 — Denso. Emassado.

2 — Vegetação de difícil penetração devido aos espinheiros, bambuais e cipoais.

CERRA-FILA — 1 — Oficial ou graduado que se desloca à retaguarda de uma coluna de marcha para fiscalizar a disciplina e zelar pela execução das ordens superiores.
2 — Por extensão, qualquer homem em forma na última fileira de uma unidade.

CERRAR — 1 — Fechar. Enclausurar. Tapar.

2 — Emassar. Apertar. Reduzir distâncias ou intervalos. Preencher os claros de um dispositivo.

3 — Levar à frente.

CERRÓ — Elevação de vertentes penhascosas, de medianas dimensões.

CERROTE — Pequeno *cérro*.

CERTIFICADO — Documento comprobatório. Atestado. Comprovante.

CERTIFICADO de ALISTAMENTO MILITAR — Documento fornecido pelo órgão alistador do Serviço de Recrutamento ao cidadão que aí se alistar na forma da Lei do Serviço Militar. Constitui prova de estar o cidadão em dia com suas obrigações militares a partir da idade de 17 anos e até completar 20 anos, satisfeitas as exigências do adiamento de incorporação se fôr o caso.

CERTIFICADO de ISENÇÃO do SERVIÇO MILITAR — Documento fornecido ex-ofício pela Circunscrição de Recrutamento ao cidadão convocado para o serviço militar e julgado incapaz definitivamente para o mesmo. Quando se tratar de incapacidade física, nele constará o motivo determinante desta.

CERRADÃO — *Cerrado* de grande extensão.

CERTIFICADO de RESERVISTA — Documento probante da prestação do serviço militar, por um cidadão em uma das Forças Armadas e que lhe é entregue ao ser desincorporado.

CESSAR FOGO — 1 — Voz ou sinal de comando ao qual os homens completam os movimentos de carregar a arma, travam-na e descem a alça.

2 — Voz ou sinal de comando ao qual os serventes de um canhão interrompem o serviço da peça, descarregam-na, verificam o funcionamento dos diversos órgãos, põem em ordem a munição e reunem os estojos vazios. Se necessário, lavam a peça a fim de resfriá-la mais rapidamente e, em seguida, lubrificam-na ligeiramente.

CESTÃO — Cilindro de palha sem fundo que, cheio de terra ou areia, serve, na organização do terreno, para revestimento de diversos trabalhos.

CHAMADA — 1 — Apêlo. Convocação.

2 — Voz, toque ou ordem de reunião.

3 — Ação que consiste em citar seguidamente, pelo

nome ou número, as pessoas ou organizações constantes de uma relação, a fim de constatar quais os ausentes.

CHAMAR o "MANCHE" — Expressão vulgar para indicar a operação de deslocar o "manche" para trás, no ato de cabrar um avião.

"CHANDELLE" — Curva cabrada fechada de um avião, com mudança de direção de 180°.

CHÃO — 1 — Terra. Solo. Pêso. Terreno.
2 — Terreno plano.

CHAPA de BLINDAGEM — Chapa de aço ou ferro, utilizada no revestimento exterior de navios, carros de combate, veículos, aeronaves, e outros tipos de material bélico, bem como de abrigos, a fim de protegê-los contra o fogo adversário.

CHAPADA — 1 — Elevação vasta e achatada, de contornos arredondados, angulosos por um lado.
2 — Planalto de pequena extensão.

CHAPADÃO — Grande *chapada*, de convexidade pouco pronunciada.

CHARCO — V. *Brejo*.

CHARNECA — Planície inculta.

CHASSI — Parte constitutiva de um veículo automóvel, composta de longarinas e travessas, e destinada a servir de estrutura para todos os órgãos deste, assegurando a ligação de uns com os outros e dando ao conjunto a rigidez necessária.

"CHASSIS" — V. *Chassi*.

CHAVE — 1 — Peça metálica destinada a abrir ou fechar um mecanismo, fechadura, dispositivo de fechamento, etc.

2 — Conjunto de convenções que permitem a cifração ou decifração de documentos segundo um determinado sistema criptográfico.

CHAVE de uma POSIÇÃO — Ponto ou região do terreno cuja ocupação pelo inimigo acarreta imediatamente o desmoronamento da defesa dessa posição.

CHEFE — 1 — Aquele a quem cabe o comando ou direção de uma coletividade, instituição, organização, força militar, etc.

2 — Título do Diretor de certas repartições militares e de certos órgãos de estudo ou de coordenação.

3 — Nome dado ao Comandante nos altos escalões.

CHEFE de ESTADO-MAIOR — Oficial do Quadro de Estado-Maior a quem cabe dirigir, coordenar e fiscalizar o trabalho do Estado-Maior e das Chefias de Serviços de uma Grande Unidade.

CHEFE do ESTADO-MAIOR do EXÉRCITO — 1 — Oficial General que, desde o tempo de paz, exerce a Chefia do E. M. do Exército Nacional, sendo o intermediário entre o Ministro da Guerra e as demais autoridades militares, para o estudo e coordenação de todos os assuntos concernentes à preparação das Forças Terrestres para a guerra. Cumpre-lhe particularmente: — manter-se ao corrente da situação do país e dos propósitos do Governo em tudo que se relacionar com a Segurança Nacional; propor ao Ministro da Guerra a organização, repartição e aparelhamento das Forças Terrestres e do território do país, tendo em vista as necessidades militares bem como o emprego correspondente; — expedir aos Chefes de Departamentos e aos Cmto. de Zona Militar, por delegação permanente do Ministro da Guerra, instruções e diretrizes para execução dos Planos Gerais estabelecidos pelo E. M. E., concorrentes à organização, instrução, mobilização, aparelhamento e emprego das Forças Terrestres; — superintender o ensino e a instrução militares; controlar a formação, o preparo e a distribuição dos Oficiais do Quadro de Estado-Maior da Ativa; supervisionar diretamente as Di-

retorias de Armas e de Ensino e a Escola de Estado-Maior.

2 — Oficial General que, em tempo de guerra, exerce o cargo de Chefe do E.M. de um Exército.

CHEFE do ESTADO-MAIOR GERAL — Oficial General, de escolha e confiança do Presidente da República, que chefia o Estado-Maior Geral, misto, das Forças Armadas do País.

CHEFE SUPREMO das FORÇAS ARMADAS do PAÍS — É o Presidente da República, que dirige e coordena todas as atividades relacionadas com a Segurança Nacional. Para auxiliá-lo no desempenho de suas funções de Comando, dispõe do Estado-Maior Geral, dos Comandantes de cada uma das Forças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional e do Gabinete Militar da Presidência da República.

CHEIO — Na alma de uma arma raiada, assim se chama o espaço compreendido entre duas *raias* consecutivas.

CHUVA — Precipitação atmosférica caracterizada pela queda de gotas d'água de diâmetro superior a meio milímetro.

CHUVISCO — Precipitação atmosférica representada por uma chuva leve com pingos pequenos, de cerca de um décimo de milímetro de diâmetro.

CICLISTA — 1 — Qualquer homem que se desloca em bicicleta.

2 — Tropa transportada em bicicleta.

3 — Mensageiro que se desloca utilizando a bicicleta.

CÍCLO — 1 — Série de acontecimentos ou operações realizados numa certa ordem.

2 — Espaço de tempo determinado.

3 — Conjunto das transformações sofridas pela massa gasosa em um motor a explosão, necessárias à produção do trabalho-motor.

CICLO de "BEAU de ROCHAS" — Ciclo teórico, a quatro tempos, do primitivo motor a explosão idealizado pelo engenheiro francês *Beau de Rochas*.

CICLO a DOIS TEMPOS — O que caracteriza os motores a explosão de dois tempos.

CICLO de EXPANSÃO do GÁS — V. *Ciclo* (3).

CICLO a QUATRO TEMPOS — O que caracteriza os motores a explosão de quatro tempos.

CICLONE — Fenômeno meteorológico caracterizado pela afluência, em espiral, sobre um ponto de baixa pressão, das linhas de fluxo de um vento.

CIDADÃO — Brasileiro no gozo pleno de seus direitos sociais e políticos.

CIFRA — V. *Sistema criptográfico*.

CIFRACÃO — Ação de cifrar um texto. Ação de redigir um criptograma.

CIFRAR — Transformar um texto, escrito na linguagem corrente, em outro, redigido em linguagem convencional e sem um significado aparente à primeira vista.

CILHA — Correia da sela que a prende à barriga do cavalo, passando por baixo desta.

CILINDRADA — Volume gerado pela cabeça do êmbolo em seu deslocamento, no interior do cilindro de um motor, correspondente a um *curso*.

CILINDRADA PARCIAL — É a correspondente a um só cilindro, em um motor policilíndrico.

CILINDRADA TOTAL — Num motor policilíndrico, é o produto da *cilindrada parcial* pelo número de cilindros.

CILINDRO — 1 — Corpo ou objeto de forma cilíndrica.
2 — Órgão fixo de um motor a explosão no interior do qual se desloca o êmbolo em seu movimento de vai-e-vem. Nele se realiza a combustão da mistura e a subsequente expansão dos gases, produzindo esta última o

trabalho-motor. Serve de câmara de compressão e expansão do fluido gasoso e guia o êmbolo em seu movimento. Apresenta a forma interna de um cilindro de revolução, tendo dois orifícios, o de admissão e o de escapamento, comandados por um dispositivo de obturação; quanto à forma externa, depende sobretudo dos sistemas de distribuição e de arrefecimento do motor.

CIMO — V. *Vértice* (2).

CINCHA — V. *Cilha*.

CINGIR — 1 — Estreitar. Ajustar. Apertar. Cercar.

2 — Rodear. Colocar em volta.

3 — Colocar a espada à cinta.

CINTO de SEGURANÇA — Correia de lona resistente utilizada, a bordo dos aviões, para amarrar os tripulantes ou passageiros aos respectivos assentos.

CINTURÃO do PÁRA-QUEDAS — Conjunto de cintos grossos de lona empregados para ajustar a bolsa do pára-quedas ao corpo da pessoa que a utiliza.

CIRCO — 1 — V. *Bacia*.

2 — V. *Anfiteatro*

CÍRCULO — 1 — Dispositivo ou instrumento de forma circular.

2 — Cada uma das categorias em que são grupados os diferentes graus da hierarquia militar.

3 — O conjunto dos militares pertencente a determinada categoria hierárquica. Nas Forças Armadas do Brasil há os seguintes círculos: — de Oficiais Generais; de Oficiais Superiores; de Capitães; de Oficiais Subalternos, Aspirantes a Oficial e Guardas-marinha; de Subtenentes, Suboficiais e Sargentos; de cabos, soldados, marinheiros, taifeiros e grumetes.

CÍRCULO de ALTURA — Lugar geométrico dos pontos na superfície da Terra, dos quais um observador, à mesma hora, veria um astro sob a mesma *altura*.

CÍRCULO de VISADA — Instrumento topográfico e de observação composto de um goniômetro e de um tripé, destinado à exploração do terreno, ao reconhecimento de objetivos e à medida de ângulos horizontais; eventualmente, mediante a adaptação de outros instrumentos, serve à medida de ângulos verticais e de distâncias.

CIRCUNSCRIÇÃO de RECRUTAMENTO — 1 — Subdivisão do território nacional, abrangendo uma população em média de dois milhões de habitantes, e compreendendo diversas Delegacias de Recrutamento, situadas tanto quanto possível em um mesmo Estado.

— 2 Órgão direto de execução e fiscalização regional do Serviço de Recrutamento, a quem cabe, além de suas atribuições especiais de mobilização, centralizar todas as atividades que, dentro de seus limites territoriais, disscrem respeito ao Serviço Militar. Exerce seus trabalhos de recrutamento através dos órgãos alistadores dele dependentes ou não. É subordinada em assuntos de orientação técnica e doutrinária à Diretoria de Recrutamento, por intermédio do Serviço Regional de Recrutamento, e ao Comando da Região Militar no que se referir à execução dos serviços gerais, administrativos e disciplinares a ela afectos.

CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES — Aquelas que influem no julgamento das transgressões disciplinares, aumentando a culpa do transgressor. São elas: — mau comportamento; prática simultânea ou conexão de duas ou mais transgressões; reincidência; conluio de duas ou mais pessoas; ser praticada a transgressão durante a execução de serviço; ser cometida em presença de subordinado; ter abusado o transgressor de sua autoridade hierárquica funcional; ter havido premeditação; ter sido praticada em presença da tropa ou em público.

CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTES — Aquelas que influem no julgamento das transgressões disciplinares, di-

minuindo a punição a ser imposta ao responsável. São elas: — bom comportamento; serviços relevantes prestados anteriormente; falta de prática do serviço; ter sido cometida a transgressão em defesa de direito próprio ou dos de outrem; ter sido cometida para evitar mal maior.

CIRROCÚMULOS — Camada de *cirrus* constituída por pequenos flocos alvos dispostos em filas ou em ondas.

CIRROSTRATUS — Tipo de nuvem constituido por uma camada fina e esbranquiçada de grande extensão, chegando por vezes a ocupar quase a totalidade do céu. Apresenta duas variantes: *Filosus* e *Nebulosus*.

CIRROSTRATUS FILOSUS — Aquele que é representado por um véu branco de estrias mais ou menos brancas.

CIRROSTRATUS NEBULOSUS — Aquele que é constituído por um véu nebuloso uniforme, mais ou menos denso, o qual dá origem a *halos*.

CIRRUS — Tipo de nuvem de estrutura fibrosa e aparência delicada, cuja cor branca apresenta por vezes um brilho sedoso. Atinge as mais elevadas altitudes. Suas espécies mais importantes são: — *Filosus*, *Unsinus*, *Densus* e *Nothus*.

CIRRUS DENSUS — É a modalidade de *cirrus* que se apresenta mais densa e a mais baixas altitudes.

CIRRUS FILOSUS — A constituída por filamentos mais ou menos retilíneos, ou então recurvados irregularmente, cujas extremidades se apresentam finas.

CIRRUS NOTHUS — A proveniente dos resíduos da parte superior congelada da *cumulonimbus*.

CIRRUS UNSINUS — A que afeta a forma de vírgula, apresentando sua extremidade superior uma semelhança com garras ou pequenos tufos.

CISCAR — Voar com um aeronave a baixa altura devido ao mau tempo.

CLARÃO — A chama produzida na boca de uma arma de fogo ao partir o tiro.

CLAREIRA — Lugar sem vegetação no interior de um bosque ou floresta.

CLARIM — Mais antigo dos instrumentos musicais de carácter guerreiro, compreendendo três tipos: clarim reto (tuba), clarim curvo (lituus) e clarim recurvado (buccina). Produz somente sons abertos, compreendidos entre o sol grave e o sol agudo. Constitui um dos instrumentos utilizados para dar toques de comando e como meio acústico de transmissão.

CLARO — 1 — Iluminado. Ensolarado.

2 — De coloração pouco carregada.

3 — Evidente. Lógico. Compreensível.

4 — Vazio. Vaga.

5 — Distância ou intervalo entre dois elementos sucessivos de uma formação.

CLASSE dos MILITARES — Classe especial, una e indivisível, de servidores da Pátria, constituída pelos membros das Forças Armadas do País.

Despedida do Exército ao Comandante da Força Expedicionaria Brasileira na 2º Guerra Mundial



General Mascarenhas de Moraes

Após quase meio-século de infatigável e dedicado devotamento à caserna, pediu transferência para a Reserva o Exmo. Sr. General JOÃO BAPTISTA MASCARENHAS DE MORAES.

Comandante da única força expedicionária enviada pelo Brasil — e mesmo por qualquer país latino-americano — para combater no além-mar, sua figura há de fulgurar

sempre na galeria de nossos grandes soldados. A História, a que já pertence sua atuação no teatro de operações da Itália, reverenciará seus feitos melhor ainda do que o podem fazer seus contemporâneos.

Rendendo a tão preclaro Chefe nossas mais sinceras e respeitosas homenagens, queremos registrar alguns trechos da despedida oficial que o Exército lhe fez, na pessoa de seu Ministro, o Exmo. Sr. General CANROBERT PEREIRA DA COSTA :

— "Discreto, modesto e austero, sempre primou pela nobreza e equilíbrio moral de suas atitudes, entregando-se de corpo e espírito ao Brasil e ao Exército, na ânsia de bem desempenhar-se das mais árduas missões, quer na paz, quer na guerra .

A unanimidade da Nação, em uma das mais retumbantes expressões cívicas a que já se entregou o povo do Brasil, consagrou definitivamente o grande Soldado que conduziu nossas tropas às vitórias de MONTE CASTELLO, CASTEL NUOVO, MONTESE, COLLECHIO e FORNOVO.

Por tudo isso, a passagem para a Reserva do General MASCARENHAS, representa para o Exército, que ele tão bem serviu e enobreceu, algo de transcendente, só compreensível, talvez, por aqueles afetos à mística do serviço das armas.

E, ao despedir-se de tão ilustre Chefe, o Exército desejaria afirmar ao General MASCARENHAS que S. Exceléncia tornou-se credor da irrestrita admiração de seus camaradas, que o vêm como expressão viva das virtudes militares, exemplo a ser seguido com orgulho pelos elementos da família militar, hoje mais que nunca, carente de trabalho e união sadia para merecer um Brasil maior, livre e feliz".

A REDAÇÃO

LIVROS NOVOS

Pelo Cap. HUMBERTO PEREGRINO

A BATALHA DE ROMA — Cap. Geraldo de Menezes Côrtes — Biblioteca de "A Defesa Nacional" — 1946.

A primeira referência a fazer, em se tratando de uma obra de autoria do Cap. Geraldo de Menezes Côrtes, será à sua fecunda e sempre interessante atividade de escritor militar.

Agora mesmo, esse trabalho, "A Batalha de Roma", representa um verdadeiro "furo" do vigilante autor no campo das publicações nacionais sobre a última guerra. E a nossa primeira contribuição de fôlego para o estudo das operações militares que se desenvolveram na Europa.

O fato de a sua escolha haver recaído sobre a batalha de Roma é perfeitamente explicável. Em primeiro lugar, acredito que terá tido mais facilidade em reunir dados relativos a esse episódio do que teria em reuní-los referentes a outros lances da guerra, mais complexos ou ainda envoltos em restrições político-militares. Por outro lado, a batalha de Roma merece atenção especial em face da grande importância política de que se revestiu naquele estágio da guerra. E ainda interessa-nos de forma particular, tendo em conta que foi no teatro da Itália que atuou a F.E.B., e que o quadro da batalha em que tomou parte teve seus antecedentes na batalha de Roma, e fixou-se em consequência dos resultados finais dela.

Essa explicação já importa em afirmar que o estudo do Cap. Geraldo de Menezes Côrtes será uma peça essencial, quando se fôr fazer qualquer estudo sério da batalha de que participaram os soldados brasileiros na Itália.

A batalha de Roma esbateu-se no conjunto esmagador da Segunda Grande Guerra, mas foi, em verdade, um lance disputado e custosíssimo. Refere o autor que os italianos, após a assinatura do armistício, haviam acenado aos aliados com a possibilidade de ser Roma ocupada imediatamente, mediante uma "airborne" de 2.000 homens. Foi então enviado, secretamente, a examinar a viabilidade dessa operação o Gen. americano M. D. Taylor que, no dia 7 de setembro de 1943 (o armistício fôrça assinado a 3) desembarcou em Gaeta e dirigiu-se a Roma. Sua verificação, porém, foi no sentido de que as condições não eram "propícias ao êxito de uma ação sobre Roma com o auxílio italiano". Os germanicos tinham-se adiantado, confiscando as munições e a gasolina, além de haverem reforçado os seus efetivos naquela região. Os italianos estavam praticamente imobilizados, incapazes para qualquer reação. E assim a operação "airborne" foi cancelada 60 minutos antes da hora em que devia ser desencadeada.

Advira-se ainda, dentro das conjecturas do Cap. Geraldo de Menezes Côrtes, que se o Marechal Kesselring decidiu permanecer ao Sul de Roma com o grosso do seu Grupo de Exércitos, foi atendendo a instruções da alta direção estratégica alemã, influenciada pelo próprio Hitler.

Para os aliados a batalha significava dois grandes objetivos: um militar, que era o aniquilamento das forças de Kesselring, e outro político-geográfico, que consistia na captura da capital italiana.

Esses dois resultados foram obtidos de forma positiva. A Linha Gustav ruiu em uma semana e "os alemães foram incapazes de reorganizarem-se na Linha Hitler, exceto ao Norte do Liri, face ao 8.º Exército", mas "o desembocar da cabeça de praia de Anzio, a 23 de maio, foi o golpe de ala que o convenceu de retirar antes que, com as suas comunicações totalmente cortadas, não mais pudesse ter esperança de escapar a completo desastre".

Não foi, destarte, por nenhum motivo elevado que Kesselring deixou de entrincheirar-se nas ruas de Roma, mas simplesmente porque se tivesse escolhido essa conduta "teria reduzido extraordinariamente a *chance* de salvar os remanescentes de seus Exércitos".

O estudo do Cap. Geraldo de Menezes Côrtes é completo e metódico. Acompanha-se a batalha desde os antecedentes, a preparação das operações, até a execução, o aproveitamento do êxito, a perseguição. Os capítulos finais são de apreciação estratégica e tática.

As observações de ordem tática repartem-se especificamente pelos seguintes títulos: cooperação (combinação das armas), Infantaria, Artilharia, Engenharia, Blindados.

A parte dos blindados teve um desenvolvimento propositadamente maior, atendendo, como explica o autor, ao interesse especial da matéria.

Em suma, pode-se dizer que o estudo do Cap. Geraldo de Menezes Côrtes merece todas as recomendações. Escrito em linguagem fácil e atraente, bem planejado, calcado em documentação abundante e idonea, estará bem tanto na mão do oficial superior como do capitão e do tenente. Todos encontrarão nele numerosos motivos de interesse.

E' uma edição de "A Defesa Nacional".

REVISTAS EM REVISTA

"MEMORIAL DEL ESTADO-MAYOR" — Colombia

O n.^o de Janeiro-Fevereiro deste ano, estampa o artigo "Preparação de sargentos para os Serviços", do Coronel LUIS Uribe LINHARES.

Inicia o Autor dizendo :

"A preparação dos sargentos é uma das necessidades primordiais com que se defrontam as Forças Armadas do país; todos sabemos que os sargentos são o nervo da Instituição Armada, e que são os colaboradores imediatos dos Oficiais tanto nas tropas combatentes como nas dos Serviços".

Sugere, então um projeto para a formação de graduados, visando aperfeiçoá-la e ao mesmo tempo dar maiores possibilidades de carreira aos cidadãos que prestam o serviço militar. Em linhas gerais a formação proposta seria realizada da seguinte maneira :

Na Escola de Intendência e Motorização : — graduados, motoristas, mecânicos, , arquivistas, revisores, esteno-datilógrafos, auxiliares de contabilidade, datilógrafos, desenhistas, padeiros, magarefes, cozinheiros, rancheiros, aaprovisionadores, etc.

— Nas Oficinas Centrais do Exército : — graduados armeiros, mecânicos, fundidores, carpinteiros, eletricistas, guarda-parques, bombeiros hidráulicos, maquinistas, estofadores de móveis, etc.

— Nas Oficinas de Intendência : — graduados alfaiates, sapateiros, corrieiros, guarda-armazens, ensacadores.

— Na Escola de Cavalaria ou na Diretoria de Remonta : — graduados adestradores, ferradores, enfermeiros-veterinários, chefes de postos de remonta.

— Na Companhia de Saúde : — graduados auxiliares laboratoristas, enfermeiros, farmacêuticos (estes devendo fazer estudos complementares).

Para isso o Autor propõe uma revisão no plano de incorporação de modo que, anualmente, cada corpo de tropa e base aérea ou naval envie anualmente três conscritos, dos que saibam ler e escrever e tenham conhecimentos de um dos ofícios indicados, a fim de serem matriculados no curso correspondente, segundo sua capacidade e aptidões. O curso poderia variar de 6 a 12 meses, conforme a especialidade; findo esse tempo, seu tempo de serviço militar seria prorrogado por seis meses, o que apenas redundaria em benefício dos conscritos que se apresentem voluntariamente para tais cursos, pois regressariam à vida civil perfeitamente habilitados e com um título válido em qualquer parte. Ao terminar o curso, diz o Autor, os aprovados seriam graduados no posto de 2º cabo desde que tenham sido previamente engajados por 2 anos.

No Brasil, dadas as reduzidas disponibilidades de artífices devidamente habilitados com que se luta na maior parte das guarnições, o plano apresentado pelo camarada do Exército Colombiano merece meditação. Feitas as convenientes adaptações e levando em conta o maior desenvolvimento de nossos estabelecimentos de ensino, arsenais e outros órgãos técnicos, poder-se-ia lucrar muito realizando uma obra cuidadosamente planejada e duradoura. Sobretudo isto, porque o maior mal advém sempre das sucessivas modificações dos dispositivos regulamentares, antes mesmo do que de vícios inerentes a estes.

A idéia da centralização dos cursos parece muito interessante.

* * *

"INFANTRY JOURNAL" — Estados Unidos. — "O QUE SE NECESSITA PARA SER UM BOM OFICIAL"
— pelo Dr. Clark W. Healthy e Lewis W. Gregory.

Contam-nos os autores deste artigo como foi realizada, em 1944 e princípios de 1945, uma investigação sobre o assunto, a qual foi respondida, através questionários, por 73

membros das Fôrças Armadas Norte-americanas. Das pessoas consultadas — todas com o curso secundário, em ótimas condições físicas e consideradas aptas para o oficialato — 55 eram oficiais ou sargentos e 18 simples soldados; 44 pertenciam ao Exército e 29 à Marinha; 18 estavam na linha de frente e 25 eram dos Serviços. Todas possuíam excelente folha de serviços militares e muitas já haviam sido condecoradas. Sómente 7 não se consideravam satisfeitos com sua situação ou função militar.

Os resultados desse inquérito exprimem as qualidades de um bom oficial, por ordem de frequência nas respostas, a saber :

37 mencionaram : — entendimento humano, respeito do soldado e compreensão do mesmo como homem, consideração para com os semelhantes, preocupação com o bem-estar dos subordinados em todas as ocasiões, habilidade para conquistar sua confiança e afeição, humanidade, tolerância, compreensão dos pontos de vista dos subordinados, orientar com paciência, inspirar simpatia e amizade, viver próximo dos subordinados e demonstrar que por eles se interessa.

28 mencionaram : — inteligência, assimilação pronta, previsão, compreensão em geral, imaginação de caráter prático, engenhosidade, clareza e rapidez de pensamento.

27 citaram : — proficiência técnica, interpretação cabal de sua missão, preparação correta, experiência e conhecimento profundo dos assuntos de sua especialidade.

Outros 27 referiram-se a : — capacidade de comando, personalidade e outros dotes que geralmente se presume fazerem parte do dom de comandar e que inspiram confiança. (Um dos consultados disse textualmente: "Habilidade para fazer um subordinado executar uma tarefa à qual se haja antes negado").

26 responderam : — sentimento de responsabilidade e vontade firme para arcar com a mesma, habilidade no cumprimento de sua missão e no trato com os subordinados.

21 aludiram ao desinteresse, coragem de reconhecer seus erros, disposição de sacrificar seu tempo livre, conhecimento de si próprio, disciplina, desprezo pela vaidade, o despotismo, a prepotência e a intromissão; sinceridade, ausência de soberba.

20 falaram na habilidade geral para comandar tropa, para enfrentar problemas e ser bem sucedido; pericia, eficiência militar, capacidade para prestar atenção à sua tarefa.

13 referiram-se à rapidez na apreensão das situações, tomar decisões e emitir ordens sem temor nem vacilação.

11 mencionaram a boa vontade e perfeição na execução do trabalho, persistência e amor à profissão, desempenho correto dos deveres por mais desagradáveis que o sejam, capacidade de realização, firmeza de propósitos.

10 destacaram a coerência, firmeza, segurança, controle emotivo, constância, disposição serena e firme, servindo de exemplo em qualquer situação.

Outros 10 aludiram à educação, tanto de aparência como intelectual, e experiência na vida civil que o habilita para o desempenho de suas funções.

9 referiram-se ao senso do humor e ao gênio alegre e jovial.

Um grupo reduzido optou pela energia, firmeza, habilidade vontade sincera de lutar, ausência de timidez, resolução para enfrentar os superiores, cavaleirismo, cortezia e magnetismo pessoal, iniciativa, valor, intrepidez, capacidade de arriscar-se pessoalmente, caráter, resistência à fadiga, aptidão física, adaptabilidade, habilidade no trato com oficiais e praças indistintamente, patriotismo, lealdade, dedicação cívica e religiosa, dignidade, honra, clareza de expressão, simplicidade; capacidade de organização, planejamento e realização do trabalho próprio e dos demais; asseio, senso diplomático, etc.

Resumindo, vemos que, em ordem de prioridade, foram assim consideradas as qualidades necessárias ao bom oficial: — compreensão humana, aptidão de comando, respon-

sabilidade, inteligência, habilidade, cultura, educação, capacidade de trabalho, confiança, cavalheirismo, bravura e capacidade de organização.

Por outro lado, consultados sobre que qualidades distinguem o bom oficial do bom soldado, essas mesmas pessoas deram respostas que, grupadas em ordem decrescente de frequência, apresentaram os seguintes resultados: — educação, sentimento do dever e de responsabilidade, vontade de arcar com ela, inteligência e habilidade em demonstrá-lo.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no periodo de 20 de Agosto a 20 de Setembro de 1946

AIDOS MILITARES — (Situação)

— O Diário Oficial n.º 209 de 12.9.1946 (página n.º 12.709) publica o Decreto-lei n.º 9.825 de 10.9.1946, que regula a questão de aidos militares, navais e aeronáutica.

AJUDANTES DE ORDENS — (Nomeação)

— Art. 1.º — O artigo 54 do Decreto-lei número 4.130 de 26 de Fevereiro de 1942 (Lei do Ensino Militar) fica acrescido do seguinte parágrafo:
— “§ 1.º — Os Capitães podem ser nomeados Ajudantes de Ordens, após a conclusão do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, desde que já tenham, no posto, dois anos de arregimentação”.

— Art. 2.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(Decreto-lei n.º 9.847 de 12 — D. O. de 14.9.1946).

AJUDA DE CUSTO — (Concessão)

— O Diário Oficial n.º 205 de 6.9.1946 (página n.º 12.477) publica o Decreto-lei n.º 9.689 de 30.8.1946, que dispõe sobre a concessão de ajuda de custo, transporte, diárias e gratificação de representação a militares em missão ou a serviço no estrangeiro.

AJUDA DE CUSTO — (Solução de consulta)

— Consulta o Comandante do 1.º Grupo do 3.º Regimento de Obuzes se tem direito a uma ajuda de custo ou meia a 3.º sargento que regressa de uma Escola, após uma permanência de oito meses, não havendo, antes, recebido tal vantagem por ter ingressado como cabo, sendo promovido a 3.º sargento durante o curso. Em solução, declaro: a meia ajuda de custo a que se refere a letra a, do § 3.º do art. 97 do C. V. V. M. E., será paga, quer quando tenha sido recebida a de ida, quer quando não haja sido esta paga por se tratar de praça, que, por ocasião do primeiro deslocamento, não tenha direito à vantagens, ressalvado o disposto nos artigos 104 e 105 do referido Código.
(Aviso n.º 1.185 de 5 — D. O. de 9.9.1946)

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — Passa a ter)

— A 14.ª Circunscrição de Recrutamento mandada organizar pelo Decreto-lei n.º 9.441, de 10 de julho de 1946 passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.
(Aviso n.º 1.117 de 2 — D. O. de 9.9.1946)

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter)

— A Subdiretoria de Transportes passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no artigo 25.º do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938, ficando transferido à referida Subdiretoria o acervo de material da extinta Escola de Intendência do Exército.

(Aviso n.º 1.075 de 23 — D. O. de 24.8.1946)

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter)

— A Segunda Brigada Mista com sede em Corumbá, Estado de Mato Grosso, passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no artigo 5.º do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251 de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 1.076 de 23 — D. O. de 24.8.1946)

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter)

— 1. — O Quartel General da Artilharia de Costa da 1.ª Região Militar passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251 de 9.11.1938.

— 2. — Os saldos das economias administrativas os quantitativos e créditos atribuídos à extinta D.A.C., revertem à Artilharia de Costa da 1.ª Região Militar, cabendo a esta a regularização dos encargos da Diretoria extinta. (Aviso n.º 1.069 de 20 — D. O. de 22.20.1946).

CAPITÃES PARA OS CORPOS DE TROPRA — (Funções)

— Tendo em vista a necessidade de recuperar o maior número possível de Capitães das Armas para os Corpos de tropa, as funções previstas no Quadro Suplementar Geral e no Quadro Suplementar Privativo para oficiais daquele posto, poderão ser desempenhados por Majores. (Nota 364, de 22 de junho de 1944, ao Sr. Diretor das Armas).

— Para as referidas funções devem ser, preferentemente, propostos Majores. (Aviso n.º 1.182 de 17 — D. O. de 20.8.1946)

CONDUTA CIVIL E MILITAR — (Solução de consulta)

— Solução de Consulta — Em requerimento consulta o Capitão João de Moura Dies: — "Tendo em vista o disposto na letra e do art 47 do Regulamento da Escola de Estado Maior (Dec. n.º 10.790, de 9.19.42 e, não havendo em nossa Legislação Militar uma doutrina uniforme que especifique clara e insofismavelmente, a "excelente conduta civil e militar" do oficial, à guisa do que existe para a conduta de praças, consulto:

— Em que consiste, para o oficial, a "excelente conduta civil e militar" exigida para os candidatos à matrícula na E.E.M.?"

— Em solução e de acordo com o parecer do Estado Maior do Exército declaro para publicação em Boletim do Exército:

— Tendo em vista o Regulamento para o Quadro de Estado Maior do Exército, que em seu Artigo 15 preceitua: "a seleção dos oficiais aptos para o Serviço de Estado Maior inicia-se com o processo de matrícula na Escola de Estado Maior" — e mais adiante, em seu Art. 1.º, letra c, estabelece a maneira como deve ser apreciada a idoneidade moral do

Sumário de Novembro

I — EDITORIAL

II — ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

- a) A 4.^a Seção na campanha da Itália — Ten. Cel. Sena Campos.
- b) Altos órgãos de Direção e Ensino na Artilharia de Costa — Ten. Cel. Ary Silveira.
- c) O R. I. no combate — O transporte por via aérea — (continua) — Ten. Cel. João B. de Mattos.
- d) As transmissões — Major Eduardo Domingues de Oliveira.
- e) A cavalaria em sua verdadeira grandeza — Maá. Horacio Cunha Garcia.
- f) A aviação e a cavalaria na exploração — Cap. Damilo C. Nunes.
- g) Linhas de cabo leve — (Conclusão) — Cap. Luiz Gonzaga Silveira de Melo.

III — ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

- a) Uma interpretação da Defesa Nacional para a guerra moderna — Ten. Cel. Dom Cesar A. P. Eguzquiza, do Exército do Perú — (Tradução)
- b) Trécho de um discurso — Cel. João Baptista Magalhães.
- c) Educação moral do soldado (Cap. Moacyr Ribeiro Coelho).
- d) Demonstração das possibilidades da televisão a bordo dos aviões — Maj. Geraldo Menezes Cortes.

IV — ASSUNTOS DE AERONÁUTICA

Poder aéreo e defesas de costa — Ten. Cel. Thomas A. Philips
Tradução do Ten. Cel. I. C. Azambuja.

V — HISTÓRIA E GEOGRAFIA

- a) O alto Amazonas, sua formação e navegabilidade — Coronel F. Fonseca.
- b) Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai — Cap. Ruy de Alencar Nogueira.
- c) Estudo de cidade (Cap. Nelson Werneck Sodré).

VI — SEÇÃO DE BOM HUMOR

Um sargento em apuros — Cel. X.

VII — DIVERSOS

Revistas em Revista

Dicionário Militar (Cap. O. Velho)

Boletim

Livros à Venda

Índice dos Colaboradores

Legislação

oficial, a "excelente conduta civil e militar" deve resultar de rigoroso exame:

- a) — do procedimento civil e militar do oficial e consequente conceito que o mesmo gosa no seio da classe e na sociedade;
- b) — do sentimento de personalidade manifestado nos atos da vida corrente e nas provas a que é submetido;
- c) — do espírito de disciplina sob todas modalidades;
- d) — dos sentimentos de franqueza e lealdade;
- e) — dadiscreção, tato, correção de atitudes e maneiras na vida corrente;
- f) — de zélo pela honra e reputação de sua classe, demonstrado através de sua vida pública e particular.

(Aviso n.º 1.106 de 27 — D.O. de 29.8.1946)

CLASSIFICAÇÃO DE SOLDADOS — (Solução de consulta)

- O Agente Diretor do 3.º Batalhão de Carros de Combate D.M., consulta, tendo em vista o C. V. V. M. Ex., como devem ser classificados os soldados que exercem de fato as funções de datilógrafos.
- Em solução declaro:
- 1. — Os soldados que apresentarem diploma de datilógrafos obtidos em curso civil bem como formados nessa especialidade pelo C. I. E., devem ser considerados especialistas;
- 2. — Os especialistas datilógrafos só têm direito às vantagens pecuniárias de que trata o C. V. V. M. Ex., quando estiverem no exercício das funções de sua especialidade. — (Aviso n.º 1.180 de 17 — D.O. de 20.9.1946).

COMANDO DE CONTINGENTE — (Solução de consulta)

- Consulta o Chefe da 10.ª C.R., em ofício n.º 415-Tes. de 30.11.1945, se deve passar ao Comandante do Contingente daquela Repartição o expediente concernente a vencimentos e fardamento das praças que servem sob suas ordens, atribuindo aquele Comt. as funções administrativas desempenhadas pelos comandantes de sub-unidades em geral.
- Em solução declaro: a) a todos os comandantes de contingentes aplique-se o disposto no art. 49 do Regulamento de Administração do Exército, considerados êsses contingentes como equivalentes a sub-unidades, para todos os efeitos; b) torno sem efeito o inciso final do aviso 1.100-vant. 1, de 17.4.1941, que regulava o assunto em relação aos contingentes das C. R. — (Aviso n.º 1.134 de 5 — D.O. de 9.9.1946).

CONSELHO SUPERIOR DE ECONOMIAS DA GUERRA — (Constituição)

- Art. 1.º — O artigo 2.º do regulamento para o Conselho Superior de Economias da Guerra e Caixa Geral de Economias da Guerra, aprovado pelo Decreto n.º 22.139 de 25 de novembro de 1932, e alterado pelo Decreto n.º 7.190, de 16 de maio de 1941, passa a ter a seguinte redação:
- O Conselho Superior de Economias da Guerra, que se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, é constituído dos seguintes membros permanentes: — Ministro da Guerra — Presidente;
- *Membros :*
- Chefe do Departamento Geral de Administração;
- Diretor do Departamento Geral de Administração;
- Diretor de Intendência — Tesoureiro;
- Diretor do Material Bélico;

- Diretor de Engenharia;
 - Diretor de Saúde;
 - Diretor de Motomecanização.
 - Secretário:
 - Um oficial do Quadro de Intendentes do Exército, nomeado pelo Ministro, sem direito a voto.
- (Decreto-lei n.º 21.824 de 5 — D. O. de 6.9.1946)

DISTINTIVOS — (Aprovação)

- Aprovo as insignias do Comando e distintivos de praça, bem assim a notação musical que a este acompanham, para o 7.º Grupo de Artilharia Transportada.
- (Aviso n.º 1.090 de 23 — D. O. de 26.8.1946)

DISTINTIVOS — (Aprovação)

- Aprovo os modelos que a este acompanham, dos distintivos para tropas aéreo terrestres, conforme propõe o Comandante do Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas.
- (Aviso n.º 1.089 de 23 — D. O. de 26.8.1946)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO (Determinação)

- Considerando as dificuldades em que se encontra atualmente a Escola de Educação Física do Exército para a organização, seleção dos concorrentes e realização, do Campeonato de Esgrima do Exército, determino que não se realize no corrente ano o referido certamen, devendo, no entanto, todas as Regiões Militares intensificar preparativos para sua participação no referido campeonato nos anos subsequentes.
- (Aviso n.º 1.151 de 10 — D. O. de 12.9.1946)

ESTATUTOS DOS MILITARES — (Aprovação)

- O Diário oficial n.º 206 de 5.9.1946 (página n.º 12.478) publica o Decreto-lei n.º 9.698 de 2.9.1946, que aprova o Estatuto dos Militares.

ETAPA DE FAMÍLIA — Solução de consulta)

- Em radiograma de 21 de maio de 1946 consulto o comandante do 7.º R. I. se as famílias dos subtenentes têm direito às etapas de família de que trata o art. 166 do código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.
- Em solução declaro:
- As famílias dos subtenentes não cabe direito às etapas do art. 166 do C. V. M. E.
- Os subtenentes são praças especiais, assemelhados aos aspirantes a oficial, com os vencimentos destes.
- Nessa qualidade são tratados pelo Código de Vencimentos, onde só figuram entre as outras praças, quando expressamente mencionados.
- O artigo 166, que deu lugar à consulta, dispõe:
- “Os sargentos e demais praças, que mantinham família, quando fora de sua guarnição, em manobras, exercícios, serviço extraordinário ou diligência, terão direito a uma etapa para alimentação da família durante sua ausência (tabela H).”

ACABA DE SAIR

Algumas Cousas da Russia

Pelo Cel. J. B. Magalhães

Autor do Fenomeno Militar Russo

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

- I — Preparação dos quadros.
- II — A política da guerra.
- III — A ciência e a guerra moderna.

SEGUNDA PARTE

- I — O ambiente.
- II — O papel histórico Suvorov.
- III — O exército russo de Suvorov
- IV — O homem e o soldado
- V — Na última fase da vida
- V — Conclusão.

PREÇO Cr\$ 12,00

Pedidos à Biblioteca de "A Defesa Nacional"

LICENCIAMENTO DOS OFICIAIS DA RESERVA — (Ordem)

— Havendo dúvidas quanto à execução do disposto no Aviso n.º 611 de 21 de maio de 1946, declaro que o licenciamento dos oficiais da reserva, convocados, só deverá ser efetivado após a publicação pelo *Diário Oficial* ou comunicação pela Diretoria competente do ato ministerial que os licenciou. (Aviso n.º 1.070 de 20 — D. O. de 22.8.1946)

MATRÍCULA NA ESCOLA DE ESTADO MAIOR — (Fixação)

— É fixado em 50 (cinquenta) o número de matrículas na Escola de Estado Maior, em 1947.
(Aviso n.º 1.083 de 23 — D. O. de 26.8.1946)

MILITARES DESAPARECIDOS OU MORTOS — (Fixação)

— Art. 1.º — Fica extensivo aos militares desaparecidos ou mortos em consequência de torpedeamento de navios brasileiros, quando no comando de tropa, cumprimento de missões ou no desempenho de serviço, o disposto no art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.794, de 23 de janeiro do corrente ano. (Decreto-lei n.º 9.878 de 16 — D. O. de 17.8.1946)

OFICIAIS MÉDICOS DA RESERVA — (Promoções)

— Art. 1.º — Os oficiais médicos da reserva de 2.ª classe, que permanecem convocados nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.159, de 3 de novembro de 1943 e aqueles que vierem a ser amparados pela letra b do art. 10 do mencionado Decreto-lei terão suas promoções reguladas por este Decreto-lei.

— Art. 2.º — O oficial nas condições do art. 1.º deste Decreto-lei terá acesso até o posto de Capitão.

— Art. 3.º — Esses oficiais permanecerão na reserva do serviço de saúde, como convocados, até a idade limite de 58 anos.

— Art. 4.º — As promoções serão feitas sempre pelo princípio de antiguidade, obedecendo os interstícios estabelecidos no Decreto-lei n.º 5.957, de 1.º de novembro de 1943, por proposta do Diretor de Saúde do Exército. (Decreto-lei n.º 9.674 de 29 — D. O. de 31.9.1946)

OFICIAIS DA RESERVA DE 1.ª CLASSE — (Inclusão)

— Art. 1.º — Fica extensivo aos oficiais subalternos da Arma de Infantaria da Reserva de 1.ª Classe do Exército que se encontram à disposição do Ministério da Aeronáutica o disposto no Decreto-lei n.º 9.436, de 8 de julho de 1946.

— Art. 2.º — Os Oficiais da Reserva de 1.ª Classe do Exército transferidos, de acordo com o presente Decreto-lei, para a Reserva da Aeronáutica e os Segundos Tenentes de Infantaria de Guarda, que se encontram convocados para o serviço ativo da Força Aérea Brasileira, são incluídos no Quadro de Infantaria de Guarda, do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, na forma estabelecida no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 8.764, de 21 de janeiro de 1946.

— Parágrafo único. — Aplica-se o juízo do governo o disposto neste artigo aos Oficiais da Reserva de 2.ª Classe do Exército que foram considerados convocados e transferidos para a Reserva da Aeronáutica de acordo com o Decreto-lei n.º 9.436, de 8 de julho de 1946.

JOMINI

— OU —

O ADIVINHO DE NAPOLEÃO



Xavier de Courville

Prefacio de

Jacques Bainville



Tradução do Cel. Renato B. Nunes

PREÇO Cr\$ 20,00

Pedidos à Biblioteca de "A Defesa Nacional".

Art. 3.^º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-lei n.^º 9.776 de 6.9 — D. O. de 10.9.1946)

ORGANIZAÇÃO DE ÓRGÃOS — (Aprovação)

— 1 — De conformidade com o art. 20 do Decreto-lei número 9.100, de 27 de março de 1946 (Lei de Organização do Ministério da Guerra), até ulterior deliberação, só serão organizados os seguintes órgãos, previstos no Regulamento do Departamento Geral de Administração, aprovado pelo Decreto n.^º 21.827, de 5 de setembro corrente:

— Chefia

— Gabinete

— Órgãos auxiliares

— 2.^a Divisão (exceto a 5.^a Seção).

— 2 — Em consequência:

— a) — as atribuições constantes das letras e, f e g do art. 1.^º e às da letra d do art. 2.^º do citado Regulamento continuarão afetas ao Estado Maior do Exército;

— b) — as questões aíntentes ao pessoal civil, atribuídas à 5.^a Seção, continuarão a ser tratadas pela atual 4.^a Divisão da Secretaria Geral da Guerra.

— 3 — No Quadro do Pessoal (Oficiais e Praças), anexo ao Regulamento do Departamento Geral de Administração, deverão ser feitas as seguintes reduções:

— Gabinete — 1.^º Major Médico; 1 Major I. E.; 2 terceiros sargentos.

— Órgãos auxiliares:

— Almoxarifado — 1 1.^º Ten. I. E.

— Secretaria — 2 Terciários Sargentos.

— Serviço do Pessoal e Contingente.

— Correio e Arquivo — 1 2.^º Tenente e 1 3.^º Sargento.

— 2.^a Divisão:

— Adjunto — 1 Major.

— 6.^a Seção — 1 Cap. das armas.

— 4 — O Ajudante de ordens do Chefe do Departamento exercerá, cumulativamente, as funções de Cmt. do Contingente.

(Aviso n.^º 1.163 de 13 — D. O. de 17.9.1946)

PAGAMENTO DE SOLDADO CONVOCADO — (Solução de consulta)

— Consulta o Comandante da Escola de Transmissões em ofício 567, de 20.5.1946, como proceder quanto ao pagamento de um soldado convocado, tendo em vista as decisões da Justiça do Trabalho, segundo as quais não mais se justifica a vigência do Decreto-lei n.^º 4.902, de 31.10.1944, que estabelece para o empregador a obrigatoriedade de pagamento de 50% da remuneração do empregado, quando convocado.

— Em solução declaro:

— a) — na data da consulta não havia como considerar inexistente o Decreto-lei n.^º 4.902, pois nenhuma lei legislativo contrariava expressamente os seus dispositivos;

— b) — no caso de impontualidade de pagamento por parte do empregador, aplicar-se-ia o disposto na letra g do Aviso n.^º 1.115 de 4.5.1944;

— c) — com o advento do Decreto-lei número 9.500 de 25 de julho de 1946 que estabelece novas diretrizes e no assunto se refere explicitamente, em seu artigo 147, ficou assegurado, só ao reservista, o pagamento

Noções
de Topografia
em Campanha

Pelo General

Paes de Andrade



Cr\$ 13,00

de dois terços do salário quando convocado para manobras, manutenção da ordem interna ou guerra externa.

(Aviso n.º 1.118 de 2 — D. O. de 4.9.1946)

PRASO PARA AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS — (Prorrogação)

— Art. 1.º — É prorrogado, por um ano, o prazo para a vigência dos Decretos-leis n.ºs. 7.974, de 20 de setembro, 8.128, de 25 de outubro, ambos de 1946, que dispõem sobre isenções nas aquisições de imóveis feitas pelos oficiais e praças da Fôrça Expedicionária Brasileira.

(Decreto-lei n.º 9.169 de 21 — D. O. de 24.8.1946)

POSTO DE SOCORRO — (Criação)

— Fica criado o Pôsto de Socorro do Ministério da Guerra com sede no segundo pavimento do edifício dêste Ministério.

— N.º 1.145 — Nos termos do art. 96.º do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar), autorizo os Comandantes de R. M. a adiar o licenciamento das praças que, ao concluirem o tempo de serviço, não saibam falar corretamente o vernáculo.

(Aviso n.º 1.142 de 6 — D. O. de 10.9.1946)

REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO — (Aprovação)

— O Diário oficial n.º 205 de 6.9.1946, (página n.º 220) publica o Decreto-lei n.º 21.738 de 30.8.1946, que aprova o Regulamento do Departamento Técnico e de Produção do Exército.

REGULAMENTO DA ESCOLA ESTADO MAIOR — (Alteração)

— O Diário oficial n.º 194 de 24.8.1946, (página n.º 12.073) publica o Decreto-lei n.º 21.695 de 21.8.1946, que altera o Regulamento da Escola de Estado Maior.

REGULAMENTO PARA OS GRANDES COMANDOS — (Aprovação)

— O Diário oficial n.º 206 de 6.9.1946, (página n.º 12.513) publica o Decreto-lei n.º 21.816 de 4.9.1946, que aprova o Regulamento para os grandes Comandos.

